

TRANSVER O MUNDO:

EXISTÊNCIAS E (RE)EXISTÊNCIAS DE TRAVESTIS E PESSOAS TRANS NO 1º MAPEAMENTO DAS PESSOAS TRANS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ORGANIZAÇÃO

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea



“Este mapeamento é carregado de provocações necessárias para todos os articuladores e promotores de políticas públicas do país. Na contramão da naturalização do projeto de necropolítica e exclusão social para nossos corpos, encontramos nesta pesquisa horizonte de luta coletiva e prática libertadora para o exercício da cidadania. A partir dela, podemos estabelecer um diálogo com inúmeros campos de proteção social e civil sobre os rumos para a erradicação da marginalização e precarização das vidas transvestigêneres. E inaugura uma fase de difusão de direitos em suas diversas formas e aspectos da vida, na forma de garantia de educação, emprego, dignidade e vida”.

(Érika Hilton, vereadora, Prefácio)

“Este novo entendimento das lutas e dificuldades desse grupo social permite agora que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para LGBTI+, desenvolva ainda mais as políticas públicas voltadas às pessoas trans, aplicando recursos onde são mais necessários e os resultados podem ser mais efetivos”.

(Claudia Carletto, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Apresentação)

“[...] os resultados do Primeiro Mapeamento Trans da cidade de São Paulo são contundentes em mostrar a diversidade de pessoas transexuais que temos em nossa cidade, ao mesmo tempo em que aponta questões que caracterizam muitas trajetórias de pessoas trans, e que merecem atenção especial do Poder Público”.

(Eduardo Suplicy, vereador, Apresentação)

ISBN 978-65-5684-038-3



9 786556 840383

TRANSVER O MUNDO:

EXISTÊNCIAS E (RE)EXISTÊNCIAS DE TRAVESTIS E
PESSOAS TRANS NO 1º MAPEAMENTO DAS PESSOAS
TRANS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ORGANIZAÇÃO

CEDEC – CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

T772

Transver o mundo : existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo / Organizadores: Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. – São Paulo: Annablume, 2021.

192 p. 20 x 25 cm

ISBN 978-65-5684-038-3

1. Sociologia. 2. Ciências sociais. 3. Direitos humanos. I. Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. II. Título.

CDU 316.346.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Sociologia da estratificação segundo o sexo 316.346.2

TRANSVER O MUNDO:
EXISTÊNCIAS E (RE)EXISTÊNCIAS DE TRAVESTIS E PESSOAS TRANS NO 1º MAPEAMENTO
DAS PESSOAS TRANS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Diagramação
Fernandes Augusto Castro

Capa
João Vasconcelos

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora
Conselho Editorial
Eugênio Trivinho
Gabriele Cornelli
Gustavo Bernardo Krause
Iram Jácome Rodrigues
Pedro Paulo Funari
Pedro Roberto Jacobi

1ª edição: julho de 2021

© Organizadores: Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

Annablume Editora
www.annablume.com.br

FICHA TÉCNICA

CEDEC – CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

DIRETORIA

Bernardo Ricupero – Diretor presidente
Carla Diéguez – Diretora vice-presidente
Natalia Mello – Diretora tesoureira
Maria Rita Loureiro – Diretora-secretária
Bruno Konder Comparato – Diretor de publicações

PESQUISADORES E PESQUISADORAS

Carla Regina Mota Alonso Diéguez
Cecília Carmen Pontes Rodrigues
Gustavo Venturi
Jonas Tomazi Bicev
Maria Rita Aprile
Magô Tonhon
Rosana Estrela Adamos

APOIO ADMINISTRATIVO

Sonia Reis
Sandro de Alvarez

EQUIPE DE ENTREVISTADORES E ENTREVISTADORAS

Alessandra Marques Ávila
Armando Silveira Bispo do Nascimento
Caleb Nathaniel da Silva
Claudio Raphael Galícia Neto
Colle Chistine
Cristiane Anacleto Dourado
Cristiane Oliveira Capetinny
Ianca dos Santos Moreira
Izabel Cristina S. G. Teixeira
Jessica Aniceto
Liliana Mantoni
Lucas de Almeida Alves
Luciana Vitorino de Melo
Marcela Barone
Marcelly Zandomênico

Maria Cinélia Teixeira Durval
Maria Lucia Aparecida Pereira
Nathalya Simon Nakata
Paloma Santos Souza Castro
Patricia de Medeiros
Rafael Rodrigues da Costa
San Dias Oliveira
Thabhatha Marques Freire
Valéria Diva de Jesus

SMDHC – SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Cláudia Carletto
Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Juliana Armed Felicidade
Secretária Adjunta de Direitos Humanos e Cidadania

Luiz Orsatti Filho
Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Cesar Guerrero
Coordenador de Comunicação – SMDHC

Cássio Rodrigo
Coordenador de Políticas para LGBTI+ - SMDHC

Fe Maidel
Assessora Técnica – CPLGBTI+

Gabriella Bueno
Diretora Técnica – CPLGBTI+

Reginaldo Souza Machado
Assessor Técnico – CPLGBTI+

Ricardo Olímpio
Assessor Técnico – CPLGBTI+

GABINETE DO VEREADOR SUPLYCY

Eduardo Matarazzo Suplicy
Ciara Pitima
Giordano Magri
Noelia Presley

AGRADECIMENTOS

O Centro de Estudos em Cultura Contemporânea – Cedec agradece ao Gabinete do Vereador Eduardo Suplicy por disponibilizar verba de emenda parlamentar para que esta pesquisa pudesse acontecer, e à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC por estabelecer o termo de parceria, que possibilitou a realização da pesquisa, e pelo apoio concedido ao longo do processo iniciado em 2019¹.

Agradecemos a todas as organizações da sociedade civil que trabalham com a população trans por abrirem espaço para estarem conosco em constante interlocução e nos apresentarem os caminhos para a realização desta pesquisa. Desde a discussão do questionário de pesquisa à indicação das pessoas para compor a equipe de campo, a participação das pessoas trans no processo de pesquisa foi fundamental para a obtenção dos resultados ora apresentados.

Por fim, agradecemos a cada uma das pessoas que disponibilizaram tempo para responder ao questionário ou ser entrevistada para esta pesquisa. As suas vivências, trajetórias e experiências traduzidas em seus depoimentos são a base dos textos que compõem esta publicação, e, sem esses, não haveria possibilidade de apresentar ao público as suas formas de existir e resistir socialmente.

Que esta seja apenas uma de várias pesquisas que evidenciem a (re)existência da população trans e contribua para que Estado e sociedade civil possam, conjuntamente, construir e fortalecer espaços de atuação política, econômica e social das pessoas trans.

1. Esta pesquisa foi realizada com verba de emenda parlamentar disponibilizada pelo vereador Eduardo Suplicy e a partir do estabelecimento dos termos de fomento nº TFM/074/2019/SMDHC/LGBTI e nº TFM/054/2020/SMDHC/CPLGBTI

SUMÁRIO

- 11 PREFÁCIO
 ÉRIKA HILTON
- 15 APRESENTAÇÃO
 CLÁUDIA CARLETTO
- 17 APRESENTAÇÃO
 EDUARDO MATARAZZO SUPPLY
- 21 INTRODUÇÃO
- 25 “NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: NOTAS SOBRE PERCURSO
 METODOLÓGICO DO MAPEAMENTO DE PESSOAS TRANS NO
 MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
 CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ
 ROSANA ESTRELA ADAMOS
- 37 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS TRANSEXUAIS EM SÃO PAULO:
 DA LUTA POLÍTICA AO TRANSCIDADANIA
 GIORDANO MAGRI
- 71 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE
 DE GÊNERO DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO
 PAULO
 CECÍLIA CARMEN PONTES RODRIGUES
 MARIA RITA APRILE
 MAGÔ TONHON

- 101 INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO ENTRE
PESSOAS TRANSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ
JONAS TOMAZI BICEV
- 125 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA ENTRE PESSOAS TRANSEXUAIS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
JONAS TOMAZI BICEV
MARIA RITA APRILE
- 161 VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANSEXUAIS: TIPOS E CONTEXTOS
CECÍLIA CARMEN CUNHA PONTES RODRIGUES
GIORDANO MAGRI
- 189 SOBRE OS AUTORES

PREFÁCIO

ÉRIKA HILTON²

Nossas histórias se repetem de uma forma triste e cruel – a despeito de toda alegria e vontade de viver que nossas existências manifestam. Nasci em Franco da Rocha e cresci em Francisco Morato, cidades da região metropolitana de São Paulo. Fui criada pela minha mãe, tias e avó, que sempre foram muito amorosas comigo. Alguns anos depois, nasceram minhas duas irmãs, de quem ajudei a cuidar. Eu adorava novela. Enrolava uma toalha na cabeça (pra fingir que era um cabelão) e encarnava Paola Bracho (na verdade, eu tinha certeza de que era ela), minha personagem favorita. Foi uma infância feliz. Minha mãe nunca achou que tinha algo errado comigo. Minha mãe sempre me amou. Mas a sociedade e o fanatismo religioso não permitem que uma mãe ame e aceite sua filha, se ela for uma menina trans. A partir desse ponto, minha história se confunde com milhares ou milhões de outras histórias de pessoas transvestigêneres (palavra criada por mim e Indianare Siqueira para nomear as identidades trans: homens trans, mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias).

Fui expulsa de casa aos 14 anos. Na rua, tive que interromper meus estudos e garantir uma forma de me sustentar. A alternativa que encontrei foi a prostituição, que embora seja um trabalho digno, oferece muitos riscos – inclusive o de não terminar a noite com vida. Inúmeras vezes já vi o olhar do cliente mudar, do desejo para o ódio, em segundos. Se eu precisasse, ninguém estaria ali para me socorrer. Nesse tempo, tentei trabalhar em outras áreas, mas sem ter terminado os estudos, consegui apenas subempregos, os quais não me remuneravam o suficiente para pagar as contas e por isso permaneci muito pouco. Anos depois, tive a sorte que muitas não tiveram, de ser acolhida de volta pela família. Tive de volta o amor, o afeto e apoio para recomeçar. Completei os estudos pelo EJA (programa de Educação de Jovens e Adultos) e fui aprovada no vestibular da Universidade Federal de São Carlos. Cursei dois anos de Pedagogia e depois mudei para Gerontologia, porque queria estudar

2. Erika Hilton é vereadora (legislatura 2021-2024) e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo.

o envelhecimento das travestis, e lá permaneci por outros dois anos. Ali se iniciou minha militância e formação política com o movimento estudantil. Tranquei a faculdade no final de 2018, após as eleições, e me mudei pra São Paulo. E o resto da história vocês já conhecem.

Relatos como o meu traduzem e materializam os dados apresentados pelo “Mapeamento das Pessoas Trans do Município de São Paulo”, uma pesquisa inédita e de vital importância para toda a sociedade. Só haverá democracia e justiça social quando todas, todos e todes tiverem igualdade de acessos e direitos. E, para isso, é necessário conhecer as necessidades da população e seus diversos grupos sociais. É a partir da produção de dados que identificamos os problemas para os quais devemos elaborar leis e políticas públicas. A própria falta de estatísticas oficiais é uma demonstração do descaso, do desinteresse e da abjeção com as quais somos tratadas. Até então, as poucas informações que tínhamos eram produzidas de forma autônoma, por coletivos e associações como a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

São Paulo é a capital do estado que mais mata pessoas transvestigêneres. Por outro lado, também é o refúgio procurado por pessoas de todo o país para exercerem a liberdade de existir – a pesquisa revela que 63% das travestis nasceram em outros municípios ou regiões brasileiras. A dificuldade de manter relacionamentos afetivos estáveis acompanha-nos, com o índice de 75% de solteiro(as/es). Somos jovens (70% dos entrevistados têm entre 16 e 35 anos) e queremos permanecer vivas para envelhecer. E mais da metade de nós (57%), além da transfobia, também enfrenta o racismo.

Para além dos índices de violência que afetam nossas trajetórias, as travestis, mulheres trans, homens trans, pessoas não-binárias e outras identidades trans estão resistindo e escrevendo uma história de direitos no município de São Paulo.

A radicalidade de enfrentar as normas sociais ou jurídicas que nos imputam o status de menos humanidade podem ser expressas nas resistências coletivas e no protagonismo político de muitas de nós para garantir uma virada na mesa de poder e da invisibilidade, demandando políticas públicas de reparação, proteção ou ações afirmativas para a inclusão dos nossos corpos nos diversos espaços sociais de direitos.

É inevitável, em um contexto de aprofundamento da crise socioeconômica em todo o cenário nacional, que as reivindicações da população transvestigêneres estejam alinhadas e explícitas nas urgentes atuações para promover os direitos humanos, seja contra as violações do âmbito doméstico e privado, no acesso a políticas de saúde preventiva, aos direitos sexuais e reprodutivos e nas portas abertas para a empregabilidade.

A ignorância e o preconceito fazem com que desde muito cedo conheçamos o pior da humanidade. O relato pessoal que fiz no início do texto ilustra a seguinte e recorrente trajetória: somos ridicularizadas na escola até desistir dos estudos (e isso não é evasão escolar, mas expulsão escolar), o que leva à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, restando apenas a prostituição compulsória e violenta como

forma de sobrevivência para 90% das mulheres transexuais e travestis. A empregabilidade, portanto, precisa ser central nas políticas de ações afirmativas de inserção no mercado formal. É inadmissível que exista um grupo social sentenciado a uma única profissão. De forma pioneira no Brasil, o programa Transcidadania, criado em 2015 no município de São Paulo, é uma referência nacional e internacional de política para a população trans. O programa começou a integrar a agenda municipal e objetiva a reinserção escolar, visando atividades de inclusão e capacitação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população trans e travesti da cidade, garantindo certa autonomia financeira. Hoje, passados seis anos da criação do Transcidadania, é possível fazer um balanço e observar alguns pontos que demandam atenção e aperfeiçoamento, como a necessidade de prorrogação do tempo de permanência para a conclusão dos estudos e a construção de iniciativas que atendam à urgência da geração de emprego e renda para as ex-beneficiárias.

Por muito tempo, o significado social das vidas transvestigêneres estava associado a um discurso médico de transtorno mental – um transtorno da identidade de gênero – e impregnado de sorofobia, de forma que o acesso à saúde para essa população resumia-se a receber tratamento para HIV/Aids. A cidade de São Paulo começa a romper com esse estigma social ao estabelecer uma Política de Saúde Integral da População trans na cidade, bem como o Protocolo de Atendimento às pessoas transexuais e travestis, em conjunto com informações sobre o fluxo de hormonização realizado nas unidades de saúde. A temática da qualidade de vida, rompendo com a patologização histórica sobre nossos corpos no ramo médico e de saúde, inclui outros aspectos das nossas trajetórias, como os efeitos psicológicos das violações sofridas nas ruas e nos espaços públicos e privados no geral, ou o uso de silicone industrial e de outras intervenções corporais sem a intervenção de profissionais de saúde retorna para o debate de saúde pública e acolhimento dentro do Sistema Único de Saúde.

Este mapeamento é carregado de provocações necessárias para todos os articuladores e promotores de políticas públicas do país. Na contramão da naturalização do projeto de necropolítica e exclusão social para nossos corpos, encontramos, nesta pesquisa, horizonte de luta coletiva e prática libertadora para o exercício da cidadania. A partir dela, podemos estabelecer um diálogo com inúmeros campos de proteção social e civil sobre os rumos para a erradicação da marginalização e precarização das vidas transvestigêneres. E inaugura uma fase de difusão de direitos em suas diversas formas e aspectos da vida, na forma de garantia de educação, emprego, dignidade e vida.

APRESENTAÇÃO

CLÁUDIA CARLETTO³

Desenvolver Políticas Públicas voltadas para a garantia de direitos às populações vulneráveis pautadas na análise de dados e informações coletadas com rigor científico, que possam aprofundar o conhecimento sobre esses grupos. Foi isso que motivou a realização do Mapeamento da População Trans da cidade de São Paulo, que ora apresentamos neste material.

A primeira fase do estudo, a análise quantitativa, concluída em janeiro de 2021, possibilitou à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania confirmar uma série de observações coletadas por técnicos e agentes do serviço público municipal ao longo dos anos de atendimento à essa parcela da sociedade.

O estudo demonstrou de forma muito clara as dificuldades enfrentadas por travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas não-binárias para o acesso à cidadania. Podemos destacar, entre essas constatações, a vulnerabilidade desse grupo de pessoas em relação ao universo de pessoas LGBTI e a sobreposição de preconceitos que atuam em camadas, gerando desigualdade socioeconômica e de inclusão no mercado de trabalho entre as travestis e mulheres transexuais negras e brancas e em relação ao grupo de homens trans.

Ao indicar que as travestis e mulheres transexuais negras são o subgrupo mais vulnerável entre as pessoas ouvidas no levantamento, o mapeamento expôs a existência de preconceitos que afetam esse grupo de forma heterogênea e que não se restringem às óbvias homofobia e transfobia, mas também incluem elementos do racismo e do machismo estrutural.

A análise qualitativa, desenvolvida na segunda fase deste estudo, ajuda a colorir, de forma vívida, o quadro de abusos e violações de direitos básicos que essas pessoas sofrem por não se identificarem com a definição do sexo biológico que lhes foi imposta ao nascer. Este rico material revela a realidade dessas pessoas, que sofrem

3. Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

os efeitos do preconceito em diversos espaços sociais, como seus próprios lares, o ambiente escolar, o trabalho e até mesmo o banheiro em espaços públicos.

Esse novo entendimento das lutas e dificuldades desse grupo social permite agora que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para LGBTI+, desenvolva ainda mais as políticas públicas voltadas às pessoas trans, aplicando recursos onde são mais necessários e os resultados podem ser mais efetivos.

Desta forma, poderemos trabalhar em soluções para o período da puberdade, em que há um aumento dos conflitos familiares e uma necessidade de oferecer acolhimento. E também na evolução do Programa TransCidadania, que passará a oferecer vagas também para bolsistas que desejam completar o ensino superior, sem deixar de oferecer as oportunidades de educação de nível médio e ensino técnico, que podem levar a uma maior inclusão no mercado de trabalho.

APRESENTAÇÃO

EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY⁴

Quando me tornei Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, em fevereiro de 2015, a primeira política com a qual tive contato como Secretário foi o Programa Transcidadania. Lançado poucos dias antes de minha posse, o Transcidadania era uma política inovadora, que previa concessão de uma bolsa a travestis, homens trans e mulheres transexuais para que pudessem retornar à escola, além de oferecer diversas atividades voltadas à melhora das condições de vida de pessoas trans da nossa cidade. Com o tempo, o Programa se tornou uma referência internacional. Lembro-me de haver atuado diretamente na renovação e ampliação do Transcidadania, além de ter participado da formatura da primeira turma. Essa é, sem dúvida, uma das políticas das quais mais me orgulho de haver contribuído.

Com mais de 40 anos de vida pública, quase toda vivida como parlamentar, essa foi a primeira vez que eu tive a oportunidade de atuar diretamente na construção de políticas públicas no Executivo. Além disso, embora tenha em minha história uma atuação em vários temas relacionados à garantia dos direitos humanos, foi a primeira vez que tive a oportunidade de trabalhar diretamente com políticas para pessoas transexuais.

Antes de assumir a SMDHC, a experiência mais forte que tinha tido com uma pessoa transexual tinha sido com o Anderson Herzer, ou Sandra Mara Herzer, como eu o conheci. Quando a conheci em 1979, por intermédio de Lia Junqueira, presidenta da Fundação em Defesa do Menor à época, Herzer estava na Febem, e me foi apresentado como poeta e escritora. Encantado com sua história e com a beleza de seus poemas que retratavam muitos sofrimentos e violências de sua vida, responsabilizei-me por sua saída, convidando-a para trabalhar comigo em meu gabinete como Deputado Estadual, e muito estimei que publicasse um livro com

4. Eduardo Matarazzo Suplicy é vereador do município de São Paulo (legislatura 2021-2024). Foi Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania entre os anos de 2015 e 2016.

seus escritos. No entanto, diante de tanto sofrimento que guardava consigo, Herzer acabou falecendo ao se jogar de um viaduto na Avenida 23 de Maio em 1982, antes de ver lançado seu primeiro livro, *A Queda para o Alto*.

Hoje consigo entender com mais clareza que Herzer era um homem trans e muito do sofrimento pelo qual passou se deu pela transfobia a qual foi submetido, tanto no ambiente familiar, na rua e na Febem. Talvez, se não tivesse exposto a essa violência, ele não teria tirado a própria vida da forma trágica como o fez. Infelizmente, sei também que, assim como a história dele, há milhares de outras trajetórias similares que retratam como a transfobia violenta e retira oportunidades de pessoas transexuais.

É importante reconhecer que muito dessa compreensão só pude construir participando do Programa Transcidadania e tendo mais contato com pessoas transexuais. Entendi que a transfobia, além de violentar, impede o acesso dessas pessoas a alguns espaços sociais e que, por isso, é necessário criar políticas públicas articuladas e estruturantes para que consigamos elevar efetivamente o grau de cidadania de pessoas transexuais. O Estado não pode mais permitir que a violência defina a trajetória dessas pessoas.

Em 2017, quando me tornei novamente Vereador pela cidade de São Paulo, contratei três travestis para trabalhar em meu gabinete, sendo que duas delas continuam comigo, Noelia Presley e Ciara Pitima, e são de fundamental importância para o funcionamento do trabalho, especialmente para o atendimento às pessoas que me procuram. Além disso, decidimos também que as políticas para pessoas transexuais continuariam como uma agenda prioritária da minha atuação política.

Em 2018, Giordano Magri, meu assessor para temas de direitos humanos à época, foi convidado para acompanhar um grupo de estudantes de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas para conhecer e estudar políticas públicas para pessoas transexuais desenvolvidas no Uruguai. Lá, havia sido publicado, em 2016, o resultado do Censo Nacional de Personas Trans do Uruguai. Embora o país inteiro tenha menos habitantes do que a Zona Leste de São Paulo, a partir dessa experiência, compreendemos que seria muito importante realizar um estudo desse porte na cidade.

Considerando que São Paulo é o destino de centenas de pessoas transexuais que migram de outras regiões do país e é o município com a maior população trans do Brasil, entendemos que seria muito estratégico aprofundar nosso conhecimento sobre como essas pessoas vivem em nossa cidade, sua diversidade e dificuldades. O que nos chamou a atenção à época foi que, mais do que dados, o Censo uruguaio teve um papel mobilizador muito importante, uma vez que foi um processo que despertou um sentido mais amplo de cidadania das pessoas transexuais, que começaram a acessar mais direitos e serviços públicos, mas também que começaram a se organizar politicamente.

Por essa razão, desde 2018, minha equipe vem trabalhando nesse projeto. Procuramos o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Cedec, um dos principais e mais tradicionais centros de pesquisa social do país, por intermédio do professor

Gustavo Venturi, e propusemos a realização, por meio de emenda parlamentar, do Primeiro Mapeamento Trans da cidade de São Paulo. Ao propor a ideia à SMDHC, a receptividade foi a melhor possível, o que configurou uma parceria muito frutífera entre SMDHC e Cedec, com o apoio de meu gabinete, que permite agora proporcionar essa importante entrega para a cidade de São Paulo. Infelizmente, o processo foi atravessado pela pandemia da covid-19, inclusive com a perda irreparável de duas travestis, importantes referências da luta política, que colaboraram diretamente para a realização do Mapeamento, e que foram levadas pela doença: Amanda Marfree e Valeria Rodrigues, presentes!

O contexto pandêmico exigiu ainda adaptações metodológicas para a pesquisa de campo, que foi, em parte, realizada por telefone. Contudo, não houve comprometimento no processo de coleta de dados nem no alcance das pessoas respondentes. Como vocês poderão ver adiante, os resultados do Primeiro Mapeamento Trans da cidade de São Paulo são contundentes em mostrar a diversidade de pessoas transexuais que temos em nossa cidade, ao mesmo tempo em que aponta questões que caracterizam muitas trajetórias de pessoas trans, e que merecem atenção especial do Poder Público.

Aproveito para parabenizar a SMDHC, em nome da Secretária Cláudia Carletto e da Abigail Santos, o Cedec, em nome da coordenadora da pesquisa, Carla Diéguez, e à minha equipe, em nome de Noelia Presley e Ciara Pitima, pelo belíssimo trabalho realizado e por esse marco na história da política LGBTI de nosso país. Espero e seguirei trabalhando para que esses dados nos ajudem a avançar nas políticas que já existem, como o Transcidadania, mas também orientem políticas públicas que, de fato, elevem o grau de cidadania e dignidade das pessoas transexuais que vivem em nossa cidade!

INTRODUÇÃO

O termo “trans” é utilizado para denominar um grupo diversificado de pessoas cujas identidades de gênero diferem em graus e expressões diversas do sexo em que foram designadas ao nascer. Os “Princípios de Yogyakarta”, documento referente aos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, aprovado por grande número de países, considera identidade de gênero a profunda e sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios: médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007).

No Brasil, informações sobre a população trans são quase inexistentes. Estimativas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra indicam que aproximadamente 2,0% da população brasileira integra a categoria trans. Excluída, até então, dos censos populacionais, a Defensoria Pública da União – DPU, em atendimento à solicitação oficial da Antra, enviou, em 2018, recomendação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para que inclísse no próximo censo questionamentos acerca da identidade de gênero e da orientação sexual dos entrevistados, o que não foi acatado pelo referido órgão.

Devido à subnotificação da identidade de gênero nos registros oficiais e a resistência institucional e política em superar a classificação de gênero binária, *heterocis-normativa*, o dossiê anual “Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras”, organizado a partir de 2017 pela Antra, tem sido a principal e mais confiável fonte de dados relativa à violência cotidiana vivenciada pela popu-

lação trans⁵. De acordo com o último dossiê, no ano de 2020, ocorreram no Brasil 175 assassinatos de pessoas trans, sendo todas travestis e mulheres transexuais. Desse total, em 49% dos casos não havia informações sobre os suspeitos (Antra, 2021, p. 61). Toda essa impunidade e dificuldade em conduzir as investigações manteve o Brasil na vexatória posição de país líder em assassinatos de travestis e pessoas transexuais, com um número médio de assassinatos, entre 2008 e 2020, de 122,5 casos (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021, p. 32).

Com raras exceções, as ações voltadas às pessoas trans são quase inexistentes. E, quando não, essas ações são pontuais, configurando uma espécie de canais de resistência, em meio a um cenário marcado por fragilidades e deficiências institucionais e jurídicas para lidar com a questão trans em sua multidimensionalidade. Um exemplo de ação é a assistência a transexuais em busca de tratamento para a realização do processo de redesignação sexual, cujos serviços foram organizados após a publicação da Resolução nº 1.482/97 do Conselho Federal de Medicina – CFM, posteriormente revogada pela Portaria nº. 1652, de 2002, que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e amplia o texto legal anterior. Considerado um atendimento de alta complexidade, a maioria desses serviços é encontrada em hospitais públicos universitários, localizados nas regiões Sul e Sudeste do país (ARAN; MURTA; LIONCO, 2009).

Outra ação refere-se ao reconhecimento da necessidade de uma política pública de apoio à saúde física e mental da população transexual, consolidada por meio da Portaria nº. 1.707/2008 do Ministério da Saúde, que instituiu o processo transexualizador, no Sistema Único de Saúde – SUS, mediante a constituição de serviços de referência habilitados a prestar atenção integral e humanizada a transexuais. Essa Portaria foi revogada pela Portaria nº. 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefiniu e ampliou o processo transexualizador, no SUS.

No entanto, ainda há muito o que se fazer para a população trans e dados sobre ela são referências importantes para a proposição e implementação de políticas que beneficiem as pessoas trans. Considerando essas limitações, foi empreendida a pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo”, entre os meses de dezembro de 2019 e março de 2021, cujos resultados são apresentados nesta publicação. O estudo procurou responder a questões como: quão diversificada é a população trans, distinta por marcadores raciais, de classe social, geracionais e religiosos? Quais suas condições de acesso à saúde, educação, trabalho e moradia? E como está ela sujeita às situações de violência física e moral em ambientes domésticos e públicos?

5. A metodologia do estudo do dossiê Antra segue o padrão internacional da ONG Transgender Europe (TGEU), assim: “O levantamento dos dados é feito de forma quantitativa, visto que não existem dados demográficos a respeito da população trans brasileira: a partir da pesquisa dos casos em matérias de jornais e mídias veiculadas na internet, de forma manual, individual e diária. Há, ainda, aqueles casos em que nenhuma mídia cobre ou publica o assassinato e, por conta disso, contamos como fontes complementares as informações que chegam através de instituições LGBTI que publicam informações sobre pessoas assassinadas e/ou informações que chegam através da rede de afiliadas da Antra e parceiros, além dos mais diversos meios e canais de comunicação (e-mail, Facebook, Whatsapp, etc.)” (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021, p. 32).

O universo de investigação foi a cidade de São Paulo e seus beneficiários diretos são os gestores da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo – SMDHC e de outras instituições públicas e privadas, responsáveis pela formulação de políticas voltadas à população trans. Também são beneficiários as Organizações Não Governamentais – ONGs, atuantes em áreas de apoio à população trans, além de pesquisadores, pesquisadoras e especialistas em estudos de gênero, pertencentes às universidades, centros e institutos de pesquisa nacionais e estrangeiros. Ao Centro de Estudos em Cultura Contemporânea – Cedec coube a execução desta pesquisa por meio de termo de fomento firmado com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e recursos provenientes de emenda do Vereador Eduardo Suplicy.

Em face do exposto, a realização de um estudo sobre o perfil sociodemográfico e as condições de vida da população trans residente no município de São Paulo tem sua importância ao retratá-la sob as condições de vida impostas no maior centro urbano do país, resgatar a trajetória de vida das pessoas entrevistadas, passando por suas vivências familiares, laborais, questões de saúde e de violência, além de sua militância em torno das pautas da população trans.

A realização do estudo demandou a combinação de diferentes estratégias e técnicas de pesquisa de modo a explicitar a situação de vida da população trans, assim como gerar subsídios para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que considerem as características e necessidades específicas identificadas entre os vários grupos que constituem essa população.

A publicação está estruturada em seis seções. A primeira seção apresenta o percurso metodológico empreendido para realização da pesquisa com a indicação dos métodos e técnicas de pesquisa adotados para coleta, sistematização e análise de dados de tipos quantitativo e qualitativo. A segunda seção expõe as políticas públicas voltadas para pessoas transexuais na cidade de São Paulo, isto é, os programas destinados à elevação do grau de cidadania de pessoas transexuais, por meio do acesso a serviços e direitos, e o processo de sua construção, a partir da luta constante empreendida pela população trans. A terceira seção descreve e analisa um conjunto de informações sobre o perfil sociodemográfico da população entrevistada que inclui: identidade de gênero, origem de nascimento, raça, estado civil, religião, escolaridade e situação de moradia e outros. A quarta seção discute a situação de trabalho e geração de renda e apresenta uma síntese das ocupações exercidas pela população estudada, assim como expõe seus sonhos e perspectivas profissionais futuras. A quinta seção tem a centralidade sobre as condições de saúde, incorporando um conjunto de dados sobre o processo transexualizador e usos das redes de assistência pública e privada. A sexta e última seção analisa alguns dados sobre situações de violência vivenciadas pela população trans considerando a questão da violência física e verbal, experienciada por essa população nos ambientes doméstico, escolar, no trabalho e demais ambientes públicos.

Além da coleta de dados fidedignos, esta pesquisa, de caráter inédito, constituiu-se em uma possibilidade de conhecer, de contatar e, sobretudo, de ampliar a divulgação de demandas das pessoas trans e travestis e o debate envolvendo questões pertinentes à população trans residente em São Paulo que, na maioria das vezes, são ignorados em sua identidade de gênero e, sobretudo, transgredidos em relação aos seus direitos de cidadão. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam contribuir efetivamente para a implementação e aperfeiçoamento de políticas públicas que repercutam decisivamente sobre a ampliação e efetivação dos direitos sociais da população trans em relação à saúde, educação, trabalho, moradia, entre outros aspectos, e, sobretudo, que concorram para seu reconhecimento e valorização como grupo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAN, M.; MURTA, D.; LIONCO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, Ago. 2009.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, Antra, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta>

“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: NOTAS SOBRE PERCURSO METODOLÓGICO DO MAPEAMENTO DE PESSOAS TRANS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ
ROSANA ESTRELA ADAMOS

INTRODUÇÃO

Métodos e técnicas de pesquisa são formas utilizadas nas ciências sociais para coletar dados e opiniões a respeito de sentimentos ou atitudes, quando colocadas em determinadas circunstâncias. Os métodos de intervenção são pouco utilizados nas ciências sociais, sendo mais comum o uso de métodos e técnicas de investigação, nos quais as pessoas pesquisadas são convidadas a relatar e opinar sobre aspectos de sua vida. Portanto, nas pesquisas de opinião e trajetórias de vida, como é o caso da presente pesquisa, deve-se considerar não apenas os aspectos técnicos a serem empregados, mas também formas de abordagem, linguagem e escolha de interlocutores para dirimir possíveis reações de constrangimentos e, até, de negação por parte dos convidados a participar.

Considerando essas particularidades inerentes aos processos de pesquisas sociais, a produção do 1º Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo se desdobrou em duas fases – quantitativa e qualitativa – com os processos de busca pelas pessoas entrevistadas e os modos de abordagem e interação, desempenhados pelos pesquisadores e pesquisadoras. O interesse do público-alvo da pesquisa – pessoas transexuais – em participar da pesquisa tornou possível o conhecimento sistemático de suas vidas desde a infância/adolescência até a fase adulta, bem como suas agruras, sucessos, sonhos e opiniões a respeito de seu lugar na vida social.

A pesquisa foi realizada no período de dezembro de 2019, quando iniciou o planejamento da fase 1, e foi concluída em março de 2021, quando foi finalizada a coleta de dados da fase 2. Em cada fase da pesquisa foi aplicado um método de pesquisa, que serão apresentados nas demais partes deste capítulo. Os procedimentos metodológicos são complementares e possibilitaram a produção de dados que, nesta publicação, são apresentados conjuntamente, produzindo reflexões instigadas pelo perfil e percepções das pessoas trans do município de São Paulo.

A PESQUISA, SEUS MÉTODOS E FORMAS DE ABORDAGEM

Realizar pesquisa com populações vulneráveis requer dos pesquisadores e das pesquisadoras um conjunto de habilidades técnicas e processos de abordagem humanizados, que possibilitem à população pesquisada compreender os motivos da pesquisa e perceberem a oportunidade de contribuir para ações que possam resultar em políticas públicas e intervenção que propiciem a mudança da cultura social.

Para ampliar o processo de capilarização da pesquisa no universo transexual, bem como atendendo a reivindicação dos movimentos LGBTQIA+ de não haver pesquisa da população transexual sem a participação ativa da mesma, na primeira fase da pesquisa, foram contratadas 70% de entrevistadores e entrevistadoras transexuais. Ao longo da pesquisa, quando iniciou a fase das entrevistas realizadas por telefone, a equipe contou com 100% de pessoas transexuais.

Desse modo, o 1º Mapeamento Trans, realizado no município de São Paulo, apresenta uma condição imperativa e legítima do movimento LGBTQIA+: “Nada sobre nós sem nós!”, ao conduzir uma pesquisa sobre a população transexual pela população transexual representada na figura de entrevistadores e entrevistadoras travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas trans não binárias.

O tema da transexualidade é muito pesquisado, reunindo um grande volume de informações disponíveis na rede. Por exemplo, ao realizar uma busca simples no Google Acadêmico por textos publicados nos últimos quatro anos com o termo “pessoas trans” serão obtidos cerca de 4 mil resultados. Ou seja, 4 mil artigos, livros, capítulos de livro, teses e dissertações que, em algum momento, se referiram às pessoas transexuais. Podemos, portanto, genericamente afirmar que há mais estudos dessas pessoas a partir da ótica social sobre elas do que análises a partir da ótica delas da sociedade da qual estão apartadas.

Esse excesso de abordagens que respeitam o “lugar de fala”, mas não resultam em políticas públicas para o público transexual ou produzem mudanças efetivas na cultura de uma dada sociedade, gera nas pessoas transexuais o sentimento de uso político de suas falas. Dessa forma, a equipe de pesquisa se deparou com muitos questionamentos quanto à efetiva intenção de utilização dos dados e opiniões dessas pessoas para a geração de ações públicas em benefício da população transexual: “essa não é mais uma pesquisa sobre nós sem nós”?.

Considerando esses aspectos e em diálogo constante com a Coordenação de Políticas para LGBTI da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC e o Gabinete do Vereador Eduardo Suplicy, a equipe de pesquisa e os parceiros organizaram rodadas de discussão com representantes de organizações da sociedade civil e agentes públicos envolvidos com o tema e garantiram que o processo de elaboração dos instrumentos de pesquisa, assim como de coleta de dados, contasse com a presença das pessoas transexuais.

Foi, neste sentido, que a pesquisa caminhou, buscando a interlocução constante com as pessoas transexuais, de forma a expressar os anseios dessa população, ao mesmo tempo em que garantisse a objetividade necessária ao processo de coleta e análise dos dados.

Desta forma, no início da Fase 1, que consistiu em uma pesquisa de tipo quantitativo para produzir dados numéricos por meio da aplicação de questionário com perguntas fechadas, foram realizadas diversas reuniões com os agentes transexuais atuantes no movimento LGBTQIA+ e agentes públicos envolvidos com o tema para a definição dos tópicos dos questionários, bem como para um entendimento mais aprofundado sobre a população transexual, visto a sua heterogeneidade. Essas reuniões foram importantes para definir, por exemplo, quais categorias da população transexual seriam consideradas no perfil, definindo-se por travesti, mulher trans, homem trans, não binária e outros.

Cabe esclarecer que o espectro binário é criado em uma lógica cisgênera, logo, os não binários se colocam fora desse padrão. Porém, é importante frisar que as travestis, os homens trans e mulheres trans, mesmo buscando de certa forma se adequarem a esse espectro, não se encaixam totalmente às identidades cisgêneras sendo, inclusive, reivindicadoras de um terceiro gênero.

O questionário utilizado na fase 1 contou com 53 questões que abordaram: i) dados sociodemográficos como identidade de gênero; faixa de idade (apenas para maiores de 18 anos); raça/cor; estado civil; local de nascimento; escolaridade; atividade profissional e renda; ii) processo de transição, saúde e consumo de substâncias psicoativas; iii) exposição às situações de violência em locais públicos e privados e exercício da condição de cidadão.

A técnica escolhida para a realização desta fase foi o *survey*, uma vez que esse tipo de estudo permite a coleta de dados quantitativos a partir de amostra representativa de uma população específica, no caso, a população transexual residente na capital paulista. Entre outras possibilidades, os dados obtidos por meio de uma pesquisa *survey* podem ser generalizáveis ao universo da população analisada.

Finalizado o questionário, nos dias 21 e 22 de janeiro de 2020, foram realizados dois dias de treinamento para pesquisa no auditório da SMDHC. O evento reuniu pessoas transgêneras e cisgêneras que aprenderam sobre métodos e técnicas de pesquisa e foram capacitadas para a aplicação de questionários, com exercícios de aplicação com uso do questionário da pesquisa. Nesse treinamento, a equipe de pesquisa observou a participação das pessoas, as formas de abordagens utilizadas, a expressão oral, a capacidade para leitura das questões, entre outros fatores.

Após a realização do treinamento, a equipe de pesquisa selecionou 30 pessoas para compor a equipe de pesquisadores e pesquisadoras de campo. Deses, 10 eram pessoas cisgêneras com experiência em pesquisa social e 20 eram

pessoas transgêneras identificadas com o gênero travesti, mulher transexual e homem trans, com interesse em participar da pesquisa e indicados/as por organizações da sociedade civil.

Embora a inclusão de pessoas transexuais como entrevistadoras e entrevistadores tenha sido uma solicitação dos grupos ativos LGBTQIA+ como um ato ético e inclusivo, é importante ressaltar que metodologicamente tal participação foi um elemento facilitador tanto para a ampliação da amostra da pesquisa quanto para a devida adequação da linguagem e forma de tratamento para com a pessoa entrevistada.

Foi bacana falar com os trans, e dar trabalho – porque não foram só pessoas cis. Que o trans só vê pessoas cis falar de trans e a gente quer ver trans falar de trans, entendeu? Foi bacana isso.
(Homem trans)

Na condição de entrevistadoras e entrevistadores, o contato se estabelece por meio de propósitos e assuntos específicos que, geralmente, nas interações fora dessa condição não são abordados. Embora a condição ouvinte de entrevistadora e entrevistador se imponha por exigência do método de entrevista, priorizando a opinião da pessoa entrevistada, ouvir as histórias de vidas de outras pessoas transexuais estimula processos reflexivos por comparação nas pessoas entrevistadoras.

[...] o que eu mais gostei foi o fato de ouvir vivências, levar para a minha vida e estar em lugares que me trouxeram muitos questionamentos, muitas respostas e afins.
(Mulher trans)

As primeiras entrevistas para aplicação do questionário foram realizadas durante os eventos do Dia Nacional da Visibilidade Trans, ocorridos ao final de janeiro de 2020, e seguiram por fevereiro com abordagens nos Centros de Cidadania LGBT mantidos pela SMDHC, em locais de concentração da população trans e eventos realizados pela e para a população trans. Nessa primeira etapa, foram entrevistadas 946 pessoas transexuais. É importante destacar dois pontos: i) o mapeamento dos espaços de frequência da população trans foi elaborado a partir das indicações da própria população, envolvida desde dezembro com as discussões da pesquisa; ii) o questionário aplicado continha um espaço para as pessoas entrevistadas indicarem outras pessoas para participar da pesquisa, consistindo na abordagem “bola de neve”, na qual um entrevistado indica outro, e assim por diante.

Importante frisar que para inclusão das pessoas transexuais na amostra de pesquisa, foram considerados três aspectos: a pessoa entrevistada se autoidentificou como transexual; era residente no município de São Paulo e concordou em participar voluntariamente da pesquisa.

Em março de 2020, a aplicação dos questionários iniciaria uma nova etapa, com as abordagens feitas próximas aos centros de assistência social e de saúde que atendem a população trans. No entanto, o mundo foi surpreendido com um novo vírus, com alto grau de propagação e letalidade – o SARS-COV 2, causador da covid-19, e no dia 16 de março algumas ações para a garantia do distanciamento físico começaram a ser tomadas. No dia 22 de março, o Decreto Estadual nº 64.881 implantou quarentena no estado de São Paulo, suspendendo o atendimento presencial em diversos setores e restringindo a circulação de pessoas nas cidades, entre as quais, a cidade de São Paulo.

Dessa forma, a coleta de dados precisou ser suspensa, e, durante 46 dias, a equipe de pesquisa reformulou o meio de aplicação dos questionários, que deixou de ser por entrevista presencial, passando a ser por entrevista telefônica. O questionário foi mantido e os pesquisadores e as pesquisadoras receberam listas com contatos telefônicos, obtidos na abordagem “bola de neve” e por meio de cadastro realizado no sítio eletrônico “1º Mapeamento Trans da Cidade de São Paulo” (<https://mapeamentotrans.com.br/>), para realização das entrevistas. Também foram utilizadas as listas de contatos pessoais dos pesquisadores e pesquisadoras.

Olha, eu posso falar que foi desafiador porque, quando eu mudei para Curitiba eu achava que não iria continuar, que não daria para continuar; daí veio a surpresa, que foi feito tudo através por telefone, online, essas coisas, então eu tenho só que dizer que foi maravilhoso, que foram experiências maravilhosas, experiências novas; 100% satisfeita – eu, pelo menos, estou 100% satisfeita; cumpri coisas que, talvez, eu não teria coragem nem de ter tentado e tentei. Então para mim foi bem satisfatório. Eu acho que não tem o que dizer de negativo, mas sim de positivo, que me ensinou a alcançar muito mais o que eu desejo.

(Mulher trans)

Em agosto, a abordagem presencial foi retomada, com a aplicação de questionários em eventos realizados pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDDET, nas dependências do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo – CAT, com pessoas transexuais cadastradas previamente para vagas de empregos exclusivas para esse público. As entrevistas geraram novas indicações para a abordagem “bola de neve”, realizadas por telefone. A essas indicações foram incorporados os contatos de pessoas transexuais que fizeram a inscrição, mas que não compareceram ao CAT.

Em outubro, a aplicação dos questionários foi finalizada com a realização de entrevistas presenciais junto a usuários e usuárias dos centros de saúde localizados nas Unidades Básicas de Saúde – UBS de Santa Cecília e República.

Quadro 1 – Forma de aplicação, locais e número de questionários aplicados

Forma de aplicação	Locais de aplicação das entrevistas	Número de questionários aplicados
Presencial	Centros de acolhimento	64
	Centros de Cidadania LGBT	240
	Eventos LGBTQI+	559
	CAT – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo	137
	Centros de Saúde (UBS Santa Cecília e República)	+61
Telefone	Contatos pessoais e indicações (“Bola de Neve”)	607
	Contatos do CAT (inscritos que não compareceram)	120
Total		1788

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

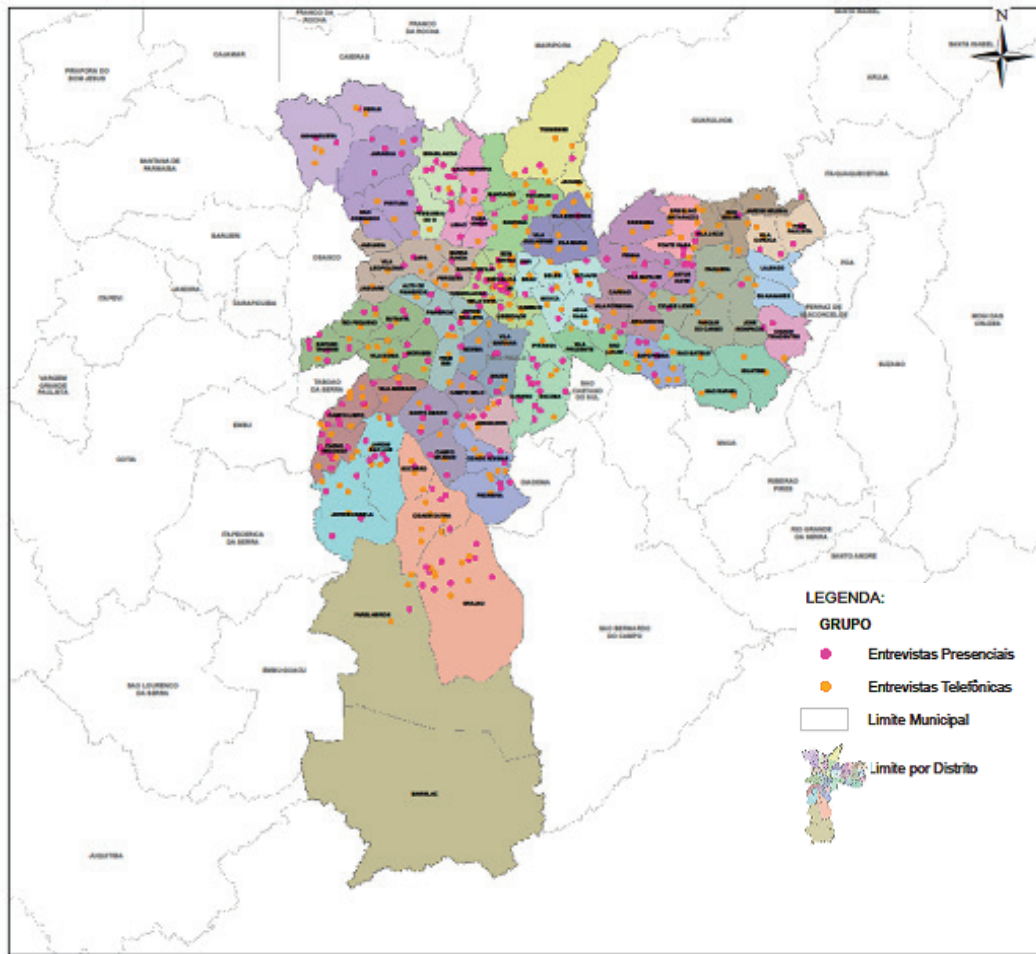
Ao final da fase 1, realizada entre janeiro e outubro de 2020, foram aplicados 1.788 questionários junto às pessoas transexuais autoidentificadas travestis, mulheres transexuais, homens trans e não binárias. Inicialmente, definiu-se que a amostra seria composta de até 3.000 entrevistas a serem realizadas nas cinco regiões da cidade de São Paulo: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste. A definição da amostra foi aleatória, visto que não existem estatísticas oficiais sobre a população transexual, pois o Censo Demográfico realizado pelo IBGE não contém espaço para atribuição dessa identidade de gênero.

Dadas as dificuldades enfrentadas pelo espriamento da pandemia da covid-19, o número obtido foi aquém da amostra estabelecida inicialmente, no entanto, demonstra-se representativo da população trans moradora do município de São Paulo, visto a distribuição espacial das pessoas pesquisadas compreender as cinco regiões da cidade, como mostra o mapa a seguir, elaborado a partir do número do CEP das residências.

Embora a distribuição das entrevistas, tanto no modo presencial quanto no modelo telefônico, tenha ocorrido de forma espontânea, procurou-se garantir que pessoas transexuais das cinco regiões da cidade fossem entrevistadas. No total, a população final do estudo foi composta por 26% de pessoas trans residentes na região central de São Paulo, 25% na Zona Leste, 22% na Zona Sul, 15% na Zona Norte e 11% na Zona Oeste. Essa representatividade espacial foi possível devido à adoção de três procedimentos metodológicos: a aplicação de questionários nos eventos de comemoração do Dia da Visibilidade Trans, em janeiro de 2020, e nos Centros de Cidadania LGBTI e de

Convivência da Diversidade – CRD e, por fim, com a possibilidade de cada pessoa entrevistada poder indicar outras pessoas transexuais para possíveis entrevistas (nome e telefone).

Figura 1 - Georreferenciamento das entrevistas realizadas por meio (presencial e telefônica)



Os endereços indicados no mapa acima não correspondem ao número de entrevistas realizadas, pois em um mesmo endereço ocorreram mais de uma entrevista no grupo presencial e, em alguns casos, também nas entrevistas realizadas por telefone.

Qualquer possibilidade de viés provocado pela aproximação da identidade de gênero entre entrevistadora e entrevistada foi dirimida por preceitos éticos exigidos em investigações dessa natureza (consentimento prévio; confidencialidade e sigilo em relação à identidade da pessoa entrevistada; respeito aos seus valores, concepções etc.) evitando que interesses, visões e julgamentos interferissem no processo de obtenção dos dados.

A Fase 2 da pesquisa teve início em novembro de 2020 e consistiu em uma pesquisa de tipo qualitativo, com o objetivo de aprofundar temas relacionados à trajetória de vida das pessoas transexuais narradas por elas em entrevistas abertas e roteirizadas, proporcionando o conhecimento mais detalhado de suas interpretações a respeito de suas relações familiares, escolares, do despertar de sua identidade de gênero, a transição física e seus relacionamentos após esse processo.

O uso do método qualitativo de pesquisa tem a finalidade de aprofundar as discussões, mesmo que elas não sejam generalizáveis para o conjunto da população estudada. Por isso, no lugar de aplicação de questionários com perguntas e respostas pré-codificadas, as pesquisas de tipo qualitativo utilizam a técnica de entrevista com uso de roteiros de questões abertas, que permitem à pessoa entrevistada discorrer sobre os assuntos propostos, ao mesmo tempo em que quem entrevista pode solicitar mais explicações e aprofundamentos a partir das respostas concedidas.

Foram realizadas 29 entrevistas entre dezembro de 2020 e março de 2021, que tiveram duração variada de 1 a 2 horas. Dadas as restrições ainda vigentes por conta da pandemia da covid-19, as entrevistas foram agendadas e realizadas por meio eletrônico, com uso dos aplicativos *Collaborate* e *Google Meet*. Todas as entrevistas tiveram por base um roteiro exploratório dos históricos de vida, experiências de violência, relacionamentos familiares, acesso ao mercado de trabalho e educação, modo de sobrevivência durante a pandemia de covid-19 e acesso às políticas públicas direcionadas à população transexual no município de São Paulo ou participação como agente dessas políticas.

Tal como na Fase 1 da pesquisa, nessa etapa, as entrevistas foram conduzidas por uma pesquisadora transexual, que se integrou à equipe de pesquisa nessa fase. Com formação pós-graduada em Estudos Culturais e com conhecimento em pesquisa qualitativa, a pesquisadora proporcionou uma abordagem mais próxima aos entrevistados e entrevistadas e agregou o seu conhecimento sobre a população transexual nos processos de interação proporcionado pelas entrevistas. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento das pessoas entrevistadas e transcritas, para posterior análise dos dados.

A seleção das pessoas entrevistadas para essa fase considerou as indicações de agentes sociais ativos no movimento LGBTQIA+, agentes públicos que participaram da elaboração e implantação do programa Transcidadania, que atuavam nos Centros de Cidadania LGBTI e de pessoas que participaram da Fase 1 do mapeamento como entrevistadores e entrevistadoras. Buscou-se também contemplar a heterogeneidade da população transexual, contando com a participação de homens trans, mulheres trans, travestis e pessoas não binárias. Por fim, a seleção das pessoas para as entrevistas não priorizou ou excluiu as pessoas transexuais que haviam respondido aos questionários aplicados na Fase 1. Foram entrevistadas, conforme a autoidentificação, 6 travestis,

14 mulheres trans, 5 homens trans, 2 pessoas não binárias e 2 pessoas cisgênero, sendo um homem e uma mulher.

Para a realização das entrevistas, foram utilizados três roteiros. O roteiro número 1 (um) foi chamado de “Trajetória” e aplicado a todas as pessoas entrevistadas. As questões presentes nele buscavam traçar a trajetória das pessoas entrevistadas, a partir dos processos de transição, acesso à educação e trabalho e outros que as pessoas quisessem enfatizar.

O roteiro número 2 (dois) aprofundou as questões de participações em ações políticas ou de assistência de qualquer natureza à população transexual e as implicações que essa militância trouxe para o entendimento da própria percepção de gênero e o processo de transformação física bem como a avaliação dos programas de saúde e assistência governamental voltados à população transexual. Ele foi aplicado àquelas pessoas que se identificaram ou que a equipe de pesquisa já havia identificado como participantes do movimento LGBTQIA+ ou das políticas de assistência a população transexual. São pessoas que possuem experiência para apresentarem suas percepções sobre algum programa específico ou sobre a organização de movimentos de atendimento às demandas da população transexual, como reconhecimento social para o trabalho, escolarização, saúde ou atendimento psicológico.

Por fim, o roteiro número 3 (três) foi criado especificamente para as pessoas transexuais que atuaram na fase 1 como entrevistadores e entrevistadoras. Nesse roteiro, além da trajetória de vida, as pessoas entrevistadas foram questionadas sobre a participação como entrevistadores e entrevistadoras no mapeamento e as expectativas quanto à importância e capacidade influenciadora dos resultados nas políticas públicas ou na melhoria das relações sociais com as pessoas cisgêneras.

Assim, era uma oportunidade a mais que surgiria na minha vida; seria um grãozinho a mais no meu currículo também para ser adicionado; e também pela importância da luta, de descobrir o que realmente na questão... assim, de apoio a comunidade LGBT e as pessoas trans; principalmente as trans, o pessoal trans; então isso me chamou muito a atenção também! E me trouxe muitas oportunidades. – Oportunidades de conhecer várias histórias; oportunidade de rever algumas coisas; e está me trazendo muitas coisas boas! Me trouxe muitas coisas boas! Não tenho o que dizer, só tenho que agradecer.

(Mulher trans)

Os dois métodos de pesquisa, no lugar de serem tratados como opostos, foram utilizados de forma complementar. Os dados coletados na Fase 1 possibilitaram à equipe de pesquisa elaborar roteiros para a Fase 2 cujo objetivo foi aprofundar os resultados obtidos e adicionar outras percepções acerca dos temas tratados na Fase 1, produzindo dados que possibilitaram obter uma visão mais ampla e sofisticada sobre a população trans do município de São Paulo.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As duas fases da pesquisa proporcionaram um conjunto de dados de tipo numérico e de tipo qualitativo, que receberam tratamentos adequados e foram interpretados, posteriormente, de forma complementar.

Os dados obtidos na Fase 1 foram submetidos a um tratamento quantitativo de estatística descritiva e inferencial, com o uso de análise de frequência, que permitiu a geração de tabelas e gráficos. Também se fez uso do método de análise fatorial para identificar fatores (variáveis latentes) que explicassem melhor e resumissem as correlações verificadas entre as variáveis pesquisadas.

Para a realização dessas análises, foi utilizado o *software* de análise estatística *Statistical Package for the Social Science – SPSS*, que possibilitou a produção de análises de frequência e inferenciais para identificação de correlações entre o perfil da população transexual e suas condições de vida.

Os resultados produzidos pela Fase 1 possibilitaram a construção de um perfil sociodemográfico da população trans do município de São Paulo, caracterizando-se como a primeira pesquisa do gênero na cidade. Entre os aspectos observados pelos dados estão: identidade de gênero; origem; sexo; raça/cor; idade; religião; escolaridade; vínculos familiares; local de moradia; trabalho e renda; condição de saúde; consumo de substâncias psicoativas; vivência de situações de violência; exercício da cidadania e participação em organizações e movimentos sociais.

Para a Fase 2 foi realizada a análise de conteúdo do material produzido com o uso da teoria fundamentada. A teoria fundamentada é caracterizada por um processo de indução da análise atribuída pelos dados obtidos na pesquisa. Nesse método de análise, as entrevistas transcritas são inseridas em *softwares* de análise de dados e/ou lidas detidamente, analisando-se cada palavra, frase e parágrafo, de forma a identificar os elementos que podem nos levar a compreender melhor a realidade vivida pelas pessoas entrevistadas. (STRAUSS; CORBIN, 2008)

A partir desta leitura minuciosa, são obtidas palavras-chaves, que são agrupadas em códigos, que permitem nova leitura das entrevistas, de forma a construir um *corpus* de dados a partir dos códigos que, paulatinamente, dão origem a categorias, que organizarão os discursos e evidenciarão, mais fortemente, os resultados produzidos.

As transcrições das entrevistas realizadas foram inseridas no *software* de análise de dados qualitativos ATLAS.ti e foram submetidas a análises que evidenciam: i) as palavras e termos mais recorrentes nas entrevistas; e ii) o contexto em que tais palavras e termos foram apresentados pelas pessoas entrevistadas.

As palavras e termos formaram códigos como identidade de gênero, trabalho, pertencimento social, família, educação, que possibilitaram a criação de categorias como identidade de gênero, percepção de gênero, transição de gênero, experiência escolar, formas de resistência, entre outras.

Figura 1 – Palavras obtidas em discursos selecionados na categoria identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Partes dos discursos que evidenciavam as categorias foram selecionadas e separadas em arquivos identificados por categorias. Cada arquivo traz a amostra dos dados, considerada a parcela dos dados presentes nas entrevistas e que apresentam as percepções dos temas tratados. (FLICK, 2009)

Os dados dispostos nas categorias foram tratados, considerando a posição social das pessoas entrevistadas, o que é fundamental para a compreensão do discurso proferido, pois todo aquele que fala sobre algo, fala de um determinado lugar, com certas condições sociais, políticas e econômicas.

Os arquivos com as amostras dos discursos foram analisados e apresentados de forma ilustrativa, com os discursos sendo inter-relacionados aos dados quantitativos produzidos na Fase 1, proporcionando uma interpretação mais acurada, que atribuiu densidade ao dado quantitativo. As falas literais dispostas nas amostras estão indicadas sem a declaração da autoria da fala, apenas mencionado a identidade de gênero, garantindo o anonimato das pessoas entrevistadas.

Essa análise foi também realizada considerando o aporte teórico sobre os diversos temas tratados – trabalho, violência, saúde – e sua ênfase nos aspectos relacionados aos estudos de gênero, especificamente, transexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS TRANSEXUAIS EM SÃO PAULO: DA LUTA POLÍTICA AO TRANSCIDADANIA

GIORDANO MAGRI

O 1º Mapeamento das pessoas trans na cidade de São Paulo surge em um contexto de aumento da visibilidade política de travestis, homens e mulheres trans e pessoas não-binárias, resultado tanto de políticas públicas quanto do aumento de sua representação em veículos de comunicação. É uma pesquisa que busca captar a complexidade e a diversidade de perfis dentre as pessoas que se identificam como transexuais na cidade de São Paulo, com o objetivo de amadurecer políticas públicas e torná-las mais inclusivas e efetivas, considerando a heterogeneidade dessa população.

No entanto, a construção de políticas públicas direcionadas as pessoas transexuais não inicia com este Mapeamento ou sequer com o Programa Transcidadania, política criada pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 2015. A luta das travestis e pessoas transexuais no âmbito da sociedade civil é muito anterior a esse processo e tem sido de fundamental importância para a construção de políticas pelo Estado.

A construção identitária da transexualidade iniciou-se pelas travestis, especialmente a partir de um processo de separação política feita pelo movimento de homossexuais, com o objetivo de diferenciar homossexualidade masculina da performance da feminilidade. Foi um movimento político veiculado na imprensa especializada que se iniciou no começo dos anos 1960, intensificou-se na década seguinte e se consolidou de forma emblemática no processo de reivindicação da inclusão do termo “orientação sexual” nas diferentes formas de discriminação presentes na Constituição Federal de 1988. A incorporação do termo orientação sexual deixou marcada a diferença entre performance de gênero e desejo sexual, como forma de afastar da homossexualidade o estigma atrelado à efeminação (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Ainda na década de 1960, o termo travesti começou a ser usado como homens “em travesti”, para se referir a homens que se vestiam de mulher, sobretudo durante a época de carnaval. Na década de 1970, as travestis não mais se restringiam ao carnaval e começaram a ser vistas também pelas ruas do Rio de Janeiro e de São

Paulo. O crescimento no número de travestis a partir desse momento apareceu de forma atrelada à prostituição, lugar ocupado por esse público na construção social cis-heteronormativa (branca). Aos poucos, o termo homens “em travesti” sofreu modificações até chegar em “ser travesti”, expressão que remete também às transformações corporais que foram sendo incorporadas por essas pessoas (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Do ponto de vista da organização política, a atuação de travestis e pessoas transexuais foi muito anterior às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Pelo menos desde a década de 1980, algumas pessoas transexuais despontaram como lideranças políticas e referência na defesa e acolhimento desse público. O exemplo mais emblemático para São Paulo foi o de Brenda Lee, uma travesti pernambucana radicada em São Paulo, que começou a acolher jovens travestis expulsas de casa ainda no início da década de 1980, prática que foi intensificada com o tempo. Em 1985, após uma série de assassinatos na Avenida Indianópolis e na Chácara Flora, na Zona Sul, surgiu de vez, de forma espontânea, o “Palácio das Princesas” (COLAÇO, 2009).

O trabalho de Brenda ampliou-se com a disseminação do vírus HIV e da Aids no Brasil, transformando então sua casa de acolhimento em um local de referência para suporte aos pacientes durante o tratamento da doença na cidade, em parceria com o Hospital Emílio Ribas. Em 1988, o estabelecimento de um convênio com o governo do estado de São Paulo para institucionalizar o acolhimento de pessoas soropositivas transformou o Palácio das Princesas na Casa de Apoio Brenda Lee (EL PAÍS, 2019). Esse foi o primeiro centro de acolhida para pessoas transexuais da cidade de São Paulo e o trabalho de Brenda acabou tornando-se referência para a construção de uma rede de atendimento e conscientização pública sobre o HIV. A ativista foi brutalmente assassinada em 1996, mas seu trabalho foi continuado, e seu legado, reconhecido. A Casa de Apoio Brenda Lee segue desenvolvendo seus trabalhos, ainda que com dificuldades para a manutenção do funcionamento (COLAÇO, 2019).

A partir da década de 1990, intensificou-se no país a organização de coletivos e associações de pessoas transexuais. Esse movimento político nasceu em torno de duas principais demandas dessa população: o enfrentamento à violência, sobretudo a policial, e a luta contra a Aids (CARVALHO; CARRARA, 2013). A primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo foi a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral), nascida para o enfrentamento à violência policial contra travestis em pontos de prostituição do Rio de Janeiro, mas que logo passou a integrar em suas pautas a agenda de enfrentamento à Aids. É por meio da articulação da Astral que aconteceu no Rio de Janeiro o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS (SOUSA, 2019).

A partir daí, o surgimento de novas associações de travestis foi acontecendo aos poucos em vários estados e o ENTLAIDS foi crescendo, fortalecendo um movimento nacional de travestis. Primeiramente, com a criação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (Rentral), que depois passou a se chamar Renata (Rede Na-

cional de Travestis), em 2000, uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais organizou-se, surgindo assim a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros, a Antra (CARVALHO; CARRARA, 2013). Desde então, essa tem sido a grande referência de produção de dados e de articulação de políticas e informações sobre os direitos de pessoas transexuais (SOUSA, 2019).

A partir desse breve histórico, nota-se que as políticas públicas voltadas para pessoas transexuais não foram construídas de dentro para fora do poder público. A situação de violência e privação de direitos e atendimento a pessoas transexuais está enrustada na história de nossa sociedade, e sempre houve quem, da sociedade civil, acabasse suprimindo essa ausência de proteção estatal. Demandas como a reivindicação de respeito ao nome social ou de acesso à saúde já estavam presentes no século passado, antes mesmo do Programa Transcidadania sequer ser concebido. É, portanto, necessário registrar que a vulnerabilidade e a falta de acesso a direitos eram condições já dadas a pessoas transexuais, porém, isso só começa a entrar na agenda pública municipal após 2005, e ainda de forma muito difusa, uma vez que foi preciso conquistar também espaço em uma agenda protagonizada por pessoas cisgêneras.

FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Voltando o olhar para o poder público da cidade de São Paulo, somente depois dos anos 2000 que a luta do movimento social começou a repercutir nas políticas construídas pela Prefeitura. No entanto, antes de efetivamente apresentar os marcos da política pública LGBTI da cidade, dois alertas são importantes. O primeiro é que não temos a pretensão de reconstruir historicamente cada avanço da política para pessoas LGBTQIA+⁶ na Prefeitura de São Paulo. O foco deste capítulo é justamente olhar para a dimensão político-institucional das políticas públicas voltadas para pessoas transexuais. A breve reconstrução dos principais marcos das políticas LGBTI no município tem o papel somente de contextualizar como aconteceu a progressiva inclusão de pessoas transexuais nas políticas promovidas pela Prefeitura até chegar no Transcidadania, aqui entendido como o principal marco de políticas voltadas para essa população.

Esse é o segundo alerta: os marcos institucionais falam, em sua maioria, sobre a política LGBTI em geral e não somente sobre pessoas transexuais. Dessa forma, essas informações precisam ser vistas também a partir de uma perspectiva de desigualdade interna à população LGBTQIA+ em que há um protagonismo de homens homossexuais, que inclusive quase sempre estiveram à frente da Coordenação LGBTI. Bruna Sveltic foi a única mulher – cis – a ocupar esse cargo, de forma interina, entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019.

As políticas LGBTI começaram a aparecer institucionalmente na Prefeitura a partir de fevereiro de 2005, com a criação da Coordenadoria de Assuntos da Diver-

6. Nota conceitual: utilizamos LGBTI quando nos referimos à política pública. Quando relacionado às pessoas LGBTQIA+, utilizamos a sigla mais completa que temos atualmente.

sidade Sexual, vinculada à então Secretaria Especial de Participação e Parceria, pelo então recém-empossado prefeito José Serra (SÃO PAULO, 2005a). Antes disso, no governo da prefeita Marta Suplicy, mesmo sendo uma pessoa que frequentava as Paradas do Orgulho LGBT à época e era reconhecida como uma aliada do movimento, a pauta não entrou na agenda de seu governo, o que lhe rendeu críticas (TREVISAN, 2003).

Ainda em 2005, foi criado o Conselho de Atenção à Diversidade Sexual, órgão da política responsável por garantir a participação social, por meio da incidência de representantes da sociedade civil nas diretrizes da política (SÃO PAULO, 2005b). O papel e a importância do Conselho foram variando no decorrer do tempo, em alguns momentos tendo um papel mais ativo e de destaque, como quando organizou as duas Conferências Municipais LGBT, em 2008 e 2011, enquanto em outros ficou com um funcionamento precário, como entre 2014 e 2016, em que foram realizadas poucas reuniões e as poucas atividades ocorreram com uma diretoria cujo mandato já havia encerrado. Foi nesse período que o Conselho foi reformulado pela primeira vez, passando a ser chamado Conselho Municipal de Políticas para LGBT e ter sua composição atualizada (SÃO PAULO, 2015c). Em 2019, o Conselho foi novamente reformulado, agora para incluir, além de representantes da sociedade civil e do governo municipal, um conselho consultivo composto por representantes de outras instituições, como Defensoria Pública, OAB e Câmara Municipal (SÃO PAULO, 2019).

O Centro de Referência em Direitos Humanos, Prevenção e Combate à Homofobia, que depois ficou conhecido como Centro de Combate à Homofobia, foi o primeiro equipamento criado para atendimento ao público, a princípio focado para lidar com casos de violência, mas que oferecia também, de forma intermitente, atendimento jurídico, psicológico e social. Funcionando no Pátio do Colégio, foi inaugurado em 2006, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e formalizado em 2011, via decreto (SÃO PAULO, 2011). O CCH foi desativado em 2015, com a criação do Centro de Cidadania da região central da cidade.

Em 2008, foi criado o Programa Operação Trabalho (POT) LGBT, voltado principalmente para travestis e mulheres transexuais. O POT é um programa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, criado em 2001, para lidar com trabalhadores desempregados, e que viabilizou a realização de diversos projetos de inserção produtiva da Prefeitura. Foi por meio do POT que vários programas sociais reconhecidos internacionalmente puderam ser viabilizados, dentre eles o De Braços Abertos e o Transcidadania. Inicialmente, o POT LGBT foi um programa oferecido a 16 pessoas e previa o recebimento de uma bolsa e um programa de qualificação profissional (SÃO PAULO, 2009).

Em 2008, foi criado o Centro de Referência da Diversidade, na rua Major Sertório, na região da República, um equipamento com objetivo de desenvolver medidas de inclusão social para pessoas LGBT e pessoas com HIV (SÃO PAULO, 2008). Com o passar dos anos, esse equipamento consolidou-se, sobretudo para as pessoas

LGBTQIA+ em situação de rua, como uma referência de acesso ao Estado. Atualmente, o equipamento segue ativo, apesar de algumas ameaças de fechamento, incorporando também o papel do Centro de Cidadania LGBT da região central, que foi encerrado em 2019.

Uma agenda muito presente na história da luta política de pessoas transexuais é a reivindicação pelo reconhecimento do nome social. Esse tema entrou na agenda municipal em 2010 por meio de um decreto publicado pelo então prefeito Gilberto Kassab obrigando o respeito ao uso do nome social indicado por travestis e transexuais em equipamentos públicos (SÃO PAULO, 2010). Esse decreto foi atualizado em 2016 por Fernando Haddad (SÃO PAULO, 2016), avançando na amplitude da medida e na facilitação desse reconhecimento. A legislação foi novamente atualizada por Bruno Covas em 2018, especificando um rol de instrumentos em que o respeito ao nome social deve ser observado, além de estender a obrigatoriedade do uso para empresas contratadas pela Prefeitura (SÃO PAULO, 2018).

Como se vê, nas gestões de José Serra e de Gilberto Kassab foi construída a estrutura institucional da política municipal LGBTI. Nesse momento, esse avanço foi construído a partir de um olhar voltado para homossexuais, a exemplo do Centro de Combate à Homofobia, sendo ainda tímidas as políticas LGBTI em relação ao impacto e alcance, sobretudo para a população transexual. Na gestão de Fernando Haddad, a política ganhou outra proporção com um salto significativo de investimento, reivindicando-se à época o maior orçamento da história do país para políticas LGBTI até então (SÃO PAULO, 2015d). Nesse período, foi criado o Programa Transcidadania e inaugurados quatro Centros de Cidadania LGBT.

A criação dos Centros de Cidadania LGBT representou uma ampliação relevante da oferta de serviços integrados para pessoas LGBTQIA+, articulando não só atendimento jurídico, psicológico e social, mas também oficinas, cursos de formação e outras atividades que fomentam a sociabilidade e o fortalecimento da cidadania. Cada Centro conta com uma unidade móvel, veículo utilizado pelas equipes para se deslocarem pela região desenvolvendo atividades culturais, oferta de serviços de saúde e orientações diversas. Dessa forma, o impacto das políticas LGBTI intensificou-se com equipamentos em todas as regiões do município e um mecanismo de deslocamento pelos territórios, o que aumentou seu alcance. Em 2015, foi inaugurado o Centro de Cidadania LGBT Luís Carlos Ruas, na região do Arouche, tornando-se então o maior equipamento do país para atendimento a pessoas LGBTQIA+. Em 2016, foram lançados mais três Centros de Cidadania LGBT: o Edson Neris, em Santo Amaro – Zona Sul, o Laura Vermont, em São Miguel – Zona Leste, e o Luana Barbosa dos Reis, na Casa Verde – Zona Norte. Em 2019, o Centro de Cidadania LGBT Luís Carlos Ruas, da região central, foi fechado e seus serviços passaram a ser referenciados no CRD. Em 2020, foi inaugurado o Centro de Cidadania LGBT Claudia Wonder, na Lapa, Zona Oeste da cidade, completando assim todas as macrorregiões da cidade.

Além da rede de serviços narrada até aqui, a Prefeitura conta atualmente com alguns serviços de acolhimento específicos para pessoas LGBTQIA+ em situação de rua, em especial para pessoas travestis e mulheres transexuais, como o Complexo Zachi Narchi, e, mais recentemente, a Casa Florescer, na região central, e Casa Florescer II, na Zona Norte. Outros equipamentos de ofertas de serviços LGBTI não municipais também compõem essa rede de serviços e têm importância estratégica para a garantia de cidadania e acolhimento, como a Casa1 e a Casa Brenda Lee.

Ademais, os equipamentos de saúde também representam importante porta de acesso de pessoas LGBTQIA+ aos serviços públicos. Além do Ambulatório do Núcleo TransUnifesp, vinculado à Universidade Federal de São Paulo, que é uma referência no atendimento a pessoas transexuais, as Unidades Básicas de Saúde municipais têm cada vez mais ofertado serviços especializados a pessoas transexuais, com especial referência à UBS Santa Cecília Dr. Humberto Pascale, que oferta o maior número de atendimentos a pessoas transexuais em equipamentos municipais. É um atendimento de excelência, mas que em 2021 passou por uma reformulação que gerou protestos dos usuários do equipamento em razão do enfraquecimento do serviço (SINDSEP, 2020).

Com essa breve reconstrução dos principais marcos institucionais da política para pessoas LGBTQIA+ pretendemos delinear em linhas gerais o contexto em que políticas para pessoas transexuais foram se fortalecendo e sendo incorporadas à agenda municipal LGBTI. No entanto, o grande marco de políticas para pessoas transexuais em São Paulo é o Programa Transcidadania, o que demanda um tratamento específico neste capítulo.

PROGRAMA TRANSCIDADANIA: FORMAÇÃO, LIMITES E RESULTADOS

O Programa Transcidadania foi lançado no Dia Nacional da Visibilidade Trans, em 29 de janeiro de 2015, data em que foi assinado o decreto municipal de sua criação (SÃO PAULO, 2015a). Realizado na Biblioteca Mário de Andrade, o evento contou com a presença do então Prefeito Fernando Haddad e de vários secretários municipais, além das beneficiárias e beneficiários do programa, organizações da sociedade civil, ativistas e imprensa. Lançado como um projeto inédito na América Latina, o programa previa beneficiar 100 travestis e transexuais com complementação dos estudos e inserção no mercado de trabalho, além de promover a articulação na oferta de serviços públicos, como saúde e atendimento em casos de violência (SÃO PAULO, 2015b). Além da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, pasta responsável pela coordenação do programa e acompanhamento das beneficiárias⁷, também estavam envolvidas as Secretarias de Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Políticas para Mulheres e Assistência Social.

7. Adotamos aqui a flexão no gênero feminino para tratar do universo de pessoas incluídas no Programa em razão da grande maioria serem travestis e mulheres trans, mas não só.

O Programa foi desenhado para ter dois anos de duração para cada beneficiária, com carga horária diária de seis horas, e previa três eixos de atuação: (i) *Autonomia*: eixo voltado à autonomia financeira e ao enfrentamento à pobreza, e que consistia basicamente no oferecimento de bolsa-auxílio, inclusão no CadÚnico e em programas de transferências de renda; (ii) *Oportunidades*: eixo que se preocupa com a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho; e (iii) *Cidadania*: eixo com foco no fortalecimento de direitos, com cursos de Cidadania, Direitos Humanos e Democracia, e ações voltadas ao respeito ao nome social e à formação de servidores para qualificar o atendimento a essa população.

A partir da perspectiva das beneficiárias, o Programa consistia na transferência de uma bolsa, por meio do Programa Operação Trabalho (POT), que no início foi de R\$ 840,00 e atualmente está em R\$ 1.160,00, além da matrícula no curso de EJA, e da oferta de diversas ações de acompanhamento dessas beneficiárias, ofertando-lhes tanto acompanhamento jurídico, social, psicológico e pedagógico, quanto oficinas e atividades de formação diversas. A agenda de empregabilidade ganhou força com a gestão de João Doria e Bruno Covas, construindo-se diversas parcerias com empresas para encaminhamento e contratação de beneficiárias.

As vagas foram aumentando no decorrer no tempo. Depois das 100 beneficiárias no primeiro ano, o número de vagas ofertadas foi dobrado no ano seguinte, e assim sucessivamente até as 510 beneficiárias que se encontram vinculadas ao programa atualmente. A forma de gestão do Programa também foi alterada no decorrer do tempo. Ao tempo de seu lançamento, o Programa era gerido de forma centralizada, sendo as atividades e oficinas realizadas no Centro de Cidadania do Arouche, na região central. Para tanto, a gestão era feita com o apoio de uma organização da sociedade civil, Koinonia. A partir de 2017, com a mudança do mandato da Prefeitura, a gestão do Programa começou a ser feita de forma descentralizada nos Centros de Cidadania das regiões da cidade, sendo esses os responsáveis por todo o acompanhamento das beneficiárias.

Com números e ações apresentados, na segunda fase do Mapeamento, avançamos em aspectos qualitativos sobre como o Programa foi assimilado por ex-beneficiárias e outras pessoas transexuais que construíram e acompanharam a política. Mais do que aspectos institucionais, exploramos a seguir como o Programa foi formulado e vivenciado por pessoas transexuais, assim como os sentidos e os limites dessa política pública.

FORMAÇÃO E IMPACTO POLÍTICO DO PROGRAMA

Alguns elementos acabaram aparecendo em várias entrevistas como determinantes para a criação do Programa em 2015. O Transcidadania, a princípio, foi uma política muito controversa na opinião pública, mas, mesmo assim, acabou virando uma referência de política pública, sobretudo para pessoas transexuais. Enquanto o Programa era festejado por setores dos movimentos sociais, parte da imprensa criticou muito, o que não se sustentou com o tempo:

Olha, primeira repercussão é: todo mundo feliz porque o programa é inovador que o município de São Paulo está lançando – primeiro ponto! – Muita solidariedade no movimento social, inclusive, de aplaudir e de festejar. – O primeiro momento, os conservadores pularam, “bolsa travesti, bolsa travesti, bolsa traveco...” – Num segundo momento, os conservadores recuaram, porque pegou mal eles falarem mal da gente; porque a gente começou a bombar muito!
(Travesti)

O programa ganha uma dimensão de disputa da cidade, né? Que “era programa para viado”, “que ia dar um salário-mínimo para as travestis”, das coisas mais ignorantes possível! Mas depois o programa se sustentou, se sustentou na medida em que as pessoas perceberam da urgência, né? Então quem estava tocando o programa naquele período conseguiu construir uma retórica positiva e da necessidade da urgência do programa, né?
(Mulher trans)

No entanto, essa disputa foi feita sobretudo pela força política que o Prefeito à época atribuiu ao Programa. A mãe do Prefeito morava na região da Avenida Indianópolis, no bairro do Planalto Paulista, na zona sul da cidade, lugar de intensa atividade da prostituição de travestis e mulheres transexuais, e isso o sensibilizou quanto à necessidade de uma política pública para essas pessoas.

O Transcidadania era uma encomenda do gabinete do prefeito, né? Era uma encomenda do Haddad, né? Haddad queria, sensibilizado, eu acho que muita gente conhece essa história, que o Haddad, sensibilizado com as questões das travestis, porque a mãe dele mora em uma região onde tem prostituição de travestis e ele dizendo que um dia iria construir um programa para essas pessoas.
(Mulher trans)

O Transcidadania sempre foi um grande evento e tudo. E na época, foi feito um evento de abertura, né? E a prefeitura de São Paulo chamou toda essa militância do Brasil todo, particularmente da Antra, para integrar esse evento, né? Ou seja, chamou a Keila, chamou a Cris e chamou outras para participar desse evento de abertura, que foi lá na Biblioteca Mário de Andrade, que tem um grande espaço. E a primeira aula também, a aula inicial do projeto Transcidadania, foi feita por ele – porque o Haddad também é professor universitário, então ele deu uma aula para as meninas todas e para mostrar que ele era favorável a tudo isso – não só como prefeito, mas também se mostrar, para as meninas, que ele era também bem favorável a esse programa de inclusão social para a nossa população.
(Mulher trans)

Com a força política, o governo criou uma estrutura grande e um acompanhamento muito próximo das beneficiárias, especialmente no começo do Programa. Embora fosse um programa inovador, era preciso enfrentar a desconfiança das beneficiárias e dar todo o suporte para seu retorno para a escola. Além disso, a Prefeitura também assumiu a disputa

política de narrativa em torno do Programa. O Transcidadania foi capitalizado como uma das grandes conquistas da gestão à época, o que, logo no início, foi muito positivo.

Teve uma coisa que foi muito acertada do programa: o programa sabia e a prefeitura sabia que não bastava ter a bolsa, né? (...) Por que que o programa teve tanta adesão? – Essa é uma pergunta. – Por causa desse acompanhamento. – No começo, nós tínhamos uma equipe que a gente fazia um atendimento muito, muito, muito... É assim: ó, no começo das cem, nós tínhamos uma tríade: assistência social, psicologia e pedagogia pra cada cinquenta. – Então a gente fez o seguinte: fez um calendário de, pelo menos, um atendimento com cada profissional desses durante um mês; então todas as cinquenta iam passar pelo menos uma vez por mês; só que a gente começou a ter a demanda espontânea dessas pessoas. Então a gente tinha cinquenta atendimentos agendados/mês e a gente tinha trezentos espontâneos. – Entendeu a loucura que era? – Mas isso foi o essencial! – Porque lá no começo, quando não tinha equipe, que a gente tinha que lançar no dia 29 de janeiro, pra lançar no 29 de janeiro elas tinham que estar todas inseridas no programa e tinham que estar todas matriculadas! – Porque se ela não estivesse matriculada ela não iria receber. Ela só assinava o contrato do POT quando ela estava matriculada. Então a Secretaria do Trabalho só recebia mediante a matrícula. Então ela fazia o cadastro social no Transcidadania; ela encaminhava pra escola, fazia a matrícula e essa soma do cadastro do Transcidadania com a escola era o que validava o contrato dela. – Certo? – Por isso que no começo elas ficavam: “ah, mas eu assino muita coisa!” – Elas falavam pra gente. – E quando a gente ia levando, a gente ia levando de dez em dez pra matricular, a gente marcava na Libero Badaró, saía na van e ia na escola e matriculava.

(Travesti)

E, é assim: teve uma coisa boa, um fato de que a gestão pública ela é política e ela quer vender o seu louro. A gestão pública municipal não teve vergonha do Transcidadania. – Obviamente a gente sabe que todo mundo quer seu nome no jornal, “ah, bombom, que lindo, que close!” – Mas tem uma narrativa que as próprias pessoas conservadoras criaram de que nós estávamos tirando as pessoas da prostituição – mas não estávamos fazendo isso! Não era isso o debate! – Mas a gente também não enfrentou esse debate porque não era o momento da gente chegar pro conservadorismo e dizer: “não, a gente quer o direito de ser puta...” – Não dava pra fazer isso, gente, tem momentos que são opções! – Deixem eles falarem isso porque pelo menos eles não incomodam a gente!

(Travesti)

E isso trouxe frutos, consolidando o Transcidadania como uma referência de programa de direitos humanos, sobretudo, LGBTI. Mas não era só uma referência nacional, mas também internacional.

Eu lembro perfeitamente que o programa de São Paulo teve uma repercussão tão boa que São Paulo ganha, em 2014 – Eu acho que é em 2014 ou em 2016, eu não lembro exatamente, a minha cabeça está meia ruim! – pra ganhar o título de City Rainbow, uma cidade, né? fazer parte do rol de 30 cidades no mundo a favor da diversidade, que é o City Rainbow – que até

hoje São Paulo tem esse título de uma Cidade Rainbow, né? A gente vai receber também uma comitiva da Casa Branca pra apresentar os programas no governo do Barack Obama, né? A gente vai sistematizar essa experiência, vai ter livro publicado da experiência do Transcidadania [...]; muitos trabalhos acadêmicos, mestrado, doutorado que vão referendar esse programa como programa de sucesso; várias câmaras municipais vão ter alguma coisa direcionada a uma lei de Transcidadania, né? – É importante falar! – E é importante dizer também que, com o Transcidadania, a gente também ganha um marco legal da política pública; a gente vai ganhar leis de nome social nas cidades. Por exemplo, São Paulo vai ter lei de nome social, né? Vai estar estampado na porta da secretaria: “Aqui se respeita nome social.” – Vai ganhar também, pelo Brasil todo, né?

(Mulher trans)

Você escutava histórias de: “ah, não, mona, se você tem o babado na Europa você é aposentada.” – Ou: “ah, você recebeu uma bolsa, um benefício...”. A gente contava essas histórias das bichas que foram pra fora! – Sempre! – Sempre a gente escutou isso! – Mas quando a gente começa a ver os governos no México, Nova York, Nova Zelândia, Holanda, vir pra cá pra São Paulo olhar pra saber o que que a gente estava fazendo e que estava funcionando: pra mim foi o maior marco! Foi o reconhecimento de fato! – Porque é quando os países de primeiro mundo começam a pautar – países capitalistas! é bom a gente dar uma ênfase nisso! – começam a olhar para o Brasil, pra São Paulo especificamente, e entender: porque que eles estavam... “Que política da besta-fera era essa que eles estavam fazendo que estava funcionando e que estava sendo feito com a população trans?” – E vieram pra cá pra copiar! Não sei se implantaram porque não moro pra lá, mas vieram pra cá!

(Mulher trans)

Em que pese o papel do Prefeito à época, não é só de vontade política que se faz um programa de sucesso. Um dos elementos centrais para a construção de uma política pública foi o papel central que pessoas transexuais tiveram na concepção e na implementação inicial do Programa. O desenho da política foi discutido com diversas referências políticas transexuais e organizações da sociedade civil, inclusive nacionais:

Então a coordenação, né? na pessoa do Julian, começou a mandar e-mail para gente e a coordenação pagou as passagens para essas meninas virem para cá duas ou três vezes para começar a planejar esse programa, né? Então, como eu falei para você: foi a Keila, a Tatiane Araújo, a Cris Stephany, a Adriana Sales, a Marjorie Marcchi, eu e a Janaina Lima para elaborar esse projeto em cima do projeto Damas, do Rio de Janeiro, que já tinha sido implantado, né? pela Astra-Rio.

(Mulher trans)

O programa Transcidadania já vinha sendo pensado; ele não estava pronto, a gente não sabia como seria, como organizaria isso tudo, então a gente faz várias conversas. Então o Transcidadania foi construído não só pelas pessoas de São Paulo, mas por lideranças nacionais de travestis e transsexuais, eu lembro perfeitamente de Fernanda Benvenuti, Keila Simpson,

Tatiane Araújo opinando no que seria o Transcidadania, e a gente, lá na equipe da coordenação, o Alessandro Melchior, o André Carvalho na época – eu lembro perfeitamente! – a gente trabalhando manhã, tarde, noite e de madrugada pensando o que seria o Transcidadania. Quando a gente rascunha o primeiro... faz um rascunho do primeiro Transcidadania, a gente consegue o número de 100 bolsas, né? de 100 vagas, para o Transcidadania; e aí a gente pensa o Transcidadania na primeira coisa, o Transcidadania vai ter sua espinha dorsal – que é a transferência de renda – e ele vai trabalhar com 5 eixos centrais: transferência de renda; elevação de escolaridade; curso de democracia e de Direitos Humanos; aí vai também no campo da saúde e vai também no campo da qualificação profissional. Então não era apenas dar uma bolsa para as meninas irem pra uma escola. Não! A gente tinha que pensar durante os dois anos do programa em trajetórias de vida, né? Então o programa Transcidadania ele não tinha um intuito mais do que colocava o POT, na época, que você recebia mais ou menos o valor de um salário-mínimo pra ficar 6 horas em qualquer repartição pública atendendo telefone, servindo cafezinho ou fazendo qualquer coisa nessa repartição pública.

(Mulher trans)

Me lembro até hoje a minha primeira participação em uma reunião, foi no dia 29 de maio de 2014! Oh, eu tenho essa primeira foto até hoje. Foi em uma reunião do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais – que hoje está na minha mão também! – e lá dentro do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais, eu descobri diversas trans. – Eu só queria dar um adendo que é muito importante: o quanto despolitizada eu era!

(Mulher trans)

Além das referências políticas nacionais e de organizações de pessoas transexuais que foram convidadas para ajudar a construir o desenho do Programa, outras pessoas transexuais também tiveram papel estratégico na implementação inicial da política de dentro do governo. Tanto a primeira coordenadora do Transcidadania, quanto a primeira responsável pelo Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas, local onde aconteciam as atividades e oficinas do Programa, eram travestis de fora de São Paulo. Tanto Symmy Larrat, no Pará, quanto Dediane Souza, no Ceará, já tinham alguma projeção em razão de suas atuações técnicas e políticas. Além delas, várias profissionais contratadas para o atendimento das beneficiárias eram pessoas transexuais.

Eu fui escolhida porque as pessoas achavam que tinha que ser uma pessoa trans à frente. Procuraram pessoas trans antes de mim, que pelo peso da coisa não quiseram assumir, e chegaram até mim. Eu nem fui a primeira opção! – Mas é isso! – Eu não fui isso, eu não fui cota de um deputado, voto de um vereador – e isso faz toda diferença! Porque eu sabia que eu poderia rodar a qualquer momento, mas eu comprava as brigas que eu achava necessárias. E eu dizia: “se acreditam em mim, eu dou o que você quer. O que você quer? Você quer número pra matéria de jornal? Eu te dou o número.” – “São números? Você quer números de êxito? Eu vou te dar esse número de êxito. Agora, eu quero autonomia, né?”

(Travesti)

E aí Symmy chega e Symmy dá um show no programa, né? E aí foi muito bacana, eu acho que o programa também tem muito de sucesso, uma equipe de muito sucesso, né? Então, logo em um primeiro momento, tinha a Symmy Larrat na equipe, Milena Wanzeller na equipe, Zé Luís na equipe, Cintia, Cléia, Felipe... – Deixa eu trazer mais gente pra minha cabeça. – Eram essas pessoas, né? E aí na minha equipe tinha, que era a equipe do centro de referência: tinha Thaisinha – que inclusive está aí em São Paulo, eu acho que vocês também tiveram a oportunidade de conversar. Aí a Thaisinha estava na minha equipe, aí depois foi a própria Athena Joy estava na equipe, Mariana – Mariana é uma figura importantíssima, porque Mariana é funcionária de carreira da prefeitura, e quando eu cheguei em São Paulo, ela era assistente social do Centro de Combate à Homofobia, que depois foi pro Centro de Cidadania LGBT, e Mariana também contribuiu muito na formação, porque ela conhecia tudo que não deu certo no POT, no Programa Operação Trabalho, né?

(Mulher trans)

Na época, que eu me lembro, já estava trabalhando no projeto Transcidadania, a Ruth Alonso, que trabalhava como... hoje em dia, a Ruth, ela é lésbica, hoje em dia ela é advogada, mas ela começou a trabalhar no Centro de Cidadania do Arouche como articuladora, né? Eu sei que a Paola, como pedagoga; a Symmy, como Coordenadora do projeto Transcidadania. – Quem mais? – A Milena Wanzeller, de Belém, que já morava aqui em São Paulo como Secretaria. – Quem mais? – Deixa eu ver... Deixa eu me lembrar... – A Paola, a Milena... Tinha outras pessoas cis que eu não vou lembrar o nome delas todas, mas era uma equipe grande, né?

(Mulher trans)

Uma equipe qualificada, e principalmente formada por pessoas transexuais, foi um dos elementos mais destacados como fundamental para o sucesso do Programa. A máxima do “nada de nós sem nós”, tão presente no processo de construção deste Mapeamento, foi, sem dúvida, um elemento central para a construção da cidadania de pessoas transexuais. E isso já aparece desde o lançamento do Transcidadania, em que estava clara a importância de que as pessoas transexuais fossem, mais do que objetos da política pública, sujeitos e sujeitas de tudo que estava sendo construído.

Todo mundo queria ser pai e mãe do Transcidadania, na verdade, pai e mãe do Transcidadania eram várias pessoas trans e travestis que lá estavam, né? E por isso que a gente queria dar formação desde o início em Democracia e Direitos Humanos para que elas pudessem defender em algum momento o programa.

(Mulher trans)

No entanto, esse ponto não se refere somente a uma questão de protagonismo, mas também foi um fator determinante para alcançar as beneficiárias e, de fato, conseguir integrá-las ao programa. Isso começou desde o processo de inscrição das primeiras pessoas que foram inseridas.

Passado isso a gente começa a fazer o quê? – A busca. – A busca, eu era articuladora, né? (...) Mas a pessoa: “ Ah meu deus, vamos coletar as travestis ali na Praça da República, vamos cadastrar elas, e...” – Eu falei: “Gente, mas elas não estão só aqui não!” – Desenhei um trajeto dos dias onde a gente tinha que ir, a gente... Magô, duas da manhã – eu lembro! – que a gente estava procurando as meninas – e cito nome ainda de pessoas que estavam na equipe: Noélia Presley – que trabalha hoje no gabinete do vereador Suplicy; o Arthur Silveira, que hoje em dia não mora mais em São Paulo; a Rosane Ávello, que é uma de cabelo curtinho, mulher, lésbica e indígena – que não sei onde ela está trabalhando, mas mora em São Paulo atualmente; e íamos nós! – Nós éramos as pessoas que estavam chamando as travestis e tudo mais! – Se eu esqueci alguém aí nessa história, eu peço desculpa! – E a gente começou a ir pra rua. Pega camisinha e gel e – bora! – E aí fizemos: Parque do Carmo; fizemos João XXIII. Fizemos Boca do Lixo; fizemos Andorinha; fizemos Indianópolis; fizemos Barra Funda; Praça da República – óbvio!; Rego Freitas também e a gente fez com as meninas do Jóquei. – Isso em menos de 2 semanas – e a gente ainda tinha que trabalhar! A rotina de trabalho comum ainda tinha que buscar as meninas. – Bem, enfim, deu tudo certo.

(Mulher trans)

Então a gente começou a ir nos pontos de prostituição delas, então a gente começou a conversar com elas dizendo que ia começar, que a prefeitura de São Paulo, através da Secretaria de Direitos Humanos, ia começar um projeto, né? para incluir elas; que a gente conseguiu incluir, na época, 100 meninas, né? A gente fez uma reunião com todas elas para inscrevê-las, lá na secretaria de trabalho; que a secretaria de trabalho tinha um espaço, né? tinha um auditório bem grande e foi lá que a gente começou a fazer a inscrição delas; e, tinha a Cinthia, que era a Assistente Social – porque tinha 2 assistentes sociais; tinha 2 articuladoras sociais para fazer esse meio de campo junto com as meninas e para ir nas escolas; tinha a pedagoga, que era Paola e tudo, que era para fazer as reuniões junto com as diretoras, junto com os alunos, exatamente para as meninas não passarem por preconceito quando fossem adentrar nas salas de aula; e a gente fazia, primeiramente, a matrícula dessas meninas – que eram, antigamente, em três escolas: uma no Cambuci, outra no centro de São Paulo, na Praça Roosevelt, e a outra escola era na Paulista.

(Mulher trans)

O papel de pessoas transexuais na gestão do Programa foi muito além do que somente encontrar e selecionar as beneficiárias, mas também se refletiu no dia a dia escolar, e nas demais atividades previstas no desenho da política. Essa relação direta entre pessoas transexuais aparece como determinante em alguns momentos.

A gente tinha que fazer a matrícula dessas meninas e tudo, para elas não passarem por preconceito e nem por transfobia dentro dessas escolas, então tinha todo esse trabalho de falar com os diretores, com os professores e praticamente com a grande maioria dos alunos, para que elas não se sentissem constrangidas ao adentrar as salas de aulas.

(Mulher trans)

Fez todo um diferencial ter pessoas trans na equipe. – Todo o diferencial! – Eu não acho que tinha que ter 100% de pessoas trans na equipe. Se nós tivéssemos 100% de profissionais trans seria maravilhoso, mas não acho que é uma obrigatoriedade. (...) Agora, tinha vezes que eu tinha que entrar – não na sala do atendimento! Mas eu entrava na sala do curso, eu visitava a escola (...) eu catava as meninas no corredor do colégio, levava pro jardim, entendeu? Eu esperava ela chegar na frente do colégio e, antes dela entrar, eu levava ela pra passear. – Por que a gente fazia isso? – Porque se fosse lá no espaço Transcidadania, muitas vezes, uma ia ver a outra, enfim... Tínhamos várias estratégias para conversar porque tinha vezes que tinha que ser de travesti pra travesti. – “Marisa”, entendeu? – Uma linha “Marisa”. – Tinha que ser, porque a linguagem, às vezes, não dava conta e a gente tinha que trazer.

(Travesti)

Um Programa pensado e gestado por pessoas transexuais conseguiu entender algumas nuances que a cisgeneridade não alcança, o que permitiu criar um contexto de acolhimento às beneficiárias, que foi determinante para a construção de legitimidade do Transcidadania, sobretudo entre a população de pessoas transexuais. Inclusive, esse apareceu como sendo um dos fatores que diferenciam o Programa da mera transferência de recursos, como era o POT, criado anos antes.

Quando chegava lá na escola, no caminho, tinham muitas que choravam, tinham muitas que tremiam; tinham umas que pediam pro carro parar pra ela descer porque despertava gatilhos das violências. E aí eu revivi essa violência. – Porque eu estava do lado delas e eu lembrava dos meus, das minhas questões, mas eu convenci, eu passei por tudo isso e cheguei na final. E eu ficava: “pra essa pessoa foi muito pior, porque ela saiu desse lugar!” – Sabe? E era muito enlouquecedor pra mim e pra equipe da coordenação que estava indo. – Todo mundo quando chegava e precisava de acolhimento também porque revivia essas dores com as pessoas – obviamente que quem estava vivendo aquelas dores eram elas, não tem como comparar! – Não estou dizendo que era na mesma medida, mas também sentia. – E tiveram dois acertos nisso: a primeira era dizer que nós tínhamos que ter um acompanhamento pra isso. – Então assim, nunca foi um processo de forçar, e a gente nunca colocou do tipo: “olha, você tem que se matricular agora porque senão você vai perder a bolsa e você não vai participar do programa.” – Não era isso! A gente explicava as regras do jogo! – “Obviamente, se não matricular, não vai ter a bolsa. Mas você não quer fazer agora? Por que você não faz agora?” – Então a gente levou a psicóloga para o colégio. Nós tínhamos uma psicóloga em cada colégio nos dois primeiros meses – todos os dias! – Porque ia dar problema com a professora, que não sabia lidar, dar problema com os outros alunos. O colégio estava com medo, a diretora apavorada; e a gente disse: “não, vai ter a psicóloga e se ela sentir que precisa de mais ela vai bater o fio pra gente e a gente vai cair de bonde aí.” – Mas a gente não vai “cair de bonde” pra ser persecutória com ninguém! – Nem com aluno nem com professor! A gente vai cair de bonde pra juntar a galera e falar sobre isso!

(Travesti)

A tensão com a cisgeneridade apareceu muitas vezes nos relatos. Devolver alguns espaços para pessoas transexuais que lhe foram tirados especialmente pela cisgeneridade exigia das pessoas cisgêneras envolvidas no Programa uma sensibilidade para procurar lidar de forma sensível, que fugisse da normatividade, o que nem sempre foi fácil.

Pra mim, o Transcidadania, o programa feito por pessoas trans, com pessoas LGBTQIA+, e que está demonstrando pra cisgeneridade que o que eles estão fazendo não é Direitos Humanos! É uma transferência de renda muito obtusa, né? – E pra finalizar o que tu falaste do... Tinha uma coisa que a gente teve que falar muito sobre: que foi lugar e local de fala. No começo do programa, a equipe, muitas vezes não sentia, porque ela ia pro atendimento e elas começaram a ficar audaciosas – e era muito gostoso ver isso; porque o empoderamento, pra quem é tão massacrada, quando ele chega, ele chega bombástico. E, muitas vezes, a gente tinha que dosar isso, até que ponto esse seu empoderamento é... né? Ele reverbera em algo que não dispare em outra pessoa.

(Travesti)

Foi fantástico porque as professoras. – eu me arrepio! – elas fizeram um acolhimento tão fantástico! – Tem uma história da Adele, que é uma professora da EJA, que ela diz assim: a menina estava indo pra prova – eu vou chorar, vocês vão me fazer chorar! – ela estava indo pra prova – porque você faz uma prova na EJA pra saber que nível você está quando você não tem a sua escolaridade, né? E ela falou assim pra professora: “Estou com medo.” – E a professora falou: “Eu também estou.” – E elas se abraçaram e elas choraram – eu chorei, todo mundo chorou... – Não tinha como não chorar, né? – E a gente se olhava e eu dizia: “eu também estou com medo!” – sabe? – Parecia assim uma cena de novela! – Todo mundo que se olhava dizia: “eu também estou com medo!” – E a gente resignificou esse medo, assim. E, assim, olha: no segundo mês já não precisava mais da psicóloga lá!

(Travesti)

A tensão com a cisgeneridade se deu também com a equipe envolvida, que era composta tanto por pessoas transexuais quanto por pessoas cisgêneras. Esse é um elemento que apareceu como preocupação pela gestão do Programa à época, e que exigia um trabalho da coordenação para lidar com situações de conflito e incerteza.

Para finalizar, tem uma história muito interessante que exemplifica o que eu estou falando. – Atrasou o pagamento. Me ligam da secretaria (...): “tu tens que vir pra cá agora, larga tudo aí! Porque tem umas quatro aqui na porta e elas estão fazendo escândalo na porta da secretaria.” – Aí eu falei assim: “e elas não subiram pra ser atendidas ainda por vocês por quê?” – “Não, Symmy, você é coordenadora do programa!” – E eu digo: “não, mas eu não tenho rubrica de acue! – Eu não assino para sair acue! É com vocês que elas querem falar. Eu posso ir pra aí acompanhar, porque medio.” Aí falaram: “Symmy, como que a gente vai lidar?” – Eu disse: “olha, não foram vocês que inventaram o programa para tentar suprir a vulnerabilidade, que falam de autonomia e de empoderamento? Não foram vocês que inventaram? Vocês não

foram pra TV pra dizer que esse programa vocês criaram porque vocês são muito bonzinhos e querem dar autonomia e empoderamento? Elas estão empoderadas. Elas estão aí na porta, gente! Deixa elas subirem. Elas não vão bater em ninguém.” – E aí eles se tocaram. E agora tinha uma coisa legal, porque a gente trabalhava com pessoas bacanas, e o pessoal ouviu e disse assim: “é, você tem razão.” – Quando eu cheguei, elas já estavam em cima, estavam tomando café e quando eu entrei na sala elas estavam gargalhando, todas, com o pessoal! – Porque elas foram ouvidas, elas foram respeitadas e elas tiveram a resposta que elas queriam – acabou! Elas não iam fazer auê, não iam chamar a imprensa, não ia quebrar nada! Elas estavam exercendo sua autonomia, empoderamento – e isso fez toda a diferença porque elas começaram a transitar nesses espaços. (...) Elas deram a solução, Magô! Elas disseram: “a próxima vez que isso acontecer, lancem um comunicado. Porque a gente vai saber e a gente vai saber! – É pra esperar cinco dias? – Não tem problema! – A gente só quer ter uma resposta.” – Elas deram respostas, entendeu? – E isso é fantástico!
(Travesti)

Assim como a cisgeneridade, aqui entendida como um modelo normativo que organiza nossa sociedade, outras opressões estruturais da sociedade foram emergindo das tensões que cercavam a implementação do Programa. Relatos de racismo, capacitismo e outros tipos de violência vão aparecendo. Para lidar com isso, uma ação muito importante foi o curso de democracia e direitos humanos, que era ofertado ao início do Programa, e que permitia tanto construir uma formação política mínima sobre o funcionamento do Estado e da democracia, quanto lidar com essas questões.

Então a gente não está mais no momento onde nós travestis, mulheres e homens transexuais, conseguimos nos emancipar da cisgeneridade pra falar sobre nós, para nós falarmos sobre nós. – E isso é de uma dimensão importantíssima! É por isso que eu falo tanto que o curso democracia e direitos humanos é importante, porque eu vou aprender a falar, vou aprender a estrutura, quem é que nega direito e quem não nega direito; então é dessas dimensões que a gente vai construindo que, às vezes, a gente acha que são atos isolados, mas não são!
(Mulher trans)

Obviamente veio o gatilho racismo! – Veio o gatilho... Tinha muita pessoa com deficiência, né? Tinham pessoas com questões de saúde mental, e essas pessoas, vocês sabem, elas têm uma sexualidade aflorada; tudo isso foi sendo debatido. E, paralelo ao acompanhamento, nós tínhamos um negócio que é o x da questão do Transcidadania: que se chama Curso de Cidadania e Direitos Humanos. – E que não tem mais! – Nós tínhamos um grupo de professores que construíram o curso, com uma metodologia diferente, e a gente falava lá sobre: Estado, papel do Estado, democracia, Direitos Humanos; e quando os gatilhos, a equipe de atendimento trazia os gatilhos que surgiam nas escolas, eles eram trabalhados no curso. Sem necessariamente dizer: “olha, você ontem chamou a fulaninha de macaca e hoje a gente vai debater sobre racismo.” – Não era assim! Não era persecutório! – Porque esse episódio que eu estou falando aconteceu. – Aconteceu delas se chamarem. Então nós tínhamos 30% de pessoas se declarando negras no primeiro cadastro. No final do primeiro ano, refazendo o cadastro, 70%

cento se declararam negras. – São exemplos que a gente tem pra contar disso que a gente estava falando, entendeu? (...) Aí foi surgindo a questão do racismo, foi surgindo, muito forte do racismo – e por isso eu falo muito! – as questões de gênero e raça apareceram muito. – E aí a gente foi trabalhando isso. As profissionais sempre vinham pedir...
(Travesti)

Essa formação política em cidadania, inclusive, foi atribuída como um fator determinante para a defesa da política, assim como para o processo de fortalecimento de novas lideranças de pessoas transexuais, que, se entendendo mais enquanto atores e atrizes políticos e políticas, foram buscar formas de se organizar.

E mesmo o curso de Democracia e de Direitos Humanos não indo pra frente, as pessoas elas não podem retroceder com algo que já foi dado, então a gente não retrocede um direito dado, né? conquistado, lutado, né? – Então São Paulo permanece com a rede de proteção, permanece com o Transcidadania.
(Mulher trans)

A gente começou o processo dos cursos de Direitos Humanos e Democracia – daí vai surgir inclusive uma organização organizada pelas travestis e transexuais, que elas vão montar uma ONG pra elas porque elas queriam se organizar.
(Mulher trans)

O fortalecimento político de pessoas transexuais também acaba se manifestando em lideranças políticas que começam a despontar no cenário nacional e municipal, o que é atribuído à luta política histórica das pessoas transexuais, mas também ao papel que o Transcidadania desempenhou de ressignificar a gestão e as políticas públicas.

Você pode muito bem perceber que, depois que teve tudo isso, quantas vereadoras foram eleitas travestis e transexuais aqui dentro da cidade de São Paulo. E agora a gente já tem a primeira eleita, em 2018, que foi a Erica Malunguinho, que é uma travesti negra, né? que foi eleita como deputada estadual.
(Mulher trans)

Hoje, pra gente ter em São Paulo a primeira travesti, primeira transexual mais bem votada do país, né? na vereança aí em São Paulo, com 50 mil votos, Erika Hilton, né? – Isso é muito fruto de um conjunto de ações de mudança de narrativas, né? – E aí esse ato não é isolado do lançamento do Transcidadania. Esse ato não é isolado do que as travestis fizeram aí, das travestis mais antigas, né? das mais antigas que fizeram história, como várias outras que a gente conhece que foram tombadas nesse último período por alguma coisa – ou pela discriminação, ou pelo adoecimento, né? ou ainda pela Aids – a gente precisa dizer que a Aids ainda mata a nossa população. – Então isso é muito importante quando a gente tem 30 travestis vereadoras.
(Mulher trans)

Os elementos trazidos até aqui ajudam a caracterizar o que de fato foi compreendido como a primeira política pública voltada para pessoas transexuais. A partir de então, travestis, homens e mulheres trans e, mais recentemente, pessoas não-binárias tinham uma política pública focalizada, que pensava em suas demandas de maneira complexa e articulada, e procurava lidar com as diversas dimensões que concorrem para o contexto de vulnerabilidade a que essas pessoas são submetidas. Entretanto, como toda política pública, ela tem limites e acaba mudando no decorrer do tempo, tanto para dar conta da ampliação do Programa, quanto com a redefinição de prioridades em decorrência de mudanças de poder à frente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e da Prefeitura.

LIMITES DA POLÍTICA E AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA

Nesse primeiro momento do Transcidadania narrado até aqui, é possível notar que muita energia e estrutura do governo foi dispensada, assim como houve um protagonismo das pessoas transexuais na formulação e implementação inicial da política, que foi determinante para seu sucesso. Como dissemos, há duas travestis que tiveram um papel central nesse primeiro momento do Programa, e elas saíram do governo em meados de 2016. Com isso, novas pessoas foram sendo contratadas para a equipe e o Programa naturalmente foi sendo reconfigurado.

E conforme as meninas foram saindo, as trans “cabeça”, as outras se sentiam reféns dessa opressão e elas tinham que fazer o trabalho do quê? do opressor! (...) Então nesse momento ocorre essa ruptura onde essas pessoas cis começam a realizar esse trabalho e as pessoas trans, infelizmente, têm que pensar nisso.

(Mulher trans)

Outro elemento que contribuiu para as mudanças na condução do Programa foi o seu sucesso. Quanto mais importância política o Transcidadania ganhava, mais centralizadas começaram a ficar as decisões. Esse processo foi importante, por um lado, para conseguir de fato garantir o crescimento do Programa. Porém, por outro, ocorreu um processo também de *tokenização*, conforme explicado pelo relato a seguir.

No começo... No começo era perfeito. Porque nós tínhamos. – Vamos identificar três cabeças, tá? – Que pensavam de formas diferentes, mas de forma que uma complementasse a outra (...) Então, nós tínhamos dois travestis e um homem gay – estava perfeito! Depois, com o passar do tempo, com as coisas acontecendo; implementar uma política não é fácil, as relações vão se desgastando, começaram a ter participação de mais pessoas cis que mudaram essa forma de trabalho; então nós ali começamos a ser... É nessa época que a gente começa a ser tokenizada: não era o nosso trabalho! A diretriz, ela vinha de pessoas cis pra gente! Ela não vinha pra nossa autonomia profissional, para o nosso trabalho, sabe? E isso foi uma coisa muito ruim! (...) A tokenização é quando você usa uma pessoa de um grupo social determinado e você usa isso como um token pra validar o seu trabalho. – Mais ou menos explicando, assim, para você. – “Olha, eu tra-

balho com população trans e a minha gestão é perfeita.” – Nenhuma gestão é perfeita. – Como nenhum trabalho é perfeito. Perfeito é você assumir os seus erros e tentar consertá-los. E aí com esse negócio do mundo todo olhando, começou a criar-se um escudo protetor nas meninas, uma parede, na verdade, que era – como diz um grande amigo meu cineasta, que mora aqui no Lago do Arouche também: “meus pobres, seus pobres” – sabe? E ninguém podia chegar perto dessas meninas porque existia uma tokenização. E nunca foi o ideal! Nunca foi o ideal! Nunca foi o ideal – eu tenho certeza! – Começam a entrar pessoas que não participaram dessa construção que tokenizavam as meninas. – “Olha, fulano vai estar em tal canto, tem que mandar 10 travestis, vai.” – Isso pra mim é tokenizar! – Isso foi o pior ponto, sabe?
(Mulher trans)

Essa mudança ainda durante a gestão do então Prefeito Fernando Haddad também foi relatada pela primeira coordenadora do Programa, que depois de ter assumido a Coordenação Nacional LGBTI, volta ao Programa após a saída da então presidenta Dilma Rousseff do poder.

Eu tive um gap aí: eu saio do Transcidadania, vou pra Brasília e volto no meio do Transcidadania – porque eu fui virar coordenadora nacional, teve o golpe e eu voltei. Então eu fiz suplementação do Transcidadania, e a finalização dele. Teve um gap e eu tive uma dificuldade nesse gap porque, quando eu volto, a administração não era mais a mesma. Entendeu? E tinham questões ali para serem resolvidas. O Transcidadania ele era uma execução de uma organização da sociedade civil, né? Toda equipe era contratada por essa organização, mas a organização não aparecia como coordenadora da Transcidadania, e aí tinha uma questão nisso que precisava ser resolvida e que não tinha quando eu saí. – Tinha uma questão do distanciamento com as pessoas, “do que a equipe pode e o que a equipe não pode” – e eu não acredito nessa forma de fazer! Pra mim, profissional, eu tenho confiança no profissional, ou eu tiro esse profissional e ponho outro. – Eu sou coordenadora ou eu confio... Porque se eu não confiar, não dá! Eu acho que em algum momento, no meio do Transcidadania, algumas pessoas pensaram que ele poderia ser um trampolim e usaram isso. E aí quando eu voltei eu tive uma dificuldade que era assim: “bora pegar pra gente isso aqui de novo? Bora parar com esse rolê muito persecutório e tal?” – Teve isso nesse, né? nesse meio, e eu acho que isso foi o difícil, assim. – Eu nunca tive cobrança, né? Até porque quando eu voltei eu falei: “eu fico desempregada, mas ou eu tenho autonomia ou eu não tenho.”

(Travesti)

Ficam claras nesse relato algumas dinâmicas da gestão do Programa que acabaram insulando a política, diminuindo assim sua efetividade e seu sentimento de pertencimento pelas pessoas transexuais envolvidas. Esse distanciamento trouxe reflexos também à forma como o Programa foi incorporado durante a mudança de gestão.

Se a gente tivesse aberto a Caixa de Pandora antes da eleição... – olha que estratégia política maravilhosa! Passou a eleição, a gente tinha perdido, a gente sabia dessa possibilidade, então foi uma análise equivocada. Porque se a gente abrisse ali, quando terminasse a eleição que a gente perdesse,

todo mundo iria pra cima. Quando a gente perdeu a eleição, a gente já podia ter chamado todo mundo colocado pra dentro e falar assim: “bora falar tudo aqui que agora está na mão de vocês defender esse programa.” Mas não fizemos isso! Não foi opção só minha. Eu compunha uma coordenação que foi uma decisão conjunta. (...) Eu estou trazendo uma responsabilidade coletiva. Foi um equívoco a gente não fazer com que esse programa fosse mais dos outros e menos nosso, né? Então eu acho que foram essas etapas, assim, sabe? Primeiro, uma resistência muito grande de quem está de fora; e uma aceitação de quem é nosso; e, depois, uma não-problematização de quem é de fora e nós mesmo nos questionando, né? (...) Eu vi muitas companheiras nossas, por exemplo, a Luiza Coppeters, era uma menina que tinha muita crítica ao Transcidadania, parte do que ela tinha de crítica era porque ela não conhecia o programa; parte do que ela criticava estava certíssimo! E aí como ela não conhecia o programa por dentro – porque nós não abrimos a porta, e isso realmente eu senti engessamento! – e eu fico meio frustrada da gente não ter conseguido fazer por condições externas à nossa equipe, mas teve uma “blindagem” em certo momento, sabe? “O programa deu certo, o programa deu muita visibilidade, então bora blindar. Não vamos trazer todo mundo pra cá pra dentro, não, que vai atrapalhar.” E entendo, naquele primeiro momento se todo mundo viesse, também seria um caos, mas também eu não escutar não ajuda, sabe? Prova disso é que chegou a outra gestão, desmontaram o programa e ninguém saiu em defesa. Não saiu porque nós não fomos capazes de trazer essas pessoas pra escutar, porque sem sentimento de pertencimento não há defesa. Então faltou isso. Faltou nós estimularmos o pertencimento da militância àquele programa.

(Travesti)

A limitação territorial foi uma questão colocada com a virada de gestão da Prefeitura. Com o Transcidadania cada vez maior, e gerido de forma centralizada, havia uma limitação de incluir beneficiárias e beneficiários que não estivessem no centro da cidade. Dessa forma, decidiu-se, em 2017, descentralizar a gestão do Programa, passando o acompanhamento das beneficiárias a ser feito em cada um dos Centros de Cidadania espalhados pelas regiões da cidade.

Se, por um lado, foi possível ganhar em alcance do Programa, naturalmente, quando se amplia muito a quantidade de beneficiárias, seria esperado que o acompanhamento tão próximo e focalizado que era realizado no começo do Programa também fosse se enfraquecendo com o tempo.

Até porque eu vejo que o programa Transcidadania está muito sucateado, até porque ele foi dividido e tudo, não tem mais essa equipe toda, né? A equipe foi dividida entre vários centros e, claro, né? Seria muito melhor para as meninas terem essa estrutura nos vários centros de São Paulo! (...) e as meninas agora estão tendo que se matricular sozinhas, ou seja, aí perdeu toda essa estrutura de apoio até psicológico, de pedagogia e tudo. Então por isso que eu tô falando que o programa, que agora não é mais um programa, é um projeto, que antigamente era um projeto que era voltado para várias secretarias da cidade de São Paulo, da prefeitura de São Paulo, e agora só tem duas secretarias: a Secretaria de Direitos Humanos, que é por ela que é gerida, que é onde está a coordenação, né? E agora, a Secretaria do Trabalho, que por onde as meninas têm esse recurso da bolsa.

(Mulher trans)

Independentemente dos modelos de gestão adotados e dos impactos que essas mudanças possam ter na política pública, alguns problemas sempre estiveram presentes na discussão do Transcidadania, e justamente por isso merecem mais atenção. Um desses limites da política refere-se à pouca presença de homens transexuais dentre os beneficiários. A imensa maioria de pessoas acolhidas pelo Transcidadania eram travestis e mulheres transexuais, sendo raríssimos os homens trans que participaram do Programa. Essa dinâmica foi melhorando com o tempo, com a incorporação de cada vez mais trans masculinos – e também de pessoas não-binárias – mas há uma sub-representação dessas pessoas, também determinada por um grau de escolaridade mais elevado do que travestis e mulheres trans, que os afasta como beneficiários prioritários do Programa.

E eu falo “menina” porque a maioria era menina trans e a gente tem que se debruçar sobre isso, porque no começo a gente não encontrava; eram quatro meses pra montar, mas a gente tinha que ter tido mais tempo pra procurar os homens trans – tinha que ter! – e a gente foi fazendo esse exercício ao longo do tempo – mas ainda não o suficiente, mas tentamos fazer!
(Travesti)

Eu tentei me inscrever para o Transcidadania, eu ainda não tinha conseguido um emprego que abriu de novo a inscrição e eu não pude porque eu tinha ensino médio. – Tá eu tenho ensino médio porque eu consegui terminar prestando uma prova do Enem, porque quando eu fui estuprado eu abandonei os estudos, e eu não pude participar. Assim, pô, só porque eu tenho o ensino médio – que hoje infelizmente não vale nada – eu não posso ter a oportunidade de ter um dinheiro pra comer, pra morar, né? – Então, assim, eu acho que tem que ser visto algumas coisas dentro do Transcidadania; (...) vejo por muitos homens trans, tipo assim, em trânsito, morando um pouquinho na casa de um, um pouquinho na casa de outro porque não tem onde morar, não tem emprego (...) Tem homens trans que participam sim, mas são poucos, por quê? (...) É que hoje você vê a maioria dos homens trans, não da minha geração, mas que quando transacionam – eu não gosto dessa palavra, mas, quando se identificam, quando se reconhecem como pessoa trans masculina – ela já está formado, já tem um emprego e tal, em um meio muito diferente, na maioria das vezes, de travestis e mulheres transexuais. Mas também tem muitos homens trans, porque a gente fala mundo “guetizado” no centro de São Paulo; a gente esquece dos homens trans que estão lá na periferia, que estão trabalhando de pedreiro, que estão trabalhando de borracheiro, que não têm estudo... Existe... – Isso é muito ruim! Assim, eu acho que precisa ser remoldado, ser repensado, como inserir essas pessoas que já têm estudo, mas não tem... Que estão também na mesma vulnerabilidade, de não conseguir um emprego, de não conseguir um estudo, de não conseguir parar dentro da escola, ou de não poder estar na escola; porque quem já sofreu violência não volta pra escola!
(Homem trans)

É possível perceber o atravessamento da questão da escolaridade também. Como muitos homens trans já concluíram o ensino médio, eles acabaram ficando mais distantes das prioridades do Programa. No entanto, nas entrevistas apareceram relatos de como a conclusão do ensino médio também não garante o acesso a oportunidades de emprego ou de continuidade dos estudos.

Um dos critérios do Transcidadania é você não ter terminado o ensino médio, (...) quando eu podia participar, eu já tinha feito por minha conta mesmo o ensino médio. Então, ou seja: eu nunca pude participar. Tive vontade sim, mas eu estava trabalhando também e ganhando inferior ao que elas ganham, mas, querendo ou não... sabe? (...) Transcidadania dura 2 anos; nem todas saem empregadas e nem todas têm o grau de escolaridade que precisa, entendeu? Quando algumas recebem a conclusão do ensino médio já até saíram do Transcidadania e essas já não têm nem mais resposta de ninguém. (...) Cursos que realmente vão agregar para você é uma coisa que no Transcidadania não tem! São coisas básicas, como corte de cabelo, panificação, confeitaria; mas cursos técnicos, não tem nenhum. Isso falta! – Quando uma pessoa vai fazer uma entrevista hoje em dia, uma trans vai fazer entrevista: ele tem que ser bilíngue, muitas vezes; tem que saber informática – tem várias questões! E isso não é colocado no projeto que foi feito para essas pessoas.

(Travesti)

Como se vê, o fato de o Programa ter somente dois anos de duração foi um limite muito presente na fala das entrevistadas. Muitas vezes, nesse período, a beneficiária ainda não conseguiu se organizar e acaba voltando para a rua. Esse debate articula ainda outra problemática, que se refere aos desafios enfrentados pelas egressas do Programa.

Nós queríamos um programa de resgate da cidadania. A gente não ia resolver os problemas do mundo, porque a gente sabia que dois anos não davam, a gente inclusive, ao final do programa, entrega uma nota técnica, que diz que tem que ter recursos específicos do programa, porque o POT é uma lei que só pode até vinte e quatro meses, e a gente não pode ter menos de quatro anos aqui. Nós defendíamos que a pessoa, por exemplo, quando entrasse na universidade, ela deveria continuar no programa. – Não dá pra eu pegar e achar que dois anos essas fissuras estancam!

(Travesti)

A gente precisa criar o Transcidadania e de uma forma que vire uma lei, que seja previsto, que entre dentro do orçamento. E a minha outra problemática com o Transcidadania, é uma coisa: a pessoa trans/travesti, ela tem que concluir o ensino médio e fazer um outro curso de capacitação. Só que não é garantia de emprego! Porque a sociedade ainda não está preparada para com esses corpos. Porque, assim, quando a gente fala de emprego, não tem que se ter uma cota – porque ainda é cota! É “minimamente”. Então, a empresa, para ter esse selo de diversidade, cansaram de ser processadas, de dar indenizações, criam uma cota e: “olha, é transfobia! Mas a gente tem essa, essa, essa... que trabalha aqui com a gente e ela não sofreram transfobia.” – Então, ou seja: esse Transcidadania, ele precisa ser reformulado e que tenha uma continuidade depois do ensino médio. Por que? – São dois anos, elas concluem o ensino médio e depois voltam para a rua.

(Travesti)

Por essa razão, a questão do emprego começou a aparecer de maneira mais forte a partir da formatura da primeira turma de beneficiárias. Isso ganhou força a partir da gestão de João Doria e Bruno Covas, especialmente sob a coordenação de uma travesti, Abigail Santos, que investiu bastante no aumento de vagas do Programa, em uma articulação com a Secretaria do Trabalho, chegando nas 510 beneficiárias atuais, e concentrou esforços especialmente na questão da empregabilidade.

Eu acho que já tem, já dá pra fazer, inclusive, no modelo que ele é, das pessoas saírem do programa também pra faculdade, basta articular, com as secretarias, com as faculdades, tem como fazer isso. Muitas faculdades, inclusive, podem oferecer bolsas de estudos, sabe? – Outra questão com relação a empregabilidade, que eu tenho falado muito, que é uma coisa que eu já ia começar a fazer, que é conversar com as empresas terceirizadas da prefeitura. Eu falei com a Secretária inclusive, que só as empresas terceirizadas da Prefeitura podem absorver a demanda do Transcidadania, por exemplo, com relação a empregabilidade. São infinitudes de empresas que tem aqui que prestam serviço pra prefeitura, por que que aqui na entrada da Secretaria dos Direitos Humanos, por exemplo, que tem uma empresa terceirizada, tem 5 pessoas, 6 pessoas na recepção e não tem 1 pessoa trans? – Por que não conversar com essa empresa, sensibilizar com relação à empregabilidade trans, falar do programa Transcidadania? (...) Então, essas meninas que passam pelo Transcidadania, elas têm que sair daqui – se for o desejo dela, é claro! – e ir pro mercado de trabalho, então eu comecei a focar muito nisso, fui atrás de várias empresas, aí eu fiz uma parceria, fui atrás do CAT, porque eu vi que era através do CAT que ia rolar, então a gente foi pro CAT, o CAT começou a entrar em contato com as empresas, e as empresas começaram a abrir vagas exclusivas para a população trans, né? Ontem eu tive uma reunião com o Supermercado Makro, que está querendo fazer uma ação, já contratou duas pessoas trans e toda vez que ele contrata, a gente tem uma reunião com os líderes pra dizer – porque eu sempre falo com as empresas: “gente, olha, a gente está preparando a população trans pra entrar no mercado de trabalho porque a gente nunca entrou, a gente vai ser inserida agora, né? Então não temos ideia de como é o ambiente de trabalho, então a gente está preparando”. Porque a gente lava, a gente passa, a gente faz comida, a gente anda... Enfim, algumas dirigem, nós temos várias habilidades que podem ser usadas no mercado de trabalho. Enfim, então eu acho que é isso, que eu estou focada nisso, muito nisso, nessa questão da empregabilidade para pessoas trans.

(Travesti)

Esse último trecho expõe outro elemento central para o Transcidadania, que é a intersetorialidade. Um Programa complexo, que visa lidar de forma estrutural com a vulnerabilidade a que as pessoas transexuais são submetidas, pressupõe necessariamente uma articulação de serviços ofertados por diversas Secretarias. O envolvimento das diversas Pastas que compõem o Programa foi variando no decorrer do tempo.

A Secretaria de Educação faz parte, porque as pessoas estão matriculadas? – Faz parte. Mas eu preciso de interseccionalizar essa relação. Eu preciso ir lá na educação e construir, como nós fizemos com o conselho municipal de educação, uma resolução sobre o nome social; eu preciso fazer um processo de acolhimento e capacitação dos profissionais – porque a gente fez formação, Magô – eu não contei isso antes! – do porteiro à diretora! – Todo mundo participou! E todo mundo participava porque todo ano a gente fazia! – A gente fazia avaliação. As meninas da secretaria de educação do departamento de EJA escreveram artigos sobre Transcidadania. Não era só a gente que podia falar sobre o programa, entendeu? A ação da educação é delas, elas falam sobre! Não tinha que ter a nossa tutela! – Por exemplo: o que está acontecendo com a UBS Santa Cecília é resultado desse desatrelamento. Quer dizer, o Transcidadania criou aquela política. Nós fomos pra dentro da saúde!

(Travesti)

Por isso eu te falei que é importante as secretarias conversarem, entendeu? Porque envolve a saúde – envolve a saúde muito forte! Envolve a educação muito forte, então tem que ser conversado com as secretarias, entendeu? O programa, por isso que eu estou falando que o programa, ele tem que cuidar das pessoas. Não é só: “ah, dar a escolaridade.” – Não! – Mas é cuidar de fato! – “Tá, essa menina, nós vamos encaminhar, por exemplo, pra questão da hormonização.” – Então precisa a conversa muito forte com as UBS, por exemplo, como que atende essa população; como que recebe; qual é o tratamento – sabe? Então é uma coisa intersecretarial mesmo que tem que ser feita e é por isso eu acho importante esses encontros, essas reuniões das secretarias, exatamente para articular com todas, para todas estarem falando a mesma língua. – Porque senão essas meninas perdem: “ah, ela vai fazer o programa, mas aí ela continua aplicando o silicone industrial?” – “Tá, e os efeitos desse silicone industrial? É tratando onde? – É encaminhado pra onde?” – Sabe? Então eu acho que faz muito sentido!

(...)

O programa, eu acho que ele tem que ser revisto o tempo inteiro, ele não pode simplesmente: “ah, o programa é isso e ponto. – Não! Eu acho que ele tem que ser revisto, por isso que existe, inclusive, um comitê intersecretarial, não tem acontecido tanta coisa quando veio a pandemia e tudo mais, mas eu acho que ele tem que ser muito... Tem que dar um olhar muito sério pra esse comitê, porque eu acho que é através desse comitê que as coisas vão avançando, sabe? Então o programa tem que sempre ser revisto. Eu acho que já foi... Ele já foi criado, mas agora ele tem que ser acompanhado e vendo quais são os resultados. Eu acho que o programa agora tem que mostrar resultados, né? Não é só inserir as pessoas, né? no programa, mas eu acho que ele tem que ter resultado. – O objetivo dele qual é? – Eu acho que o programa precisa atingir esse objetivo. Até agora eu acho que ele não atingiu.

(Travesti)

Em que pese os limites apresentados aqui, processos inerentes de uma política pública complexa e estruturante, fato é que o Transcidadania se consolidou como uma política pública de referência internacional, e que de fato impactou a vida de centenas – senão milhares – de pessoas transexuais da nossa cidade. Esses efeitos sobre a vida e a coletividade trans serão tratados adiante.

RESULTADOS E FRUTOS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA

É um desafio avaliar uma política pública, o que não é pretensão deste texto. Contudo, aprofundar qualitativamente o processo de implementação de um Programa, como foi feito nessa segunda fase do Mapeamento, permite a melhor compreensão do que o Transcidadania significou na vida de grande parte das pessoas que passaram por ele.

E foi isso. Quando surgiu o Transcidadania na minha vida, eu vi ali uma chance de poder estudar e me dedicar aos estudos, e terminar os estudos pra poder melhorar, ter a condição de poder arrumar um emprego melhor, né?

(Homem trans)

“Não, eu vou! É o que eu preciso, é o que eu quero! Eu não estou mais a fim de noite. Estou cansada disso, não foi o que eu escolhi. – É pra estudar? Eu vou estudar.” – E aí foi a maior complicação no primeiro momento, porque eu não tinha nada de documentação escolar, nada! – Tive que fazer as provas; fiz as provas; consegui passar; fiz o nono ano no CIEJA; depois disso fiz o meu ensino médio, ainda no Transcidadania, e quando estava no ensino médio (...) faço parte desse processo de seleção (...), que foi um dos mais difíceis, porque eram estereótipos diferentes, cores diferentes, identidades diferentes: eu fiquei! Eu consegui concluir meu ensino fundamental, meu ensino médio, entrei como a primeira estagiária transexual na Câmara Municipal de São Paulo em 2016.

(Mulher trans)

O Transcidadania também já me ajudou bastante, através lá do Transcidadania, foi de um curso, Cozinha e Voz, que eu consegui um emprego na empresa Sodexo (...) que eu fiquei quase 3 anos, um trabalho maravilhoso, onde eu gostava muito!

(Travesti)

Aí foi aonde eu descobri o Transcidadania. Através de um dos rapazes que estavam lá, que conseguiu o Transcidadania. E aí, foi onde eu comecei a participar do Transcidadania, voltei a estudar, comecei já a participar dos cursos.

(Homem trans)

Aí eu cheguei pra essa menina específica e falei assim: “Gata, e aí onde você estudou e tal...” – “Ah, eu sou analfabeta, e agora?” – E eu rápida, ligeira, perguntei: “Mas, gata...” – foi na João XXIII, ali na rua do cemitério. Eu falei: - “Mas espera aí? Como que você trabalha, né? Como que você se prostitui se você é analfabeta? Como que você conta o dinheiro?” – Aí ela falou uma coisa que até hoje me toca: “não, eu vejo... Eu sei se o cliente está pagando certo, porque eu reconheço os bichos das notas. Então o meu programa custa uma onça.” – R\$50,00. – “Se não for uma onça, ele tem que me dar 5 araras.” (...) E hoje em dia essa mocinha específica se formou, fez todo o negócio dela, está trabalhando bonitinha! Eu a tenho no meu Facebook, eu acompanho ela e eu vejo ela nas redes sociais, entendeu? – Mas é muito engraçado, é uma história muito forte! Mas é muito engraçada pela evolução que a gente acompanha! Porque a gente vê essas meninas hoje em outros lugares!

(Mulher trans)

O mais importante de notar é que essas conquistas relatadas não se dão somente de forma individual, mas também coletiva. O Programa Transcidadania foi responsável por um verdadeiro processo de empoderamento, entendido aqui como um processo político coletivo desenvolvido como ferramenta de emancipação de grupos minoritários, que não contam com espaços de poder na sociedade. A articulação entre o individual e o coletivo permite a conscientização coletiva que reverbera na dimensão cognitiva, psicológica, econômica e política de um grupo social (BERTH, 2019).

E aí eu acho que antropologicamente, sociologicamente, o programa, ele muda a trajetória de vida. Ele muda a trajetória de vida desde o momento em que eu possa escolher se eu vou ou não pra rua hoje, mas eu sei que o aluguel do meu quartinho está pago no final do mês, porque eu vou receber minha bolsa do Transcidadania, né? – “Ah, o programa foi para tirar as travestis da rua?” – Nunca foi. – Nunca discutimos no programa da Transcidadania que as pessoas iriam deixar de fazer prostituição, nunca foi isso! A gente queria... Sempre teve o programa Transcidadania uma com possibilidade de concluir ensino fundamental ou ensino médio; de uma possibilidade de ter uma qualificação profissional; de uma possibilidade da retificação de prenome; de uma possibilidade de acessar hormonioterapia, né? – Eram todas essas possibilidades! Era dar possibilidade de construir trajetórias de vida – eu acho que é muito isso. (Mulher trans)

Aí, eu falei para ela: “Fala para ele o que é o Transcidadania, que é bacana, que é para pessoa que é igual a gente, que não terminou os estudos; dá oportunidade pra gente, a gente recebe uma bolsinha lá pra poder ajudar.” – E aí, ele foi! (Homem trans)

É o seguinte, é um efeito dominó. Quando você começa a informar as meninas, elas começam a saber que elas têm direito, você começa a fazer o trabalho; uma vai levando pra outra, é um trabalho em teia, é um trabalho... é uma forma de cadeia, sabe? Isso vai se espalhando como se fosse uma rede. Elas não podem saber de todas as políticas, mas elas sabem de pelo menos uma. (Mulher trans)

Exatamente porque essas pessoas estavam se tornando, algumas delas, militantes. – O processo de empoderamento também traz isso, né? (Travesti)

Na prática, não se pode olhar o Programa Transcidadania somente pela quantidade de bolsas pagas ou pelo número de beneficiárias formadas. Ele tem sido uma política pública que redefiniu os parâmetros de cidadania de um grupo social historicamente violentado e vulnerabilizado. Como apareceu nos relatos, travestis, homens e mulheres trans, e pessoas não binárias hoje vivem uma dimensão de cidadania muito diferente de dez anos atrás. A violência é histórica e a falta de acesso a direitos ainda é estrutural e muito presente, mas, desde o Transcidadania, há um compromisso concreto do poder público municipal em construir outra forma de

vivência na cidade que mais abriga pessoas transexuais no país. O respeito ao nome social aprovado no Conselho Municipal de Educação e formalizado para todo o poder público, o processo de formação de servidores sobre o respeito às pessoas transexuais, ou ainda a disseminação do processo de terapia hormonal pelas Unidades Básicas de Saúde espalhadas pela cidade são apenas alguns exemplos de conquistas que têm repercutido por diversas áreas e com impacto muito além do desenho do Programa, e até de São Paulo.

Eu faço uma reflexão que: do momento em que a gente começou a discutir acesso a cidadania de pessoas trans, isso culmina com a própria decisão da Suprema Corte em autorizar a nossa retificação de prenome e gênero, porque se não tivesse construído os mutirões, não tivesse demandado defensorias públicas, nos Estados, nos municípios, parecia que isso não existia, que isso não era possível, né? Então, isso é algo que vem se construindo em uma grande rede de disputa de retórica, na disputa de imaginário, né?
(Mulher trans)

Dessa forma, mais do que resultados palpáveis, o Transcidadania disseminou frutos que repercutiram e repercutem muito além dos beneficiários e ex-beneficiários, e até da própria população trans. Alguns desses frutos podem ser vistos de forma mais concreta nas organizações da sociedade civil criadas por e para pessoas transexuais, ou no processo de conscientização e inclusão pelo qual passam alguns setores do poder público e da iniciativa privada em relação a garantir oportunidades a essas pessoas. Ou ainda no fato de o país contar com mais de 30 parlamentares transexuais, e cada vez mais pessoas transexuais serem reconhecidas pelo seu trabalho intelectual, artístico, profissional e político. Isso tudo a despeito do contexto político atual, especialmente no governo federal, que insiste em recrudescer as conquistas até aqui.

Que em uma situação dessas, você me desculpa, mas a expressão “protagonismo” é a última coisa que a gente tem que pensar em uma hora dessa! – Porque está tudo se esvaindo pelos nossos dedos, sabe? Está tudo caindo, assim, e você não tem como pegar porque está caindo! – Então eu não consigo ver. Não consigo ver nenhum tipo de protagonismo nesse momento. Nesse momento eu me preocupo mais com a seguridade das pessoas.
(Mulher trans)

Nas entrevistas realizadas na segunda fase do Mapeamento, três iniciativas despontaram como projetos que ganharam vida própria, mas que nasceram desse impacto político do Transcidadania. O primeiro deles, que inclusive virou política pública, são as Casas Florescer. Embora, como já visto neste capítulo, casas de acolhimento já existam pelo menos desde a época de Brenda Lee, tanto a Casa Florescer I, no Bom Retiro, inaugurada em 2016, quanto a Casa Florescer II, no Tucuruvi, inaugurada em 2019, são reconhecidos como equipamentos da rede socioassistencial, identificados como Centro de Acolhida Especial para Travestis e Mulheres Trans. Estar na

estrutura da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social tem também suas desvantagens, como seguir a lógica das regras da política assistencial ou não contar com profissionais sensibilizados para o atendimento a essa população. No entanto, as Casas Florescer são espaços que se propõem não somente ao acolhimento pontual ou à pernoite, mas de fato a fomentar a convivência e reforçar a reconstrução de cidadania de forma mais integral, exatamente como delineou o Transcidadania, em que pese somente a travestis e mulheres trans ainda.

Eu acho que as Casas Florescer, que é a segunda casa, que a gente sempre pensou em fazer; ela é um complemento de política pública entendendo que as meninas têm necessidade, têm carência de ter teto – que são expulsas, ou moram em casa de cafetinagem; ou têm condições de vida próxima a linha da miséria. (...) Precisamos de mais Casas de Florescer. – Mais! – Porque aquilo dali não é só um centro de um abrigo, é uma formação pra vida dessas meninas! muitas dali já saíram, Magô – muitas! - pra suas casas com empoderamento, com independência, querendo o seu cantinho, querendo trabalhar! Mas muitas não vão sair. Mas isso é uma realidade que a gente tem que aceitar e cabe à gente, enquanto cidadã, trabalhar pra que o governo providencie algum tipo de seguridade pra essa pessoa.

(Mulher trans)

Outro projeto, que nasce na Casa Florescer II, e reforça esse papel de construção de cidadania, é o Transgressoras. Começou com um projeto artístico em 2019, promovida pela Cia dxs Terroristas, e que contempla 24 travestis e mulheres transexuais egressas do sistema prisional, que devem lançar vários produtos em 2021.

[O programa consiste em] uma bolsa de 900,00 reais por mês para que elas façam formações técnicas, artísticas e políticas duas vezes por semana com três horas por dia, onde nessas formações elas ganham repertório para que elas possam por si narrar as suas histórias e produzir denúncias contra o sistema que está pagando elas e que foi o sistema que as violou e foi o sistema que as encarcerou, foi o sistema que produziu toda essa violência para elas e tal. (...) Então, a proposta do trabalho é: a partir desse lugar, a gente produzir espaços que deem a elas acessos à autonomia, ao bem viver e a um pensamento crítico não colonizado, né? A ideia não é a gente chegar ali com um monte de teoria falando: “Ai, gente! Eu li Judith Butler. Vou mostrar para vocês então como é ser travesti porque eu li a Judith Butler.” Não. A gente aqui vai trocar uma ideia real e a gente aqui vai colocar todas as nossas experiências, as nossas trajetórias e essa troca que vai produzir essa linguagem nova do que a gente está fazendo (...) Agora em junho a gente vai estreitar três produtos artísticos, a gente vai fazer um podcast com 12 episódios, um curta-metragem documental e um livro, uma publicação, todas produzidas integralmente por essas 24 mulheres, né? A gente só faz o trabalho de orientação e de partilha de repertório. Então, a gente divide as expertises que a gente tem com a questão técnica e elas se tornam autoras plenas de todos esses produtos. Acho que é isso!

(Homem cis)

Porque a casa [Florescer II] oferece atividades, mas é diferente, né? Esse projeto ele veio com o formato diferente mesmo, olhando para elas e deixando elas falarem o que elas sentem o que elas querem fazer; como que elas gostariam de ser tratadas – elas se sentem vistas! – E aí a gente... O projeto ele tem um formato de que é para as mulheres egressas, né? do sistema penitenciário e aborda muito isso com formações, né? Com advogados que fala, que vai lá e que fala: “você tem esse e esse direito”; “se você... aconteceu isso, não era pra acontecer” – e elas nem sabiam de muitas coisas que, por exemplo, que não eram motivos de elas ficarem tanto tempo presas, porque nem tinham sido julgadas. – Então assim, é muita informação e tem sido muito positivo esse projeto na vida delas. – Muito!

(Mulher cis)

Mais uma vez, é possível ver um projeto cuja abordagem coloca travestis e mulheres trans como protagonistas de suas trajetórias de vida, construindo, pela arte, um senso político contra as opressões estruturais da sociedade, neste caso, com uma camada adicional produzida pelo cárcere. Já com o Cursinho Popular Transformação e o Transsarau, o processo foi de tomada para si um projeto que começa produzido por pessoas cisgêneras. Durante esse cursinho, pessoas transexuais foram exigindo seu espaço e conquistando o protagonismo sobre as iniciativas que diziam sobre si.

Porque, assim: o Cursinho Popular Transformação, ele saiu da PUC, né? Essa é a grande verdade. Um lugar de pessoas privilegiadas que, ou seja, teve uma semana da Visibilidade Trans, ou um negócio de LGBT, e que o professor tinha dito para os alunos que eles tinham que fazer alguma coisa para a população LGBT em si mais focada no T, né? E daí as pessoas se organizaram e fizeram esse cursinho; só que, a forma de gestão desse cursinho não era ideal porque, automaticamente, eles estavam trazendo todo um estigma que uma sociedade já nos coloca – essa é a grande verdade. – E eu, quando entrei, eu sentia falta desse protagonismo enquanto trans e tal. (...) [A gente] nunca estava na gestão de um processo; sempre as gays! – Eu não tenho nada contra gay, tenho várias amigas, não quero ser homofóbica! – Mas é sempre esse protagonismo que é não dado para travesti. (...) Então essa minha inquietude bateu! A gente foi confabulando entre nós nas coisas, e daí a gente conseguiu reverter, fazer as pessoas “cisgêneras” reverem muitas coisas. Foi com muito debate, foi com muita coisa; foi com muita briga. A gente teve que fazer um desmonte! Um desmonte realmente! E aí, quem quis ficar realmente pelo... por dar aula, por abdicar do protagonismo, ficou! As pessoas que não queriam, se diluíram no ralo e foram embora. (...) E só para completar, o negócio de arte que se chamava TRANsarau, quem apresentou as 4 edições foi uma gay. ((Risos)) Para você ver que as pessoas não entendiam! Aí o bastão, como a gente diz, foi passado para mim com muito custo! (...) Quando você vai fazer algo para as pessoas trans, travestis, elas já sofrem uma grande vulnerabilidade social quanto para o mundo; não é dando uma passagem, não é dando só uma aula; a gente precisa do protagonismo também – essa é a grande verdade! – E eu entrei dentro do Cursinho Popular Transformação, a gente era peão! Essa era a grande verdade! As pessoas “cisgêneras” faziam tudo, organizavam tudo e não tinha nenhuma pessoa travesti ali junto, organizando, conversando; e isso foi, assim, porque já vinha de mim, de dentro, rompendo todas as estruturas, então, em questão de tempo, conseguimos hackear tudo! – Essa é a grande verdade! – Hackeamos todos os espaços!

(Travesti)

E com esse espírito de que mais pessoas transexuais possam hackear cada vez mais espaços, sobretudo de poder, este capítulo vai chegando ao fim. Pretendeu-se aqui registrar a história das políticas públicas para pessoas transexuais na cidade de São Paulo até meados de 2021. Esse esforço se iniciou com a breve constituição da luta política de lideranças trans ainda na década de 1980. Em seguida, remontou-se a criação da política pública e os principais marcos institucionais voltados a pessoas LGBTQIA+ no município. E, enfim, o Programa Transcidadania, principal marco de políticas públicas para pessoas trans da história de São Paulo, foi analisado.

A partir de pesquisa documental e, especialmente, de dezenas de entrevistas realizadas na fase qualitativa do 1º Mapeamento Trans da cidade de São Paulo, reconstruiu-se a formulação e a implementação inicial do Programa Transcidadania, para, em seguida, identificar as mudanças que foram ocorrendo na política com o passar do tempo. Pontuou-se limites e como se deu a ampliação do Programa. Por fim, foi proposto um olhar para os resultados positivos e os frutos indiretos que o Transcidadania tem colhido desde sua formação.

O Transcidadania é um marco na história das políticas públicas LGBTI do país. Um Programa que conseguiu se afirmar no debate público e virou referência internacional, teve como seus melhores momentos, segundo a maior parte do relato das pessoas transexuais envolvidas no Programa, justamente aqueles em que o protagonismo e as decisões foram construídas por e com pessoas trans. É a máxima do “nada sobre nós sem nós” dando a tônica de como se constrói legitimidade e efetividade nas políticas públicas para pessoas transexuais.

Embora muitas conquistas venham sendo observadas, os desafios estão postos. A empregabilidade, e especialmente o acesso a melhores remunerações; o enfrentamento à violência; a busca por moradia; e o acesso à saúde integral despontam como gargalos a serem enfrentados. Que a política possa seguir se fortalecendo, assegurando o protagonismo de pessoas trans, ampliando sua articulação intersetorial e suas entregas, e reverberando na elevação do grau de cidadania das milhares de pessoas transexuais que vivem na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTH, J. **Empoderamento**. 2. ed. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em Direção a Um Futuro Trans? Contribuição para a História do Movimento de Travestis e Transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Revista Latino Americana e-Clam, nº 14, agosto de 2013, p. 319-35

COLAÇO, R. Brenda Lee e o seu “Palácio das Princesas”: A travesti que inaugurou o serviço de apoio aos homossexuais expulsos de casa e aos soropositivos. **Memórias e histórias das homossexualidades**. 20 nov. 2009. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2009/11/brenda-lee-e-o-seu-palacio-das.html> Acesso em: 21 maio 2021.

EL PAÍS. Brenda Lee, o anjo da guarda das travestis na luta contra a AIDS. 29 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/29/politica/1548757758_845387.html. Acesso em: 21 maio 2021.

SÃO PAULO. **Decreto Municipal nº. 45.712**, de 10 de fevereiro de 2005. Dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria Especial de Participação e Parceria. São Paulo. Câmara Municipal. 2005a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2005/4571/45712/decreto-n-45712-2005-dispoe-sobre-a-organizacao-administrativa-da-secretaria-especial-para-participacao-e-parceria>. Acesso em: 15 maio 2021.

SÃO PAULO. **Decreto Municipal nº. 46.037**, de 4 de julho de 2005. Institui o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual. 2005b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/decreto%2046037_1267224081.pdf. Acesso em: 16 maio 2021.

SÃO PAULO. Prefeitura inaugura Centro de Referência da Diversidade. 06 mar. 2008. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=9784> Acesso em: 21 maio 2021.

SÃO PAULO. Programa faz reinserção profissional de travestis e transexuais (com texto de Célio Soares). **Diário Oficial da cidade de São Paulo**. Ano 54. Número 58. Edição do dia 27 de março de 2009. Disponível em: <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/RenderizadorPDF.aspx?ClipID=D3F7SKD24ML1Ce48B60VBT2OE7C> . Acesso em: 21 maio 2021.

SÃO PAULO. **Decreto Municipal nº. 51.180**, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração direta e indireta, conforme especifica. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2010/5118/51180/decreto-n-51180-2010-dispoe-sobre-a-inclusao-e-uso-do-nome-social-de-pessoas-travestis-e-transexuais-nos-registros-municipais-relativos-a-servicos-publicos-prestados-no-ambito-da-administracao-direta-e-indireta-conforme-especifica> . Acesso em: 21 maio 2021.

SÃO PAULO. **Decreto Municipal nº. 52.652**, de 16 de setembro de 2011. Cria o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate à Homofobia – Cch, no Município de São Paulo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2011/5265/52652/decreto-n-52652-2011-cria-o-centro-de-referencia-em-direitos-humanos-na-prevencao-e-combate-a-homofobia-cch-no-municipio-de-sao-paulo>. Acesso em: 20 maio de 2021.

SÃO PAULO. **Decreto Municipal nº. 55.874**, de 29 de janeiro de 2015. Institui o Programa Transcidadania, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social; altera disposições dos decretos nº. 44.484, de 10 de março de 2004, e nº. 40.232, de 2 de janeiro de 2001. 2015a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2015/5587/55874/decreto-n-55874-2015-institui-o-programa-transcidadania-destinado-a-promocao-da-cidadania-de-travestis-e-transexuais-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-altera-disposicoes-dos-decretos-n-44484-de-10-de-marco-de-2004-e-n-40-232-de-2-de-janeiro-de-2001> . Acesso em: 25 maio 2021.

SÃO PAULO. **Programa Transcidadania é lançado na cidade de São Paulo**. Publicado em 29 de janeiro de 2015. 2015b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/mulheres/noticias/?p=189290 . Acesso em: 25 maio 2021.

SÃO PAULO. **Decreto Municipal nº. 56.096**, de 5 de maio de 2015. Confere nova regulamentação ao Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual – COMADS, instituído pelo Decreto nº. 46.037, de 4 de julho de 2005, e previsto nos artigos 239, inciso III, alínea “c”, e 259 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013, alterando sua denominação para Conselho Municipal de Políticas LGBT. 2015c. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2015/5609/56096/decreto-n-56096-2015-confere-nova-regulamentacao-ao-conselho-municipal-de-atencao-a-diversidade-sexual-comads-instituido-pelo-decreto-n-46037-de-4-de-julho-de-2005-e-previsto-nos-artigos-239-inciso-iii-alinea-c-e-259-da-lei-n-15-764-de-27-de-maio-de-2013-alterando-sua-denominacao-para-conselho-municipal-de-politicas-lgbt>. Acesso em: 24 maio 2021.

SÃO PAULO. **Cidade de São Paulo tem maior orçamento para população LGBT da história do país**. 23. nov. 2015. 2015d. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=208894 . Acesso em: 21 maio 2021.

SÃO PAULO. **Decreto Municipal nº. 57.559**, de 22 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, conforme especifica. 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2016/5755/57559/decreto-n-57559-2016-dispoe-sobre-o-uso-do-nome-social-e-o-reconhecimento-da-identidade-de-genero-de-travestis-mulheres-transexuais-e-homens-trans-no-ambito-da-administracao-publica-direta-e-indireta-conforme-especifica> . Acesso em: 21 maio 2021.

SÃO PAULO. **Decreto Municipal nº. 58.228**, de 16 de maio de 2018. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis,

mulheres transexuais e homens trans em todos os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais, bem como nos serviços sociais autônomos instituídos pelo Município, concessionárias de serviços públicos municipais e pessoas jurídicas referidas no artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que mantenham qualquer espécie de ajuste com a Administração Municipal. 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2018/5822/58228/decreto-n-58228-2018-dispoe-sobre-o-uso-do-nome-social-e-o-reconhecimento-da-identidade-de-genero-de-travestis-mulheres-transexuais-e-homens-trans-em-todos-os-orgaos-da-administracao-publica-municipal-direta-e-nas-autarquias-fundacoes-empresas-publicas-e-sociedades-de-economia-mista-municipais-bem-como-nos-servicos-sociais-autonomos-instituidos-pelo-municipio-concessionarias-de-servicos-publicos-municipais-e-pessoas-juridicas-referidas-no-artigo-2-inciso-i-da-lei-federal-n-13019-de-31-de-julho-de-2014-que-mantenham-qualquer-especie-de-ajuste-com-a-administracao-municipal> . Acesso em: 21 maio 2021.

SÃO PAULO. **Decreto Municipal nº. 59.047**, de 29 de outubro de 2019. Confere nova regulamentação ao Conselho Municipal de Políticas LGBT, previsto nos artigos 239, inciso III, alínea “f”, e 259 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013. 2019. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-59047-de-29-de-outubro-de-2019#:~:text=Confere%20nova%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Conselho,27%20de%20maio%20de%202013>. Acesso em: 24 maio 2021.

SINDSEP. **Ato contra o fechamento do programa de hormonioterapia da UBS Santa Cecília é marcado pela luta dos usuários por um tratamento digno**. 1 dez. 2020. Disponível em: <https://sindsep-sp.org.br/noticias/saude/ato-contr-o-fechamento-do-programa-de-hormonioterapia-da-ubs-santa-cecilia-e-marcado-pela-luta-5748>. Acesso em: 25 maio 2021.

SOUSA, K. S. E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais. **Antra**. 2019. Disponível em: <https://antrabrazil.org/historia/>. Acesso em: 21 maio 2021.

TREVISAN, J. S. À Prefeita de São Paulo. Tendências e Debates. **Folha de São Paulo**. 4 jun. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0406200310.htm> . Acesso em: 14 de maio de 2021.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CECÍLIA CARMEN PONTES RODRIGUES
MARIA RITA APRILE
MAGÔ TONHON

“É impossível dizer a identidade do outro, ignorando sua história de vida, suas construções e vivência.”
(Benevides; Nogueira, 2020)

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vêm se intensificando os estudos e pesquisas sobre a questão da “transexualidade” em diferentes áreas do conhecimento, o que confere certa complexidade ao conteúdo da temática e, ao mesmo tempo, um status multidimensional e multifacetado. A sua investigação não se restringe a um campo específico, mas envolve, sobretudo, análises e reflexões que ultrapassam as fronteiras dos tradicionais domínios das ciências. Entre outras indagações, a transexualidade vem sendo debatida em meio a um conjunto de questionamentos presentes na sociedade contemporânea, referentes a gênero, identidade de gênero, sexualidade e direitos humanos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020; BENTO, 2017; BUTLER, 2014; JESUS, 2012; BORILLO, 2010).

Este capítulo sistematiza um conjunto de análises sobre o perfil sociodemográfico e a constituição da identidade de gênero da população transexual, no município de São Paulo, a partir dos dados coletados para o “Mapeamento das Pessoas Trans do Município de São Paulo”. Sua realização apoiou-se na necessidade de obter informações fidedignas e atualizadas sobre o universo transexual paulista, haja vista sua exclusão dos censos demográficos e a forma “distorcida” e, portanto, não correspondente à realidade com que, muitas vezes, é apresentado na mídia. A possibilidade de reverberar suas vozes, criar mecanismos de credibilidade frente à injustiça epistêmica e de melhor caracterizar e visualizar suas demandas, reivindicações históricas e necessidades é fundamental para a atuação de órgãos públicos, organizações diversas, bem como para pesquisadores e estudiosos envolvidos com a questão.

A partir do eixo temático “população transexual”, deu-se prioridade aos seguintes marcadores sociais: identificação de gênero; saída de casa e/ou ruptura com o núcleo familiar; origem por região geográfica; faixa etária; tempo e local de moradia na cidade de São Paulo; estado civil; raça/cor da pele; religião e escolaridade. Para tanto,

foram analisadas as respostas indicadas por amostra de 1.788 pessoas autodenominadas transexuais em um instrumento de pesquisa e as informações obtidas a partir de 29 entrevistas semiestruturadas.

É importante destacar que os dados quantitativos referentes aos marcadores são inéditos devido à quase inexistência de informações, como já apontado, sobre pessoas transexuais, à exceção da publicação de algumas matérias e dossiês sobre violência e assassinatos de pessoas transexuais, no país (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

IDENTIFICAÇÃO DE GÊNERO

Ainda que haja diferenças entre as teorias referentes ao tema da transexualidade em áreas como: Psicologia, Medicina, Sociologia, Serviço Social, Educação, Direito, Bioética, Política, entre outras, um aspecto aparece como unânime, ou seja, a não correspondência entre o sexo atribuído na certidão de nascimento e a identidade psíquica de gênero. Trata-se, portanto, de uma posição contrária ao pressuposto básico de que o sexo se traduz pelo corpo orgânico, biológico e genético e que haveria somente duas possibilidades (homem/mulher; masculino/feminino; macho/fêmea) de as pessoas se entenderem e se colocarem no mundo.

À luz dos Princípios de Yogyakarta (2007), o gênero resultaria de uma construção histórica e social e não apenas de uma diferença biológica. Nessa direção, a transexualidade configura uma possível resposta de oposição aos discursos e práticas que concorrem para a disseminação de uma visão binária e dicotômica da sociedade e, por conseguinte, identifica as pessoas segundo suas estruturas corporais (PEDRA *et al.*, 2018; BENTO, 2017). Assim, o fato de a pessoa se autodenominar transexual – caminho percorrido, muitas vezes, com dor, preconceitos, retaliações e julgamentos inerentes à transfobia – é um indicativo de que conseguiu ultrapassar os limites previamente estabelecidos pela sociedade em relação à categoria sexo, colocando-se em confronto em relação aos códigos de conduta preestabelecidos (HOGEMANN, 2014).

Vale lembrar que práticas discriminatórias referentes às pessoas transexuais representam uma violação do direito universal à cidadania, princípio direcionado a todas as pessoas, independente de sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou “outra situação” (ONU, 1948). Considerar a pessoa transexual como alguém desigual, inferior ou anormal, valendo-se de condutas e dispositivos ideológicos e institucionais para justificar um sistema de exclusão e de dominação, equipara a transfobia às outras práticas discriminatórias, como o racismo, a xenofobia, o antissemitismo, entre outras (PERUCCHI; BRAN-DÃO; VIEIRA, 2014).

A pesquisa realizada reconhece a diversidade de categorias de gênero existentes no universo transexual. Nesse sentido, para assegurar uma análise objetiva e uma amostra significativa de cada uma das identidades, foi solicitado às pessoas que se autodeclarassem a partir de quatro grandes categorias:

Travestis: Pessoas identificadas como pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e têm expressão de gênero feminina (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Trata-se de uma categoria ressignificada e preservada por muitas pessoas trans de modo a destacar uma história de luta e de resistência contra todas as formas de preconceito e de violência.

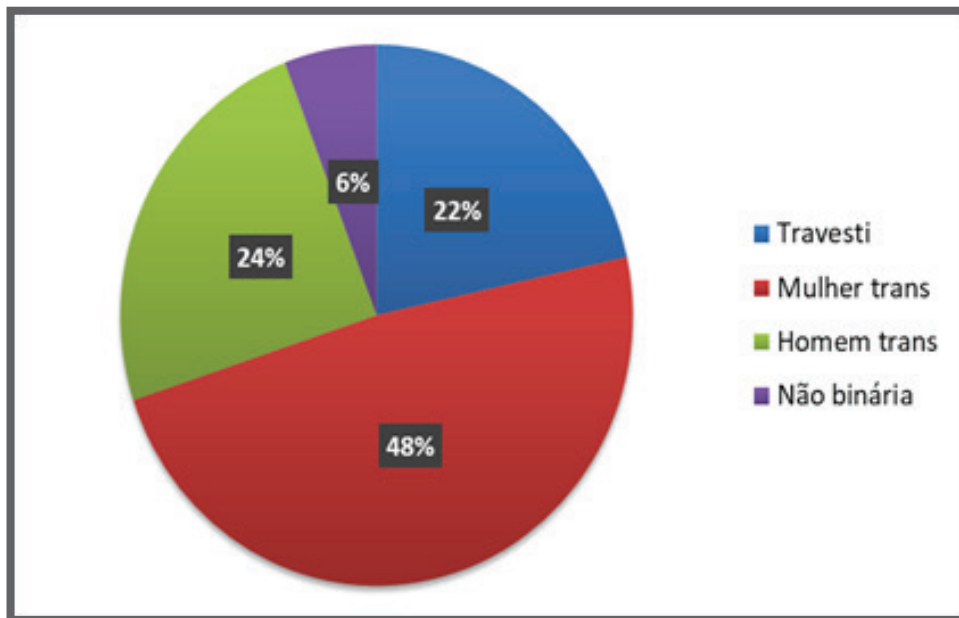
Mulheres Trans: Pessoas identificadas como pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e se reivindicam como mulheres. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Homens Trans: Pessoas identificadas como pertencentes ao gênero feminino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero masculino e se reivindicam como homens. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Pessoas não binárias: Pessoas que se opõem à dicotomia polarizada entre sexo e gênero e, dessa forma, não se identificam como binário, ou seja, como homem ou mulher (REIS; PINHO, 2016).

Do universo de pessoas entrevistadas (N=1788), parcela significativa se autodeclarou mulheres transexuais (48%), seguidas de travestis e de homens transexuais cujos índices foram quase idênticos (22% e 24% respectivamente) e, apenas 6%, pessoas não binárias.

Figura 1 – Identidade de Gênero



Fonte: Pesquisa: Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo – Cedec, 2021.

Para uma parcela significativa da população entrevistada (70%), a percepção da *disforia* de gênero, ou seja, da não correspondência entre o sexo do nascimento e a identidade de gênero, ocorreu, muito cedo, entre 05 e 15 anos. Nesse conjunto, 36% consideraram que a percepção da dissociação entre o sexo biológico e a identificação de gênero se deu entre 11 e 15 anos de idade, com predominância entre as travestis (46%), seguidas de mulheres trans (36%) e homens trans (30%). Para 26% delas, a descoberta se deu entre 06 e 10 anos de idade, cujos índices mais altos foram registrados entre mulheres trans (32%) e, na sequência, homens trans (24%) e travestis (17%). Destaca-se que 19% constataram a não associação entre sexo e gênero, entre 16 e 20 anos, sendo os percentuais mais elevados registrados por pessoas não binárias (30%) e homens trans (23%) e, menores, entre travestis (19%) e mulheres trans (15%).

Tabela 1 – Idade e identificação de gênero

Faixas etárias	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
0-5 anos	7%	9%	8%	8%	8%
6-10 anos	17%	32%	24%	13%	26%
11-15 anos	46%	36%	30%	19%	36%
16-20 anos	19%	15%	23%	30%	19%
21-25 anos	3%	3%	7%	18%	5%
26-30 anos	2%	1%	3%	5%	2%
31 ou mais	6%	4%	4%	7%	5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Nos relatos das pessoas entrevistadas, pôde-se perceber que o “estranhamento vivido” em relação à descoberta da identidade de gênero, na maioria das vezes, é acompanhado de experiências e sentimentos nem sempre agradáveis que, no entanto, continuam bastante presentes em suas narrativas como uma espécie de “memória afetiva” das lutas e embates vivenciados para sua sobrevivência, aceitação e reconhecimento, em uma sociedade pautada em padrões heteronormativos, conforme os depoimentos a seguir:

[...] desde criança, minha mãe me pegava mexendo nas coisas dela [...] colar, pulseira, brincos [...] no ensino fundamental, começaram as transformações dos meus coleguinhas [...] espinhas [...] voz grossa [...] os primeiros sinais da puberdade [...] eu fiquei, ali, estagnada [...] O meu gogó não saiu, a espinha não saía, não tinha tantos pelos no rosto [...] Conversei com minha família [...] foi um pouco complicado, me machucou muito, porque ninguém perguntava prá mim o que eu queria fazer da vida [...] somente, quando recebo uma proposta prá trabalhar

em um ateliê de decoração [...] eu me reconheço, eu descobro que, de fato, tinha uma menina dentro e, não, um menino [...] Tinha 15 anos.

(Mulher trans)

Eu sempre me achei um menino, desde criança [...] vivia brincando com os meninos, não gostava dos presentes de menina [...] brinquei de tudo; chutava muita bola, soltava muita pipa, brincava de casinha, desde que eu pudesse ser o papai [...] a minha infância foi de um menino [...] minha mãe brigava, porque quando eu jogava futebol, tinha que tirar a camiseta [...] brincadeira não tem gênero [...] A questão começou a pegar, na minha adolescência [...] começaram a surgir menstruação, mamas e, aí, [...] começou o problema com a minha família, porque não era mais possível eu fazer as coisas de “menino”. Minha família achava que não era certo. Eu falo de adolescência, mas eu estou falando de 10 anos, 12 anos de idade!

(Homem trans)

Eu não queria ficar fazendo coisas “femininas” dentro da igreja; não queria participar do grupo de mulheres [...] Então, descobri que eu sabia tocar bateria [...] isso marca o começo da minha identidade masculina, eu tinha uns 15 anos [...] Tocar bateria era visto como um instrumento masculino [...] foi o motivo que usei dentro da igreja para não ir de saia. A igreja não obrigava a usar saia [...] mas, para o meu pai e para a minha mãe [...] vindos de uma igreja mais tradicional, tinha que usar saia [...] eu falava: “não tem como eu ir de saia, como é que eu vou tocar bateria de saia?” [...] O meu pai não gostou [...] ficou um pouco irritado [...] acabei usando calça [...].

(Homem trans)

Desde os meus 15, 16 anos, fui atrás de entender mais sobre a minha identidade, pois não me reconhecia em nenhum dos gêneros binários [...] eu ficava meio que perdida e, aí, fui atrás para ter referência de mulheres trans e travestis, porém eu também não me via nessas referências [...] as pessoas cis dizem que as pessoas trans têm que ter [...] Você é uma pessoa trans! Independente!

(Travesti)

[...] dos 8, 10 anos, eu comecei a “ficar diferente”, já diria a minha mãe [...] eu não tinha interesse em “me cuidar”. Eu não tinha interesse em coisas que geralmente as mulheres se interessavam [...] comprar roupas, pensar em maquiagem [...] para poder me relacionar [...] eu preferia estar mais com meninos [...] as meninas tinham uma coisa muito diferente! Eu me sentia muito um ET. [...] Eu era a menina [...] mais estranha [...] fui chamado de estranho por algumas pessoas e por algumas crianças.

(Pessoa não binária)

Com raras exceções, crianças, adolescentes e adultos encontram apoio por parte de familiares para entender e acolher a sua não heterossexualidade, como registram os relatos:

[...] minha mãe sempre compreendeu que tinha algo diferenciado em mim, ela não compreendia com as palavras de hoje [...] transexualidade [...] quando, eu tinha 12 anos, cheguei, em casa, de sobancelhas feitas, pernas raspadas e unhas pintadas [...] minha mãe me chamou em um canto e conversou comigo: “tudo tem seu tempo, não é seu tempo ainda” [...] Eu não precisei dizer: “Mãe, eu sou transexual. Mãe, eu sou travesti.” “Mãe, eu sou isso”. Na verdade, eu nunca precisei dizer [...] já estava implícito [...] na minha infância [...] nos trejeitos [...] nos papéis, que eu acabei assumindo [...] eu acredito que minha mãe, hoje, me tem como uma moça diferente, mas ela compreende que por nunca ter me rejeitado, nunca ter me questionado, isso foi fundamental pro meu amadurecimento [...].

(Mulher trans)

[...] teve o aniversário de minha netinha, no domingo, daí um avô dela, que não me conhecia, olhou prá mim e olhou prá outra mãe. E, aí, minha filha falou: “Essa é minha mãe!” [...] ele ficou confuso [...] como eu percebi e ninguém ia falar nada, eu falei: “querido, vamos entender? Simples, assim: esta é a mãe que pariu, é uma mulher cis! [...] Eu sou a mãe travesti [...] Deu prá entender?” Eu acho que ele ficou mais confuso! [...] se eu soubesse que seria simples com minha filha, minha transição teria sido bem antes!

(Travesti)

A descoberta da identidade de gênero configura, portanto, um divisor de águas na vida das pessoas transexuais, que passam a ser tratadas de modo distinto no âmbito de suas relações familiares e, não raro, têm suas histórias de vida marcadas por episódios que oscilam entre sutis rejeições à exclusão e marginalização social.

SAÍDA DE CASA E/OU RUPTURA COM O NÚCLEO FAMILIAR

As pessoas transexuais costumam sair de casa e abrir mão do convívio familiar por motivos diversos, entre eles, preconceitos, preceitos religiosos, situações de humilhação e violência a que são submetidas (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014). Muitas vezes, a intensidade dos eventos causa o rompimento dos vínculos familiares, seja por decisão própria ou por expulsão de casa. Esse rompimento nem sempre coincide com o momento da consciência da *disforia* que, como destacado, costuma ocorrer antes dos 15 anos.

Neste estudo, a faixa etária compreendida entre 16 e 20 anos destaca-se como a fase referente à saída do ambiente familiar por quase metade das pessoas entrevistadas (49%). Quando se considera as categorias em separado, os índices assim se distribuem: pessoas não binárias (57%); homens trans (53%); mulheres trans (49%) e travestis (42%). Porém, 29% afirmaram ter saído de casa com 15 anos ou menos, sendo que os maiores percentuais se referem às travestis (37%) e mulheres trans (31%).

Tabela 2 – Idade e saída do núcleo familiar por identidade de gênero

Idade que deixou de morar com os pais ou parentes	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
15 anos ou menos	37%	31%	17%	14%	29%
16-20 anos	42%	49%	53%	57%	49%
21-25 anos	10%	12%	19%	21%	13%
26-30 anos	5%	4%	4%	2%	4%
31-35 anos	1%	1%	-	-	1%
36 anos ou mais	5%	3%	6%	6%	4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Mais da metade da população entrevistada declarou sair de casa por vontade própria (52%). A prevalência se refere aos homens trans (61%), enquanto os índices são aproximados entre as pessoas não binárias (52%), mulheres trans (51%) e travestis (47%).

Motivos como expulsão de casa e conflitos familiares também foram apontados como responsáveis pela saída do núcleo familiar. Juntos, esses dois fatos totalizam 47% das respostas. No caso específico de desentendimentos familiares (30%), os percentuais são bastante aproximados entre as pessoas não binárias (33%); mulheres trans (31%); travestis (30%) e homens trans (28%). Já em relação à saída por expulsão (17%), a predominância se dá em relação às travestis (24%) e, na sequência, mulheres trans (16%), pessoas não binárias (13%) e homens trans (9%).

Tabela 3 – Motivo de saída do ambiente familiar por identidade de gênero

Motivo de saída do ambiente familiar	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Vontade própria	44%	51%	61%	52%	52%
Expulsão	24%	16%	9%	13%	17%
Brigas desentendimentos/ conflitos	30%	31%	28%	33%	30%
Outro	2%	2%	1%	2%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Vale lembrar que independente de sua configuração, a família constitui o espaço de perpetuação de valores e crenças que a sociedade espera serem

incorporados ou impostos aos seus membros. Isso significa que, no micro contexto das relações familiares e de coabitação, a família é uma das instituições sociais responsáveis pela reprodução de normas heteronormativas e de modelos pautados em preconceitos e comportamentos discriminatórios, não estando, portanto, isenta de sua legitimação (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014).

Nos exemplos apresentados, são fortes os indícios de que a saída de casa por “vontade própria” representa uma tentativa de escapar de conflitos e desconfortos presentes na convivência familiar. Essa situação torna-se ainda mais provável em momentos de crise econômica, como o atual, em que pessoas cisgêneras tendem a adiar a entrada no mercado de trabalho e residem por mais tempo no domicílio de suas famílias.

Em geral, os conflitos e desentendimentos iniciam-se quando as pessoas percebem o seu desejo de adotar comportamentos, usar roupas, entre outras atitudes, não correspondentes ao sexo que lhe foi atribuído, em seu nascimento. A intolerância dos familiares concorre para que muitas pessoas transexuais deixem suas casas e rompam com seus familiares, sendo expulsos, muitas vezes, do convívio familiar, conforme destacam os depoimentos:

[...] eu saí de casa, aos 16 anos. Expulsa! Aos 16 anos, fui prá prostituição, tomei pela primeira vez hormônio, mas eu só vou fazer a externalização deste percebimento aos 30 anos de idade. [...] tem um *gap*, aí, em que vivi uma imagem masculina porque não tinha outras referências [...] esse *gap* foi me ensinando coisas [...] minha relação com a transgeneridade [...] comecei fazendo *drag* [...] terminei fazendo transformismo [...] percebi que eu estava performando, quando eu estava sem peruca, e aí falei: “vou deixar meu cabelo crescer, porque estou performando quando não estou montada [...] comecei a gostar de mim e isso é muito importante!” É o “x” da questão! Porque a transfobia aniquila a nossa autoestima. A gente passa o tempo inteiro recebendo: não!

(Travesti)

O meu tio me expulsa de casa e fala: “eu não quero você, aqui, na casa da avó.” [...] fui morar com meus amigos gays; duas já se montavam [...] e eu me reencontrei na moda e nas artes e, aí, venho desde os meus 15 anos. Inclusive, falo isso prá todo mundo: eu tenho 30, mas 15 anos, eu posso dizer que 15 foram do falecido [...] foi a partir daí, que eu disse: “Não!” E só minha avó ficou sabendo desses amigos que me acolheram.

(Mulher trans)

Assim, ainda que o senso comum considere o espaço familiar um eixo de aglutinação das relações familiares, essa união tende a se tornar mais frágil ou até a se desfazer quando as pessoas apresentam posturas não compatíveis ao modelo hegemônico heteronormativo. Dessa forma, a família não atua como protetora e promotora do bem-estar e dignidade das pessoas transexuais. Pelo

contrário, utiliza-se de dispositivos diversos (religião, educação, sanções etc.) para desencadear situações constrangedoras e reiterar a cis-heteronorma dominante.

ORIGEM POR REGIÃO GEOGRÁFICA

A Região Sudeste é a que concentra maior número de nascimentos de pessoas transexuais, com índices de 44%, na capital, e 24% em outros municípios, totalizando 68% da amostra. Na capital paulista, são aproximados os índices referentes aos homens transexuais (55%) e pessoas não binárias (51%), seguidos de mulheres transexuais (41%) e travestis (36%). Quanto aos demais municípios, os índices são próximos entre pessoas não binárias (32%) e homens trans (29%), bem como entre travestis (25%) e mulheres trans (21%).

Tabela 4 – Origem por região geográfica e identidade de gênero

Origem por região geográfica	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Região Sudeste: município de São Paulo	36%	41%	55%	51%	44%
Região Sudeste: outros municípios	25%	21%	29%	32%	24%
Região Nordeste	24%	23%	11%	9%	19%
Região Norte	11%	10%	2%	1%	8%
Região Sul	3%	3%	2%	8%	3%
Região Centro Oeste	1%	2%	1%	-	1%
Outro país	1%	1%	-	-	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Em relação às demais regiões, a prevalência é da Região Nordeste (19%), enquanto as demais apresentam índices menores: Região Norte (8%); Região Sul (3%) e Região Centro-Oeste (1%). Destaca-se que apenas 1% de travestis e 1% de mulheres transexuais são originárias de outro país.

A concentração maior do número de pessoas transexuais nascidas nas regiões Sudeste e Nordeste, no município de São Paulo, parece acompanhar as estimativas, amplamente divulgadas pela mídia, em 2020, de serem elas consideradas as mais populosas do país, com índices, respectivamente, de 42% e 27,1%, em relação ao total estimado da população brasileira de 211,8 milhões de habitantes (IBGE, 2020).

FAIXA ETÁRIA

Em relação à faixa etária, observa-se que 70% dos entrevistados estão situados na faixa etária entre 16 e 35 anos. Trata-se, portanto, de uma população bastante jovem, que assim se distribui: 26% com idade entre 21 a 25 anos; 22% entre 26 e 30 anos; 15% entre 30 e 35 anos.

No conjunto de homens trans, 60% deles possuem entre 21 e 30 anos e, no conjunto de pessoas não binárias, 73% delas possuem entre 21 e 30 anos.

Quando se consideram as categorias de gênero, 46% das pessoas não binárias estão distribuídas na faixa entre 21 e 25 anos e 27% na faixa de 26 a 30 anos. Também são bastante significativos os percentuais pertinentes aos homens transexuais que registram 36%, na faixa entre 21 e 25 anos e, 24%, entre 26 e 30 anos. Observa-se que as mulheres trans apresentam índices idênticos (22%), em ambas as faixas. Em relação às travestis, os percentuais são equivalentes em três faixas etárias: de 21 a 25 anos (20%) e idênticos (19%) nas faixas de 26 a 30 anos e entre 30 a 35 anos, totalizando 58%.

Tabela 5 – Faixa etária por identidade de gênero

Faixa etária	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
De 16 a 20 anos	3%	6%	13%	11%	7%
De 21 a 25	20%	22%	36%	46%	26%
De 26 a 30	19%	22%	24%	27%	22%
De 30 a 35	19%	14%	14%	8%	15%
De 36 a 40	13%	13%	7%	5%	11%
De 41 a 45	11%	11%	3%	2%	8%
45 anos ou mais	14%	13%	3%	2%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Uma possível hipótese, sujeita à verificação, referente à maior concentração de pessoas transexuais nas faixas etárias compreendidas entre 21 e 35 anos, é que a população mais jovem encontra mais oportunidades de assumir sua identidade de gênero em razão das múltiplas oportunidades de trocas de informações entre seus pares e também por contar com o patrimônio de experiências vividas por integrantes de outras faixas etárias com mais idade:

[...] tenho muitas amigas espalhadas em São Paulo [...] tenho um *Instagram* em que falo sobre não-binariedade e saúde mental [...] lá, encontro muito apoio de outras pessoas não binárias, que compartilham de experiências bem parecidas com as minhas. Ele foi essencial pra mim, para momentos de desabafo e ouvir pessoas dizendo: “Puts! Também passei por isso! Se você precisar conversar, eu estou aqui!” [...] eu também faço esse trampo de: “Se você precisar conversar também, eu passei por isso, estou aqui.” Para além do *Instagram*, eu faço parte de algumas redes [...]

Coletivo Prisma, UFABC, [...] WPATH (*World Professional Association For Transgender Health*), uma associação mundial de profissionais para a saúde de pessoas trans, enquanto estudante.
(Pessoa não-binária)

[...] conheci outras travestis mais velhas [...] inclusive, minha “madrinha”, que morreu ano passado e foi a primeira miss transexual do estado [...] foi quando a conheci mais a fundo [...] fiquei trabalhando, nesses bastidores de moda, de eventos, de festas e decoração.
(Mulher trans)

Assim, os contatos estabelecidos com os pares e a colaboração efetiva das “madrinhas”, além das redes de solidariedade, virtuais ou não, poderão resultar no estabelecimento de laços afetivos e no recebimento de suporte físico, psicológico e espiritual para o enfrentamento dos possíveis desafios impostos pela nova condição de vida.

TEMPO E LOCAL DE MORADIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Quanto ao tempo de moradia na cidade de São Paulo, 36% das pessoas entrevistadas residem no município há mais de 20 anos, o que indica um longo período de vivência no município. Além dessas, 19% vivem na capital paulista há mais de 30 anos, seguidas de 18% entre 11 e 20 anos. Destaca-se um percentual significativo (26%) de residentes entre um e 10 anos.

Quando se considera a identidade de gênero, observa-se que os maiores índices se referem à população residente há mais de 20 anos, sendo aproximados em relação às categorias: “não binária” (42%) e “homens trans” (40%), bem como entre “travestis” (37%) e “mulheres trans” (32%).

Referente às pessoas residentes, no município, entre um e 10 anos, os índices se comportam bastante aproximados: 32% de “não binárias”; 27% de “mulheres trans”; 26% de “travestis” e 24% de “homens trans”.

Tabela 6 – Tempo de moradia na cidade de São Paulo por identidade de gênero

Tempo de moradia em SP	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Entre 1 e 10 anos	26%	27%	24%	32%	26%
Entre 11 e 20	16%	19%	19%	19%	18%
Entre 21 e 30	37%	32%	40%	42%	36%
Mais de 30 anos	22%	21%	16%	7%	19%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Quanto ao local de moradia, mais da metade dos respondentes afirmou morar em imóveis alugados (51%) e, aproximadamente, um terço considerou ter casa própria (29%). Dos que vivem em imóveis locados, são similares os dados referentes aos homens trans (54%); mulheres trans (53%) e não binárias (52%), com relativa diminuição para as travestis (42%). Entre as pessoas que vivem em casa própria, o índice mais alto foi apresentado pelos homens trans (38%), sendo aproximados entre não binárias (30%) e mulheres trans (29%) e bem menor em relação às travestis (20%).

Como terceira opção, foram indicados albergues e casas de acolhimento, buscados por 9% da população entrevistada. Os índices são muito reduzidos em relação às outras formas de moradia: na rua (4%); em ocupação (3%); em local cedido (3%) e em república (2%).

No conjunto, é bastante expressivo o índice de pessoas sem teto (ou vulneráveis quanto à moradia), isto é, aquelas que vivem na rua, em albergues e em ocupação, totalizando 16% em relação à população em geral e, um índice bastante significativo, no caso das travestis (32%).

Tabela 7 – Tipo de moradia por identidade de gênero

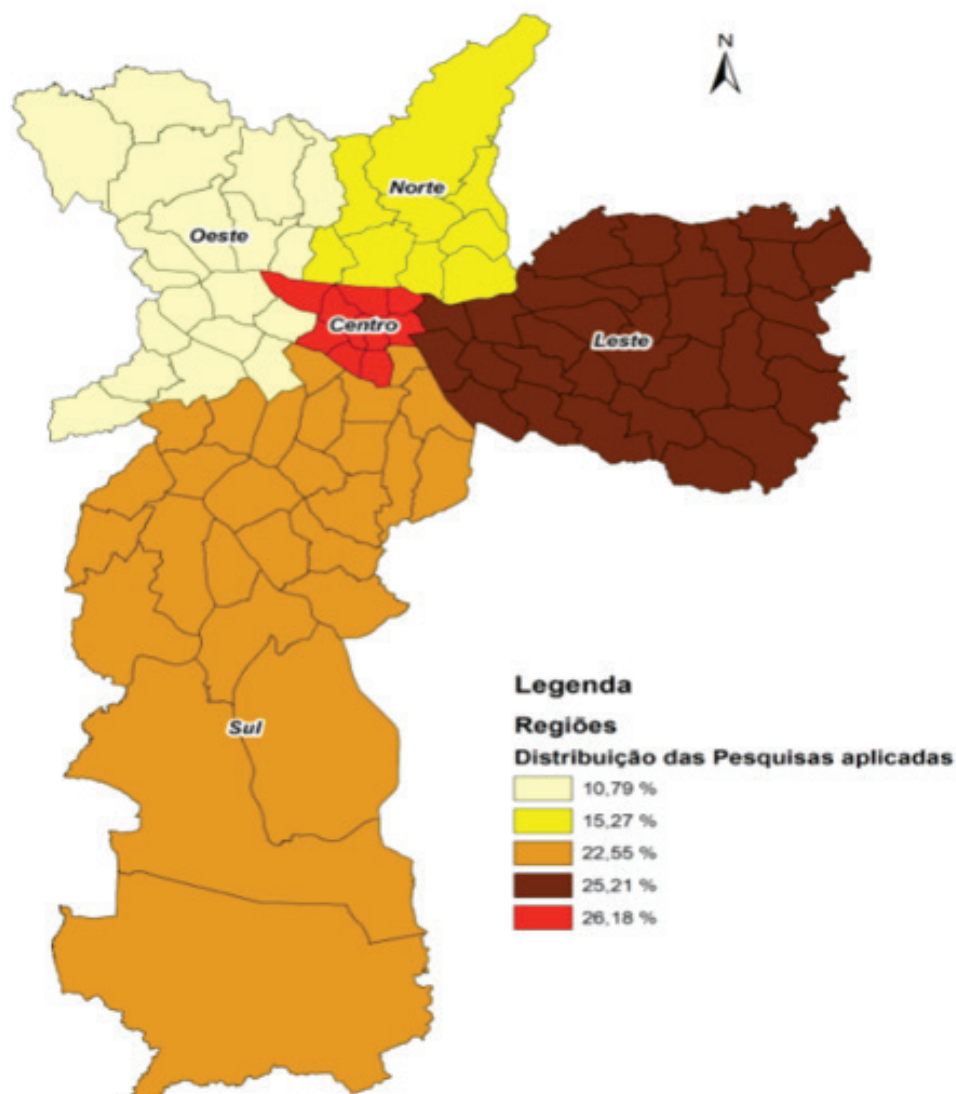
Tipo de moradia	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Próprio	20%	29%	38%	30%	29%
Alugado	42%	53%	54%	52%	51%
Cedido por particular	3%	3%	3%	5%	3%
Ocupação	4%	2%	1%	4%	3%
Albergue / Centro de acolhida	18%	8%	2%	7%	9%
Em república	2%	2%	1%	2%	2%
No local de trabalho	1%	-	-	-	0,4%
Na rua	10%	3%	-	-	4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

A maior parte das pessoas entrevistadas reside na região central (26%), seguida das zonas leste (25%) e sul (22%) e são menores nas zonas norte (15%) e oeste (11%).

Das pessoas transexuais entrevistadas, 31% vivem sozinhas, o que representa um percentual significativo. Nessa condição, são idênticos os percentuais referentes às travestis e mulheres trans (36%) e aproximados entre homens trans (19%) e não binárias (17%).

Figura 2 – Localização da moradia por região na cidade de São Paulo



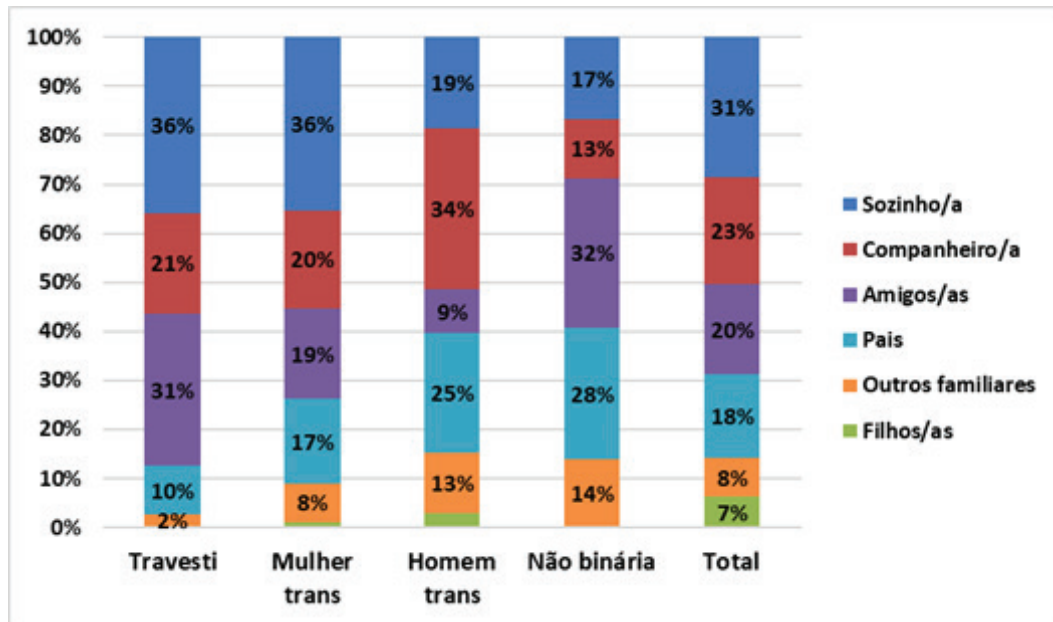
Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Por outro lado, 23% da amostra compartilha suas moradias com companheiros(as) e 20%, com amigos(as). O maior percentual de pessoas que vivem com companheiros é o de homens trans (34%), seguidos de travestis e mulheres trans com índices quase idênticos, 21% e 20%, respectivamente. Das que vivem com amigos(as), os índices são iguais entre travestis e pessoas não binárias (31%), seguidos de mulheres trans (19%) e, com um índice bem menor, os homens trans (9%).

Quando se comparam os percentuais de homens trans que vivem com companheiros(as) (34%) e os que vivem com amigos(as) (9%), uma hipótese sujeita à confirmação é que suas relações afetivas sejam mais assumidas, ou que o número de casamentos entre eles seja maior.

Destaca-se ainda que 26% das pessoas vivem com a família. Dessas, 18% moram com os pais e 8% com outros familiares. No conjunto, as maiores frequências se referem às pessoas não binárias (40%) e aos homens trans (37%).

Figura 3 – Com quem vive atualmente por identidade de gênero



*Questão com resposta múltipla, por isso, a soma dos percentuais é superior a 100%.

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Iniciativas para atendimento à população transexual em condição de vulnerabilidade ainda são bastante incipientes no município de São Paulo. Durante as entrevistas, foram mencionadas as duas unidades da “Casa Florescer”, mantidas pela Prefeitura de São Paulo. Cada uma delas tem capacidade de atendimento e de acolhida especializada a 30 travestis e mulheres transexuais. O município também conta com Núcleos de Convivência para Adultos em Situação de Rua que, no entanto, são direcionados à população em geral. Os índices obtidos em relação à população transexual sem condições dignas de moradia reforçam a necessidade urgente de o município contar com um maior número de equipamentos para atender às pessoas trans, especialmente neste momento de grave crise sanitária e econômica.

ESTADO CIVIL

Sobre o estado civil, a maioria das pessoas entrevistadas (75%) declarou-se solteiro(a). A prevalência é das pessoas não binárias (86%), seguidas de travestis e de mulheres trans com índices idênticos (76%) e, por último, os homens trans (68%) cujo índice é menor uma vez que um terço deles se declarou casado/união estável (30%).

Tabela 8 – Estado civil por identidade de gênero

Estado civil	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Solteiro(a)	76%	76%	68%	86%	75%
Casado(a) / união estável	22%	23%	30%	14%	24%
Viúvo(a)	1%	-	-	-	1%
Divorciado(a)	-	1%	1%	-	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

RAÇA/COR

Indagadas sobre sua raça/cor, 38% das pessoas entrevistadas declararam cor branca, seguidas das que registraram: parda (34%) e preta (23%). Em relação à identidade de gênero, a cor branca é prevalente nas categorias: não binárias (58%) e homens trans (47%). As mulheres trans apresentam os mesmos índices em relação às cores branca e parda (38%) e as travestis registram índices aproximados entre as cores parda (36%) e preta (33%).

Tabela 9 – Raça/cor por identidade de gênero

Raça/cor	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Branca(o)	25%	38%	47%	58%	38%
Parda(o)	36%	38%	26%	17%	34%
Preta(o)	33%	19%	23%	21%	23%
Indígena	4%	4%	1%	4%	3%
Amarela(o)	3%	2%	3%	-	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

É importante registrar que, em um país como o Brasil, de tradição patriarcal e estrutura racista, sobressaem-se os preconceitos e as atitudes discriminatórias contra a população transexual, especialmente, em relação às mulheres

trans e travestis de cor preta. Trata-se, sobretudo, de um estigma social e historicamente construído que envolve desde atos de humilhação verbal, física e psicológica; abusos sexuais; prostituição; estupros, além da impossibilidade do exercício pleno da cidadania em relação à escolaridade, saúde, inserção no mundo do trabalho e nível de renda (MENEZES, 2018), conforme relata uma das entrevistadas:

[...] eu entendo sobre as dificuldades do mundo e como uma pessoa preta e trans, onde eu sou colocada, é difícil [...] eu fico muito injuriada e puta! [...] não tem como não ficar! [...] eu sei da minha capacidade, da minha honestidade, do meu caráter, eu sei da minha pessoa. E, por eu ser vista como preta e trans que eu não tenho oportunidades, então eu vou à luta. Infelizmente, o mundo é assim, há raiz – tá enraizado o racismo, a transfobia, sempre vai ser assim e as pessoas pretas, trans, que não se encaixam no padrão cis branco que lutem e lutem muito para conseguir o mínimo.

(Travesti)

Algumas iniciativas, assumidas por grupos e associações atuantes no campo da transexualidade têm contribuído para a denúncia do cenário de abandono, exclusão e transfobia a que são submetidas pessoas transexuais de origem afrodescendente. Trata-se de eventos, artigos, dossiês que, entre outras atividades, concorrem para a inclusão do binômio transexualidade e questões raciais na agenda de discussão sobre direitos humanos e exercício da cidadania (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Se, por um lado, estas ações têm ampliado a consciência sobre o racismo e a discriminação que ainda sofrem afrodescendentes, no Brasil, por outro lado, têm incentivado o resgate e a valorização da ancestralidade africana, expressa em roupas, na apresentação dos cabelos, na frequência ao candomblé, entre outras ações.

[...] Meu nome é..., sou uma mulher negra, acho importante acho importante pautar isso, sou ameríndia, transgênera para identidade de gênero, tenho 51 anos, a completar daqui a pouco.

(Mulher Trans)

[...] nem lembro quando eu comecei alisar o meu cabelo! Não sabia nem como era a estrutura do meu cabelo [...] comecei a ler muito sobre a questão da identidade e sobre a questão racial [...] cortei meu cabelo curtinho e falei: “vou ver como é meu cabelo, minha mãe é preta!” [...] comecei a reparar um monte de coisas [...] minha mãe sofria racismo, dentro de casa, meu próprio pai fazia piadas racistas [...] fui entender agora, depois de adulta, eu falei: “tem alguma coisa errada, minha mãe é preta! Meu pai é branco!” [...] Meu cabelo é crespo! [...] hoje, eu me identifico como uma travesti preta de pele clara [...] quero buscar minhas raízes [...] eu sei que, um dia, isso vai acontecer [...] vou descobrir minha família, que era do Candomblé, da Umbanda [...] eram descendentes da África”.

(Travesti)

RELIGIÃO

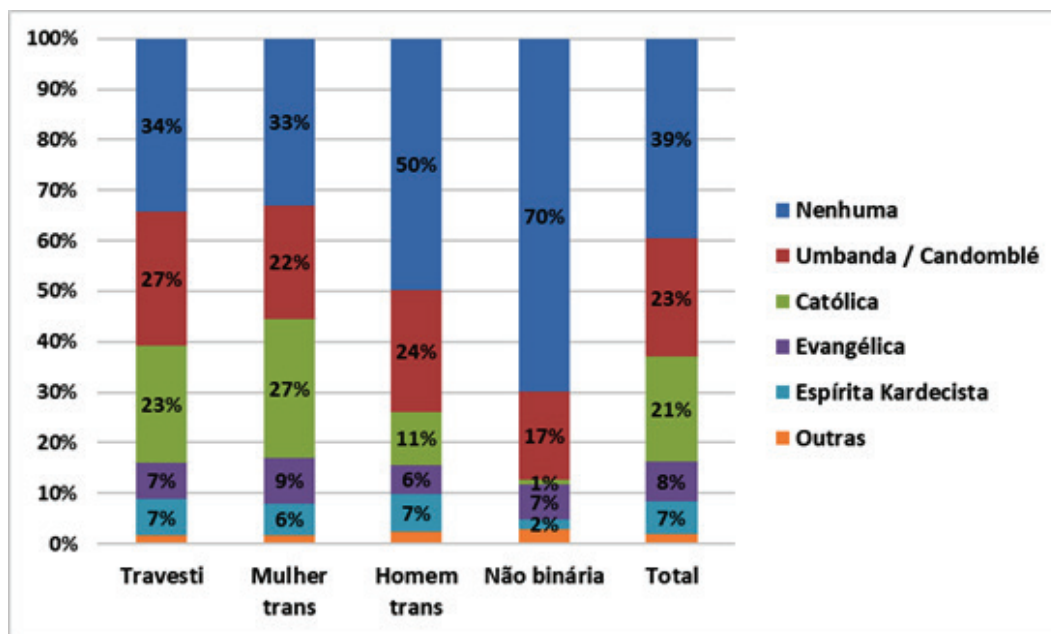
Questionadas sobre sua opção religiosa, 39% das pessoas entrevistadas declararam-se não pertencer a nenhuma religião e, quando consideradas em sua autodenominação, a não religiosidade registrou os seguintes índices: pessoas não binárias (70%); homens transexuais (50%); travestis (34%) e mulheres transexuais (33%).

Das pessoas que se nomearam religiosas, a opção umbanda/candomblé é prevalente (23%). A religião católica, considerada predominante no Brasil, aparece somente com 21% de adeptos. Em relação às demais religiões, os índices foram aproximados: 8% disseram pertencer à igreja evangélica e 7% à espírita kardecista.

Referente à identidade de gênero, a religião umbandista/candomblé apresentou maior aceitação entre: travestis (27%); homens transexuais (24%) e mulheres transexuais (22%). Em seguida, aparece a religião católica cujos maiores índices se situam entre mulheres transexuais (27%) e travestis (23%).

A figura a seguir sintetiza os dados sobre o marcador religião referentes ao posicionamento declarado pelo universo total dos entrevistados (N = 1788).

Figura 4 – Religião por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

É bem provável que o distanciamento religioso assumido pela maioria das pessoas entrevistadas se deva provavelmente à transfobia religiosa subjacente a um conjunto de crenças, valores e preceitos propagados por inúmeras religiões, especialmente as cristãs (católicas e evangélicas), visando impor a heteronormatividade como o único padrão

possível e aceitável de comportamento (BORILLO, 2010). Com raras exceções, os representantes dessas religiões atuam como agentes controladores das formas de expressão corporal valendo-se de regras e espaços específicos para efetivar esse controle (FOUCAULT, 1988; 1987), e de narrativas que – de forma velada ou explícita – condenam os comportamentos dissidentes dos modelos hegemônicos de gênero e de sexualidade.

Acresce-se o fato de que o discurso e as práticas relacionadas à transfobia são legitimados por seguidores dessas religiões, que costumam marginalizar as pessoas em razão de sua identidade sexual, negando-lhes, portanto, seus direitos individuais (BARBOSA; SILVA, 2016), ao levá-las a vivenciarem situações de constrangimentos, exclusão ou, até mesmo, expulsão dos espaços destinados ao exercício da religiosidade, conforme os extratos das entrevistas a seguir:

[...] não tinha como eu ser a pessoa que meu pai queria que eu fosse: eu tinha que ser a Amanda, a menina, que ia pra igreja [...] andar desse jeito [...] era coisa do demônio [...] com uns 13 anos, ele abriu a Bíblia e falou pra mim: “É errado!” [...] “Mulher com mulher, é como se fossem duas cobras se enrolando.” [...].

(Homem Trans)

[...] me afastei da igreja evangélica [...] dos dogmas, não por causa de Deus, porque eu acredito em Deus, em Jesus Cristo [...] e nos Orixás [...] não foram eles que viraram as costas e me renegaram. [...] Quem veio apontar o dedo foi um homem, [...] não no sentido de homem, humanidade, mas um homem/homem, cisgênero, branco e hetero, que veio me apontar o dedo. Foi por esse motivo que me afastei da Igreja, não da religião em si.

(Homem Trans)

Uma vez eu fui à missa e sofri preconceito, porque o Padre falou: “quem for ‘homi’ levante a mão” [...] “e, quem não for, é por sua... livre escolha!”, ou alguma coisa assim [...] eu me senti constrangida [...] parei, até um tempo, de ir pra missa, depois, eu retornei [...] sempre, vou lá, na igreja, pego água benta, eu sempre procuro ajudar.

(Travesti)

[...] nós tivemos o caso de uma menina que mantinha contato com a mãe e com o pai, mas eles não aceitavam [...] O pai começou a ligar, pedindo pra ela voltar, no caso, pra “ele” voltar [...] era obrigada a ir pra igreja [...] obrigada a vestir roupa masculina [...] não podia usar a peruca [...] e tinha que usar o cabelo curto [...].

(Mulher cisgênero)

[...] minha família é católica apostólica romana, eu fui expulsa da igreja, porque não me queriam lá, eu era muito questionadora [...] pra fazer catecismo, foram quatro anos [...] eu tive de negociar com a igreja de ficar calada pra conseguir completar o catecismo porque minha mãe não ia me deixar em paz, e ela já me proibia de ir pra festa aos 14 anos [...] balada e tal, eu tinha que ir pro catecismo [...].

(Travesti)

Outra hipótese referente ao distanciamento religioso se deve ao fato de que algumas pessoas se consideram cristãs, mas não seguem uma religião e como a pergunta se referia a uma delas (católica, evangélica etc.), as respostas foram consideradas “nenhuma”. E, ainda, as pessoas transexuais entrevistadas podem não querer frequentar uma religião e, nesse caso, não se pode afirmar que houve rejeição.

Por outro lado, muitas pessoas são levadas a buscar outras opções religiosas em que possam ser aceitas e expressar com liberdade seu rompimento com os padrões heteronormativos. Uma dessas opções diz respeito às religiões de matriz africana cujas formas de manifestação, ainda consideradas periféricas, constituem um espaço efetivo de vivências e de expressões de gênero diferenciadas (NASCIMENTO; COSTA, 2015). É no espaço dito “sagrado” dos terreiros que muitas pessoas transexuais se sentem acolhidas em relação à sua identidade de gênero, como se evidencia nos relatos a seguir:

[...] sou umbandista, desde criança [...] no começo do ano, a gente faz um Amaci, que é uma limpeza, uma proteção [...] e a mulher que estava cuidando falou que eu teria que ir de saia, porque eu era mulher [...] Aí, o Pai de Santo falou: “Parou! Parou, agora! Esse é o Xande, Alexandre, você não conhece? É nosso Filho de Santo e vai fazer o Amaci como ele é, como um homem.” [...] Eu acho que as religiões de matriz africana abraçam mais a questão [...].
(Homem trans)

[...] passei por uma dificuldade de álcool, de drogas [...] fui à Umbanda [...] que tinha um trabalho [...] e fui descobrindo outros caminhos, que me fizeram bem [...] Eu tenho um Guia de Iansã, de Iemanjá, de Maria Padilha, de cigana [...] de Oxum, de Oxalá.
(Travesti)

[...] tenho contato, hoje, com o Candomblé, no Rio de Janeiro [...] o Pai de Santo acompanha a minha transexualidade, desde o começo [...] ele vem do movimento político negro, enfim, é um cara de esquerda, um homem de esquerda [...] Além disso, ele tem uma abertura, um entendimento, uma empatia [...] quando eu falei pra ele: “Eu sou um homem trans. Como é que a gente vai fazer isso no futuro?” [...] ele foi muito sincero e falou: “Olha, é a primeira vez que eu tenho um filho de santo que seja trans [...] você não sabe como vai ser, eu também não sei [...] a gente vai descobrir isso junto.” Em momento nenhum, ele falou: Não! Eu não vou te acolher! Não vou te cuidar!” [...] pelo contrário, ele teve todo um cuidado, todo um carinho em entender as coisas [...] se colocou disposto a aprender junto [...].
(Homem trans)

Em suas falas, as pessoas entrevistadas não mencionaram a expressão “igrejas inclusivas”, popularmente chamadas de “igrejas inclusivas LGBT” e que, por sua vez, é considerada uma denominação restrita uma vez que acolhem pessoas de quaisquer identidades e/ou expressões de gênero e diferentes orientações sexuais e afetivas e, portanto, não somente a população LGBT (MARANHÃO FILHO, 2015). É importante destacar que essas igrejas não configuram uma religião diferenciada, mas,

sobretudo, são locais que evidenciam a produção de discursos positivos sobre gênero e a adoção de práticas de aceitação social das sexualidades dissidentes das normas hegemônicas (NATIVIDADE, 2017), conforme consta do relato a seguir:

[...] eu sou católica [...] mas, já frequentei igreja evangélica [...] Já fui até a uma igreja de trans, homens trans, mulheres trans, lá em Santa Cecília. [...] uma amiga trans é presbítera, lá. [...] a pastora, que é muito boa, também é casada com uma mulher [...] Não vi muita diferença, porque Deus é um só! O que você tem que falar de Deus, vai falar em todos os lugares, então é a mesma coisa, não tem diferença. Acho que essa coisa de gênero, sexo [...] é a igreja que cria [...] porque Jesus fala: “Vinde a mim do jeito que vier católica, protestante!” Mas, eu gosto de igreja evangélica, mesmo. Tem uma pastora que tem uma unção muito boa, é de Suzano, ela é usada por Deus [...] eu tenho passibilidade [...] e a pastora de Suzano sabe.
(Mulher trans)

Por outro lado, durante as entrevistas, foi questionada a necessidade de contar com igrejas diferenciadas, reforçando a posição de que a pessoa transexual deve ter a sua religiosidade respeitada, lembrando que a religião não se restringe aos templos, devendo incluir uma multiplicidade de sentidos e de construções plurais (NATIVIDADE, 2017). Por sua vez, as igrejas diferenciadas poderão resultar na estruturação de “guetos” religiosos e caminhar em sentido oposto aos preceitos bíblicos de amor universal, conforme destacam as falas a seguir:

[...] é muito segregador, você ter que criar uma igreja evangélica prá LGBT, uma igreja católica prá LGBT, um centro de umbanda... [...] Independente de eu ser uma pessoa trans, eu tenho minha religião, eu quero frequentar essa religião e, aí, ter um lugar específico prá mim, eu acho a “estrutura de gueto” muito ruim.
(Homem Trans)

[...] na Bíblia, está escrito: “amais uns aos outros, como a ti mesmo” [...] E todo mundo sabe que Deus não ama o pecado, ele ama o pecador [...] Ele ama a nós, mas não ama o que nós fizemos, independente do jeito que a gente é. E eu acredito que Deus escreve certo por linhas tortas e, quando a gente nasceu assim, ninguém lá atrás falava: “ah, eu quero [...] nascer mulher, mulher cis e tal” [...] Então, tem preconceito, sim, entendeu? Tem muito preconceito, é um povo muito hipócrita, porque tem que aceitar a gente do jeito que a gente é, e não do jeito que eles queriam que a gente fosse.
(Travesti)

Algumas falas destacam que a religiosidade adquire um significado maior que a religião propriamente dita, ou seja, do corpo de crenças, rituais e códigos morais compartilhados por seus seguidores. Nesse sentido, foi possível identificar opiniões, atitudes e vivências assumidas por pessoas transexuais, que corroboram para a sua forma de ser, de se relacionar e de estar no mundo que, mesmo não diferindo do

proposto por determinadas religiões, o seu exercício não depende da frequência a um templo, uma igreja ou outro espaço religioso.

[...] A religião são atitudes de amor, de carinho, de ajuda ao próximo, de percepção, de empatia – isso pra mim é religião! É o que você faz de bom, aqui! Você colhe de bom, aqui, e leva pra outra encarnação! O resto, fica tudo aqui: roupas, carro, dinheiro, inveja, enfim, fofocas. Tudo isso fica aqui! [...] como a religião espírita ensina: você tem que evoluir como espírito e como ser humano [...] mudando suas atitudes [...] você se autoanalisa e chega à conclusão que tem de melhorar nisso, naquilo, em outra coisa e assim se tornar um ser humano melhor [...] vem daqui (aponta o coração): de dentro pra fora.

(Homem trans)

Durante a realização das entrevistas, pôde-se perceber certo sincretismo na posição religiosa assumida por algumas pessoas que declararam seguir princípios de mais de uma religião sem que esse comportamento provocasse dúvidas e/ou conflitos em suas crenças, conforme indicam os extratos das falas a seguir:

Eu nasci em berço evangélico! Eu conheço a Bíblia, quase toda, só que, hoje, eu não sou evangélica, eu não sou católica, eu acredito só em Deus [...] existe um ser supremo, que está acima de nós, no plano celestial. Mas, não sou devota a nenhuma religião. Frequento todas. Já frequentei vários cultos de candomblé [...] tenho muitos amigos que fazem parte de cultos africanos, eu frequento, eu como das comidas [...].

(Mulher trans)

[...] ir à missa todo domingo, eu faço isso até hoje! Não deixo de ir. Sou católica, católica, católica! Mas, espiritualista também, kardecista. Eu frequento o centro espírita, aos sábados, lá na Lapa, que se chama Anita Briza [...] Eu gosto, eu gosto muito!

(Mulher trans)

[...] acabei também tendo interesse pela cultura do budismo, meditação [...] inclusive, o budismo veio antes do Candomblé, me ajudou muito, sabe? Então, eu consigo fazer uma ligação da paciência, da meditação, do entendimento budista, junto com a simplicidade, a humildade e a vivência que o Candomblé me traz e junto com um pouco do caráter e da minha personalidade, que também foi construída dentro da religião evangélica, da religião cristã. Eu consigo juntar esses três e fazer um pilar para mim. Eu sempre misturo um pouco de cada um.

(Homem trans)

A partir da análise das entrevistas realizadas com as pessoas transexuais, constatou-se que, em grande medida, os seus primeiros contatos com a religião se deram por meio da família e, apesar de boa parte dessas pessoas terem se afastando delas devido às experiências vivenciadas, a religião está presente em suas vidas independente ou não da frequência aos tempos e igrejas.

ESCOLARIDADE

A escolaridade tem sido abordada pelos estudiosos como um aspecto que incide diretamente sobre a identidade, trajetória profissional e inserção no mundo do trabalho das pessoas transexuais. Os autores são unânimes em considerar que as instituições educacionais se apresentam como esferas da sociedade reprodutoras das normas da heterossexualidade, revelando-se, portanto, incapazes de lidar com as diferenças e pluralidade de gênero (CARRARA, 2012; BENTO, 2011; JUNQUEIRA, 2009; LIONÇO E DINIZ, 2009; LOURO, 1997).

A maioria das crianças e jovens integrantes do universo transexual deixam a escola por não suportarem comportamentos hostis e as agressões de *bullying* por parte de seus colegas, bem como a rejeição explícita ou não de docentes, entre outros comportamentos, a que estão sujeitos. Apesar da inexistência de dados estatísticos, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT considera que o grupo mais discriminado na escola é o de transexuais e travestis, estimando que a evasão escolar seja de aproximadamente 73% (SANTOS, 2016).

No entanto, Bento (2011) considera limitador utilizar o termo evasão escolar, quando o desejo subjacente em grande parte das instituições educacionais é o da eliminação e exclusão de pessoas que “contaminam” o espaço escolar (BENTO, 2011). Verifica-se, portanto, a dissimulação de um processo de expulsão e de intolerância originário de uma homofobia estrutural, isto é, de comportamentos, valores e ideias pautadas em preconceitos. Esse aspecto é extremamente preocupante, pois indica que as estruturas de exclusão social estão sendo mantidas e perpetuadas no ambiente educacional, que se mostra hostil e não coerente com sua missão de respeitar e acolher as diversidades pessoais e sociais (SOBRAL; SILVA; FERNANDES, 2019). Dessa forma, as instituições escolares apresentam-se como espaços incapazes de atender aos direitos democráticos de pluralidade, atuando, sobretudo, como redutos de reprodução das normas de gênero e da heterossexualidade.

A situação excludente se traduz na tabela 10 a seguir, em que do total da população entrevistada, mais da metade (51%) revelou ter completado somente o ensino médio, seguido de 20% de concluintes do ensino fundamental II; 18% do ensino fundamental I e, com menor índice (12%), a educação superior. Esses dados indicam que a escolaridade da população transexual concentra-se em níveis inferiores aos da totalidade da população adulta (18 anos ou mais) do município de São Paulo que, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua – PNADC (IBGE, 2017), 32% apresenta escolaridade correspondente ao ensino médio e, 27,1%, o ensino superior.

Tabela 10 – Nível de escolaridade por identidade de gênero

Escolaridade	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Até ensino fundamental I completo	29%	21%	5%	2%	18%
Fundamental II completo	26%	21%	13%	9%	20%
Médio completo	39%	48%	64%	68%	51%
Superior completo	7%	9%	18%	21%	12%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Em relação à identidade de gênero, a pesquisa destacou que as categorias homens transexuais e pessoas não binárias possuem maiores índices de conclusão do ensino médio (64% e 68%, respectivamente) em relação às mulheres transexuais (48%) e às travestis (39%). Pode-se levantar uma hipótese, sujeita à confirmação, em relação a esse achado, qual seja, a sociedade brasileira, pautada em valores morais “machistas”, faz com que mulheres transexuais e travestis estejam mais sujeitas a vivenciar situações de *bullying* e de exclusão em ambientes escolares.

Além desse mapeamento quantitativo, foram entrevistadas 29 pessoas transexuais que apresentaram um conjunto de narrativas sobre seu processo de escolarização formal, relembrando experiências múltiplas e singulares, vivenciadas, na maioria das vezes, em um cenário de rejeição e de lembranças amargas. É importante registrar que as narrativas foram produzidas, nos termos de Austin (1990), isto é, por meio de atos performativos das memórias, ou seja, as pessoas não expressavam uma situação desprovida das emoções a elas subjacentes, mas, sobretudo, traziam à tona, por meio do discurso, vivências ainda fortemente presentes em suas lembranças, conforme os extratos dos depoimentos a seguir:

[...] isso aconteceu duas vezes, mas eu lembro! – eu ‘tava’, eu acho que na 4ª série, eu tinha uns 10 anos, de chegar um menino, assim, para mim, e falar: “nossa, eu gosto de você...” [...] “mas você é muito estranha.” Eu lembro que, na hora, eu fiquei muito triste [...] “Nossa! Como assim?” [...] por causa desse tipo de observação: “nossa, você é muito estranha”, “tem alguma coisa meio que ‘errada’ com você”, eu ficava pensando realmente: “nossa, mas deve ter alguma coisa errada porque se estava todo mundo falando, então deve ter, né?”

(Pessoa não binária)

[...] Saí da escola, abandonando, para que não acontecesse coisa pior, por motivos de ver uma agressão com uma pessoa [...] antes que aconteça comigo, eu prefiro sair [...] uma amiga minha, que estava no começo da transição, foi agredida por uns alunos da escola, foi praticamente parar no hospital [...] quando vi a agressão com ela, eu falei: “gente, se com ela aconteceu, comigo pode acontecer também”. Por mais que as pessoas me tratem bem, por mais que eu tenha algumas amigas [...] Se, uma hora, me pegam sozinho, as pessoas que fizeram isso com ela? Aí, foi a minha decisão de sair da escola [...].

(Mulher Trans)

A interrupção dos estudos por parte de pessoas transexuais, seja ela chamada de evasão escolar ou de expulsão, parece constituir-se em um fato natural e alheio às instituições educacionais que, na maioria das vezes, se excluem de qualquer responsabilidade em relação à proteção e à acolhida de estudantes, vítimas de violências e preconceitos homofóbicos, situação traduzida nas falas a seguir:

[...] eu não sei qual é a minha escolaridade porque eu, quando criança, eu tive muitas “explicadoras” [...] Lá, no Rio, a gente chama de “explicadoras” [...] as professoras que dão aulas particulares [...] como eu não tinha acesso à escola, na época, né, minha mãe pagava essas explicadoras para mim [...] E, com a minha adolescência, eu cheguei a frequentar algumas escolas, mas eu nunca ficava mais de um mês na escola, entendeu? Então, tudo o que eu sei, hoje em dia [...] fui aprendendo um pouquinho aqui, um pouquinho ali [...] Eu vim aprender a ler depois dos 16 anos [...].

(Travesti)

[...] olha, o principal que eu tive na casa do meu pai foi estudar, na casa da minha mãe, era muito mais a Deus-Dará: “Se você não vai prá escola, não vai, problema seu”. Entendeu?

(Homem trans)

[...] E aí foi indo, aí chega na escola, época de 12, 13 anos, adolescência, [...] época em que você acha que só você é desse jeito, né? Porque todos os seus amigos gostam de uma coisa e você gosta de outra; todos os seus amigos são direcionados, suas amigas gostam dos meninos e você gosta das suas amigas; e aí, enfim, aí houve o episódio de uma carta pra uma amiga que mostrou pra diretoria da escola e a mãe foi lá [...] aí a escola inteira fez *bullying* comigo, tipo, me apontando, saía da escola e todo mundo apontava e falava e gritava ‘olha lá, aaaaa-aaaaa’ – enfim! [...] acho que essas coisas me tornaram mais forte, entendeu? Hoje eu sou o ser humano que eu sou justamente por isso, mas na época em que você não tem apoio dentro de casa e fora de casa também não tem amigos, deixa você um pouco que com vontade de sumir no mundo – não vou mentir!

(Homem trans)

Além da rejeição e da violência em espaços escolares, também a condição econômica das pessoas transexuais interfere em sua relação com o ambiente escolar. Inúmeras situações vivenciadas nas instituições educacionais resultam da inobservância de determinados direitos e garantias constitucionais, em especial, o preceito universal de que “a educação é um direito de todos”. Extratos das entrevistas destacados a seguir indicam situações vivenciadas por pessoas transexuais, visando o enfrentamento da marginalização social a que são submetidas como resultado da associação entre sua condição de vulnerabilidade socioeconômica e o acesso e permanência na escola:

Eu fiz a primeira série sem livros, então eu ia prá casa dos outros alunos, copiar matéria. Eu me lembro de um momento muito marcante em que o meu pai me encontra em uma pracinha [...] vindo casa de um aluno, em que eu tinha passado a tarde, copiando matéria, porque era

muito chato ir à casa dos outros, copiar matéria. No colégio, [...] peguei 50% de bolsa pela Prefeitura, porém essa bolsa ia para a alimentação da família [...] eu não queria que as pessoas vissem essa condição, eu esperava as pessoas saírem da porta do colégio e caminhava entre uma hora e meia a duas horas até chegar em casa e, quando eu chegava, as pessoas já tinham se recolhido. Eu não via as pessoas, eu acordava cedo, no outro dia, para trabalhar numa velocidade muito maior, porque [...] podia perder o horário, podia perder o ônibus e essas coisas todas. [...] foi um período muito difícil, porque literalmente eu comia folhas de caderno para aplacar a fome do horário em que eu saía do colégio até chegar em casa.

(Mulher trans)

[...] Em 79, eu terminei a oitava série [...] era muito longe o lugar em que nós estudávamos, a gente tinha que andar duas horas e meia no meio do mato, das lavouras, das fazendas [...] tinha uma escolinha no meio da lavoura [...] o dono dessa fazenda deu esse espaço prá escola, que, hoje, é o Colégio e eu pude fazer até a oitava série. Era como eu podia, porque prá ir até a cidade, ficava muito caro e nós não tínhamos condições. E eu interrompi [...] Estudar sempre foi o meu maior sonho, terminar os estudos e eu não pude, mas, ainda é tempo.

(Mulher trans)

[...] E aí, ele mudou para o interior, um lugar afastado, que para ir para a escola eu tinha que ir de ônibus, eu demorava duas horas para chegar na escola, o meu pai me levou para o fundão.

(Homem Trans)

Outro aspecto enfrentado pelas pessoas transexuais, no âmbito das instituições escolares, se refere à falta de reconhecimento de seu nome social, ou seja, a denominação que prefere utilizar em oposição ao seu nome de registro. Mesmo garantido pelo Decreto Presidencial nº. 8.727, de 2016, muitas dessas pessoas enfrentam constrangimentos e dificuldades, sendo discriminadas, ridicularizadas ou, mesmo, sutilmente rejeitadas, vivenciando situações que ferem os seus direitos e estão em desacordo com a legislação vigente, conforme traduz o depoimento a seguir. Bento (2014) prefere utilizar o termo “cidadania precária” ao invés de “nome social” por considerar que, mesmo garantido o direito de uso do nome escolhido em várias esferas da sociedade, a legislação não foi acompanhada de mudanças substanciais na vida da população transexual.

[...] já com o nome na escola de Armando, a professora me chama de Armando, na chamada, e me chama de “ela” [...] “Ah, como é que vocês identificam tal coisa no texto?” Aí, eu vou lá e resolvo explicar prá ela: “Ah, professora, é assim, assim e assim.”; “Então, como a amiga de vocês falou, como ela falou...” – Entendeu? Sendo que lá, o meu nome é Armando. O que está identificando que eu sou “Ela”? São pequenos traços que ainda ficam marcados na gente. [...] Às vezes, é um trejeito que ficou marcado, às vezes, é um hormônio que ainda não fez totalmente efeito... Ainda não modificou totalmente a voz ou o rosto prá ficar bem masculino, e aí, eles percebem que a gente tem algo de feminino e querem te cutucar [...].

(Homem Trans)

Os relatos destacados em relação à escolaridade são elucidativos e revelam a falta de aceitação, a rejeição e o preconceito que concorrem para a evasão ou “expulsão” de crianças e jovens das instituições escolares, acentuando a vulnerabilidade social que lhes atinge. Essas experiências, por sua vez, constituem um indicador das dificuldades que provavelmente encontrarão para sua inserção no mundo do trabalho, em especial, em cargos e postos que exijam maior qualificação profissional.

Os depoimentos denunciam ainda que não seja de forma explícita o descaso em relação à aplicação do direito constitucional que garante o acesso e à permanência de todas as pessoas às entidades educacionais, independente de sua origem, características, escolhas e opções. Em outras palavras, enfatizam a necessidade de aplicação de medidas efetivas de combate a todas as formas de discriminação, bem como de defesa incondicional da dignidade humana e de erradicação dos baixos níveis de escolaridade.

Em resumo, quando se analisa o perfil da população transexual da cidade de São Paulo observa-se que a maioria é composta por mulheres (travestis e mulheres trans) (70%); jovens (com até 35 anos) (70%); solteiras(os) (70%); de cor preta e parda (57%); de escolaridade média (51%); não se consideram religiosas(os) (40%); deixaram de morar com a família precocemente (75%) e atualmente vivem sozinhas(os) (31%) e, com menos frequência, com companheiras(os) e/ou amigas(os) (23%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil sociodemográfico e a constituição da identidade de gênero da população transexual do município de São Paulo, objeto deste estudo, estão em consonância com as pesquisas sobre a questão da transexualidade disponíveis na literatura especializada, que considera esse segmento o mais socialmente vulnerável e sem visibilidade, no contexto da contemporaneidade.

Os depoimentos obtidos destacam que as atitudes heteronormativas, binárias, ainda são prevalentes e dão sustentação a comportamentos de intolerância, preconceitos e práticas discriminatórias, sendo raros os casos de acolhimento, inclusão e respeito.

A construção de uma nova identidade tem início, bem cedo, na infância ou adolescência, a partir da percepção da não identificação com o sexo nomeado ao nascer. Nessa descoberta, a maior parte das pessoas transexuais são protagonistas de episódios de: rejeição, hostilidade e humilhação, tanto por parte de familiares, quanto de outros grupos sociais, como as entidades educacionais e religiosas, cuja intensidade dos sentimentos vividos permanece presente em suas memórias e narrativas.

As situações de opressão são reforçadas por códigos reprodutores dos padrões sociais heteronormativos que permanecem enraizados na sociedade brasileira e são reproduzidos por meio de discursos e práticas “cissexistas”, como parte do projeto transfóbico de colocar pessoas transexuais à margem dos processos sociais.

Contudo, depoimentos, narrativas, estudos, entre outras iniciativas, configuram o enfrentamento desse cenário discriminatório mediante nichos crescentes de emp-

deramento, luta e resistência por parte das pessoas transexuais às restrições que lhes são impostas, batalhando pela sua visibilidade; reconhecimento de sua voz; acesso, promoção e cumprimento de seus direitos básicos e, portanto, garantia do exercício de sua cidadania plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.
- BARBOSA, B. R. S. N.; SILVA, L. V. da. “Os cães do inferno se alimentam de blasfêmia”: Religião e Transfobia no Ciberespaço. **Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 18, n. 24, p. 110-133, jan-jul. 2016.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (rg.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, Antra, IBTE, 2020.
- BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, Revista de Sociologia da UFSCar, v.4, n.1, p. 165-182, 2014.
- BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BENTO, B. A. de M. Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v 19, n. 2, p. 549-559, agosto, 2011.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.
- BORILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>.
- CARRARA, S. Discrimination, policies, and sexual rights in Brazil. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 187-189, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000100020>
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HOGEMANN, E. R. Humanos e Diversidade Sexual: O reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, v.21, n. 39, p. 217-231, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2020**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Agência de Notícias. **PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo**. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>. JESUS, J. G. de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. **VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH**, 2012.

JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secad, Unesco, 2009.

LIONÇO, T; DINIZ, D. **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARANHÃO FILHO., E. M. de A. “Uma igreja dos direitos humanos” Onde “promíscuo é o indivíduo que faz mais sexo que o invejoso e inveja é pecado”: Notas sobre a identidade religiosa da Igreja da Comunidade Metropolitana. **Mandrágora**, v. 21. n. 2, 2015, p. 5-37. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/5979>

MENEZES, L. M. de J. Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans. **BIS, Bol. Inst. Saúde**, v.19, n. 2, p. 62-76, dez. 2018.

NASCIMENTO, T. F. do; COSTA, B. P. da. As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afro-brasileiros e de matriz africana. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 38, p. 181-204, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>

NATIVIDADE, M. T. Cantar e dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas igrejas inclusivas pentecostais. **Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 15-33, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n-1cap01>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <<https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

PEDRA, C. B.; SOUSA, E. C.; RODRIGUES, R. V. A.; SILVA, T. S. A. Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “Transcidadania”. **Revive – Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 170-199, jan./jul. 2018.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; VIEIRA, H. I. dos S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n.1, p. 1-88, mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100009>

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2007**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.

REIS, N. dos; PINHO, R. Gêneros Não-Binários: Identidades, Expressões e Educação. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

SANTOS, T. Z dos. **Quando o “estranho” resolve se aproximar**: A presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Unisul. Tubarão, Santa Catarina, 2016.

SOBRAL, H. S.; SILVA, M. L. V. da; FERNANDES, S. C. S. Homofobia: o que a psicologia brasileira tem a dizer? Artigo de revisão. **Revista CES Psico**, v. 12, n. 3, p. 20-34, 2019.

INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO ENTRE PESSOAS TRANSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ
JONAS TOMAZI BICEV

O padrão binário, heteronormativo, de classificação de gênero ainda exerce força na organização dos espaços, acesso aos serviços e regulação das interações sociais, de forma que assumir corpos e “*corpas*” trans e não-binárias na sociedade brasileira atual ultrapassa as questões da intimidade e se torna uma atitude essencialmente política, pois a simples presença das pessoas transexuais em ambientes públicos gera não apenas olhares e comentários, mas também embaraços e tentativas de revisão nos modos de tratamento, linguagem e atitudes para com o outro⁸.

Na esfera do trabalho, assim como em outras esferas da vida social como a família e a escola, tais comportamentos não são indiferentes, sendo, em muitos casos, mais explícitos, exacerbando os preconceitos e discriminações com base na identidade de gênero. Ao analisar as relações de trabalho de pessoas transexuais é possível observar as barreiras tanto em relação ao acesso quanto à permanência no mercado de trabalho formal. Quanto ao acesso, independentemente do nível de escolaridade e especialização, os resultados da pesquisa demonstram uma dificuldade de colocação profissional em cargos e salários correspondentes a sua qualificação profissional e, quanto à permanência, uma dificuldade de aceitação e familiaridade dos pares no ambiente laboral.

Um primeiro achado, que resume e corrobora as dificuldades de inserção e permanência das pessoas transexuais no mercado de trabalho, pode ser extraído dos seguintes fragmentos de discurso:

Não estou onde eu queria estar, porém eu entendo sobre as dificuldades do mundo e, como uma pessoa preta e trans, onde eu sou colocada e o como é difícil. Então, eu entendo essa parte e eu fico muito injuriada e puta – porque não tem como não ficar! – de saber que você é colocada nesse nicho..., eu

8. O sociólogo estadunidense Erving Goffman (1982) indica que este comportamento é comum na recepção e presença daquelas pessoas consideradas estigmatizadas, ou seja, que apresentam em seus corpos atributos considerados socialmente desfavoráveis. Tal interpretação acarreta o entendimento dos corpos transexuais como estigmatizados, visto que o padrão binário e heteronormativo considera trans todo aquele que é fora do padrão, em contraposição ao cis, aquele que se mantém no padrão social estabelecido.

sei da minha capacidade, eu sei da minha honestidade, eu sei do meu caráter, eu sei da minha pessoa.
– E é por eu ser vista como preta e trans que eu não tenho oportunidades, então eu vou à luta, né?
(Mulher trans)

Aí você não consegue um trabalho de qualificação porque você não terminou o seu estudo.
– E para nós pessoas trans, a gente tem que ser o triplo melhor, né? Para poder trabalhar em algum lugar, entendeu? Se tem uma pessoa de gênero hétero, branco, normativo – é beleza! Aí se tem lá um trans, pode ser branco, já dá diferença; se for preto então, aí lascou! Entendeu? Então é isso. Eu acho que essa questão de... de entender, cada caso é um caso. “Quer continuar estudando?” “Quero!” “Então vamos te ajudar, você terminar seus estudos e aí você entra com o pé direito no mercado de trabalho”.
(Homem trans)

É possível notar que, em ambas as declarações, existe a consciência da concorrência no mercado de trabalho pautada na qualificação profissional e na escolaridade, porém existe a forte percepção de que, quando há paridade nesse quesito, a identidade de gênero e a cor são utilizados como requisitos seletivos para que a pessoa transexual seja descartada. Assumir-se transexual traz para si mais um elemento selecionador e, invariavelmente, excludente, somando-se a cor, escolaridade e classe social.

Assim, conforme os dados obtidos na primeira fase do “1º Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo”, cerca de 49% das pessoas trans saem de casa antes de completar 21 anos (Cedec, 2021, p. 26). Embora futuras pesquisas possam esmiuçar a natureza e o sentido da relação, existem fortes indícios de que a saída de casa se dá pela não aceitação dos familiares de sua nova condição e em paralelo ou até mesmo é a causa do abandono precoce da escola e dos estudos⁹. Assim, cerca de metade das pessoas trans residentes em São Paulo (51%) estudaram até completar o Ensino Médio, enquanto outras 20% concluíram somente o Ensino Fundamental (Cedec, 2021, p. 23-24).

Ambos os processos dificultam uma inserção planejada e qualificada no mercado de trabalho que, por sua vez, dificulta a retomada dos estudos e a conquista de ocupações com carteira assinada em setores da economia que transcendem a esfera comumente relacionada a essa população, que remete às atividades ligadas ao mercado do sexo, serviços de beleza, estética e telemarketing (MARINHO; ALMEIDA, 2019).

Ao verificarmos os dados sobre os meios pelos quais asseguram a sobrevivência, a pesquisa realizada revelou que 58% das pessoas exercem regularmente um trabalho ou atividade remunerada (Cedec, 2021, p. 34), sendo que entre as principais ocupações exercidas pela população entrevistada, a Tabela 1 destaca os setores indicados comumente – trabalho sexual e serviços de estética e telemarketing. No entanto, a distribuição não é igual entre a diversidade da população trans. Como a tabela evidencia, há percentual elevado de travestis (46%) e de mulheres trans (34%) que

9. Quanto à saída da escola de forma precoce, há estudos que indicam que a não aceitação da identidade de gênero nesses espaços, seja por não permitir o uso do nome social nas atividades didáticas ou por não terem equipe técnica qualificada para o tratamento adequado as pessoas trans, contribui para a baixa escolaridade da população trans. (ANDRADE, 2012; ALMEIDA, VASCONCELLOS, 2018)

se declararam profissionais do sexo, acompanhantes e garotas de programa. Essa é a principal variável sócio-ocupacional que distingue as identidades de gênero. No caso de homens trans, praticamente inexistente a ocorrência de pessoas que se declaram profissionais do sexo e, dentre as não binárias, o índice foi de apenas 3%.

Nesses dois últimos grupos (homens trans e pessoas não binárias), as ocupações se distribuem por um leque maior de atividades. As mais significativas estão relacionadas às atividades do comércio, como vendedor/atendente de loja; analista *control desk/ telemarketing* (que representam 9% dos homens trans) e vendedor ambulante (que representa 8% das pessoas não binárias).

Tabela 1 – Principal ocupação ou atividade remunerada por identidade de gênero
(10 ocupações mais citadas)

Ocupação	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Profissional do sexo	46%	34%	0%	3%	27%
Cabeleireira(o)	4%	13%	1%	3%	8%
Vendedor(a)/ atendente loja, lanchonete	1%	2%	9%	6%	4%
Analista <i>Control Desk/ Telemarketing</i>	3%	3%	9%	3%	4%
Ambulante	1%	2%	5%	8%	3%
Costureira(o)	2%	3%	1%	2%	2%
Caixa de lojas, supermercados	0%	2%	2%	2%	2%
Auxiliar de limpeza	1%	2%	1%	2%	1%
Auxiliar de cozinha	2%	1%	1%		1%
Arte visual	2%	1%	2%	3%	1%
Outras ocupações	36%	37%	69%	69%	46%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Isto demonstra que, mesmo no interior de um grupo que sofre discriminações e tem dificuldades de inserção no mercado de trabalho, essas podem ser reforçadas quando se relacionam outras variáveis, que já exercem divisões e comportamentos de exclusão nesse

mesmo mercado, em especial sexo e raça¹⁰. Mesmo a atividade de cabelereira, que corresponde a 13% entre as mulheres trans, está relacionada ao universo feminino, reiterando, no interior da população transexual, alguns aspectos da divisão sexual do trabalho.

A partir da história das ocupações e do nível de transformação física de adequação de identidade de gênero, é como se toda sociedade desenvolvesse uma zona de “aceitação” ou “conforto” no mercado de trabalho, em que um conjunto restrito de ocupações ou atividades podem ser exercidas por pessoas transexuais sem que ameace o controle ou domínio heteronormativo e branco do mercado de trabalho. Para além da atividade sexual, foram identificadas pela pesquisa a dedicação às atividades artísticas e performáticas, estética corporal e moda, independentemente dos aspectos formais legais de contratação.

Mesmo nesses universos de atividade existem barreiras à ascensão profissional, uma vez que os acessos à formação profissional para atingir prestígio ainda são estreitos. Essas restritas profissões parecem ser as únicas possibilidades para as pessoas transexuais, principalmente para as mulheres transexuais e travestis, conforme aponta a crítica da entrevistada:

Comecei o meu processo de transição e como a história de muitas, o que me restou, o que me sobrou como forma de trabalho foi a prostituição. Ponto. Só que em 2012 eu já estava cansada de prostituição e aí eu comecei a fazer um curso de cabelereira, de novo imaginando que só sobrava pra mim: fazer cabelo – e não que seja uma profissão pior do que as outras, mas parece que as profissões que cabem para as pessoas trans são sempre profissões que projetam os cis, entendeu? As pessoas cis, você entendeu?
(Mulher trans)

Além do leque restrito de ocupações que “aceitam” as pessoas trans, algumas áreas são procuradas pela própria população trans por ter contato restrito com o público ou por serem atividades solitárias, permitirem evitar a exposição e os possíveis conflitos de aceitação social. A citação a seguir evidencia uma resignação da entrevistada que, diante do preconceito, limita-se a apenas desejar uma vaga de trabalho digna, mesmo que submetida à invisibilidade imposta:

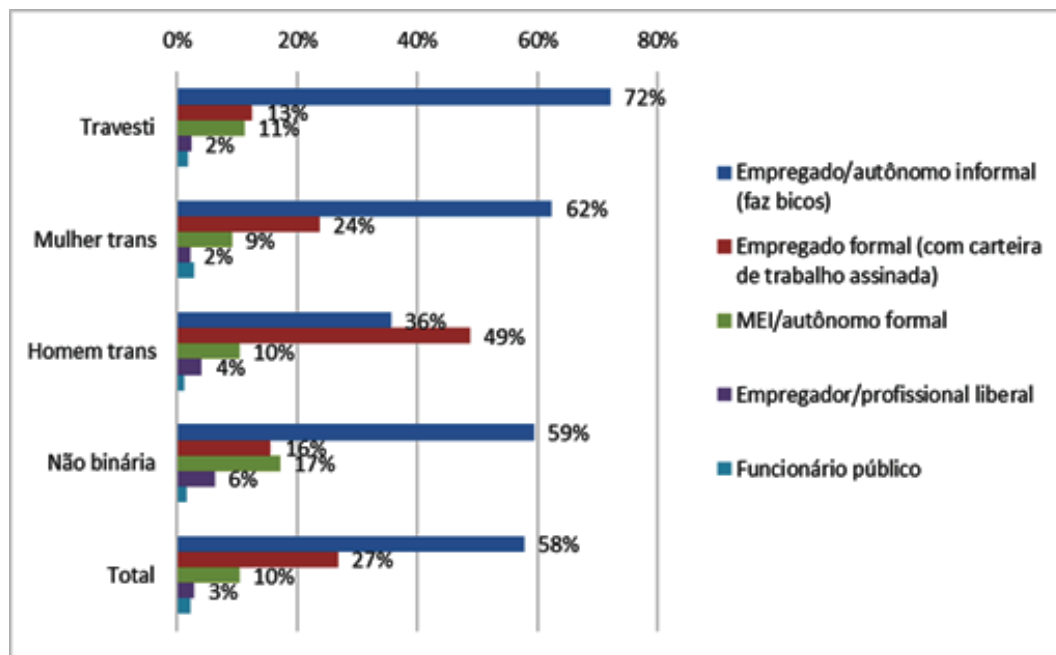
E aí, quando eu chego aqui em São Paulo, eu vou atrás de trabalho, não vou atrás de me prostituir, só que a gente se depara muito com isso, com o “não”, né? E foi muito, assim, pra mim foi uma das maiores violências, você entrar em um estabelecimento, você estar com traje feminino, estar ali começando a se reconhecer e vem os ignorantes da vida e assim, te humilha te expõe, te agride e te coloca pra fora, né? Porque ele me tratou como se eu não fosse... que nem... Eu acho que nem como uma cachorra... Eu não sei! Mas o cara, assim mandou eu... sabe? Falou assim: “Pode sair daqui, se você não sair daqui agora, eu vou te quebrar!” E ele me ameaçou, o cara! E eu falei: “não moço, eu estou aqui com um papel, eu só vim deixar o meu currículo, eu quero apenas limpar o seu restaurante, eu não quero aparecer! Eu faço a faxina, lavo um prato, lavar a louça, mas eu preciso trabalhar!”
(Mulher trans)

10. O estudo de Marinho e Almeida (2019), por exemplo, entrevistou mulheres e homens trans, evidenciando que, entre as mulheres, a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, mesmo em ocupações “invisibilizadas” – como o telemarketing ou o setor de limpeza –, era maior do que o de homens trans, o que podia ser resultado tanto da aparência, ainda masculinizada, como da constante afirmação do machismo existente na sociedade brasileira.

Esse universo restrito de atividades exercidas pelas pessoas trans, principalmente pelas mulheres trans e as travestis, revelam não só o preconceito atuante no mercado de trabalho, mas também os limites das políticas públicas atuais, que apesar de qualificarem e incentivarem a conclusão do ensino médio e a qualificação profissional em áreas que agreguem criatividade e intelectualidade, não garantem a inserção no mercado formal de trabalho, sendo insuficientes para aumentar as chances de sucesso em um universo mais amplo de atividades.

Esse fenômeno interfere também no tipo de vínculo ou relação de trabalho que predomina entre as pessoas trans que trabalham ou exercem regularmente uma ou mais atividades remuneradas. O tipo de vínculo de trabalho mais comum entre as travestis é o emprego informal ou autônomo, temporário e sem contrato (o popular “bico”) que alcança 72%. Esse tipo de relação de trabalho é mais comum também entre as mulheres trans (62%) e pessoas não binárias (59%). A exceção, nesse caso, ocorre dentre os homens trans, em que o emprego formal com carteira assinada é a relação de trabalho mais significativa, representando 49% dos ocupados (Figura 1).

Figura 1 – Tipo de vínculo ou situação de trabalho



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Essa questão do trabalho autônomo informal e sua presença significativa como fonte principal ou alternativa de renda para as pessoas trans merece uma análise mais atenta. A partir das entrevistas, foi possível identificar que é grande a expectati-

va por um emprego formal, por uma ocupação que se permita alcançar uma estabilidade financeira, previsibilidade ou capaz de acrescentar conhecimento e habilidades, como evidencia o trecho a seguir.

Às vezes você fica muito machucado fisicamente, né? Extenuado, e o dinheiro acaba que não... não rende, porque aí você teve um período pra descansar e acaba que o dinheiro que você ganhou, você tem que pagar suas contas – que não param de chegar! Porque sua conta não quer saber se você está descansando ou trabalhando – e aí o dinheiro... O dinheiro acaba e você fica meio que na mão, entendeu? Financeiramente – e como eu não tenho um vínculo fixo com nada a respeito disso, então é um trabalho autônomo (...) e aí autônomo você fica um dia pelo outro, né?

(Homem trans)

Cabe destacar, contudo, que devido à precariedade das ocupações que já exerceram e do caráter rotineiro e pouco estimulante das vagas encaminhadas pelo mercado ou pelas políticas públicas, muitas das pessoas trans, principalmente mulheres trans e travestis, acabam por continuar na informalidade pela flexibilidade de horários e capacidade de conciliar com outras atividades, como, por exemplo, a prostituição.

ENTREVISTADA: Registrado, eu só trabalhei de auxiliar de limpeza; porém eu já fiz bico em tudo o que você parar para pensar. Eu trabalhei em festival; eu trabalhei em buffet; já trabalhei de faxina; já vendi coisas – vixe! Eu já fiz de tudo para ganhar dinheiro (...). Já fiz programa também e vendia DVD pirata, na feira.

ENTREVISTADOR: (...) E desses trabalhos, qual que você gostou mais de fazer? Teve algum que você gostou? Você gostou dos trabalhos ou era mais para pagar contas?

ENTREVISTADA: Todos que foram... Todos os que foram independentes... é... Como que se fala? – Autônomos! – Eu gostei (...). Eu prefiro trabalhar autônoma, fazer o meu sem dever nada a ninguém.

(Mulher trans)

Os desafios de sair da informalidade e se ajustar a uma rotina formal de trabalho também aparecem em outro fragmento, que reforçam a necessidade de certa adequação a um padrão:

(...) ENTREVISTADOR: Entendi. Mas você acha... Quais são as vantagens do seu trabalho em relação ao trabalho formal?

ENTREVISTADA: A descomplicação de horário, a liberdade de horário; a liberdade de gestos, de atos; do comportamento. Em uma esquina eu me comporto do jeito que eu quiser! Eu fico nua, eu vendo o meu corpo da maneira que eu quiser vender, pelo preço que eu quiser vender sem uma regra estabelecida, sem um horário estabelecido – sem limite!

(Mulher trans)

Essa concepção de liberdade parece ser mais relacionada à autoproteção do que um genuíno desejo de autonomia profissional. No entanto, aspectos de experiências (ou de sua ausência) em ambientes corporativos quanto às implicações hierárquicas por ele impostas ou sobre a uma possível inadequação referente às características pessoais podem permear esses discursos e estão presentes nas falas coletadas por Almeida e Vasconcellos (2018) com representantes de organizações voltadas à população trans.

Além desse aspecto, Almeida e Vasconcellos (2018) também observaram que os representantes indicaram que tanto a aparência como o exercício do nome social são importantes fatores para a construção da identidade de gênero e que sua não aceitação pode limitar o acesso das pessoas transexuais no mercado de trabalho.

Em algumas ocupações de interação com o público e atendimento a clientes, em que a imagem e modos de agir possuem um padrão heteronormativo cisgênero de inserção “bem sucedida”, essa seria possível com a adequação ao ideal sexual binário, o que é, para algumas pessoas, uma violência à sua transexualidade, por reforçar a binaridade (masculino e feminino) de perfeição dos corpos físicos, forçando mudanças físicas como estratégia para contornar ou ao menos minimizar a discriminação de gênero existente no mercado de trabalho. Mesmo com a percepção dessa discriminação, por uma questão de sobrevivência social ou desejo de pertencimento, a ampliação da oferta de tratamento hormonal e intervenções cirúrgicas com acompanhamento médico qualificado no sistema público de saúde são desejados e procurados pela população transexual como demonstrado nesse mapeamento.

Hoje eu tenho essa passabilidade e é mais fácil chegar num lugar e falar: “eu sou o C...” – “Ah, bem-vindo, C...!” – e tal; mas na época não era bem assim! Aí as pessoas te olham de cima embaixo falam: “ah, eu não posso colocar essa pessoa num cargo que vai lidar com o público, que vá... as pessoas vão ver”. Aí geralmente o pessoal quer te esconder lá naquela salinha do almoxarifado lá embaixo e você nunca tem uma chance de... de pro/ ... de progredir dentro de uma empresa, entendeu?

(Homem trans)

Além do lado profissional, há um lado psicológico e positivo de aumento da autoestima que justificam a ampliação das intervenções cirúrgicas e utilização dos hormônios. Existe, porém, a consciência entre as pessoas entrevistadas de que parcela das pessoas trans pode até se aproximar do ideal heteronormativo cisgênero, mas dificilmente mudanças físicas e comportamentais vão ultrapassar a barreira do preconceito, resultando em possibilidades de inserção social.

Eu odeio essa palavra, mas eu vou falar! Passável, sabe? Essa passabilidade que o próprio movimento reforça isso (...) ainda que eu tenha uma certa “sorte” de ter coisas classificadas como Passabilidade – para quem não sabe, Passabilidade é essa semelhança com o ideal cisgênero de beleza, seja na masculina, feminino, mas sempre no construto binário. Eu tenho essa vivência

do percebimento desde que eu me propus a ser uma ativista, eu tenho questionado todos esses protestos e como nós somos impostos, né? Eu acho que ele nunca vai ter fim, espero que o perceber esse momento, perceber esse alguém, não tenha fim; até porque eu, na verdade, hoje fico mais preocupada, mais do que identidade de gênero, de verdade, meio que olhando para as minhas Griôs, as minhas mais velhas que me ensinaram, como a Sueli Carneiro, é pensar se eu vou ser vista como humana em algum momento, se eu acesso esse lugar de humanidade, né? (Mulher trans)

Conforme apontado pela entrevistada, ter uma cidadania plena não pode estar limitada ou condicionada à realização de um ideal estético ou padrão de beleza, o qual pode ser acentuado conforme se envelhece ou se sobrepõe a outros fatores, como a cor.

Esse cenário evidencia a importância de uma complementariedade entre as políticas públicas das áreas de saúde, educação e economia, ao lado de ações afirmativas no mercado de trabalho, que transcendam a qualificação e estabeleçam cotas¹¹ para pessoas transexuais, binárias e não binárias, nas empresas do setor público e privado, nas universidades e cursos técnicos de formação profissional. Uma etapa anterior, porém, é necessária. A retificação de documentos aparece como de suma importância, pois evita situações constrangedoras resultantes da incompatibilidade entre aparência e nome de batismo, como demonstra a fala seguinte da entrevistada:

Porque tem que ficar o tempo todo dando satisfação; aí o pagamento não caiu e aquela coisa toda; mostrar crachá e mostrar tudo, né? Porque, travesti, para (...) é complicado, né? Travesti mesmo, assim, não é coisa de mulher trans, passável, não! Porque essa tem um monte! – Mas, travesti, entendeu? – (...). Então era muito difícil! Eu tinha que ficar provando o tempo todo que eu trabalhava, que eu era (...) e eu não achava aquilo certo. (Travesti)

O uso do nome social ainda não é consenso no mundo corporativo e pode colocar as pessoas transexuais em situações em que precisem explicar a diferença entre o nome constante em seus documentos e o nome social, como aponta a citação a seguir.

Nessa outra experiência eu tô tendo que lidar com pessoas cisgêneros, né? Mas que, necessariamente, elas não vão entender essa questão, então eu não sabia exatamente como que eu... Como é que eu ia... Como que eu me apresentava no trabalho, né? E como explicar isso para as pessoas que, de repente, eu não sabia como ia estar nos meus registros, e eu ia ter que falar, assim: “olha, então, sabe? Sabe esse nome que está escrito aqui no meu registro? Não é para você me chamar por ele.” (Pessoa não binária)

11. O Deputado Estadual Carlos Giannazi (PSOL), do estado de São Paulo, foi autor do Projeto de Lei nº 163/2015 que dispunha sobre a reserva de até 5% de vagas para travestis, mulheres trans e homens trans nas empresas privadas. Todavia, o PL recebeu parecer contrário do relator Deputado Milton Vieira, que alegou que a competência de legislar sobre direito do trabalho era da União, não cabendo ao nível estadual da federação fazer tal reserva (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018). O PL foi arquivado em 2019.

Em alguns casos, pode não ter consequências para a contratação, como demonstrado na fala pessoa entrevistada anteriormente, que, após explicar como gostaria de ser chamada, não teve outros problemas de uso de seu nome social, encontrando apoio nos colegas de trabalho para impor definitivamente à gerência a forma como ele gostaria de ser tratado em termos de nome e gênero.

Acho que eu só tive uma experiência que foi negativa, assim, de uma pessoa se negando a me chamar pelo meu nome, mas de resto, as outras pessoas, elas foram, elas entenderam isso muito rápido. Chegou ao ponto de uma das minhas colegas corrigir a minha gerente porque ela chamou pelo nome de registro.

(Pessoa não binária)

Mas há casos em que a incompatibilidade entre a aparência e o nome constante nos documentos pode custar uma vaga de emprego. Isso pode acontecer inclusive em atividades em que as pessoas não têm contato visual com o público, mas em que a voz é instrumento de trabalho – e pode possibilitar a identificação do gênero – como o telemarketing ou teleatendimento¹²:

(...) teve até um episódio que eu fui arrumar um emprego lá no Belém [bairro da Zona Leste de São Paulo], foi até de... Foi até de Telemarketing numa empresa e eu ainda não tinha retificado o nome e eu passei em todos os testes, tudo, aí depois, quando ela perguntou lá, que não tinha mudado, retificado o nome, ela falou: “sinto muito, mas a gente não vai poder te contratar.” – Quando você conseguir retificar o seu nome, você volta aqui.” – Então foi uma coisa que marcou muito, que foi muito, assim, degradante (...) você vai ser contratada, você vai ter que usar o nome, né? Aquele nome que você nasceu, sendo que você... Como vai ser uma voz feminina vai usar um nome masculino? – Entendeu? – É um preconceito.

(Mulher trans)

Recentemente, a partir da participação da população trans em ONGs e OSCIPs, em partidos políticos e movimentos sociais, tem possibilitado a um grupo ainda restrito de mulheres transexuais, travestis, homens trans e pessoas trans não binárias a atuação profissional em diferentes instâncias do poder público, que oportunizam experiências de trabalho superiores em qualidade e salário às ocupações que exercem comumente no mercado de trabalho formal e informal. Por mais que alguns entre as pessoas entrevistadas tenham mais de uma década de atuação política e profissional no setor público, elas consideram ainda “experiências” de trabalho, pois, devido às instabilidades das alianças políticas e aos movimentos de alternâncias de grupos e coalizões de governo, a trajetória é marcada por interrupções e a construção de uma

12. Venco (2009, p. 164) evidencia a presença de pessoas LGBT no setor de telemarketing, por ser “um segmento do mercado de trabalho que traz a possibilidade de inclusão, via emprego formal, mas cuja atividade é, no entanto, realizada a distância e, portanto, reitera as barreiras baseadas no preconceito racial, estético e sexual, criadas na civilização”. Apesar de ser esse espaço de “refúgio”, os padrões ainda se fazem sentir, como ressalta a entrevistada.

carreira no interior da burocracia estatal ainda é um evento raro de ocorrer, como demonstra a fala a seguir:

Então isso me chateia, porque assim, eles vão falar sobre empregabilidade trans, e assim, eu moro em uma ocupação, sou uma travesti, preta, pobre, e aqui foi um jeito de eu também me restabelecer – e ninguém pensa nisso?(...) Apesar de todo trabalho que eu fiz e, enfim... Mas eu sempre falei para as meninas do Transcidadania, que eu sempre converso com elas em roda de conversa que a gente tem: “olha, eu sou tão vulnerável quanto vocês. Eu estou aqui agora, mas amanhã eu não sei.” (...) “Eu estou na mesma situação que vocês, entendeu? Porque eu também sou travesti, então se for tirar alguém vai ser a travesti, é claro!”

(Travesti)

Existem, portanto, desafios enormes a serem superados tanto no setor público quanto no setor privado da economia para se eliminar ou reduzir o preconceito e assegurar uma permanência duradoura das pessoas transexuais no mercado de trabalho. Enquanto tais desafios estão presentes, muitas pessoas trans, principalmente mulheres trans e travestis, seguem atuando na prostituição para assegurar a sua sobrevivência, o que acarreta efeitos sobre suas trajetórias de vida e trabalho.

PROSTITUIÇÃO, VIDA E TRABALHO

A seção anterior mostrou como o preconceito existente na sociedade brasileira em relação às pessoas transexuais reduz, em muito, as opções de trabalho abertas à concorrência de mulheres e homens transexuais, travestis e pessoas não binárias. Essa carência de oportunidades, somada aos conflitos familiares e à saída precoce de casa e da escola, favorece o ingresso, ainda na juventude, em atividades relacionadas ao mercado do sexo e à prostituição. Ainda que alguma dimensão de vulnerabilidade social esteja sempre presente (seja ela familiar, afetiva ou individual), dentre as razões apontadas para o início do trabalho na prostituição, destacam-se duas situações: i) momentos ou períodos em que as pessoas se depararam com uma situação de carência econômica; e ii) em que a rede de contatos e as esferas de sociabilidade ou interações cotidianas aparece como o fator preponderante.

Em relação às situações de extrema carência ou vulnerabilidade econômica, destacam-se os seguintes fragmentos:

Comecei porque eu estava procurando serviço, a minha avó estava com dificuldade, não tinha a quem recorrer e, do nada, saí para dar uma volta à noite e conheci uma pessoa, a pessoa me ofereceu dinheiro. Não perguntou a minha idade e nada [13 anos]! Me ofereceu dinheiro para sair. Eu falei: “Beleza! Vamos!”. Daí, naquele dia, eu pensei comigo: “nossa, eu tenho uma chance de ganhar dinheiro.” (...) quando eu me vi encurralada em ajudar a minha avó, eu não tive escolha. Tinha 3 opções: deixar a minha avó sem remédio; roubar ou me pedir para os outros. Procurei ajuda em alguns lugares, não consegui. Roubar não era o que eu queria. Então,

se apareceu uma oportunidade de... e dá para viver, dá para ajudar, dá para mim... tipo, dá um ritmo para “mim dar” uma força para a minha avó. Seja feito! E comecei.

(Mulher trans)

(...) eu conhecia só o submundo! Porque quando você sai de casa nessa condição, você não conhece pessoas “boas”, você conhece só o submundo, né? Os excluídos. E você também é um excluído. Então como que ‘cê’ vai se virar? Você tem fome, você precisa morar, você precisa fazer de tudo um pouco, né? (...) E aí as pessoas falam: “ah, por que você não faz isso?”; “eu faço”; “então vamos fazer também”.

(Homem trans)

Ambos os trechos dão a dimensão do estado de abandono e desespero de parte das pessoas trans que se iniciam na prostituição. Em outros casos, porém, antes da necessidade individual ou familiar, iniciar-se no trabalho sexual acontece em função de um convívio em grupo, por influência da amizade com pessoas trans que já exercem a atividade e frequentam espaços de lazer ou convivência, próximos aos pontos de prostituição da cidade.

Foi 3 meses, mas não era todo dia, não era frequente porque foi safadeza minha. A minha família sempre me deu de tudo, então como eu não tinha esse convívio com pessoas trans, que nem eu te falei lá atrás, eu conhecia essas e onde elas estavam era nesses lugares, então foi ali que eu estava, entendeu? Até eu conhecer o outro lado do mundo trans, infelizmente foi esse que eu tive um primeiro contato (...) Era uma decisão de... tipo: eu “tava” lá, eu já sabia que existia um ponto e aí eu comecei a ter mais amizade com as pessoas trans, com as mulheres trans da minha quebrada e foi isso! – “Vamos subir lá para beber?” – E nessa de ficar lá conversando com uma e com outra você vai, “aí, eu quero tentar! Quero tentar!”, e aí vai indo fazendo o seu rolê.

(Mulher trans)

(...) Eu comecei a prostituição em Fortaleza, na (...) Centro, aí fui começando a ter empolgação por aquilo (...) Eu ia, mas era perto de casa, né? – que essa avenida era perto de onde eu morava, eu não ia muito pra longe porque eu tinha muito medo; fiz amizade com algumas outras meninas assim, que estavam transicionando junto comigo, essas mais antigas eu já tinha medo (...) Eu sempre mostrava a humildade mesmo e em relação a cliente também, sempre trabalhei correto, sempre pegava o que eles me davam, nunca pegava o que não era meu; só que tinha o medo também de clientes desconhecidos porque a pista é um ambiente desconhecido, é algo que não é seguro.

(Mulher trans)

Dentre as oportunidades existentes, algumas mulheres transexuais vislumbram na prostituição uma oportunidade de se alcançar a tão sonhada estabilidade econômica, conforto e até viagens para o exterior. Todavia, mesmo entre as travestis que apreciam ou apreciaram o relativo sucesso por um período significativo, é comum o

relato de “que não é um dinheiro fácil”, “a rua não é fácil” e a consciência de que os ganhos ou rendimentos se reduzem ao longo dos anos. Frases como “quando se é nova se consegue tudo”, ou “a prostituição hoje (...) não é mais como antigamente” reforçam a dimensão temporal da atividade, as frustrações e as dificuldades que se acumulam ao longo do tempo.

Quando você é nova e na época que o dinheiro valia algo para você, que com 2 ou 3 reais você fazia praticamente duas sacolas [de supermercado] valia! (...) Porque quando você é nova, quando você é bonitinha, você tem os olhares de todos os seus redores (...) Quando você vai ficando um pouquinho mais velha, você vai relaxando em algumas coisinhas (...) as pessoas olham para você, apontam assim, e ficam “meio assim”; mas quando você é novinha, está toda “nos trinques”, você tem o que que você quiser no mundo.
(Mulher Trans)

Na Europa, principalmente países como Itália e França são citados como uma oportunidade de ascensão social e de melhoria de vida. Há também uma atração exercida pela novidade, pela chance de acumular conhecimento e cultura, ao viver em sociedades menos desiguais, em que população possui maior escolaridade, poder aquisitivo e o debate sobre gênero e sexualidade é feito há mais tempo. Conquistas como o aprendizado de uma nova língua, viagens e acesso às cirurgias plásticas são de fato alcançáveis, porém, os relatos também indicam dificuldades e uma vida distante do “glamour”, isto é, da valorização e do respeito que muitas vezes se imagina alcançar.

Lá na Itália no começo, a gente sem falar italiano, a gente chega numa casa... numa casa *bi-locale*, uma casa de 2 cômodos com 15 bicha dentro, era... só que assim, a cafetina lá deixava a gente livre! Livre com o passaporte da gente! (...) Só que é aquela coisa, você tinha que pagar... Você tinha que pagar 14 mil euros, o valor de 50 mil reais e eu consegui pagar 10 mil (...) não [dava] “pra mim juntar” nada (...) Só foi sobrar [dinheiro] pra mandar pra cá, depois que eu fui trabalhar pra mim, depois de 1 ano que eu fui trabalhar pra mim.
(...) eu não fiz patrimônio na época (...) lá eu pensava em colocar meu peito, colocar meu silicone, coisas que a [cafetina] daqui só comeu meu dinheiro e me enrolou e ficou me multando, né? Então eu não pensei. Como muitas colegas minhas, a gente pensa na vaidade – com certeza, a gente pensa na vaidade! Só que a gente não pensa no futuro (...) é uma febre que tem, que uma vai ficando mais bonita e “ah, eu também quero ficar, eu quero ficar bonita também!”. (...) Então a gente vai gastando dinheiro, trabalhando e fazendo cirurgias plásticas e final de semana sai e gasta. Tem amiga minha que, pra juntar dinheiro, fazia um caldeirão de sopa e tomava a semana toda (...) e eu gostava de comer fora, de final de semana ir pra restaurante chinês; e gostava de uma boate; então eu comprava roupa lá, o que eu gastei em perfume francês, roupa de marca – essas coisas! (...) Então, eu voltei porque lá já não tava dando mais (...) Chega uma fase da vida, dessa vida e principalmente de prostituição, que a gente vai se desgastando, não é a mesma coisa (...) eu tava com muita saudade do Brasil, da família, dos amigos. Lá, eu tinha os meus amigos, mas a gente lá vive assim: é cada um... cada um com a sua vida, cada um no seu quadrado, entendeu?

Se reúne quando dá, quando não dá, é: “oi, oi...”. Entendeu? E a gente sente saudade, né? Da família. Lá não tava dando dinheiro mais não. É tipo assim, trabalhava pra pagar um aluguel absurdo lá, trabalhava pra pagar... pra se manter, entendeu?
(Travesti)

Longe de esgotar a variedade das experiências e situações vividas no exterior, o extenso relato de uma das entrevistadas indica o quanto o distanciamento afetivo, devido às diferenças culturais, e questões relativas ao aumento do custo de vida dificultam uma estadia duradoura. Outros problemas como as dificuldades de renovação do visto de trabalho e o rigor das abordagens policiais, também discutidos de passagem pela nossa entrevistada, mantêm a prostituição como uma atividade de risco em que o medo da deportação está sempre presente.

Tanto na Europa quanto no Brasil, trabalhar ou ingressar na atividade pela via das cafetinas ou pela conquista de um espaço na rua, nos chamados pontos de prostituição, tem as suas diferenças, vantagens e desvantagens. Por aqui, no entanto, as situações de abuso promovidas pela cafetinagem ou “donas” e “donos” da rua são ainda mais flagrantes.

O relato a seguir descreve as ambiguidades de se trabalhar em um espaço sob contínua vigilância e controle, como os bordéis e casas de cafetina:

Trabalhar com cafetina, você tem duas opções: se você trabalha com a cafetina, você tem “uma proteção” porque você paga, você tem um lugar para você morar, porque tem a casa que você paga uma diária e que você mora, tem alimentação; você sozinha, você corre qualquer tipo de risco de outra cafetina, de outro cafetão chegar e não querer você naquele lugar. Você tem que pagar para outro para ficar num lugar que, praticamente, é público – mas existe essa máfia toda, né?
(Mulher trans)

Embora se possa alcançar alguma segurança, abrigo e se evitar conflitos, algo importante, principalmente quando se inicia na atividade, as situações de abuso e exploração do trabalho sobressaem-se nos discursos. Ao descrever a chegada em São Paulo, duas entrevistadas relataram as dificuldades que enfrentaram em casas de cafetina:

Porque uma amiga minha que me trouxe [para São Paulo], eu fiquei na casa de cafetina, foi num sábado – no sábado eu não descii; no domingo eu descii e na segunda eu fui embora para a casa da cafetina, fui para a casa de uma outra cafetina, onde uma amiga minha era gerente; a casa era uma invasão, era uma biqueira – e eu só tinha R\$ 10,00 no bolso! (...) Não deu! O ponto que eu descii era horrível! (...) e eu fiquei acumulando diária, aquela coisa toda, enfim... – Sei que aconteceu comigo, como aconteceu com muitas meninas aqui em São Paulo de sair da casa da cafetina só com a roupa do corpo, né? Então, no começo foi muito difícil para mim em São Paulo. Eu morei na rua, fiquei um bom tempo na rua, sem conhecer nada.
(Travesti)

(...) aqui em São Paulo eu conheci uma travesti aqui que me iludiu, cafetina, sabe? Me iludiu, caí no conto da “fada madrinha” (...) Foi aqui no bairro através de outras colegas, outras colegas gays (...) que frequentavam minha casa, um morava comigo, dividia o aluguel e aí falou: “ah, eu tenho contato, já que você quer... você se encanta tanto com isso... você quer se montar, você quer viver essa vida assim, você se encanta por esse mundo, eu tenho contato de uma que coloca silicone, é ‘bombadeira’” (...) Aí ela veio me conhecer, entendeu? Ela veio me conhecer, muito amorosa, muito meiga, o conto da “fada madrinha” (...) que vai te montar todinha, que vai investir em você (...) só que ela inventava sempre uma... uma desculpa e inventava multa, né?
(...) Eu fiquei um período lá, trabalhava na rua e não ganhava, tava ganhando só pra pagar a diária. Teve uma fase que foi difícil, que eu não conseguia nem pagar a diária, mas as meninas falavam: “você precisa colocar silicone, que a maioria tudo tem silicone, todo mundo tá... você é grande, é grandona, né? Você é grandona, tem que colocar silicone!”. Aí ela pegou, ficava me pirraçando, sabe? (...) batia nas minhas costas, fazia umas brincadeiras sem graça (...) Aí teve uma fase que eu fiquei secretária dela e a minha tia mandou 2 mil reais “pra mim sair” da casa dela (...) Eu não podia sair pra canto nenhum, só pra ir no mercado, eu não vinha aqui na Penha pra ver minha irmã – eu morava em São Miguel (...) foi uma vez que eu liguei pra minha irmã e falei pra minha irmã, chorando, que eu tava sendo escrava, né? (...) Esse inferno durou um ano, entendeu? (...) Aí a minha irmã falou: “você libera ela daí, senão eu vou mandar a Rota! Eu vou mandar a Rota aí na sua porta!”.
(Travesti)

De acordo com os relatos, é possível identificar uma situação de abuso baseada em violência, no medo diário e no endividamento “eterno”, em uma dívida que nunca se acaba ou é muito difícil de se acertar, em função da cobrança de “multas” e da venda contínua de procedimentos estéticos, como a aplicação de silicone industrial e intervenções cirúrgicas, adiadas continuamente ou realizadas à margem de qualquer protocolo de segurança e saúde das entrevistadas¹³. Situações de resistência e enfrentamento dessa violência também foram relatadas, nesse caso, o contato prévio com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a experiência e o conhecimento prévio das leis que garantem o acesso aos espaços e exercício da atividade encorajaram o enfrentamento:

Então, quando eu fui para São Paulo eu já fui sabendo que já tinha a Secretaria de Direitos Humanos, que tinha Secretaria da Diversidade Sexual, então, nessas questões eu nunca passei apuro por motivo de ter passado, de querer fazer uma ONG em Itapeva até junto com esse vereador e, como não chegou a concretizar e fui pra São Paulo, então, em questão de rua, nessas coisas, eu nunca tive problema por causa disso, porque eu sempre bati de frente. Eu sempre bati de frente com cafetão, com cafetina nessas questões. Então: “ah, vai cobrar rua? Então tá bom! Pera aí! Para aí que vou mandar o meu marido vir te trazer o dinheiro.” – Era só ligar 190, na hora que a pessoa está ali, “ó, tá cobrando rua de mim! É cafetão!”.
(Mulher trans)

13. A situação vivida pelas travestis e mulheres transexuais em casas de cafetinas assemelha-se àquelas vividas por pessoas em situação de trabalho escravo por dívida. Esse é um ponto que precisa ser observado pelas autoridades competentes, pois a cafetinagem, além de ser ilegal, fere fortemente a dignidade da pessoa que está a ela submetida.

Conforme o destacado em ambas as declarações, em casos de situação de extrema violência por parte das cafetinas, o recurso da força policial ou ameaça de acioná-la fazem-se necessários. Devido ao histórico de agressões e torturas, no entanto, a desconfiança é muito grande e a situação mais comum é que as garotas evitem ou adiem ao máximo a utilização desse recurso, pois uma vez acionado pouco controle se tem sobre ele e suas consequências, que podem atingir inclusive a vítima. Entre as travestis mais antigas, que militam e vivenciam a realidade da noite desde os anos 1980, ainda é muito presente na memória e nos discursos o efeito de operações policiais que resultaram em encarceramento em massa, exposição à tortura ou situações humilhantes e assassinatos.

Então, você pode ser a travesti muito bem tratada desde que você seja um fenômeno estético, né? Eu gosto, tenho uma ligação com a moda desde muito cedo e isso facilitou. É muito pesado porque eu estou vendo o período das operações também de extermínio, como a Tarântula, Rondão, Riquete, Arrastão, sabe? A higienização do centro de São Paulo vinda desde 1968, que vai culminar com esses períodos da manutenção delas, para tirar essa população da rua (...) Eu vi de tudo um pouco (...) desde você ver uma pessoa, uma mulher, uma travesti negra ser executada na esquina por um policial que dá um tiro no meio da testa dela, olha pra você e diz assim – junto com as outras semelhantes – “Olha, corre enquanto vocês estão vivas. O que vocês estão esperando?” – né? De ver uma batida na Vila Buarque em que os camburões fecham os dois lados daquela praça central perto da Ação Educativa, e os policiais têm a pachorra de pegar o cassetete, fazer eles chegarem até o chão e subir no meio do genital das travestis que estão ali e a na esquina, e a gente assistindo, porque fazíamos parte do que eles chamavam, de um seletto grupo “Das Bonitas.” - Bonitas, tipo, de dizer hoje, as passáveis.
(Mulher trans)

Ainda que hoje a atividade policial seja mais bem fiscalizada pelas entidades em defesa dos Direitos Humanos e o monitoramento tenha se ampliado com a proliferação das câmeras e dos aparelhos celulares, as imagens descritas revelam que a construção de uma relação de respeito e confiança diante do poder público policial, exige um reconhecimento de erros e crimes cometidos por parte do Estado, superando traumas, que ainda estão longe de acontecer. Basta observarmos a intolerância com pessoas homossexuais e transexuais no ambiente das tropas e quartéis. Por tudo isso, para a grande maioria das mulheres transexuais e travestis, os agentes policiais são mais um dos fatores de risco e insegurança enfrentados nas ruas (cujo contato se evita ou se reduz ao necessário) do que a solução do problema.

A rua, devido à sua amplitude e seu caráter “público” de fato impõem dificuldades adicionais ao controle e vigilância por parte das cafetinas, que em alguns pontos podem resultar em uma maior margem de ganhos com os programas e liberdade de se portar. No limite, a possibilidade de fuga ou o abandono do local é arriscada e envolve custos (como a necessidade de desaparecer por um tempo), mas sempre existe. Engana-se, portanto, quem pensa que a “rua”, principalmente os pontos de maior circulação da prostituição, está livre de regras informais de controle da atividade e vigilância das condutas. Mesmo em lugares mais afastados do centro, faz-se necessária a negociação do espaço com as garotas mais

antigas ou conviver com a presença de outras atividades ilícitas que se desenvolvem nesses mesmos espaços ou nas proximidades, como o tráfico de drogas e a vigilância informal:

(...) uma vez também eu fui em um lugar mais longe, eu apanhei, porque teve uma pessoa que queria transar comigo sem camisinha e eu não aceitei, e também tinha aquela coisa de elas chegarem – as outras – e ficarem pedindo dinheiro pra você: “ah, tá multada por estar aqui” – e isso e tal... Então eu sempre procurava ir em um horário onde não tinha muitas meninas, observava, quando eu via alguém eu já procurava conversar ou já me afastava e sempre ficava na... nunca por dentro das ruas, sempre mais assim, beirando a Avenida, que era onde passava movimento de carro e, qualquer coisa, eu ia embora. Eu sempre procurava ter esses cuidados, nunca pelas ruas pra dentro, escuras, porque eu achava mais perigoso, era tudo fechado até pra correr, então sempre ficava na Avenida onde tinha um fluxo de carro em uma esquinzinha, onde dava pra Avenida.
(Travesti)

Em função do ambiente de insegurança e competitividade ao qual as pessoas transexuais estão expostas desde muito cedo, a rua se torna o cenário de disputas e brigas em que a violência ou disputas econômicas hostis tornam-se a base dos conflitos rotineiros, com a qual se familiarizaram e convivem. A capacidade de reação com uso da força física seja individual, seja coletiva, torna-se com o tempo, uma estratégia de defesa que garante a própria sobrevivência. O relato de uma assistente social que trabalha há cerca de dez anos com a população de rua e a população LGBTQIA+ confirma a complexidade dos conflitos que muitas vezes é necessário mediar:

A convivência entre elas, embora sejam aos pares, é muito complicada (...) Elas têm muito essa questão de competitividade – porque pra ser travesti você tem que fazer “isso ou aquilo” (...) E aí, assim, a prostituição é forte, mas já esteve mais forte (...) tem um problema que também é a questão das violências que elas sofrem nesse espaço. Nós tivemos uma das meninas que um cliente, ele acabou furando o pescoço dela, né? E aí depois disso elas... A gente dialogou bastante com elas e sensibilizamos mesmo nesse sentido de ter o cuidado (...) tanto que quando elas descem pra esse ponto específico do Jaçanã, elas descem sempre em grupos, né? E aí elas falam que elas ficam sempre perto uma da outra porque aí, se acontecer alguma coisa, grita. Tanto que essa menina que sofreu esse corte no pescoço, ela estava com outras meninas (...) porque quando aconteceu as meninas estavam perto, uma delas viu, correram e já levaram ela para o hospital (...) ela falou: “se eu estivesse sozinha, ninguém ia ver, porque eu não iria conseguir nem gritar, né?” Então elas falam sim dessa violência, elas sempre falam que elas também andam sempre armadas (...) E aí elas falam: “Eu ando armada mesmo, porque eu não vou morrer, né? Se é pra eu morrer eu vou me defender.”
(Mulher cis)

Ainda, segundo sua experiência, os conflitos internos ou *bullyings* entre as próprias travestis ou mulheres trans são recorrentes e, em alguns casos, podem resultar em troca de agressões físicas e traumas psicológicos. Porém, quando as violências vivenciadas nas ruas ameaçam a existência dessas mulheres enquanto grupo, seja

como prostitutas, seja em outras áreas de atividade econômica, as disputas internas são deixadas de lado e a solidariedade tende a prevalecer.

Nesse ponto, a relação com os clientes que, na fala acima, quase condenou à morte uma das colegas de trabalho, é algo repleto de tensões e ambiguidades. Embora em alguns casos seja possível identificar a construção de vínculos afetivos e duradouros, como o casamento, na maior parte dos relatos foram mencionadas situações de abusos, violências, questionamentos éticos e até mesmo confusões em torno dos papéis sexuais exercidos entre cliente e acompanhante. Em muitos casos, as tensões resultam na busca de válvulas de escape da realidade (como, por exemplo, o consumo de drogas), na procura de ajuda afetiva entre pares ou profissional, médica e psicológica e a tentativa de largar a prostituição.

ENTREVISTADA: Não, eu já fui [para a prostituição] direto por mim própria. Lá não tinha isso [cafetina] aonde eu ia. Era cada uma por si.

ENTREVISTADOR: E não dava medo, assim de “cada uma por si”? ENTREVISTADA: Dava, mas você louca de droga, você vai ter medo do quê? Você é mais corajosa que todas (...).

ENTREVISTADOR: Entendi. – E o quê que você usava? Desculpe perguntar?

ENTREVISTADA: Cocaína, Lança-Perfume (...) entendeu? Para ter a coragem de atender os homens que ali passavam.

(Mulher trans)

(...) foi muito difícil pra mim, tinha ainda... Ainda peguei um pouco do período de São Paulo onde... como, assim, hoje como muitas das mais experientes do que eu falam, eu ainda peguei a “baba do glamour” de São Paulo – graças a Deus! Isso eu posso falar! Hoje não é mais a mesma coisa; mas não foi uma escolha eu acordar pra me prostituir, isso nunca foi uma escolha, assim; a primeira opção (...) E aí quando eu me deparo com a realidade da prostituição da noite de São Paulo, da drogadição, dessa sexualidade imposta, né? O lado hétero, né? O lado cis, hétero-normativo, o lado de como somos objetos oriundos apenas pra desejo, pra fantasias... E aí quando eu me deparo com isso, em tentar digerir o meu meio, as pessoas como se apresentam igual a mim e entender essa questão, eu ainda... Assim, até hoje essa questão, por exemplo de ser passivo, ser ativo, pra mim, assim, quando eu começo a fazer programa, pra mim isso foi muito louco! Assim: Meu, eu me monto toda de menina, eu estou lá no salto 15, vem um cara bonitão, pai de família com uma aliança por acolá... e na hora do “vamo vê” eu ainda tenho que fazer... Pera aí! Eu estou sendo paga pra fazer isso? É isso mesmo? Isso me revolta muito porque pra mim isso, até hoje eu ainda fico meio “assim”, mexe muito!

(Mulher trans)

A forma como são desumanizadas e tratadas como um objeto, de alguém que está ali apenas para satisfazer a vontade dos clientes; o risco assumido e a necessidade de defender constantemente a sua integridade física (em situações, por exemplo, em que os clientes se recusam a usar camisinha ou que tentam forçar situações indesejadas), geram desgastes e traumas intensos que conferem sentido às frases indicadas logo no início da seção “não é um dinheiro fácil”.

AS TENTATIVAS DE SAÍDA DA PROSTITUIÇÃO

Embora seja dito, em mais de uma entrevista, que o tempo ajuda a “acostumar-se” com as dificuldades e desafios vivenciados cotidianamente na prostituição, esse mesmo tempo é quem fornece os indícios ou sinaliza o momento em que se torna necessário mudar ou pelo menos intensificar as tentativas de transitar para uma outra atividade econômica. Nesse sentido, seja por um desgaste físico e emocional excessivo, seja por uma queda dos vencimentos econômicos – ambos advindos com a idade –, a continuidade dos programas torna-se insustentável ou incapaz de propiciar o “*respiro*” socioeconômico que propiciou em algum momento do passado.

ENTREVISTADOR: E até hoje você continua se prostituindo?

ENTREVISTADA: Não, eu parei. Eu parei, eu tô com a vida mais tranquila, parei porque tudo cansa também e eu quero... Eu quero agora, com 40 anos, eu quero dar um outro rumo pra minha vida, por mais que se a gente pensar assim: “ah, salão foi fraco essa semana, eu tô precisando pagar minhas contas, eu vou ter que ir na rua dar uma voltinha, porque é o jeito”, se eu pensar dessa forma, eu vou chegar aos 100 anos pensando dessa forma, toda vida. Então eu agora me... Eu agora me condicionei a pensar assim: “não, com o salão vai dar certo sim, pode estar fraco, mas... mas um dia a gente ganha, dois dias a gente pena, dois dias a gente ganha, dois dias a gente não ganha, mas assim eu vou me organizando E eu tenho meu companheiro que me ajuda também, entendeu? Que eu já tô há 7 anos, né?”
(Travesti)

Essa transição, porém, não é fácil e muitas vezes se prolonga, mesmo em atividades autônomas ou informais em que as barreiras de entrada à população de baixa renda são em geral reduzidas. Assim, a manutenção do preconceito e os baixos salários muitas vezes alcançados, mesmo para as mulheres trans e travestis que retomam os estudos, contribui para que o abandono da prostituição raramente seja completo:

Eu achava que as pessoas, todo mundo ia querer fazer cabelo comigo porque eu vim da Itália e tal – mas nada disso! Só quem fazia mais eram meus amigos e conhecidos, o pessoal da cidade mesmo, a sociedade da cidade, a “nata da sociedade”, é... Não sei se era preconceito ou porque eu não tinha um salão chique, né? Por mais que trabalhasse bem com cabelo (...) eu fiquei lá [cidade do interior da Paraíba] arrumando o cabelo de uma amiga, de um amigo... Quando tem festa... Só tinha festa da Padroeira, do São João, né? Do São João.
(Travesti)

Você já tem um “não” dito na cara já para você. Então isso me aconteceu muitas vezes. Então, eu não trabalhei com outra coisa, a não ser prostituição, praticamente dos meus 13 aos meus 26 anos – foi com 26 que dei uma parada – na prostituição porque eu quis; eu trabalhei porque as portas, para mim, sempre foram fechadas. Por mais que você procure, que você fale: “não, eu quero... Eu faço uma limpeza na sua casa”, “faço isso e aquilo” – até hoje em dia, para você trabalhar como uma diarista, você sendo trans, você recebe porta na cara. Você trabalha uma vez, na outra vez a pessoa

já não te chama mais porque... “ah, porque o marido ficou meio assim”; ou “porque o filho ‘não-sei-o-quê’”... Então, arrumam muitas desculpas que não têm nada a ver.
(Mulher trans)

A prostituição, assim, deixa de ser atividade principal e torna-se secundária, esporádica. Em muitos casos, é ela que permite muitas vezes investir em novo projeto, curso e, ao mesmo tempo, arcar com as contas da casa. Para muitas, a participação em programas sociais, como as bolsas de qualificação profissional conquistadas no Programa Transcidadania, consiste no auxílio que precisavam para reduzirem os programas.

ENTREVISTADOR: E aí você faz os cursos do Transcidadania. E nesse momento do Transcidadania, pós saída das ruas, você trabalhava com alguma coisa ou você só ficou fazendo curso?
ENTREVISTADA: Não, só curso, escola e recebendo a bolsa. Era muito raro, muito raro quando algum ex-cliente ligava e queria, queria, insistia e insistia e daí acaba, no final de semana, indo e atendendo um ou dois clientes que estavam assim... Que já era cliente até das antigas que, quando eu voltei, se surpreenderam que eu tinha voltado novamente, então daí decidi não deixar na mão.
(Mulher trans)

O ingresso em uma atividade ou emprego no setor público ou privado logo ao término da formação e das bolsas, ao lado do casamento ou união estável aparecem como fundamentais para sustentar a decisão de interromper a prostituição. Em casos de ocupações temporárias, como “*os bicos*”, o suporte de familiares quando o contato ainda é existente, amigas e amigos e dos próprios companheiros, apesar dos limites, são ainda mais importantes.

ENTREVISTADA: Eu tenho corrido atrás de emprego, mas não corro nessa categoria [receptionista]. Eu tô correndo atrás de qualquer um. Porque... né? Eu tenho uma casa (...) Eu tô trabalhando de entregar panfleto no farol (...) É chato pra caralho, né?! E ganha só R\$ 40,00, então, é tipo: a necessidade batendo na porta (...) Porque eu prefiro correr para isso do que correr para outras coisas (...) só sábado e domingo.

ENTREVISTADOR: (...) Você chegou nesse trabalho como?

ENTREVISTADA: Através do meu namorado que já trabalhava com isso.
(Mulher trans)

É tanto que ele [companheiro] consegue me ajudar mais, tipo assim, tá mais satisfeito que eu tô em casa, que eu espero a cliente [do salão de cabeleireiro] em casa. Aí tem esse projeto da Prevenção que dá uma ajuda de custo também, já ajuda também, né? (...) Que eu sou Agente de Prevenção (...) É um auxílio (...) Eu posso ficar 1 ano, 2 anos – até muitos anos se eu me dedicar (...) A gente sai com o carro da prefeitura pra entregar nos lugares. A gente tem que abrir pontos, tem que trabalhar 8 horas semanais; tem que abrir pontos; tem que aprender o livrinho (...), que é pra autocuidado e prevenção. Prevenção que é relacionado a PrEP para as meninas ou pra quem... Mais para as meninas transexuais, mas quem quer acessar o serviço, quer tomar, já vai e toma que é maravilhoso! É uma prevenção pra que esse vírus de HIV vá diminuindo cada vez mais com todas essas prevenções.
(Travesti)

Esse relato indica como a experiência adquirida com toda a vivência e conhecimento direto das dificuldades, enfrentadas cotidianamente pelas pessoas transexuais, pode melhorar os resultados da política pública por meio da contratação dessas profissionais para atuar tanto na linha de frente, quanto na retaguarda da política. Além de integrar ao mercado de trabalho uma profissional que encontra dificuldades de inserção, o aproveitamento do conhecimento local, das linguagens e dos códigos de conduta só tende a ampliar a capilaridade e a eficiência das ações voltadas à assistência e prevenção da população em estado de vulnerabilidade.

HÁ DE TER FUTURO?

Apesar das resistências encontradas no mercado de trabalho, das inúmeras portas que se fecham, as pessoas transexuais que participaram da pesquisa têm sonhos e expectativas em encontrar profissões bacanas ou terem seus negócios próprios. A Tabela 2 mostra que 11% das travestis querem ser cabeleireiras e 5% das pessoas não binárias pretendem trabalhar como chefes ou auxiliares de cozinha.

Tabela 2 – Atividade que gostaria de exercer para ganhar dinheiro (categoria nativa, 15 mais citadas)

Atividade	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Nenhuma	17%	15%	16%	14%	16%
Cabeleireira(o)	11%	9%	2%	1%	7%
Chefe ou auxiliar de cozinha	7%	5%	4%	5%	5%
Enfermeira(o) ou téc. de enfermagem	6%	5%	1%	3%	4%
Maquiadora(r)	4%	4%			3%
Psicóloga(o)	1%	3%	3%	6%	3%
Comerciante	3%	2%	2%	1%	2%
Atendente de loja, lanchonete, bar	2%	3%	2%		2%
Atriz/Ator	4%	2%	1%	6%	2%
Costureira	3%	3%		1%	2%
Professor(a)	2%	1%	4%	2%	2%
Estilista	2%	3%	0%	3%	2%
Diretor de Arte Visual	2%	1%	3%	3%	2%
Administração	0%	2%	2%		2%
Dançarina(o)	2%	2%	1%	2%	2%
Outras atividades	36%	39%	59%	53%	44%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Essas expectativas expressas em “sonhos”, ou buscas efetivas, procuram a estabilidade econômica confortável pela vocação ou pela aceitação social de seu gênero.

Eu penso em ser barbeiro, mas nas horas vagas. Tipo assim: eu vou montar a barbearia lá – já tenho até o espaço já na casa do meu pai, que eu vou montar a minha barbeariazinha; só que aí eu vou trabalhar, eu quero trabalhar, assim: durante o dia e durante a tarde trabalhar numa empresa – igual ao meu irmão, que entra às 14:00/17:00 da tarde e sai na madrugada, tipo, sai na madrugada, tipo, sai 04:00/03:00 horas da manhã, descansa e aí, eu acordo... Tipo, eu pretendo acordar umas 09:00, abrir a barbearia, ficar até umas 15:30 aberto e depois ir trabalhar. Eu pretendo trabalhar. O foco é trabalho! Trabalho mesmo!
(Homem trans)

A fala acima revela essa expectativa. O futuro que se vislumbra é promissor, um lugar onde se pode cultivar os sonhos de trabalho e de respeito à sua identidade de gênero. No entanto, para ter o futuro que se quer, é preciso investir dinheiro, assim como tempo e esforço em estudos. A tabela 3 indica que essas são as necessidades evidenciadas pelas pessoas entrevistadas para seguirem a profissão que desejam.

Tabela 3 – O que mais precisa para exercer exclusivamente a atividade desejada

Condição necessária	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Dinheiro para investir	41%	39%	46%	34%	41%
Realização de curso	32%	29%	27%	29%	29%
Menos preconceito	12%	15%	13%	16%	14%
Mais vagas	10%	13%	10%	18%	12%
Local para morar	4%	2%	1%	3%	2%
Tempo	0%	1%	0%	-	1%
Iniciativa	-	1%	1%	-	0%
Experiência	-	0%	0%	-	0%
Problemas de saúde	0%	0%	-	-	0%
Documentos	-	0%	-	-	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

É o que também mostra a fala a seguir, em que um dos homens trans entrevistados evidencia o que precisa fazer para alcançar a sua vontade de ser bartender.

Entende? Porque eu... Eu prefiro já uma coisa... Que nem: Ser bartender pra mim, é uma coisa mais ok, entendeu? (...) Não que eu não tenha que estudar, não tenha que nada disso, porque também pra ser bartender, você precisa estudar – e muito! (...) Muito! Não é pouco! Só que é diferente, é uma coisa que eu gosto de fazer, é uma

coisa que pode me proporcionar viagens, é uma coisa que pode me proporcionar o conhecimento de pessoas em determinados lugares, de várias áreas da vida, entendeu? (...) Bartender você trabalha com hospitalidade e bem-servir – e que tá totalmente ligado ao curso de turismo que eu estou fazendo, entendeu? Então é nessa área que eu gosto de trabalhar. Com as pessoas, mas em uma área diferente: uma área de hospitalidade e bem-servir.

(Homem trans)

O conhecimento que adquirem sobre o próprio corpo e as experiências negativas vivenciadas em recepções e consultórios médicos, muitas vezes estimulam também o interesse pelas ocupações na área da saúde. Ainda que a medicina possa parecer um objetivo distante ou difícil de se alcançar de imediato, existem planos e estratégias para cursar uma faculdade de medicina que, além do reforço dos estudos, passam por exercer ocupações capazes de elevar os rendimentos e, ao mesmo tempo, familiarizar-se com o ambiente hospitalar.

Primeiro, eu quero fazer Radiologia. Eu quero entrar na área da medicina, assim, de pouco em pouco – porque o curso de medicina é muito caro, né? Mas eu trabalhando na área, eu consigo fazer, prestar um Enem, fazer uns negócios que é para poder diminuir o preço e trabalhando na área, eu já vou trabalhando lá dentro, né? (...) Eu tenho fé em Deus que uma hora eu consigo! (...) falta de respeito, hoje em dia, com o ser humano, sabe? Os médicos hoje em dia estudam só para obter dinheiro, não para poder trabalhar realmente e pôr em prática aquilo que ele foi atrás para ser qualificado, ele se qualificou por algo, ele fez um juramento e aquele juramento dele nem sempre é cumprido. E eu quero ser diferente, sabe? Eu quero poder ser diferente. Eu gosto de trabalhar. Quando eu trabalho em algo que eu gosto, eu dou o meu sangue, dou a minha alma, entendeu? Não é só dinheiro. Eu acho que não é só dinheiro. A gente tem que ver a pessoa sair satisfeita também.

(Homem trans)

Formar-se em medicina, portanto, e trabalhar como médico ou médica corresponde ao desejo de melhor compreender e atender os corpos e *corpas* transexuais. Existem demandas específicas das pessoas trans, como o tratamento ginecológico para os homens trans ou contenção dos efeitos e retirada do silicone industrial das mulheres trans e travestis, cuja atenção, o desenvolvimento da pesquisa e tratamentos inovadores só tendem a aumentar com o crescimento da formação de profissionais transexuais nas universidades e centros de saúde.

Outra área que atrai o interesse e as expectativas, mas que ainda hoje é muito difícil de se manter (principalmente em uma época de pandemia) são as atividades do campo das artes e da cultura. No caso específico do teatro e da dramaturgia, a participação em coletivos e projetos criativos, capazes de captar recursos ou vencer a concorrência nos editais públicos, podem propiciar bolsas e rendimentos temporários, como indica a fala a seguir.

E aí, a gente mandou para o Fundo Elas uma versão [do projeto] que chamava “Ditadura LBT”¹⁴. Que foi aprovada pelo Fundo Elas e que, inclusive, a gente teve que mudar o nome do projeto do grupo porque o fundo Elas não podia aprovar um projeto que chamasse... que tivesse “ditadura” no nome e nem um grupo que se auto-intitulasse terrorista. Mas é isso! Estamos aí, né? A partir desse projeto, a gente começa a trabalhar, a gente começa a procurar esses espaços para procurar estéticas de linguagens, porque a ideia do Terrorismo Poético tem a ver com produzir linguagens, ao invés da gente já lidar com as linguagens artísticas que estão dadas: teatro, música, dança. A gente olha para o problema, para a demanda que a gente tem em política de sobrevivência, de existência e pensa: “Que linguagens a gente precisa criar, que ainda não existam, que respondem a essa nossa necessidade do agora, né?”
(Homem cis)

Além da força de vontade necessária para se alcançar os sonhos, o exemplo da área artística, que pode ser ampliado para outros campos de atuação profissional, revela que é necessário existirem formas institucionalizadas de acesso à formação, financiamento e estudos que permitam às pessoas transexuais terem e concretizarem seus sonhos. Os dados da pesquisa evidenciaram a presença grande de travestis e mulheres trans na prostituição, a qual fundamenta-se principalmente na transfobia presente nos diversos setores do mercado de trabalho.

O Estado tem papel fundamental na transposição das barreiras aqui apresentadas, seja facilitando o acesso à documentação com nome social, seja garantindo vagas em empresas públicas e privadas para a população trans. Além disso, é essencial que as pessoas que trabalham com as construções de políticas de emprego e renda no setor público e privado estejam qualificadas para não reproduzirem os preconceitos nos processos de seleção, assim como tenham a capacidade de replicar aos funcionários e funcionárias as formas de receber e incluir as pessoas trans nos locais de trabalho. (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Leis e programas sociais podem ser pontos de partida para uma mudança na cultura organizacional em relação à população LGBTQIA+, no entanto, para haver futuro para as pessoas transexuais no mercado de trabalho, é preciso que a transformação se expanda para a sociedade, visto que, como apontado ao longo deste capítulo, o preconceito expressa-se de formas variadas e em diversas dimensões. O trabalho é o local onde desembocam e se evidenciam as violências sofridas ao longo da vida pela população trans – na saída da casa da família, na não continuidade dos estudos, na prostituição como forma de sobrevivência – e que as coloca como uma das populações socialmente mais vulneráveis.

14. Segundo o entrevistado, foi retirado a sigla G referente à categoria Gay do projeto por entenderem que o movimento Gay exerce hegemonia sobre as demais sexualidades e identidades do gênero que desafiam o padrão binário heteronormativo: “O LGBT já tem uma ditadura gay, né? É LGGGGGB – e talvez ‘T’ se der tempo”. (Homem cis).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. B. de; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: *transpondo barreiras* no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 302-333, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000200303&tlng=pt>. Acesso em: 27 abr. 2021.

ANDRADE, L. N. de. **Travestis na Escola**: assujeitamento e resistência à ordem coletiva. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CEDEC – CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo**: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARINHO, S.; ALMEIDA, G. S. de. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 22, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/57888>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VENCO, S. Centrais de Teleatividades; o surgimento dos colarinhos furta-cores? *In*: ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários**: degradação real no trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 153-171.

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA ENTRE PESSOAS TRANSEXUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

JONAS TOMAZI BICEV
MARIA RITA APRILE

INTRODUÇÃO

Sob a ótica da Organização Mundial da Saúde – OMS, o conceito de saúde corresponde a um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e, não apenas, da mera ausência de doença ou enfermidade” (Opas; OMS, 2016). Trata-se, portanto, de uma condição ampla e complexa, não restrita à ausência de enfermidades, que inclui outros determinantes como o estado psicológico e as relações sociais. A amplitude do conceito vem acarretando alguns posicionamentos contrários, sob o argumento de que, assim posicionada, a saúde constituiria um ideal inatingível e que “soma, psique e sociedade” constituem elementos em interação contínua sem que haja uma nítida dissociação entre eles (SCLIAR, 2007; SEGRE; FERRAZ, 1997).

Nessa direção, é inegável que, no contexto da sociedade contemporânea, diversos fatores concorrem de forma integrada para a consecução do status de saúde, tais como: estilo de vida saudável; condições de trabalho; nível de escolaridade; nível de renda; aceitação da identidade de gênero; rede de suporte social; sentimentos de pertencimento em oposição à rejeição e exclusão social; experiências relacionadas ao cumprimento e/ou violação dos direitos humanos, entre outros.

É da intersecção dinâmica desse conjunto complexo de variáveis que resulta a chamada “qualidade de vida”, ou seja, a percepção de cada pessoa em relação à sua “posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, parâmetros e relações sociais” (WHOQOL, 1994). Ao incluir aspectos do meio ambiente e outros relacionados ao desempenho de papéis e às percepções subjetivas em relação às experiências prazerosas ou não, a “qualidade de vida” é mais abrangente que o status de saúde (FLECK *et al.*, 2008).

Posto isto, é na intersecção da “saúde e qualidade de vida” que se insere este capítulo cujo foco recai sobre as pessoas transexuais, habitantes do município de São Paulo, que participaram de pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Cedec, no período de 2019 a 2021. A amostra constou de 1.788 pessoas autodenominadas transexuais, que responderam a um instrumento de pesquisa e mais outras 29 que foram entrevistadas por meio de roteiro semiestruturado, em que, entre outros temas, foram abordadas questões sobre a experiência sexual com a saúde e os serviços a ela vinculados.

As questões referentes ao binômio “saúde” e “qualidade de vida” versaram sobre os seguintes temas: assistência médica e hospitalar; tratamento hormonal; intervenções corporais; atendimento psicológico e psiquiátrico; uso de álcool e de outras drogas. Vale ressaltar o ineditismo dos dados obtidos na pesquisa realizada em razão da não inclusão, até o presente momento, da população transexual, nos censos demográficos do país, exceção feita a algumas matérias e dossiês sobre violência e assassinatos de pessoas transexuais, no Brasil (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR

Apesar de todos os esforços empreendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS em relação ao cumprimento do art. 196 da Constituição Brasileira de 1988 (CF, 1988) que considera a saúde “um direito de todos e dever do Estado”, boa parcela da população transexual ainda encontra dificuldade de acesso aos serviços oferecidos por motivos diversos.

Vale lembrar que, de início, a assistência às pessoas transexuais esteve associada a um modelo estritamente *biomédico*, fundado na noção de patologia, dada a não conformidade entre o sexo biológico e gênero e na lógica da *transexualidade* como doença, pautada em diferenças biológicas e anatômicas (ARÁN; MURTA, 2009). Ao longo do tempo, contribuições de várias ciências, entre elas, a Psicologia, a Sociologia, o Serviço Social, o Direito, entre outras, concorreram para uma mudança de paradigma em relação à visão sobre as pessoas transexuais, que passam a ser consideradas a partir de sua totalidade, individualidade e complexidade e, portanto, ancorada em uma concepção de saúde integral (CANGUÇU-CAMPINHO; BASTOS; LIMA, 2009).

Trata-se, portanto, da desconstrução do posicionamento anterior na medida em que a transexualidade passa a ser entendida enquanto experiência e, não, como patologia. Nessa direção, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais – DSM/5 utiliza o termo descritivo geral *disforia de gênero* para designar pessoas transexuais, ou seja, aquelas que manifestam descontentamento afetivo e cognitivo com o gênero designado, por ocasião do nascimento (DSM – 5, 2014).

No entanto, em 21 de maio de 2019, um passo importante é dado pela OMS, durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, quando oficializa a retirada da transexualidade como “transtorno mental” da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), em sua 11ª versão, que passa a ser classificada como “incongruência de gênero”, estabelecendo ainda que cada país terá até 1º de janeiro de 2022 para se adaptar à nova normativa (CFP, 2019).

Apesar dos avanços registrados, a implantação de programas direcionados à assistência de pessoas transexuais ainda se depara com inúmeras barreiras e resistências institucionais (ARÁN; ZAIDHAFT; MURTA, 2008). Em decorrência, quando reivindicam assistência em serviços públicos de saúde, enfrentam preconceitos e atitudes discriminatórias, além do despreparo de profissionais para atendimento especializado e escassez dos serviços oferecidos, entre outras dificuldades (MELLO *et al.*, 2011). Essas experiências têm gerado inúmeros constrangimentos e, não raro, atitudes de sofrimento, resistência e revolta por parte de transexuais, conforme registram os extratos das entrevistas a seguir:

[...] a gente precisa ter políticas mais estratégicas e mais específicas para a nossa população [...] ter, pelo menos, uma coordenadora travesti ou transexual ou homem trans na gestão pública [...] o mundo só vai ser melhor quando a gente começar a ter esses cargos [...] as pessoas só veem o mundo de forma “cisgênera”, temos médicos e médicas, mas não uma política pública [...] a saúde ainda é voltada só para pessoas cis [...] mulheres que nascem com “perereca” e homens que nascem com “pinto”! [...] Toda essa estrutura “cisgênera”, que é cis-hegemônica das políticas públicas, no país e, principalmente, na cidade de São Paulo.

(Mulher trans)

[...] consigo fazer um discurso político, porque sou militante [...] mas, fico pensando, naquele menino, lá em Taipas, que vai a uma UBS e é maltratado, desde a entrada, com o segurança, até o médico [...] O que você vai fazer? Você vai voltar? Você não vai voltar! E, aí, morre de doenças, que uma pessoa cis não morreria mais [...] tem esse abandono! O sistema não engloba pessoas trans [...] para que a saúde seja realmente integral, a gente reforça a importância dos ambulatórios de saúde integral para travestis e transexuais. O que trata de integral ali? [...] hormonização, acompanhamento endocrinológico, a questão psicológica e psiquiátrica?

(Homem trans)

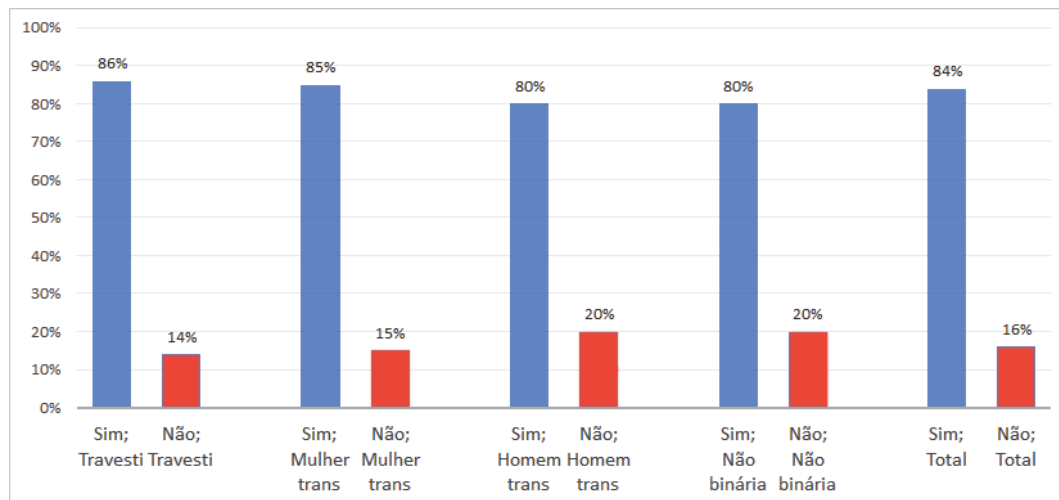
[...] A gente não tem saúde integral [...] não tem respeito ao nome social [...] Você vai ter uma consulta, vão ver a taxa de seu rim, de seu fígado e saber onde ataca. É isso, e acabou! [...] Um dia, as meninas falaram: “Olha, o endocrinologista falou que não vai atender a gente porque não sabe quem tem protocolo para esse atendimento.” [...] “denunciar para quem e aonde?” [...] a gente não quer denunciar, a gente não quer confusão, a gente vive da prostituição [...]

a gente precisa de uma política de inclusão, de humanidade, de um atendimento integral [...] Eu quero, em todos os lugares, ter o mesmo atendimento de uma pessoa cisgênera.
(Mulher trans)

[...] A gente vive uma realidade, que está no papel [...] o sistema é homofóbico, transfóbico, ele é binário, totalmente binário. [...] esse programa de saúde do homem está preparado pra receber homens de vagina? Vaginas masculinas? Não está! [...] é muito complicado! É essa integralidade que não existe! Ela está no papel, sim! Ela foi pensada, mas não é feita, não tem!
(Homem trans)

Contudo, mesmo que a assistência direcionada às pessoas transexuais não atenda às suas expectativas e necessidades básicas, é relativamente alto o índice de pessoas transexuais (84%) que frequenta regularmente algum serviço ou equipamento de saúde, na capital paulista. Os percentuais são quase idênticos entre travestis (86%) e mulheres trans (84%) e, análogos, entre homens trans e pessoas não binárias (80%).

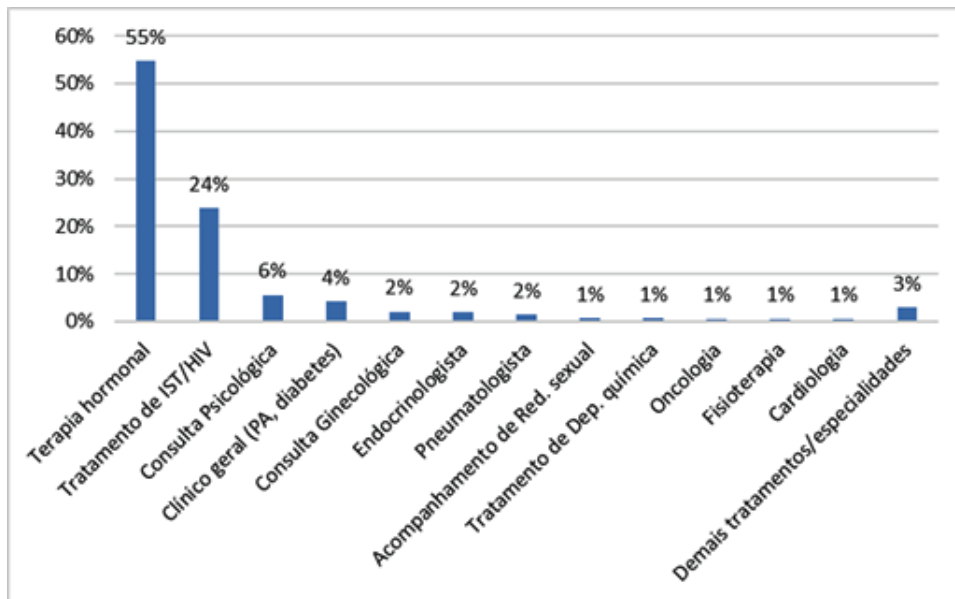
Figura 1– Frequência de comparecimento a serviços de saúde por identificação de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Boa parte da população entrevistada procura os equipamentos e/ou serviços de saúde para realização de terapia hormonal (55%) e tratamento de IST/HIV (24%) e, em índice menor que 10%, as demais modalidades.

Figura 2 – Tipos de tratamento e/ ou de serviços de saúde buscados



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Na esteira da saúde integral, os índices apresentados indicam que o processo de cuidado das pessoas entrevistadas se concentra principalmente na hormonioterapia e no tratamento de IST/HIV. É bem provável que, em razão das intolerâncias, constrangimentos, preconceitos já mencionados, a assistência em outras modalidades somente seja buscada quando as pessoas transexuais sintam mal-estar e dores intensas, ou seja, são aconselhadas a buscar um tratamento especializado, entre outros motivos:

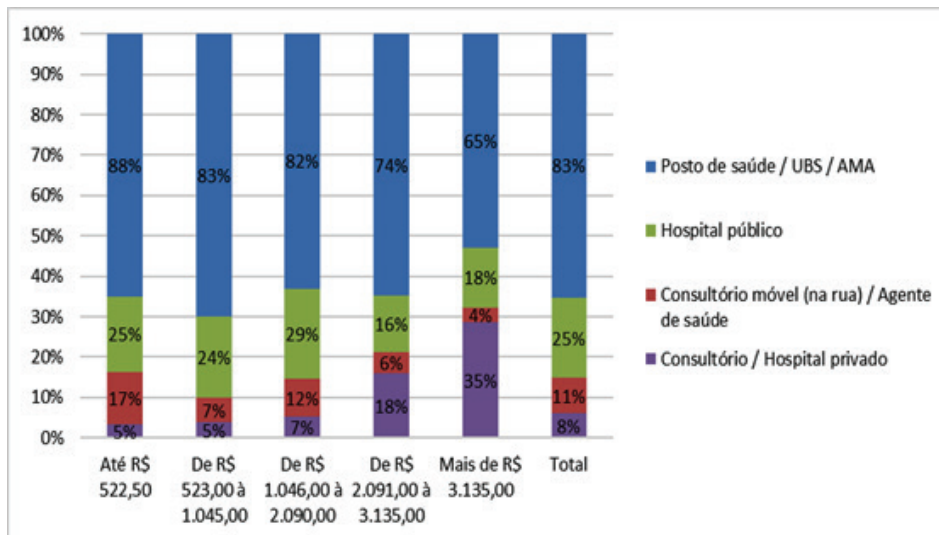
[...] descobri que estava com tuberculose [...] estava num abrigo e tive que fazer exame [...] de pulmão, de tudo [...] de HIV [...] Tinha 15 anos! Nunca tinha feito exame de HIV! O pneumologista, não sei o que tinha a ver com HIV, falou: “Você tá com HIV!”. Eu saí da sala, correndo! Na época, HIV era “babado”! [...] não iniciei o tratamento, de início, fiquei muito tempo escondendo porque eu não tinha medo da doença, era medo do preconceito! Porque, maior que a doença, não é a doença e, sim, o preconceito [...] Dos 15 anos para cá, tive várias tuberculosas [...] já fui internada, várias vezes e uma médica, em Minas, falou que não sabia como eu estava viva, com HIV, sem tomar medicamento e tendo várias tuberculosas [...] falou que já era para eu ter morrido, há muito tempo! Não sei porque não morri!
(Travesti)

A partir do momento em que eu me entendi, que eu me percebi, que eu comecei a viver a minha identidade masculina, me dava medo ir em qualquer ambiente hospitalar ou médico. Principalmente, se fosse ginecologista. Eu tinha medo! Eu evitei muito isso! Evitei demais! Até porque já aconteceu comigo e acontece, até hoje, de você ser um homem trans e, em qualquer médico, não falo de ginecologista, na verdade, qualquer médico. [...] você está com dor no joelho, você fala: “Eu sou uma pessoa trans.” O médico vira pra você e fala: “eu não tenho especialidade em pessoas trans, então, você vai ao CRT!” [...] “vai a uma unidade de atendimento para pessoas trans!”.
(Homem trans)

Consideradas as faixas de renda, verifica-se, no conjunto, que um índice bastante alto de pessoas (83%) utiliza os serviços e equipamentos de saúde pertencentes ao Sistema Único de Saúde – SUS e as demais buscam: hospitais públicos (25%); consultórios móveis e agentes de saúde (11%); consultórios e hospitais privados (8%).

Em relação às faixas de renda, a situação se repete. A maior procura é por serviços e equipamentos do SUS com índices aproximados em três faixas: R\$ 552,50 ou meio salário-mínimo (88%); R\$523,00 a R\$1.045,00 (83%) e R\$1.046,00 a R\$2.090,00 (82%). Nas demais faixas, há um decréscimo: R\$2.091,00 a R\$3.135,00 (74%) e mais de R\$3.135,00 (65%). Quanto aos hospitais públicos, foram registrados os seguintes índices: R\$ 1.046,00 a R\$2.090,00 (29%); R\$552,50 ou meio salário-mínimo (25%); R\$523,00 a R\$1.045,00 (24%); R\$ 2.091,00 a R\$3.135,00 (16%) e mais de R\$ 3.135,00 (18%).

Figura 3 – Tipos de tratamento e/ou de serviços de saúde buscados por nível de renda*



*Pergunta de resposta múltipla, ou seja, a pessoa pode indicar mais de uma opção.

Por isso, os percentuais ultrapassam os 100%.

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Devido à concentração das pessoas trans nas faixas inferiores de renda (55% ganham até 01 SM) e a crescente oferta de tratamentos relacionados à hormonioterapia e às ISTs em unidades básicas de saúde, como Santa Cecília e República, verifica-se que, no conjunto, os índices de pessoas que procuram os consultórios, clínicas e hospitais particulares são baixos e atingem apenas 8%. A exceção ocorre na faixa acima de R\$3.135,00 cujo índice é de 35%. Embora o atendimento possa ser mais humanizado no setor privado, as pessoas trans ainda continuam encontrando dificuldades, como é o caso de profissionais sem o devido preparo para o seu atendimento:

[...] tenho plano de saúde, tenho este privilégio [...] não é muito fácil! [...] comecei a fazer check-up [...] tive a primeira consulta com o clínico geral, que me encaminhou ao endócrino, óbvio! [...] Ele não tinha conhecimento sobre pessoas trans [...] minha consulta foi muito mais prá ele, do que prá mim! Eu só precisava da assinatura para os exames [...] Ele foi super atencioso [...] “não sei que exames você precisa, se precisa de algum específico, por ser uma pessoa trans?” Falei: “Eu vou querer alguns exames específicos [...] há muitos anos, não sei como está o meu corpo, não sei como está reagindo a tantos anos de hormônio!” Ele foi indicando [...] “Você ainda tem as mamas”? Tenho! Quer fazer exame de mamas? Quero! Tem os órgãos reprodutores? [...] “pediu todos os exames, só falei: não quero fazer o transvaginal”. Ele falou: “Não é obrigatório! Você faz de imagem!” [...] hoje, não uso nenhum serviço público de saúde.

(Homem trans)

Devido à carência de especialização acadêmica ou preparação médica no atendimento às pessoas transexuais, o exemplo acima é significativo, pois revela que em situações de dúvida e incerteza, os profissionais da saúde (como os médicos e médicas, profissionais da enfermagem e atendentes) podem evitar situações de embaraço ou desrespeito ao serem empáticos com o/a paciente e entender as suas necessidades sem pré-julgamentos ou constrangimentos. Antes de questionar ou assumir um discurso de autoridade que deslegitima as identidades de gênero, o melhor a se fazer é perguntar e escutar atentamente as dúvidas e demandas das pessoas que chegam aos consultórios.

No conjunto, a maior periodicidade de realização de consultas médicas é de uma vez a cada três meses (36%), período esse que contempla tanto o tempo de revisão das doses hormonais de homens e mulheres trans, quanto às necessidades de medicação e exames de rotina de pessoas com IST. Quando consideradas as identidades em separado, destaca-se a frequência referente aos homens trans (42%). Os índices são quase idênticos entre travestis (36%) e mulheres trans (35%). E, entre não binárias, a periodicidade maior é de uma vez a cada seis meses (32%).

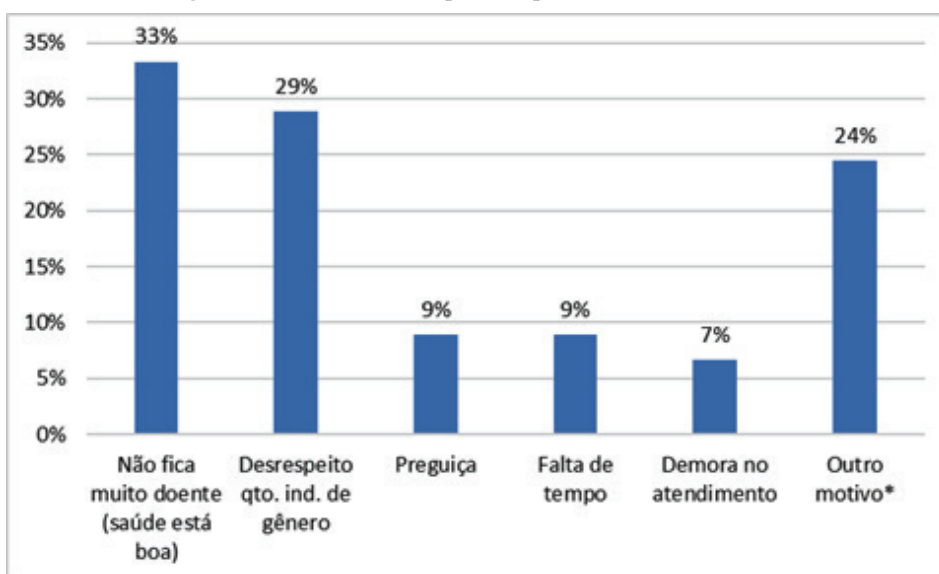
Figura 4 – Frequência de realização de consultas médicas



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

A população que não registrou procura de atendimento médico é pequena, 45 casos, o que representa 3% do universo entrevistado. Os motivos alegados foram: não ficam doentes (15); desrespeito à identidade de gênero (13); preguiça (04); falta de tempo (04); demora no atendimento (03) e outros motivos (11).

Figura 5 – Motivo de não procura por atendimento médico



*Motivos com menos de 03 menções

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Entre os motivos apontados para a não procura de atendimento médico, o desrespeito ao nome social apresenta-se como um dos principais impedimentos ao acesso universal, integral e equitativo das pessoas trans aos serviços públicos de saúde (ROCON *et al.*, 2016). Os estratos dos depoimentos indicados sugerem a necessidade de implantação de programas de atualização para profissionais que atuam com a população transexual a fim de não a submeter a constrangimentos desnecessários, além de campanhas com ênfase no direito à utilização não discriminatória do nome social:

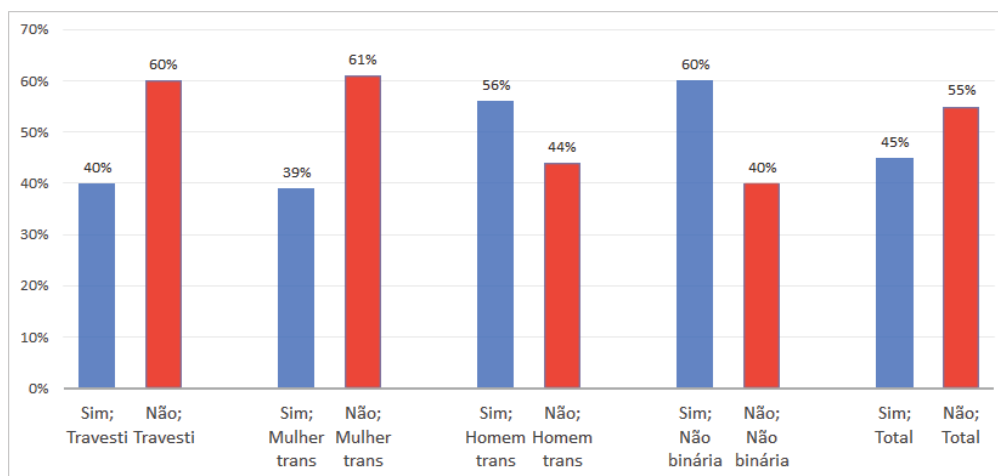
[...] estou lá sentado, a pessoa pega a ficha com meu nome masculino, [...] em um ginecologista! [...] Fica até perdida! Não existe! [...].
(Homem trans)

[...] a gente tem uma dificuldade muito grande com o pessoal da saúde [...] o território do bairro não tem unidade básica de saúde, o que tem é uma unidade básica tradicional [...] já tivemos problemas, [...] as meninas, quando chegam lá, não se sentem bem acolhidas, às vezes, são chamadas pelo nome civil e a gente já teve algumas discussões sobre isso [...] já levei, até, para SMADS essa situação [...] acho uma violência muito grande, as meninas chegam lá: de cabelos compridos, de roupa, de maquiagem e são chamadas pelo nome de menino. E, com isso, não querem nem retornar no local [...] estão na rua, estão sem fazer o acompanhamento de saúde que precisam fazer [...] quando se deparam com esse tipo de situação, prá gente fazer uma sensibilização, prá elas retornarem, é muito complicado.
(Mulher cis)

[...] uma vez, marquei em um posto de saúde um exame ginecológico [...] estou lá sentado, bonitinho de bonezinho, não tinha barba, nem tomava hormônio, ainda [...] as pessoas foram contar quantas pessoas tinham na fila. E aí, a menina: “Aí, tem quantos? Está todo mundo indo para o ginecologista?” [...] aí, ela foi contar. “Então, vai ter 12 na sua frente.” [...] olhou prá mim e disse: Você está guardando lugar prá sua namorada, para alguém?” [...] eu falei: “É!” e fiquei calado! Não tinha ninguém comigo! [...] quando chamou o meu nome, entrei [...] todo mundo ficou sem saber o que estava acontecendo [...] entrei no consultório e a médica assustou [...] confirmou se eu era eu mesmo [...] levei na boa [...] encarei como desafio. Não é muito agradável! [...] depois que tive barba, aparência mais masculina, fui ao ginecologista de novo [...] fiz o temido exame transvaginal [...] a enfermeira não sabia o que fazer comigo [...] ficou na dúvida se realmente tinha um homem na sala [...] expliquei que eu ia fazer porque eu era uma pessoa trans [...] é muito louco, ver a cara das pessoas, quando isso acontece.
(Homem trans)

Tão grave quanto a interrupção dos tratamentos ou a desistência da procura por preconceito em relação ao nome ou aparência física, é o desalento devido às dificuldades de acesso ou a inexistência de médicos especialistas nas unidades de atendimento. Assim, um percentual de 45% sente falta de acompanhamento especializado. Entre homens trans e não binários, os índices foram aproximados: 56% e 60%, respectivamente, e quase idênticos entre travestis (40%) e mulheres trans (39%).

Figura 6 – Falta de acompanhamento especializado em saúde



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Nesse sentido, a carência sentida pela população transexual em relação ao acompanhamento especializado, que envolve a realização de exames e tratamentos específicos, além de profissionais devidamente preparados, é um indicador da manutenção da hegemonia da sociedade heteronormativa, que constantemente demarca o seu espaço e dele exclui as populações historicamente estigmatizadas, como é o caso dos segmentos transexuais (ARÁN; Zaidhaft; Murta, 2008). Alguns extratos das falas das pessoas entrevistadas ilustram esta situação:

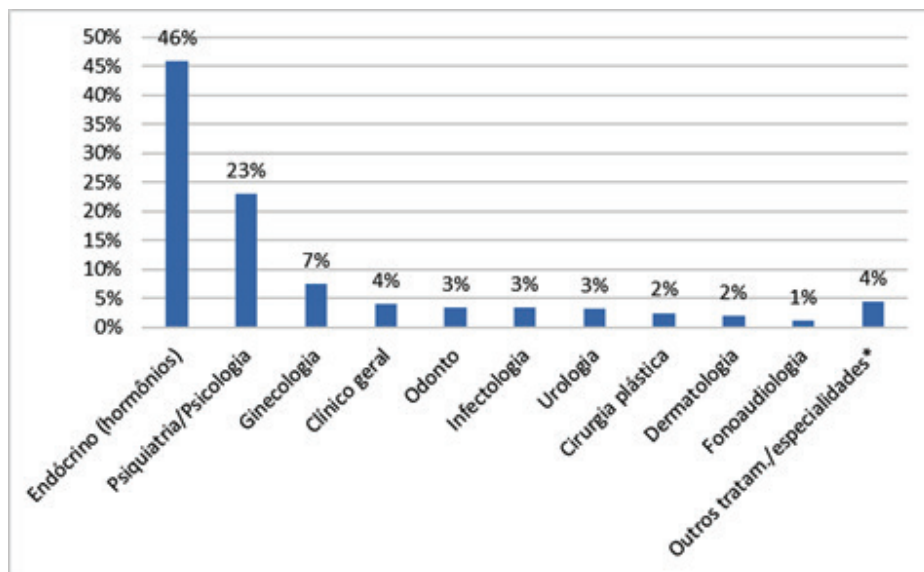
[...] O processo é de saúde integral [...] a gente precisa de dentista, a gente precisa de tudo! [...] em 2016, quando tive o AVC, fui internada [...] Eu precisava de um neurologista e cadê um para me tratar? Parecia que eu era um ET, no meio de outras pessoas! [...] tinha um problema neurológico [...] não conseguia falar e nem andar, mas entendia tudo e o médico cisgênero perguntou se eu já tinha passado pela cirurgia [...] Eu pensei: “o que tem a ver esse problema que eu tô passando com a minha cirurgia?”. Não tem nada a ver! Eu estava precisando de um neurologista [...] quando comecei a fazer a minha fisioterapia, foi praticamente a mesma coisa! As pessoas estavam preocupadas sobre a minha identidade de gênero. Eu estava precisando de um fisioterapeuta, eu não tava precisando de um ginecologista, sabe? Não tava precisando de nada disso! Então, a gente precisa mudar essa visão da população e da sociedade em geral. (Mulher trans)

[...] as mulheres trans sentem falta do quê? [...] aqui, você nunca vai encontrar o nosso tipo de hormonização porque, em Ferraz, não tem. As pessoas aqui, psicólogos e tudo, são leigas para tratar mulheres trans. [...] As mulheres trans sentem falta de urologista, endócrino, fono [...] tudo o que as pessoas sentem falta, aqui, não tem. Só no centro de São Paulo. Inclusive, acho que estão tentando terceirizar [...] os médicos falam que é *fake*, mas não é *fake*! [...]. (Mulher trans)

[...] em 2010, fiz histerectomia [...] em 2006, eu tinha um mioma muito grande e precisava operar [...] entrei no consultório, falei que tinha um mioma, mas que era homem trans [...] A médica olhou prá mim, e falou: “Ah, eu entendo, então vamos tirar tudo?” [...] “Eu já li: Os 11 sexos” [...] no dia da cirurgia, me colocaram em um quarto com 08 camas [...] eu não tinha barba ainda, mas era bem masculina! [...] “Meu Deus do céu!” [...] aquelas pessoas, olhando prá mim e não entendendo [...] entrou um médico e vai abrindo as pernas das mulheres e fazendo exames [...] comecei a chorar [...] ele veio falar comigo [...] me colocaram em um quarto com banheiro separado [...] Não precisava ter passado por isso, era ter sensibilidade e já ter posto, mas passei! [...] no dia da cirurgia, uma fila de macas, esperando as mulheres [...] uma médica pega o prontuário, e fala: “Que porra é essa?” [...] fiquei olhando, ela falou “não, a senhora é muito nova!” [...] Vou arrancar só o mioma e os cistos ovarianos, você é uma mulher muito nova!” [...] senhora, eu sou uma pessoa trans!” Prá mim, não existe transexualidade, se quiser, vou arrancar o mioma e o cisto ovariano! [...] “Você, só tem uma filha, tem que ter mais filho” [...] eu levantei, eu juro por Deus! Eu arranquei o negócio e saí pelado, cambaleando com aquela camisola com a bunda de fora e fui embora!
(Homem trans)

Quanto ao tipo de acompanhamento ou especialidade médica que a população entrevistada sente falta, destacam-se a endocrinologia (46%) e psiquiatria/psicologia (23%). Entre os homens trans e as pessoas não binárias, é relevante a reivindicação de tratamento ginecológico que alcança os percentuais de 19% e 15%, respectivamente. A carência referente às demais especialidades é relativamente baixa.

Figura 7 – Tipo de atendimento que sente falta



*Outros tratamentos/especialidades: tratamentos com menos de 1% das menções.

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Os dados e relatos sobre a questão da “assistência médica e hospitalar”, aqui destacados, indicam condições de sofrimento, angústia e constrangimento de toda ordem que atingem a população transexual na busca por uma saúde integral e, em decorrência, de sua qualidade de vida. Para além da dissociação entre o sexo biológico e a identidade de gênero, que não conforma as pessoas transexuais às normas da inteligibilidade cultural vigente (BUTLER, 2003), os depoimentos apontam para a necessidade urgente de uma revisão dos processos de gestão das políticas de saúde direcionadas às pessoas transexuais, inclusive com a inclusão de seus representantes em sua definição e implantação.

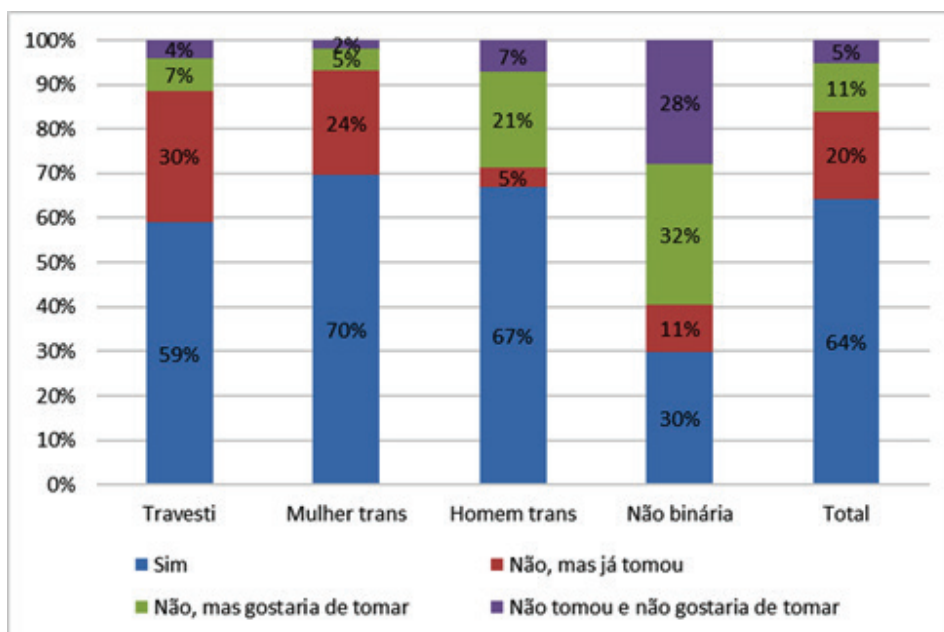
TRATAMENTO HORMONAL

O tratamento hormonal *transexual (cross-sex)*, também conhecido por tratamento endocrinológico ou hormonioterapia, corresponde ao uso de hormônios feminilizantes em pessoas designadas como do sexo masculino, por ocasião de seu nascimento, tendo como referência os indicadores biológicos tradicionais. De igual forma, compreende o uso de hormônios masculinizantes em pessoas designadas como pertencentes ao sexo feminino, valendo-se também de indicadores biológicos tradicionais (APA, 2014; AMARAL *et al.*, 2017). Trata-se, portanto, de uma terapia hormonal cujo objetivo é induzir o aparecimento de caracteres sexuais secundários, compatíveis à identificação de gênero.

Esse tratamento é realizado sem interrupções, ao longo da vida, exceto em casos excepcionais, mediante acompanhamento médico obrigatório a fim de que as doses administradas sejam adequadas a cada pessoa, que deverá se submeter a exames clínicos periódicos. O uso contínuo de hormônios revela o caráter inconcluso do processo de construção dos corpos e de sua característica de atemporalidade para imprimir significado e ressignificado ao “fazer-se em gênero” (BENTO, 2006).

Das pessoas participantes da pesquisa, 64% tomam hormônios regularmente, 20% já fizeram uso, mas pararam; 11% nunca tomaram, mas gostariam de iniciar o tratamento e somente 5% nunca usaram e nem querem fazê-lo. À exceção de pessoas não binárias, a incidência de uso é elevada entre mulheres trans (70%), homens trans (67%) e travestis (59%). É significativa a parcela que gostaria de iniciar o tratamento entre não binárias (32%) e homens trans (21%). Das pessoas que nunca tomaram e nem desejam tomar hormônios, os índices são reduzidos, exceto, entre não binárias (28%).

Figura 8 – Ingestão de hormônios por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

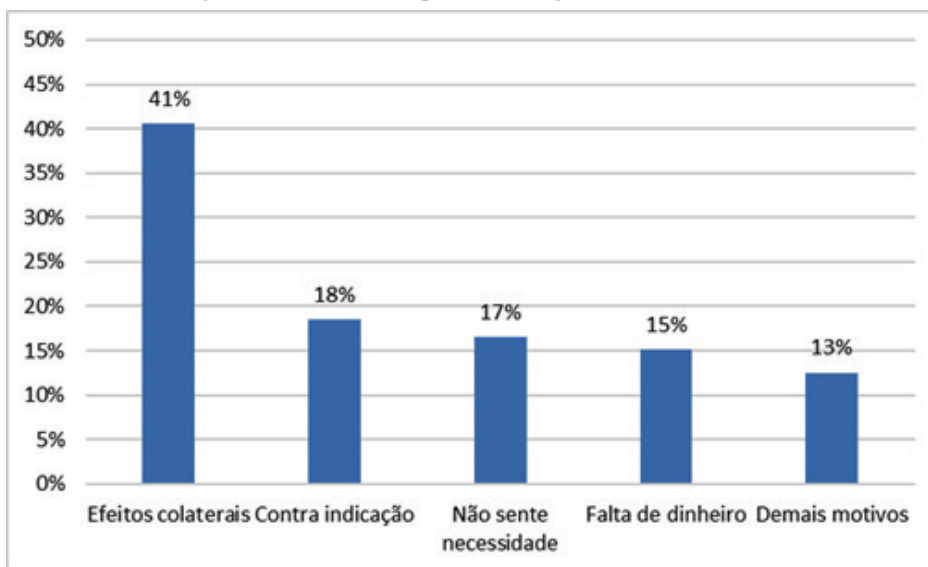
Para muitas pessoas transexuais, o tratamento hormonal expressa uma das possibilidades de superação e/ou minimização de conflitos relacionados ao pertencimento ao gênero oposto, revelando-se mais que uma experiência terapêutica, sobretudo, uma condição existencial:

[...] vou colocar ácido hialurônico, que sei não vai ter problema [...] só estou tentando ser eu, que já está difícil! [...] encaixar no padrão, eu não vou conseguir, eu não tenho prótese, até hoje, só peitinhos de hormônio. Por quê? Porque não tenho condições! Eu não vou fazer loucuras, com a experiência que tenho hoje! Talvez, com 20 anos [...] Eu não vou botar silicone [...] se tiver uma mesa prá decidir, quem é travesti, eu vou ser desclassificada! [...] Única coisa que eu faço é tomar hormônios, me hormonizo.
(Travesti)

[...] Teve muitas diferenças. Teve muitos... Muitas mudanças. Não é todo... Não é esse processo que todas glamorizam, porque não é uma cirurgia plástica – hormonioterapia não é cirurgia plástica – mas me ajudou em muitos quesitos a uma aceitação melhor da minha pessoa.
(Travesti)

Dentre as pessoas que tomaram hormônios, 349 interromperam o seu uso, 41% alegaram incômodo em relação aos efeitos colaterais e, 18%, contra-indicação médica. Os demais motivos foram: ausência de necessidade (17%) e falta de dinheiro (15%).

Figura 9 – Motivos de parada de ingestão de hormônios



*Demais motivos: motivos com menos de 5% das menções.

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Como destacado, os principais motivos apontados para a interrupção da terapia hormonal foram: efeitos colaterais e contra-indicação. No caso de efeitos colaterais, as pessoas usuárias de hormônios poderão apresentar alterações de comportamento, de fertilidade, entre outros impactos sobre sua saúde e qualidade de vida (Amaral *et al.*, 2017). Muitas vezes, esses distúrbios acontecem em razão da falta de conhecimento e da ausência de uma assistência especializada e individualizada. Nessa direção, algumas iniciativas começam a ser implantadas para orientação da população transexual sobre a hormonioterapia. Os extratos de depoimentos a seguir retratam as situações destacadas:

[...] eu provei hormônio durante dois para quase três anos, achei uma das coisas mais nefastas, mais pesadas [...] te tira sua consciência emocional, te tira muito do equilíbrio, sabe? O corpo mostra alteração de colesterol, aí eu desisti! Principalmente, pela instabilidade emocional, que me dava! Esse foi o primeiro momento! Eu estou tentando lembrar em que período foi isso, eu acho que eu tinha uns 30 e poucos anos. Não! Imagina! [...] E aí, a gente passou pelo Gestadinona, eu acho que era o principal! Foi esse, mais ou menos, o processo. E aí, passou-se mais um tempo, teve essa violência toda, eu falei assim: “Ai, não dá mais.”
(Mulher trans)

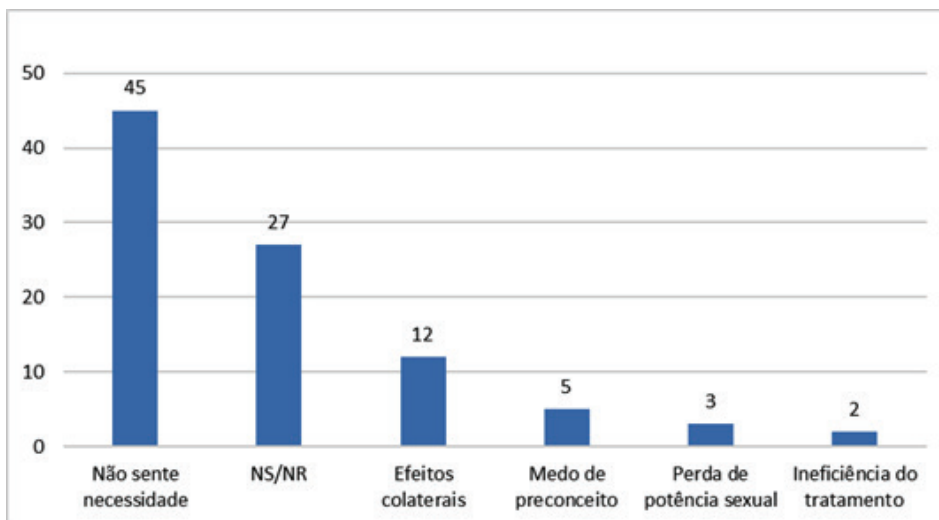
[...] comecei a tomar hormônio por conta, era o que a gente fazia! Hoje, faço tratamento com endócrino [...] depois de todos esses programas, eu vi que tenho que cuidar da minha saúde [...] porque a gente precisa fazer um tratamento, precisa saber da nossa dosagem de hormônio. Então, eu fui, através do Transcidadania, que levou um grupo enorme de meninas lá para o AMA Santa Cecília. E, daí, eu iniciei.

Como eu trabalhava na rua, parei! Aí, no ano passado, fui lá sozinha e voltei de novo! E, hoje, eu faço tratamento, já tem um ano! Pego meus hormônios, faço meus exames, agora em março eu tenho que fazer. (Travesti)

[...] eu estava dormindo, acordei, me sentindo mal, senti uma dormência no lado direito, do lado esquerdo, não lembro! [...] a boca parecia travada [...] tentava gritar, não conseguia, não tinha força para gritar! [...] uma sensação estranha! [...] acho que desmaiei, porque de repente, apaguei [...] no outro dia, ainda me sentindo mal, falei prá minha tia: “Tia, passei mal!.Eu não sei se era pressão!”. Ela aferiu a minha pressão, que sempre foi baixa [...] estava quase 14 e alguma coisa [...] procurei, no Posto de Saúde, um médico, sem falar o que estava tomando e nem o que estava fazendo [...] expliquei que tinha tomado a injeção de hormônio, na academia, mas não sabia o que era, falei que era uma pessoa trans, ele falou [...] provavelmente, você teve algum pico de pressão alta, um princípio de derrame [...] não dá prá gente saber, agora [...] se você quiser continuar com isso [...] vai ter uma expectativa de vida menor, vai ser hipertenso, seu colesterol vai ser alto, vai ser uma pessoa obesa, vai ter problema cardíaco, vai ter probabilidade alta de um derrame, de um AVC! Ele falou de câncer, tumor e não sei o quê [...] vai chegar aos 50, capengando! Obviamente, fiquei amedrontado e nunca mais encostei uma agulha de hormônio no meu corpo. (Homem trans)

Das pessoas participantes do estudo, 94 afirmaram nunca terem tomado e nem terem vontade de tomar hormônios. Dentre os motivos alegados, 48% indicaram não sentir necessidade; não souberam responder (29%) e demonstraram receio com os efeitos colaterais (13%). Os demais motivos tiveram baixa quantidade de menções.

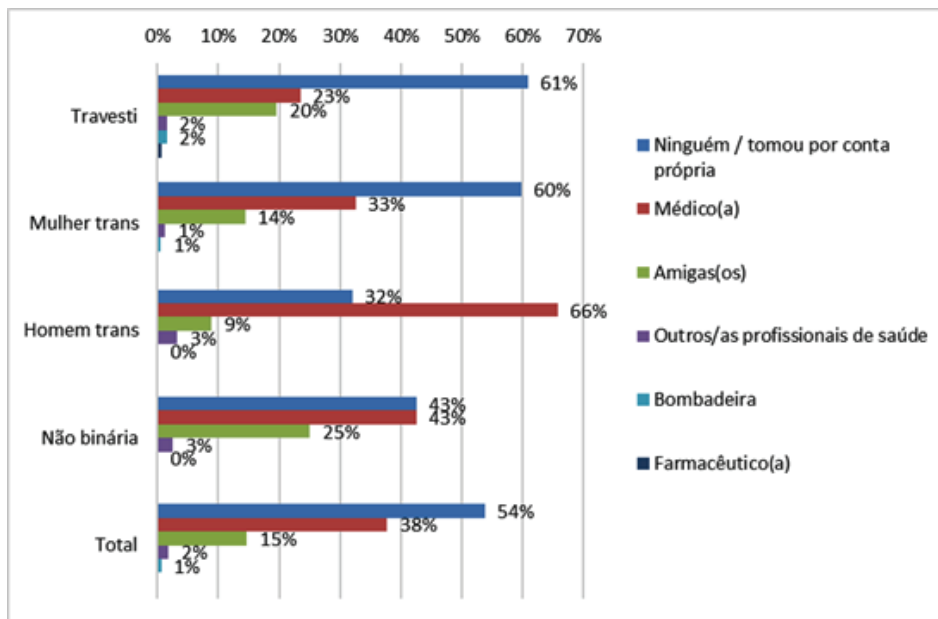
Figura 10 – Motivos de não desejar ingerir hormônios



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Do total de 1.493 pessoas que tomam regularmente hormônios ou já tomaram em algum momento, 54% tomaram por conta própria; 38% receberam acompanhamento médico e 15% usaram por indicação de amigas e amigos. Os maiores índices de automedicação se verificam entre travestis (61%) e mulheres trans (60%). Já o acompanhamento médico é mais buscado por homens trans (66%) e mulheres trans (33%).

Figura 11 – Responsabilidade pela indicação de ingestão de hormônio



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Alguns depoimentos obtidos durante as entrevistas destacam situações referentes à ingestão de hormônios em que se percebe que as primeiras experiências relacionadas à sua aplicação indicam a falta de conhecimento por parte das pessoas usuárias que, por sua vez, passam por situações difíceis e de sofrimento. Somente após tê-las vivenciado, é que buscam um tratamento especializado:

[...] Tem a questão do hormônio industrial [...] elas vão à farmácia, compram, aplicam, uma aplica na outra [...] lá, no Centro de Saúde da Barra Funda, tem um serviço voltado pra hormonioterapia [...] a partir daí, a gente consegue essa parceria [...] as meninas conseguem passar no clínico e em outras especialidades [...] É claro que a gente esbarrava na questão da distância, do território, da falta de transporte [...] tem o serviço também em Santa Cecília, que é referência [...] algumas já fazem lá, indicam e outras vão!
(Mulher cis)

[...] alguém falou: “Olha, geralmente, em academia você consegue!” [...] conversa com o professor fulano [...] acho que é disso que você precisa, tem umas mulheres que prá ficarem mais fortes, tomam uns negócios lá [...] elas tomam muito, a voz engrossa, começam a nascer pelos e elas ficam com mais cara de homem [...] fui com a cara e coragem [...] esse instrutor da academia falou: “eu tenho injeção de testosterona”. Custa R\$20 ou R\$15 reais, não me lembro de cada aplicação. Você vai querer? Vai acontecer isso, mesmo! [...] Você vai parar de menstruar! Você vai tomando, vai ganhando massa muscular, com o tempo vai nascer barba e tal. Eu falei: “Beleza”! Eu quero!”. Não sabia nem o que era [...] no dia marcado, eu estava na academia, na salinha de avaliação e, em cima da mesa, tinha uma agulha já com um líquido dentro [...] tomei a injeção, ele falou: “Mês que vem você volta, paga e toma outra! Todo mês, vai tomar uma! [...] se estiver malhando, pode tomar de 15 em 15 dias [...]”. Entrei na academia [...] comecei a malhar, tomei três injeções, se não me engano, a cada 15 ou 20 dias [...] tomei 15 injeções [...] eu tinha um peso de 56kg/60kg, em coisa de meses eu estava pesando 80kg. (Homem trans)

As informações referentes ao “tratamento hormonal”, obtidas durante esta pesquisa, indicam que é de fundamental importância que as pessoas transexuais usuárias de hormônios sejam esclarecidas das possíveis consequências funcionais e estéticas de sua utilização, além da necessidade da realização de um acompanhamento contínuo e obrigatório de sua aplicação, como medida preventiva aos riscos que poderão colocar em risco a sua saúde.

INTERVENÇÕES CORPORAIS

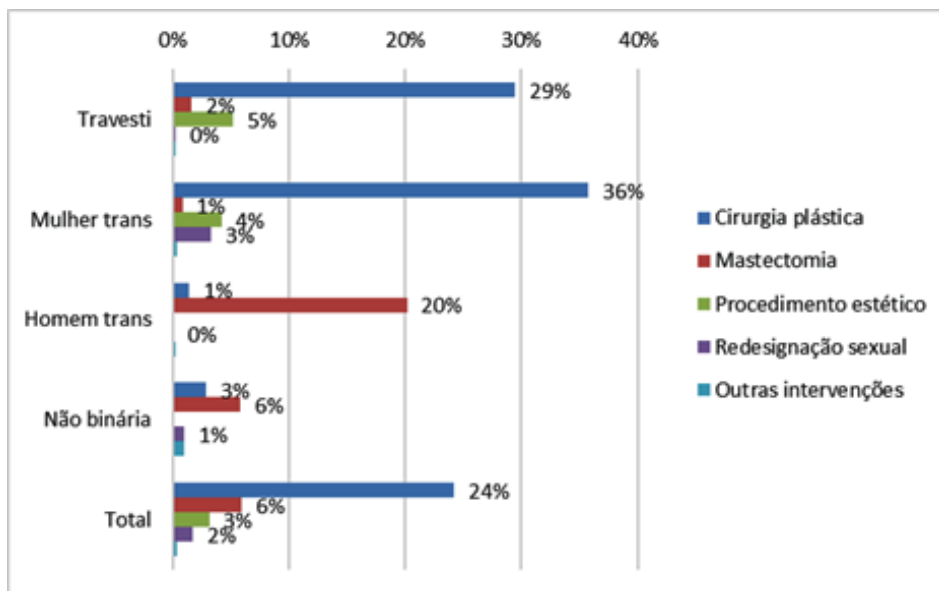
Várias intervenções corporais têm sido realizadas por pessoas transexuais com o propósito de adequação do corpo à identidade de gênero. Ao longo do processo de transição, diversos recursos têm sido empregados, seja para feminilização, seja para masculinização do corpo, entre eles: hormônios, mastectomia, colocação de próteses, depilação a laser, uso de silicone líquido industrial (SLI), cirurgia de redesignação sexual, entre outros procedimentos.

No caso específico da redesignação sexual ou transgenitalização, um longo caminho legal foi percorrido na sociedade brasileira. Em 1997, a Resolução nº. 1.482 do Conselho Federal de Medicina – CFM aprovou a realização de cirurgias de transgenitalização, em hospitais públicos universitários do país, baseando-se no princípio terapêutico da busca de integração entre o corpo e a identidade sexual da pessoa interessada e nos princípios da autonomia e da justiça (CFM, 1997). Em 2002, a Resolução nº. 1.652 do CFM revoga o documento anterior, estabelecendo que as cirurgias também pudessem ser realizadas em: hospitais públicos e privados, à exceção da neofaloplastia e/ou procedimentos complementares (ARÁN; ZAI-DHAFT; MURTA, 2008; CFM, 2002). Posteriormente, a Portaria nº. 1.707 de 2008 do Ministério da Saúde - MS estabelece diretrizes técnicas e éticas para a realização do processo transexualizador, no âmbito do SUS, apoiando-se nos preceitos da universalidade, integralidade e equidade da atenção, bem como no papel

determinante e condicionante da orientação sexual e da identidade de gênero para a saúde individual, opondo-se, portanto, ao mal-estar e ao sentimento de inadaptação provocados pelo sexo anatômico de pessoas transexuais (ARÁN; MURTA, 2009; BRASIL, 2008). Por fim, em 2013, a Portaria nº. 2.803 redefine e amplia, no âmbito do SUS, o processo transexualizador, estabelecendo procedimentos, medicamentos, materiais, acompanhamento clínico, tratamento hormonal, entre outros aspectos (BRASIL, 2013).

Do universo pesquisado, 407 pessoas (ou seja, 33% dos casos) já fizeram alguma intervenção corporal para mudança de algum aspecto relacionado à identidade de gênero. Entre mulheres trans, o índice atinge 36% e, entre travestis, 29%. Entre homens trans, a mastectomia é a intervenção mais significativa, realizada por 20% dos entrevistados.

Figura 12 – Desejo de intervenção para mudança no corpo por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Os índices da tabela anterior indicam que do total de respondentes, as cirurgias para redesignação sexual são as que apresentam os menores percentuais, os quais variam muito pouco independentemente da identidade de gênero. É bem provável que algumas barreiras concorram para os baixos índices, entre elas, o pouco tempo de aprovação dessas intervenções pelo SUS; a necessidade de a pessoa interessada cumprir um protocolo que exige, no mínimo, dois anos de acompanhamento psicológico e psiquiátrico; a desistência de algumas pessoas em realizá-las sem, no entanto, deixarem de assumir a sua transexua-

lidade em razão de manterem relações sexuais e afetivas satisfatórias, entre os demais atributos relacionados à construção de gênero (ARÁN; ZAIDHAFT; MURTA, 2008).

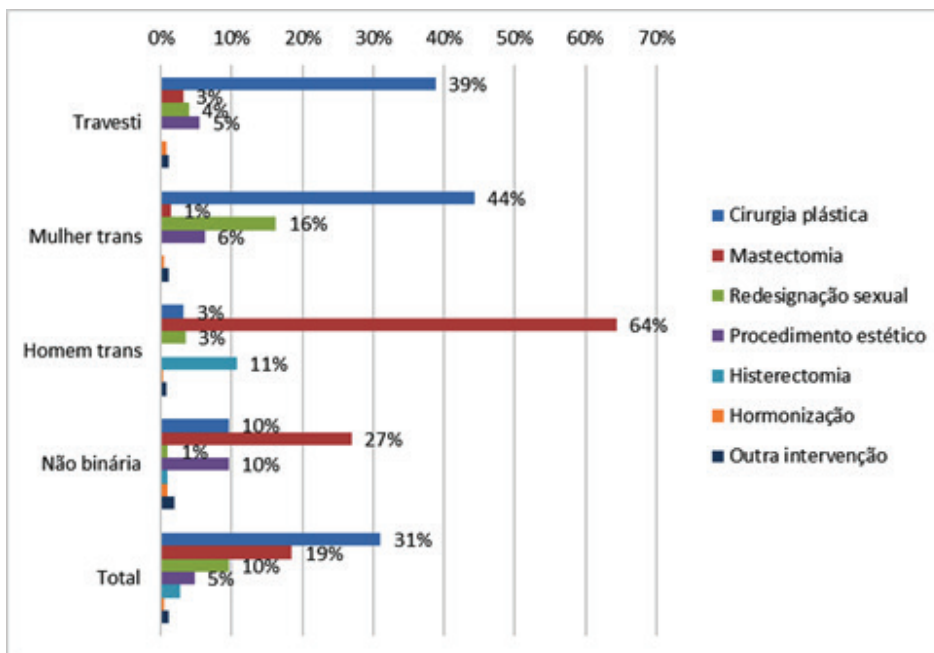
[...] o processo transexualizador dos homens trans só veio, infelizmente, a ser colocada em 2013, se eu não me engano, mas foi em 2009, junto com algumas pesquisadoras [...] a gente fez um documento para o Ministério Público Federal prá retirar a cirurgia de vasectomia e de histerectomia do caráter experimental [...] a partir desse documento, a gente pode fazer mamoplastia e histerectomia sem ser em caráter experimental [...] esse momento, prá mim, foi maior! [...] eu tinha muita mama, demorei muito prá conseguir a minha cirurgia [...] sei que isso é o que causa o maior sofrimento, na saúde mental para um homem trans.
(Homem Trans)

[...] em 2004, eu descobri que tinha hepatite C, porque no passado, eu era usuária de droga injetável. [...] descobri, quando fui fazer um *check up* [...] tinha uma pesquisa no CRT com lésbicas masculinizadas [...] sobre acesso a ginecologia [...] nesse dia de 2009, 2008, sei lá! [...] falei: “Ah, o CRT está preparado pra gente? Para os homens trans?” [...] a doutora falou: “no momento, só pra mulheres trans e travestis.” [...] Eu sou uma pessoa calma! [...] mas, perdi a linha, bati na mesa, falei: “Como é que é? Você estão de brincadeira?” [...] fiz uma fala bem exaltada, não com falta de respeito, mas exaltada [...] todo mundo fez uma fala e ela inseriu dentro do ambulatório os homens trans [...] daí, o ambulatório começou a atender os homens trans [...] hoje, as coisas são muito maiores para os homens trans dentro do ambulatório, do que para as mulheres [...] 03 médicas fazendo mamoplastia [...] histerectomia, ainda, não tem [...] teve uma parceria com o hospital Pérola Byington, em 2009 [...] fui o primeiro a fazer a cirurgia de redesignação. Nem era histerectomia, ainda! [...] 05 ou 06 homens trans fizeram a histerectomia [...] um menino teve uma complicação [...] não foi uma questão do hospital; ele fez a cirurgia, não se cuidou, começou a queimar, falar um monte de coisas e, aí, o Pérola decidiu não fazer mais a parceria. Infelizmente, essas coisas acontecem! E aí surgiu o hospital em Diadema, em Santos, onde eu fiz a cirurgia, que começaram a fazer a mamoplastia.
(Homem Trans)

[...] Olha, eu diria que, no meu caso [o processo transexualizador] já está concluído, eu não tenho... Eu ainda não fiz a cirurgia de mudança de sexo, né? [...] Eu ainda não fiz. Não. Eu já me encontrei assim do jeito que estou no momento e pra mim eu acho que está satisfatório [...] Eu não tenho a necessidade psíquica – psíquica, internamente, pra dizer que “eu tenho que fazer essa cirurgia”, eu tenho que fazer a transgenitalização. Pra mim, do jeito que eu estou hoje, que eu me encontro, pra mim já está satisfatório.
(Mulher trans)

Em relação ao desejo de continuar a realizar intervenção corporal, 39% das travestis e 44% das mulheres trans pretendem fazer outras cirurgias, destacando-se que a mastectomia constitui o desejo de 64% dos homens trans.

Figura 13 – Desejo de continuidade de intervenção corporal por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

O desejo de realizar e dar continuidade às intervenções relacionadas à identidade de gênero se constitui basicamente em readequar o corpo sexuado ao gênero, ou seja, constitui um processo de adequação à uma condição previamente existente que, por sua vez, não se limita ao aspecto físico, mas concorre, sobretudo, para a saúde mental e qualidade de vida da pessoa, conforme ilustra o depoimento a seguir:

Todo trans masculino que quer fazer alguma intervenção cirúrgica [...] a primeira que procuram é a masculinização do tórax. Hoje, aqui, em São Paulo, tenho percebido, [...] que a fila para os transmasculinos tem andando um pouquinho mais rápido, no sistema público [...] existe uma facilidade desde que essa cirurgia saiu do caráter experimental, pelo SUS, facilidade de maior de acesso nas redes particulares. Tem médicos que sabem que existe uma procura muito grande por essa cirurgia [...] é vista como cirurgia plástica [...] cirurgia estética pela medicina particular [...] a gente sabe que não é só estética, é também parte da manutenção da saúde mental, não vou falar que é tratamento, a gente não está doente prá se tratar! [...] quando existe esse incômodo com o corpo, que também não vou chamar de disforia, existe um incômodo com o corpo quando a gente tem seio, da mesma forma que para as mulheres cis existe o incômodo [...] o seio é pequeno e elas querem aumentar ou é muito grande, querem diminuir! É a mesma

coisa! Existe esse incômodo, só que tem gente que se incomoda mais, tem gente que se incomoda menos!

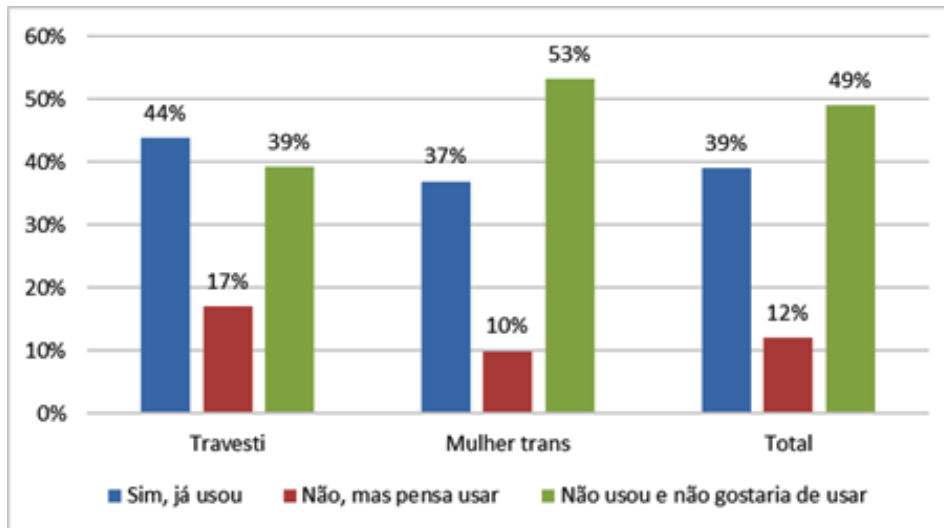
(Homem trans)

[...] Mas eu gostaria de colocar minha prótese, uma hora eu vou colocar quando eu tiver condições de colocar, em um lugar legal, bacana, que eu me sinta segura.

(Travesti)

Das pessoas entrevistadas que se identificaram como travestis (384 casos) e como mulheres trans (862 casos), 39% tinham utilizado o SLI; 49% não usaram e nem pretendiam e 12% pensaram em utilizar. Entre as travestis, a incidência de uso era mais alta (44%) do que em relação às mulheres trans (37%). Contudo, 53% de mulheres trans relataram não ter usado e nem ter a pretensão, enquanto, entre as travestis, o índice foi de 39%.

Figura 14 – Uso de silicone líquido industrial entre travestis e mulheres trans



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Quanto ao emprego do SLI como recurso destinado à feminilização da aparência corporal, é importante fazer uma distinção entre esse produto e o silicone cirúrgico, que é um produto purificado e estéril, destinado a implantes em pessoas. O SLI, por sua vez, não é estéril e nem indicado para utilização em humanos, mais voltado para manutenção de peças e equipamentos em áreas como mecânica, automobilística, construção civil, entre outras. O SLI é apresentado em embalagens especiais com advertências e cuidados referentes ao seu emprego, em que se incluem: evitar contato com a pele, inalação e aplicação em locais

ventilados sem riscos de intoxicação. Ainda que os riscos de sua aplicação sejam divulgados, é bem provável que sua aceitação entre travestis e mulheres trans se deva à rapidez dos resultados obtidos, especialmente quando comparados à hormonioterapia, bem como aos custos relativamente reduzidos para seu uso.

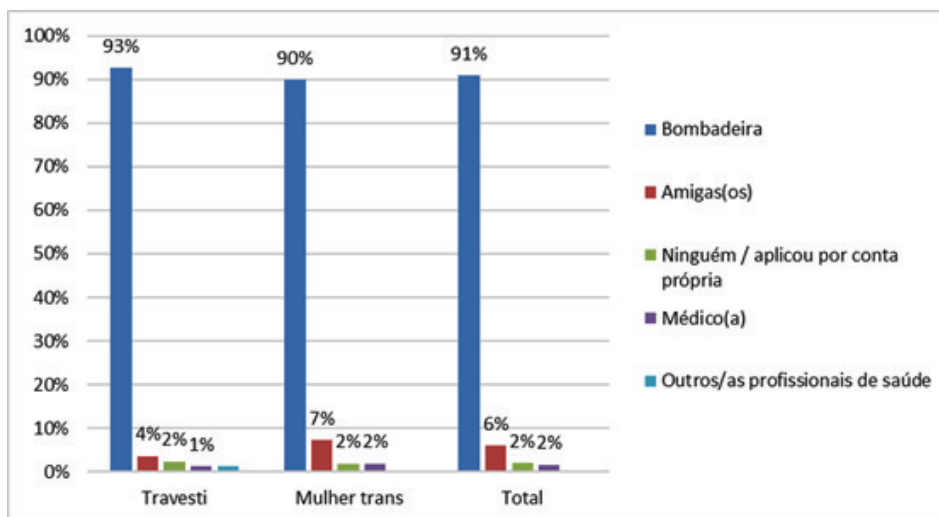
[...] Então eu não pensei. Como muitas colegas minhas, a gente pensa na vaidade – com certeza, a gente pensa na vaidade! Só que a gente não pensa no futuro [...] é uma febre que tem, que uma vai ficando mais bonita e “ah, eu também quero ficar, eu quero ficar bonita também!” [...] Então a gente vai gastando dinheiro, trabalhando e fazendo cirurgias plásticas.
(Mulher trans)

Contudo, manifestações contrárias ao seu emprego foram registradas, entre elas:

[...] Colocar silicone industrial, eu não vou fazer isso, eu tenho maturidade suficiente pra não fazer isso; enfim, eu vou fazer as intervenções cirúrgicas no meu corpo de acordo com as minhas condições financeiras, assim.
(Travesti)

Quase a totalidade das pessoas (91%) que declararam usar o SLI, o aplicaram por meio de “bombadeiras” (categoria nativa, recorrente no universo da população trans, utilizada para denominar mulheres trans ou travestis que realizam a aplicação de silicone, em si mesmas, ou em outras pessoas). Das pessoas trans que recorrem às “bombadeiras”, 93% se autodeclararam travestis e 90% mulheres trans.

Figura 15 – Responsabilidade pela aplicação de silicone entre travestis e mulheres trans



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

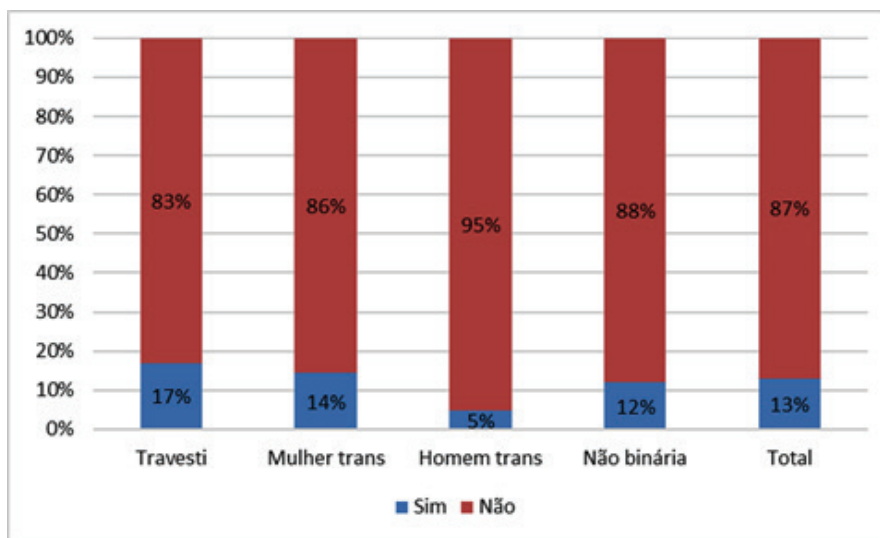
Aplicações de SLI podem causar problemas de saúde devido às características inerentes ao próprio produto, entre eles, infecções, migração do produto para outras áreas do corpo, deformidades, siliconomas, necroses teciduais, embolia pulmonar, levando, inclusive, à morte (PINTO *et al.*, 2017). O depoimento a seguir ilustra uma dessas situações:

[...] quando o bombado não dava certo, morria, e nem tinha direito a um enterro decente! [...] era enrolada em alguma coisa, depositada em algum lugar [...] isso tudo me causou um grande trauma, porque a gente vem de matriz africana, a gente segue vários rituais [...] muitas “bombaram em cima do salto”, não tinha o necessário [...] As agulhas eram muito grandes! [...] Não sou moralista! Mas, consegui entrar e sair com meu corpo! Meu corpo é meu templo! Imagina colocar esses óleos e dar problemas futuros? [...] minha cafetina colocou silicone, caiu tudo, parecia aquele cachorro buldogue, tudo caído! Ela bombava outras pessoas, que falavam: “não, tá tudo tranquilo! Vamos bombar!”. Eu falei: como vou colocar algo em mim e ficar com o meu rosto desfigurado?! Já não sou bem vista pela sociedade, vou virar monstro? [...] Apesar de falarem que a gente é louca, me mantive plena e nunca pus isso! [...] Não vou me colocar no lugar de vitimismo [...] Mas, muitas não precisavam ter passado por isso! [...] o silicone industrial vem para mutilar e para acabar com muitas travestis [...] é uma forma também de acabar com essas “corpas”, porque também pode dar infecção generalizada, elas se automedicam, não têm tempo para fazer acompanhamento com endocrinologista; são vários processos que acabam com as nossas “corpas”, que mutilam e faz várias coisas, que é esse corpo que já nasce morto! Que a sociedade mata!
(Travesti)

Eu acho que agora elas estão em um processo de ter mais preocupação com a saúde [...] elas acabam vendo exemplos de algumas meninas em que o silicone desce para o pé, e aí ficam deformadas [...] a gente tem conversado bastante com elas sobre isso e feito encaminhamentos [...] esse mês, por exemplo, a gente está com bastante meninas novas, algumas já procuraram [...] elas vão ser encaminhadas e é isso!
(Mulher cis)

Conforme já ressaltado, 407 pessoas de um total de 1.788 fizeram algum procedimento estético ou intervenção no corpo. Desse total, apenas 13% sofreram problemas de saúde. Quando consideradas as identidades de gênero, as travestis apresentaram índices de 17%, seguidas de mulheres trans (14%); não binárias (12%) e homens trans (5%).

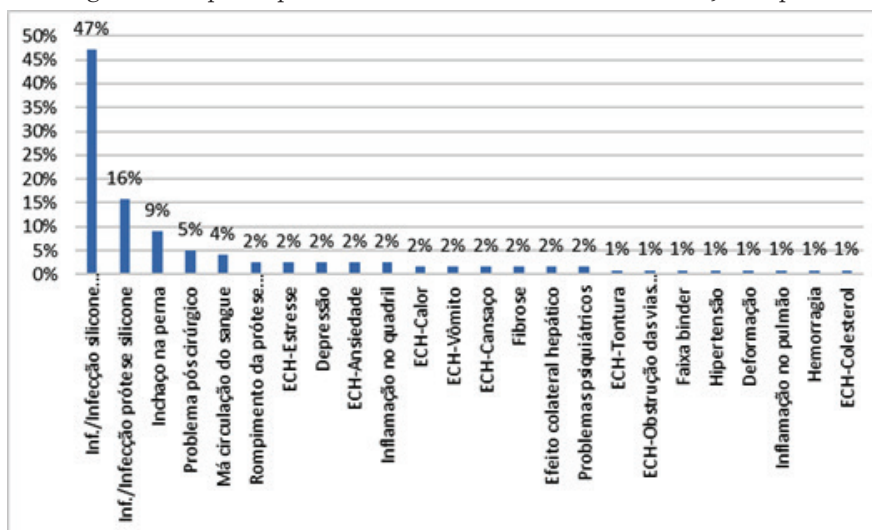
Figura 16 – Problemas de saúde decorrentes de intervenção corporal por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Do total (121 casos) de problemas de saúde decorrentes de intervenção corporal, indicados pelas pessoas entrevistadas, as infecções e inflamações devido ao uso de silicone industrial são, de fato, o principal problema citado (47%); seguidas de: infecções e inflamações causadas por próteses de silicone (16%); inchaço na perna (9%) e efeitos colaterais em consequência do uso de hormônios, tais como estresse, ansiedade, calor, vômito, cansaço, tontura, incluídos em 2% das menções.

Figura 17 - Tipos de problemas de saúde decorrentes de intervenção corporal



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Alguns desses problemas poderiam ser evitados se as pessoas tivessem acesso a um maior número de informações sobre as intervenções e os tratamentos pretendidos e, ao mesmo tempo, se houvesse maior acolhida à população transexual por parte dos serviços de saúde, conforme ilustram os depoimentos a seguir:

[...] meu silicone inflamava e eu ficava dois dias sem trabalhar [...] eu tinha um problema nas minhas pernas, inflamavam [...] aí, chegava o aluguel [...] eu pegava uma emergência prá pagar [...] O silicone inflama e você tem que tomar antiinflamatórios, única coisa que fica boa! E a gente pode ficar viciada nesses antiinflamatórios, porque isso futuramente dará um problema sério nos rins! Mas, é a única coisa que a gente fica boa [...].

(Mulher trans)

[...] em 2012, eu me bombei, coloquei quatro litros de silicone entre os meus membros inferiores [...] entre a extensão das minhas nádegas, coxas e pernas, porque era bem magrinha, bem magrinha mesmo! Era muito incomodada em relação às minhas pernas [...], no dia 18 de janeiro de 2012, eu coloco de uma vez três litros e meio de silicone na minhas parte inferiores, o silicone escorre, eu me lembro [...] fiquei uns dois meses na casa da cafetina [...] lembro ainda que, no meio disso, ainda recém-bombado [...] eu sofro uma das coisas que ainda, hoje, me martiriza e me dói muito [...] “eu fui agredida na rua” [...] o fato de hoje os meus tornozelos serem bem fofinhos, bem gordinhos de silicone, eu me senti, assim... com vergonha, sabe? Porque eu não escolhi nada disso e eu tenho vergonha do meu pé.

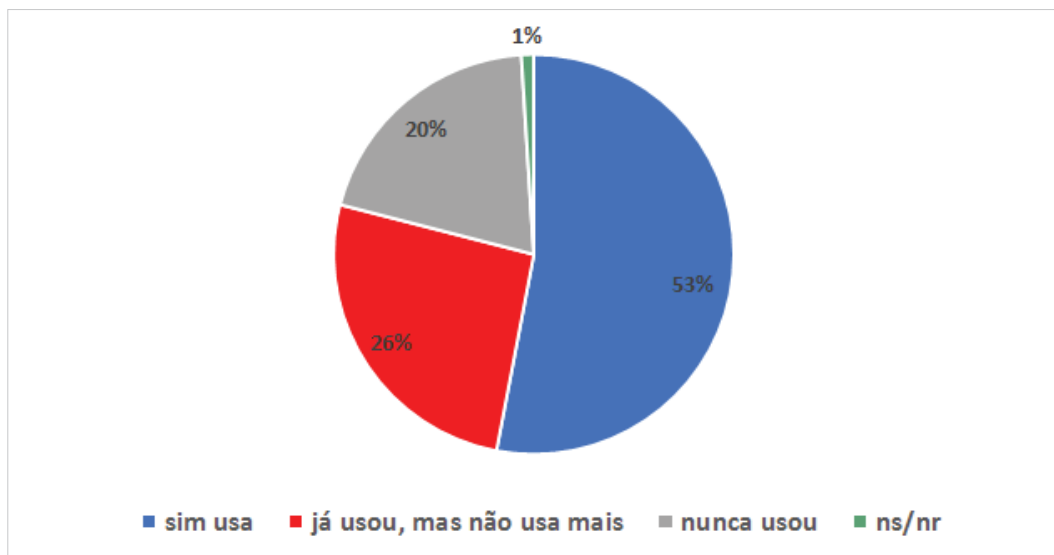
(Mulher trans)

[...] Você tem muitas dúvidas: “eu sou uma pessoa trans? Eu não sou uma pessoa trans? O que me faz ser uma pessoa trans?”. São umas dúvidas, é uma coisa de vai e vem. “Não, eu sou!” Aí, do nada, você começa a entrar nessa *vibe*: “eu tenho que me padronizar?” [...] por isso, eu fiz tudo diferente! [...] “eu não sou essa mulher branca, não sou essa travesti branca, peituda e gostosa! Não sou!” [...] “Não vou por nada, se eu não tiver dinheiro prá colocar, sentir segura.” [...] “Tem, ali, três mil reais, para colocar!” [...] Não vou mesmo! Eu vou ficar sem! [...] Essa coisa de padronizar, o que nossas manas fazem? Vai lá e coloca! “Ah não, eu tenho que ter meu quadril enorme, porque isso que é mulher.” [...] depois, desce todo “pro” pé e tem todos esses problemas de saúde que a maioria das nossas manas tem! Enfim, é real essa coisa de padronizar e eu luto o tempo inteiro contra isso! [...] “me libertei, não!” Eu luto o tempo inteiro!

(Travesti)

Outro instrumento de intervenção corporal estética utilizado é o binder, faixa usada na região dos seios por homens trans. Desses, mais da metade (53%) utilizam a faixa com regularidade, 26% utilizaram, mas não usam mais, seguidos de 20% que nunca recorreram a esse recurso.

Figura 18 – Frequência de utilização de faixa binder



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Apesar do risco associado ao uso muito apertado como dificuldades de respiração, alergias na pele, inchaço, cicatrizes e coceiras, para grande parte dos homens trans o binder torna-se um importante acessório para ocultar as mamas por meio de intervenções menos invasivas do que a mastectomia.

[...] eu tenho medo. Eu já vi muitas pessoas que fizeram [a mastectomia] e o resultado não foi bom [...] Tipo assim: eu não tiro a minha camiseta! Por quê? Porque eu tenho algo que me incomoda, certo? Se eu vou fazer uma cirurgia, é para depois eu me sentir bem, para eu poder tirar a camiseta, para eu poder ir para uma praia, certo? Mas, aí, os meus amigos que não podem nem tirar a camiseta porque ficou horrroso, ficou indetectável, não dá prá saber o que é. Aí, não dá! Eu não quero! Prá ficar depressivo? Eu não quero! Eu quase não tenho [peito]. Se você ver na foto, na imagem! Eu não tenho quase nada. Então, se for para tirar, prá ficar feio, eu prefiro ficar com o que eu tenho.

(Homem trans)

O tema sensível da mutilação corporal ou automutilação, que corresponde a lesões provocadas em tecidos do próprio corpo de forma deliberada ou proposital, com fins suicidas ou não, também foi abordado durante a pesquisa. Nesse caso, 25% da população trans entrevistada (444 casos) realizaram mutilação, ao menos uma vez.

Figura 19 – Frequência de realização de mutilação corporal



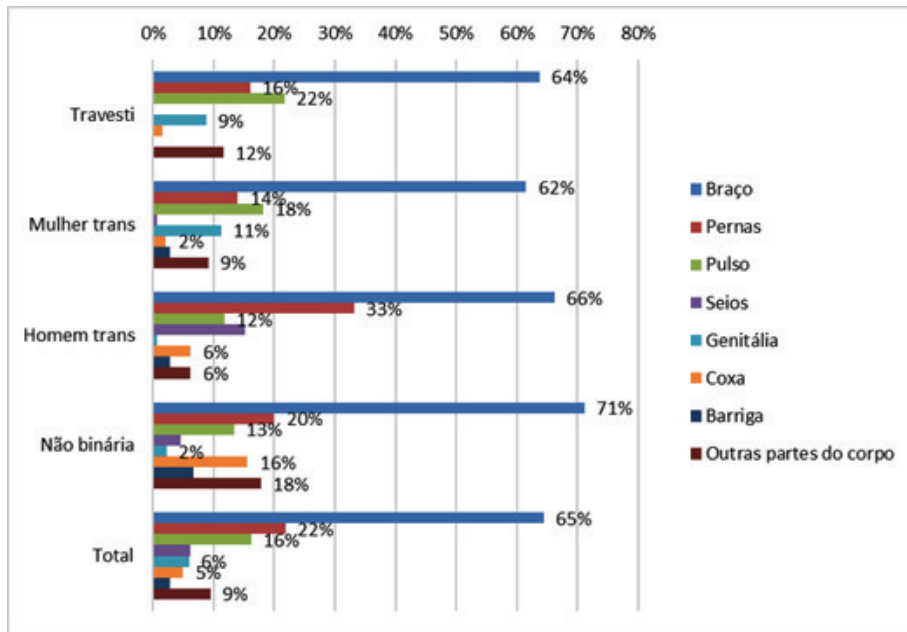
Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Sobre a parte do corpo mutilada, é elevada a incidência das pessoas que mencionaram o braço (65%), comportamento que pode estar ou não associado à tentativa de suicídio. A mutilação do pulso atinge 71%, entre as pessoas não binárias e nas demais categorias, os índices são aproximados: homens trans (66%); travestis (64%) e mulheres trans (62%).

A mutilação nas pernas atinge percentuais significativos entre homens trans (33%) e não binárias (20%), e índices aproximados entre travestis (16%) e mulheres trans (14%). Também o pulso é indicado com percentuais aproximados entre travestis (22%) e mulheres trans (18%), repetindo a aproximação entre não binárias (13%) e homens trans (12%).

Os índices sobre mutilação corporal reforçam a necessidade de que pessoas transexuais sejam consideradas a partir de uma concepção efetiva de saúde integral, que não se confunda com um ideal irrealizável, mas incorpore medidas, procedimentos e atitudes que contemplem as necessidades psíquicas e de identidade de gênero da população transexual e concorram para minimizar conflitos, dores e sofrimentos e, assim, evitar comportamentos de automutilação.

Figura 20 – Parte do corpo mutilada por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

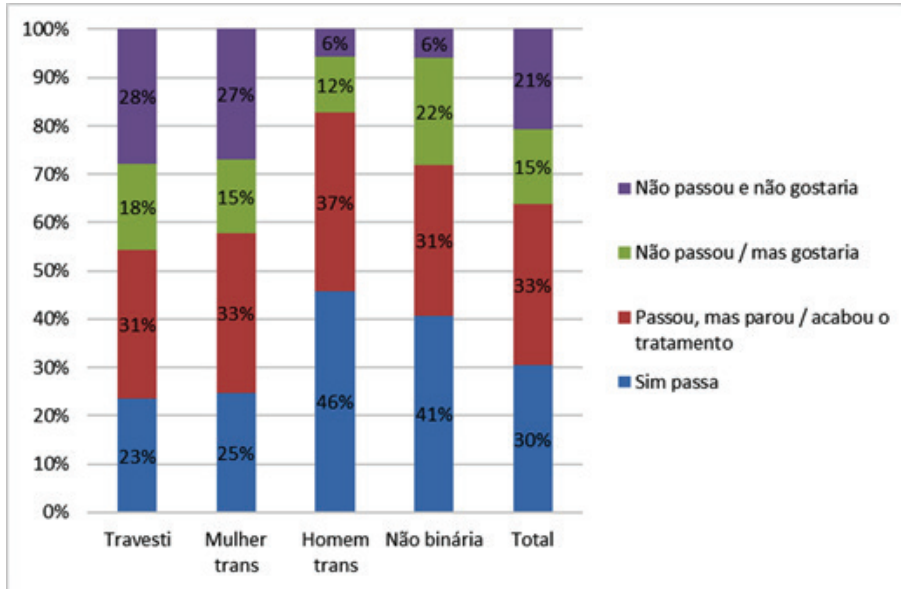
ATENDIMENTOS PSICOLÓGICO E PSIQUIÁTRICO

A vivência da transexualidade tem sido marcada pelo não reconhecimento da identidade de gênero, por dificuldades originárias de conflitos familiares, relacionamentos sexuais e afetivos; situações de exclusão e de marginalização social, além de outras relacionadas aos resultados de intervenções e/ou frustrações decorrentes da impossibilidade de submissão a determinados tratamentos estéticos, cirúrgicos, entre outros. Por sua vez, essas experiências podem acarretar inúmeros conflitos, dores e sofrimentos às pessoas transexuais, levando-as à necessidade de algum tipo de atendimento psicológico ou psiquiátrico.

Da totalidade da população entrevistada, 30% passaram por atendimento, 33% passaram e tiveram alta, 21% não passaram e não desejam passar e 15% não passaram, mas querem passar. Os percentuais dos que passam por atendimento são maiores entre homens trans (46%) e não binárias (41%); e aproximados entre mulheres trans (25%) e travestis (23%).

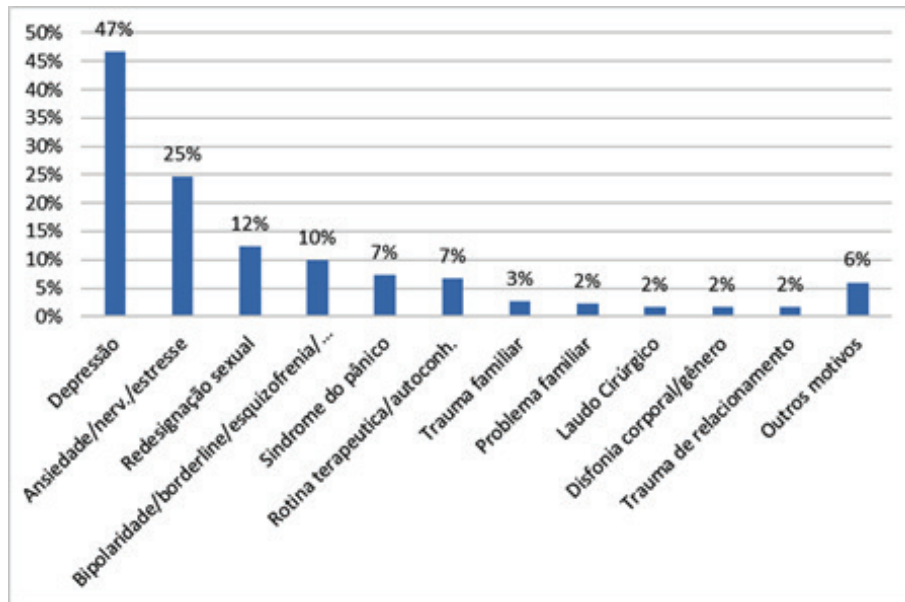
Entre os motivos apresentados por 1.134 pessoas trans que passam ou já se submeteram a tratamento psicológico ou psiquiátrico, destacam-se: depressão (47%); ansiedade combinada com nervosismo e estresse (25%); pré e pós-cirurgia de redesignação sexual (12%); bipolaridade e outras síndromes, como esquizofrenia (10%). Os demais motivos tiveram menos de 10% das menções.

Figura 21 – Realização de atendimento psicológico/psiquiátrico por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Figura 22 – Motivos de procura de tratamento psicológico ou psiquiátrico



*Outros motivos: motivos pouco citados, com menos de 1% das menções.

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Durante as entrevistas também foi possível identificar a busca de ajuda psicológica decorrente de situações abusivas vivenciadas na prostituição, a objetificação dos corpos, em que mulheres transexuais são pressionadas a exercer papéis sexuais que muitas vezes são ofensivos ou lhes desagradam.

Assim, até hoje essa questão, por exemplo de ser passivo, ser ativo, pra mim, assim, quando eu começo a fazer programa, pra mim isso foi muito louco! Assim: Meu, eu me monto toda de menina, eu estou lá no salto 15, vem um cara bonitão, pai de família com uma aliança por acolá... E na hora do ‘vamo vê’ eu tenho ainda que tenho fazer... – Pera aí! Eu estou sendo paga pra fazer isso? É isso mesmo? – Isso me revolta muito porque pra mim isso, até hoje eu ainda fico meio “assim”, mexe muito! E aí eu vou atrás do... Eu conheço o centro de referência, o CRD, porque eu queria psicóloga e eu não queria pagar, eu não tinha condição de pagar uma psicóloga [...] porque eu queria conversar com a psicóloga isso: entender essa sexualidade, a forma de se relacionar, a forma como a cidade me via e ao mesmo tempo o que que eu estava fazendo no meio de tudo aquilo.

(Mulher trans)

Ainda que as pessoas trans tenham diferentes trajetórias de vida, é importante que os atendimentos psicológicos e psiquiátricos, apoiados em diagnósticos e protocolos específicos das áreas, levem em consideração os contextos cultural e social em que os sintomas surgiram, para se evitar o risco da patologização da transexualidade, tema que, por sua própria natureza, exige uma compreensão multidimensional e, portanto, não se restrinja a um único campo da ciência:

[...] estou afastado do movimento, eu precisei me afastar, por questões da saúde mental mesmo, essa pandemia me deixou muito mal [...] esse isolamento e tudo [...] sou uma pessoa muito ansiosa e tive momentos de crise de ansiedade e pânico [...] cheguei a ir em um psiquiatra [...] hoje, estou bem, tô melhor! No meio do caminho [...] eu fiquei desempregado [...] agora, eu arrumei emprego, faz 15 dias, por três meses, mas já ajuda! E eu fui despejado de onde eu morava. Eu morava no centro de São Paulo, no momento estou morando em Itapevi [...] fui despejado porque não tinha mais como pagar o aluguel. Aí, eu conheci, há um ano e meio, a L, minha esposa, a gente casou e a gente está super bem! [...] da militância, estou dando um tempo [...] no momento, eu não tenho saúde mental.

(Homem trans)

CONSUMO DE ÁLCOOL E DE OUTRAS DROGAS

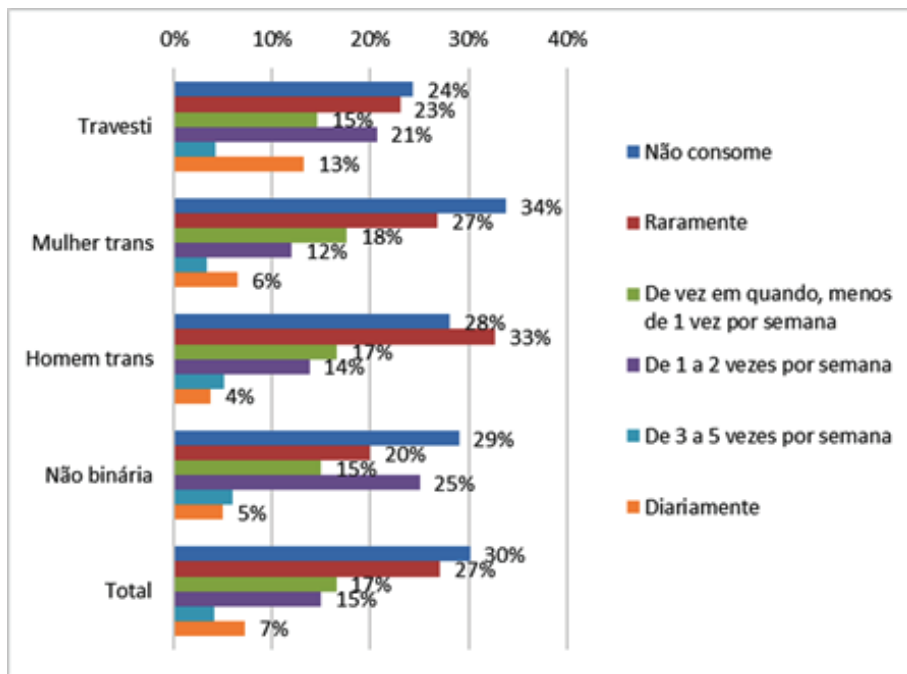
O consumo de álcool e de outras drogas entre pessoas transexuais – ainda que consista em um processo individualizado – parece refletir estratégias para o enfrentamento de situações decorrentes do preconceito social a que são submetidas. Nessa direção, o consumo de drogas psicoativas configura uma possível resposta a eventos considerados desencadeadores de episódios depressivos, sentimentos de culpa, medo, insegurança, ansiedade, vergonha, isolamento so-

cial, dificuldades de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, hostilidade, entre outros (PARENTE *et al.*, 2015; CARDOSO; FERRO, 2012).

Das pessoas entrevistadas, o índice de consumo diário de álcool foi relativamente baixo (7%), sendo que: não consomem álcool (30%), raramente (27%), menos que uma vez por semana (17%) e entre uma e duas vezes na semana (15%).

Entre as travestis, o consumo diário de álcool alcançou 13% e o de drogas ilícitas 24%. Esse resultado sugere que as travestis estão mais expostas ao consumo de drogas e vulneráveis às atividades controladas pelo tráfico de drogas, hipótese sujeita a confirmação.

Figura 23 – Frequência de consumo de álcool por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – Cedec, 2021.

Os extratos dos relatos a seguir ilustram algumas situações enfrentadas por personagens reais em relação ao consumo de drogas:

[...] Por que drogadição? Porque a gente tem que segurar o tranco de todo dia! E muitos recorrem a quê? [...] ao seu “padê” pra poder aguentar! Não estou criticando! Eu estou falando de uma realidade!

(Mulher trans)

[...] dentro da prostituição, é muita “drogadice” [...] é uma coisa constante! E não é pela pessoa, é para suportar tudo aquilo, que fere! [...] é troca de energia! Você sai com uma maricona, você “tá” bem, toma aquele banho de defesa, “tá divosa” e ela suga tudo aquilo e te coloca numa energia!
(Travesti)

Antes de ir para o Florescer, eu estava na Praça da Sé, carregando malas, debaixo de chuva, morando em barraca [...] fui para lá [...]consegui me inserir num curso [...] diminuí muito o uso de drogas [...] Não uso drogas como usava; eu cheirava mais; eu conquistei a minha saúde, que está muito boa; eu retomei o meu tratamento [...] a casa me ajudou muito! Muito mesmo! A “casa”, que eu digo, é o espaço. O espaço, entendeu?
(Travesti)

As informações obtidas sugerem a necessidade de um entendimento mais amplo e cuidadoso do universo da transexualidade, em especial, de situações de riscos e agravos em que as pessoas, já socialmente estigmatizadas, estão mais propensas ao consumo de álcool e drogas, visando desenvolver ações, a partir de uma perspectiva multidisciplinar que atendam e acolham suas necessidades individuais e coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas alinham-se ao atual posicionamento da OMS de que a transexualidade não constitui uma doença e não se restringe a uma patologia clínica. Trata-se, sobretudo, de um universo complexo, dinâmico e multidimensional que incorpora uma pluralidade de formas de ser e de expressar a identidade de gênero que, por sua vez, não se conformam às normas e lógicas de inteligibilidade da sociedade heteronormativa.

Nessa direção, considera-se oportuna e urgente a proposição de medidas de saúde inclusivas para atendimento às pessoas transexuais, historicamente estigmatizadas e, com raras exceções, excluídas de um atendimento humanizado e especializado. Para tanto, é fundamental ampliar o levantamento de demandas sobre as condições de vida e de saúde desse grupo da população, visando à implantação de medidas antitransfóbicas e alinhadas, que atendam às suas necessidades básicas e, em decorrência, lhes garantam a vivência de patamares dignos de saúde e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. F. da R. *et al.* Efeitos colaterais decorrentes da terapia hormonal em transexuais femininos. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**, v. 20, n. 3, p.103-110, set./nov. 2017. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20171104_141156.pdf

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>

ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

ARÁN, M.; ZAIDHAFT, S.; MURTA, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 70-79, 2008.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.) **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, Antra, IBTE, 2020.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº. 2.803**, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº. 1.707**, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANGUÇU-CAMPINHO, A. K.; BASTOS, A. C. de S. B.; LIMA, I. M. S. O. O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1.145-1.164, 2009. CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicol. cienc. prof.** [online]. v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932012000300003&lng=es&nrm=iso&tlng=pt

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. CFM. **Resolução nº. 1.652, de maio de 2002.** Resolução nº. 1.652, de maio de 2002.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. CFM. **Resolução n.º. 1.482, de novembro de 1997.** Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CFP. **Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS.** 22/05/2019 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>

FLECK, M. P. de A. Problemas conceituais em qualidade de vida. *In*: FLECK, M. P. de A. *et al.* **A avaliação de qualidade de vida.** Conceitos e aplicações do WHO-QOL. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MELLO, L. *et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 9, p. 7-28, dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872011000400002>

OPAS/OMS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA / ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **OPAS/OMS apoia governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população.** 2016. Disponível em: <http://www.apcd.org.br/index.php/noticias/311/13-10-2016/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial>

PARENTE, J. S. *et al.* Álcool, drogas e violência: implicações para a saúde de minorias sexuais. **Reprodução & Climatério**, v. 30, n. 2, p. 108-114, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1413208715000606#bib0190>

PINTO, T. P. *et al.* Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n 7, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2017.v33n7/e00113316/pt/>

ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2.517-2.526, agosto de 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802517&lng=en&nrm=iso.

SCLIAR, M. História do Conceito de Saúde. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n.5, p. 538-42, 1997.

The WHOQOL Group. Development of the WHOQOL: Rationale and current status. **International Journal of Mental Health**,UK, v.23, n. 3, p.24- 56, 1994.

VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANSEXUAIS: TIPOS E CONTEXTOS

CECÍLIA CARMEN CUNHA PONTES RODRIGUES
GIORDANO MAGRI

Uma das dinâmicas sociais que pessoas transexuais precisam aprender a lidar desde cedo é a violência. Ainda que viva em um ambiente familiar acolhedor, uma pessoa transexual provavelmente terá experiências de violência física, verbal, sexual ou psicológica em algum dos espaços pelos quais transita. Isso quando a violência não tira a vida de pessoas transexuais, episódio recorrentemente visto nas páginas policiais. Em grande parte das situações, é o contexto de violência que limita a circulação de corpos trans em determinados espaços e direciona-os para outros locais.

Justamente por esse contexto, a violência é uma das questões trazidas no 1º Mapeamento de Pessoas Trans da cidade de São Paulo. Na primeira fase, a quantitativa, os tipos de violência e os locais de maior incidência foram identificados, de acordo com cada identidade de gênero. Nessa segunda fase, as diversas violências vivenciadas por pessoas transexuais nos ambientes doméstico, escolar, no trabalho e demais espaços públicos foram aprofundadas. Com isso, foi possível identificar dinâmicas de opressão e as questões que se colocam na vida de pessoas transexuais que têm impacto direto na sua formação, ocupação e rotina.

A questão da violência contra travestis, homens e mulheres trans e pessoas não binárias, entendida em sentido amplo como transfobia, perpassa diversas situações durante o processo de existência de uma pessoa transexual. A presente pesquisa evidenciou que esse processo tem início muitas vezes em momentos muito precoces, ainda no ambiente familiar, quando a criança se sente ameaçada e tolhida pelos pais e parentes, especialmente pelo fato de não performar um comportamento padrão atribuído ao gênero que lhe foi designado ao nascer.

A não identificação da criança com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento já em tenra idade pode gerar um processo de estranhamento do indivíduo e engendrar situações de violência. Maus-tratos no ambiente doméstico e no seu meio social muito frequentemente não só levam a situações de rompimento das relações familiares como também a sérios impactos na formação da personali-

dade dessas crianças, tanto nos planos físico e cognitivo, quanto na dimensão emocional. São frequentes o comprometimento no desenvolvimento escolar, a dificuldade de inserção no mundo do trabalho e o conflito nas relações afetivas, que geram efeitos na idade adulta, especialmente nas possibilidades de recomposição das relações familiares e sociais.

Este capítulo trata, portanto, de delinear as dinâmicas de violência a qual pessoas transexuais são submetidas, e está organizado a partir de dois eixos principais. Primeiro, são identificados os tipos de violência a que pessoas trans estão expostas, momento em que emergem relatos de mortes, estupros, violência física e psicológica e os impactos dessas práticas nas trajetórias de pessoas transexuais. Em seguida, os contextos de violência são aprofundados, a fim de qualificar como as situações de opressão se materializam nos mais diversos espaços sociais: na família, nos relacionamentos afetivos, na escola, na rua – especialmente pela polícia – nos equipamentos públicos e no cárcere. Com isso, pretende-se identificar o amplo espectro de situações de violência que determinam as relações da normatividade cisgênera com pessoas transexuais, esmiuçando práticas de acordo com as diferentes identidades de gênero.

TIPOS DE VIOLÊNCIA: DA MORTE À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Na primeira fase do Mapeamento, em que foi aplicado um questionário estruturado para todos e todas respondentes, não foi possível apreender com profundidade algumas dinâmicas de violência a que pessoas transexuais estão expostas. Isso porque algumas formas de violência não foram vivenciadas diretamente pelas pessoas respondentes, mas são situações a que as pessoas transexuais invariavelmente estão mais suscetíveis. A principal delas é a morte.

De novo: estamos falando de uma população muito vulnerável. No dia em que o projeto ia começar, a gente já precisou adiar o projeto porque a Kiara, que era uma moradora da casa, foi assassinada no mesmo dia em que o projeto ia começar. Ela foi fazer PG [programa] com o cara, o cara levou ela para um hotel, e diz ele que... – aquela história ridícula, um ódio! – que ele não sabia que ela era trans. Ele deu sete facadas nela e depois empurrou ela da janela do hotel. Ela caiu em cima de um carro e morreu, né? Então, a gente substituiu o primeiro dia de atividade por um velório. Foi... é pesado! É muito pesado! A gente viu a mãe dela no dia do velório pedindo para passar batom na filha, porque a filha queria morrer de batom. É. Então, assim, é com essa coisa que a gente lida no dia a dia.

(Homem cis)

Quando eu digo que eu sou uma mulher transexual – mas travesti é para não deixar o nome morrer – que a sociedade pare com esse estigma e que pare de nos matar. Essa é a grande verdade! Porque chegamos agora, em 20 dias [do ano de 2021], quantas travestis, quantas mulheres trans já não morreram? É um mês de visibilidade trans para quem? A gente tem que chegar no dia 29 e falar só de conquista, só de coisa boa? E quantas morreram? Morreu uma

criança trans, você tá entendendo? Porque estava fazendo programa, mas é porque a sociedade não ajuda, não dá capacitação. Não dá! Essas “corpas” não são cuidadas! Elas... Elas... Parece que estamos numa guerra e nós que estamos à frente.

(Travesti)

Mas tem as coisas ruins também, né? Como eu sempre falo que tem as coisas ruins no meio da história. A gente vai ser mais que visível aos assassinatos; a gente vai ser assassinado de formas tão cruéis; ainda há no Brasil, né? E cada vez mais a gente vai criando um medo de socializar nessas grandes cidades porque os nossos corpos estão cada vez mais visíveis. Mas não é visível às políticas públicas, é visível às violências; a gente não tem como se camuflar mais, a gente não vai obedecer mais a um único padrão que deram pra gente lá nos anos 70 – que é de ser a boneca pra estar na esquina, né? A gente vai ser vários tipos de boneca, né? A gente vai querer vários corpos, assim como as mulheres cis, assim como os homens cis; então a gente vai querer discutir esse feminismo que a gente quer seguir, a gente vai discutir esse corpo que a gente quer, esse corpo... né? Então, o lugar da participação que foi negado pra gente, a gente vai... Hoje, mais do que nunca, a gente tem certeza que a gente está construindo aí um campo, caminhando para a cidadania trans. Não só do Transcidadania, cidadania trans no país, no Brasil, né? Mas a gente sabe que várias outras de nós vai ter que ser tombada, porque isso faz parte desse processo tão escroto, tão cruel que nos remete à barbárie.

(Mulher trans)

A morte, ou a iminência dela, imposta pela condição transgênera talvez seja a principal condição de violência a que essas pessoas estão expostas. A morte para travestis e mulheres transexuais acontece principalmente cometida por terceiros, durante a atividade laboral, já para homens trans emergem relatos de suicídio.

Eu esperei 14 anos pela cirurgia. Eu via as pessoas chegando aqui e falando comigo, eu encaminhava e em uma semana estava operado e eu lá... Então assim, pra mim que sou... Não sou melhor que ninguém, foi complicado porque eu tenho uma questão política, imagina para aquele menino que está lá na periferia, ou aquele menino que está... Pra ele é tipo: Meu, não vai acontecer comigo. Aí acontece o que está acontecendo, enquanto muitas mulheres trans, muitas travestis então sendo assassinadas; muitos homens trans tem se suicidado, isso cresceu muito nos últimos tempos! E é isso!

(Homem trans)

Quando não se ceifa a vida, outros tipos de violência física fazem parte da realidade de pessoas transexuais, sendo a violência sexual uma das mais brutais. É uma realidade que não é exclusiva apenas de uma identidade de gênero, sendo presente entre travestis, mulheres trans e pessoas não binárias, mas também entre homens trans. Segundo os relatos, o estupro pode acontecer dentro de casa, ainda na infância e adolescência, e também na rua, nas atividades da prostituição ou ainda em espaços de socialização.

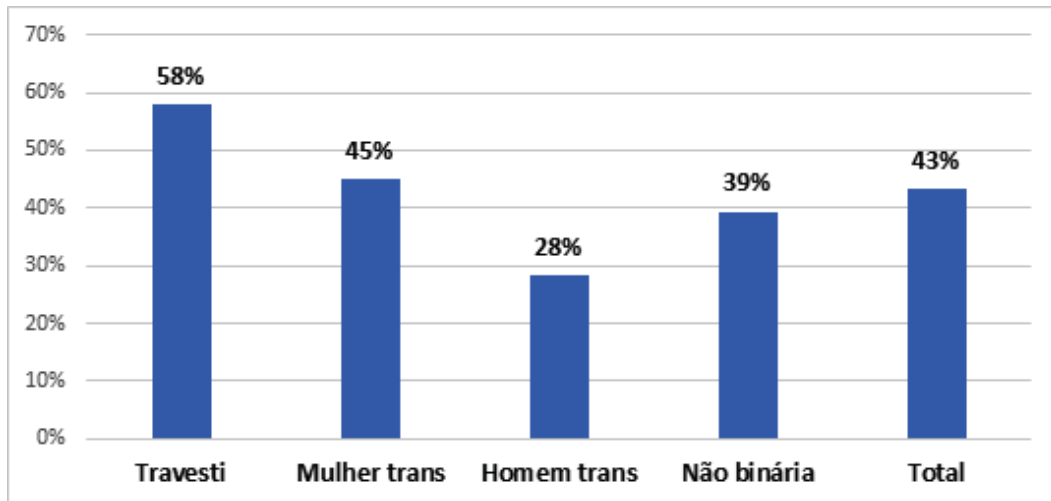
Dos 11 aos 44 eu tentei me proteger o máximo possível, até porque eu sofri várias violências, né? E uma delas, em 2001 para 2002, eu sofri um estupro dentro de minha casa, que o menino assaltou a casa, foram três indivíduos. E aí, eu entendo que essa mulher não pode existir em um risco iminente de morte. Tinha uma execução que poderia acontecer... Eu levei um tempo até refazer as pazes... “Você é mais! Você merece ter uma vida! Você precisa começar a viver!” (Mulher trans)

Na época, em torno de 1990, a escola abria aos fins de semana pra jogar bola na quadra e eu ia com os meninos jogar bola; e teve um sábado que eu fui jogar bola e meus amigos não tinham ido, aí eu peguei e fiquei lá, tinha uns meninos jogando; e eu sempre usei o banheiro masculino, nunca tive problema! Eu não tinha problema mesmo! E quando eu entrei no banheiro pra usar o banheiro daqui a pouco tinha 3 meninos lá e eles me bateram muito, me estupraram de todas as formas possíveis dizendo que eu tinha que aprender a ser menina. E foi uma coisa muito ruim porque eu não contei isso pra ninguém. E ainda quando eu cheguei em casa eu apanhei porque eu tinha brigado na rua, porque minha mãe não admitia que brigasse na rua. E aí dessa violência, né? Eu fiquei gravido, né? Que tenho uma filha de 29 anos que é a B. Então essa foi a pior violência que eu sofri nessa época. Decidi ter minha filha, por uma questão minha, pessoal – nada religioso, nada... Foi uma questão minha de realmente ter. (Homem trans)

“Eu nunca quis ter filho viado. Eu sempre tive filho macho, sempre quis ter filho macho e se eu tivesse uma filha mulher ela ia lavar, passar e cozinhar pra mim o resto da vida.” A minha mãe falava isso. E o meu pai foi o autor do meu primeiro estupro, né? Com 12 anos, ele introduziu um cabo de vassoura em mim para me ensinar a ser homem. (...) Desde os meus 12 anos até aqui, eu passei por três estupros na minha vida, né? E a questão da força da violência do patriarcado contra corpos efeminados... Ou não importa que seja só a voz ou o trejeito, que seja, ela me faz questionar muito esse lugar da cisgeneridade masculina e eu tenho dificuldade em me localizar ali. Mas eu prefiro ainda me dizer um homem cis por uma questão de respeito ao que isso implica enquanto reprodução de violência, né? Eu acho que apesar de eu ter passado episódios de violência muito brutais, eu acho que ainda... O perigo é uma coisa estética, eu entendo dessa forma. A gente tem um ideal estético de segurança, quanto mais você se afaste dele, mais vulnerável à violência ou ao perigo você está. Então, dentro desse prisma estético, eu ainda acho mais justo me chamar de homem cis. Então, eu acho que é isso. (Homem cis)

Além da morte, do suicídio e do estupro, outras formas de violência física foram relatadas pelas pessoas respondentes. Segundo dados da primeira fase deste Mapeamento, cerca de 43% da população disse já ter sido vítima de violência física por causa de sua identidade de gênero, sendo que, dentre as travestis, esse percentual é maior e alcança 58%. Dentre as mulheres trans, a incidência de violência física fica em torno de 45%, reduzindo-se para 39% para pessoas não binárias e 28% dos homens trans.

Figura 1 – Taxa de ocorrência de violência física (%) por identidade de gênero



Como se vê, travestis e mulheres trans estão mais sujeitas a situações de violência física, tanto pela maior exposição ao risco decorrente da prostituição, atividade mais presente nessas identidades, mas também em razão da misoginia e do machismo, que acabam impondo uma violência maior em decorrência da performance da femilidade. Os relatos são chocantes.

Ah, já me tacaram lixo; já me tacaram pedra; já me empurraram da escada. Foram várias situações.
(Travesti)

Olha, o que eu me lembro apanhando mesmo, eu apanhei até os 15 pra 16 anos de idade, apanhar de tipo, assim, de surra, de seu pai tirar a cinta te bater... Eu fiz a primeira série sem livros, então eu ia pra casa dos outros alunos copiar matéria. Eu me lembro de um momento muito marcante em que o meu pai me encontra em uma pracinha voltando pra casa, vindo da casa de um aluno, que eu tinha passado a tarde copiando matéria, porque era muito chato ir na casa dos outros copiar matéria, e sendo uma criança preta e pobre, as pessoas olhavam com desdenho. Me lembro que tinha uma casa em que uma toalha era separada quando eu chegava, e as pessoas reclamavam que eu sujava as toalhas quando eu lavava a mão. Eu vinha da escola e tinha que lavar a mão suja, né? E aí, meu pai me encontrou no caminho e me leva pra casa, segurando pela ponta da orelha... – eu tenho um lóbulo meio dilatadinho aqui, que é desse episódio. Então, assim, é só pra dar um pouco da dimensão da violência. Também me lembro de uma surra que ele me deu, ele pega a cinta, ele me vira de cabeça pra baixo e ele bate até onde ele consegue. Aí quando ele vê que eu estou pra perder as forças, ele larga e pede pra minha mãe cuidar, em um processo muito cristão de limpar com vinagre e sal, então você imagina... Mas eu não lembro também muito da minha reação... Porque teve momento – hoje eu não choro mais.

(Mulher trans)

Fui mordida... Mas também, nunca fui tão amparada! Tudo isso não precisava ter acontecido, mas eu tive um advogado que foi comigo; tive uma amiga muito... sabe... que largou tudo e foi comigo para a delegacia, ou seja, também teve uma publicidade muito grande, fui para vários canais; porque esse crime, também ele é político – essa é a grande verdade. Era um corpo trans, travesti que eles queriam matar ali naquele momento. E só não aconteceu coisa pior porque foi Deus – e os Orixás! Porque ali, você em pleno dia, ela traz um bastão de ferro para dar na minha cara e ainda vem dois bofes por cima dizendo que vai separar... Porque as pessoas que estavam foram achando que eles estavam indo Para separar! – Mas, mentira! – Eles estavam indo para me agredir também. Só quem estava ali – que fui eu! – pode dizer. Porque, às vezes, as pessoas estão por fora, não estão vendo o que é realmente. E eles: “solta ela!” e “não-sei-o-que”... Sabe? Mas já vindo dando soco e tal. E eles ainda não foram punidos. A gente está ainda com esse processo, não sei como está o andamento; o advogado falou que ia ver essa segunda-feira e também não me falou ainda nada – eu vou dar uma cutucada!
(Travesti)

Teve uma vez que eu estava dentro do carro com minha esposa e o cara chegou e simplesmente chutou o vidro do carro, quebrou o vidro, me puxou pra fora e me deu uma surra, assim! Ele mais uns 5 caras e até vez um corte na minha cabeça de uns 15 pontos, que ele pegou uma chave de roda do carro e cortou minha cabeça. Então, assim, foram várias situações de violência. Só que em casa eu não podia chegar... Quando eu chegava desse jeito, eu novamente sofria violência em casa, porque minha mãe não entendia a minha situação e ela achava que eu estava brigando e eu apanhava da minha mãe também.
(Homem trans)

Essa intersecção de transfobia com a misoginia expõe de fato travestis e mulheres trans a mais situações de violência, em comparação com outras pessoas transexuais e outras identidades do público LGBTQIA+. O relato a seguir exemplifica bem esse contexto de perversidade imposta pelo cis-heteronormatividade.

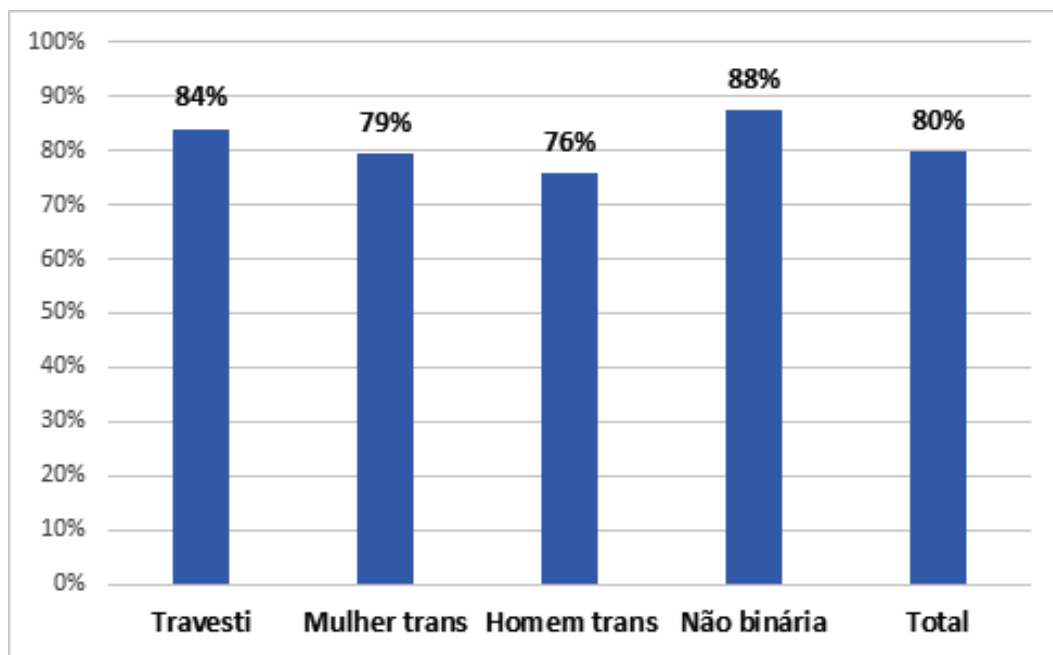
Porque os gays se camuflavam! Porque eles tinham essa coisa: eles podem ser gays à noite e de dia se põem no papel de homem. Bissexual, a mesma coisa! Então sempre quem fez, quem levou tapa, que sempre era negado em uma feminilidade – porque a gente via exemplos clássicos de “o travesti roubando na Av. Indianópolis” – o que é totalmente errado! Que isso vem com chacota para humilhar essas “corpas” e sendo que a gente faz a manutenção de muitos casamentos! Casamentos héteros que estão aí, a gente tem que aplaudir e reverenciar muitas travestis porque elas fazem a manutenção da família cristã – você tá entendendo? Então é isso!
(Travesti)

Indo além das formas de violência física, chega-se à violência verbal, talvez a mais recorrente dentre todos os tipos. Composta por insultos, xingamentos e demais agressões verbais, a violência verbal é uma forma de agressão que escancara a banalização do preconceito e da discriminação existente no Brasil contra as pessoas

transexuais. Vale lembrar que, em 2019, o Supremo Tribunal Federal¹⁵ ampliou o entendimento da Lei Federal nº. 7.718 que tipifica o racismo no país, para enquadrar também a homofobia e a transfobia, determinando pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito.

Sem desmerecer os avanços no aspecto do reconhecimento de direitos e conquista de proteção jurídico-legal, os dados do Mapeamento Trans, contudo, revelam que cerca de 80% da população trans segue sofrendo violência verbal com frequência. Esse percentual cresce dentre as pessoas não binárias e chega a 88%, seguido de 84% dentre as travestis. Apesar de cair para 76% dentre os homens trans, o que ainda configura um índice de elevado de hostilidade, esses resultados indicam as dificuldades de aplicação efetiva da lei e sua debilidade em coibir comportamentos verbais ofensivos.

Figura 2 – Taxa de ocorrência de violência verbal (%) por identidade de gênero



E nem toda violência verbal é a mesma coisa. Há agressões como xingamentos mais diretos, mas também são recorrentes episódios de deslegitimação da identidade de gênero de pessoas transexuais.

Já sim! Situações... Agressões verbais, já! Todas nós, já passei por várias situações! Só que eu sempre revidei. Muitas das vezes – eu falo “sempre”, mas é força de expressão! Tem dia que você sai na rua e você ouve alguma coisa, alguma afronta verbal, você deixa pra lá, você ignora;

15. Em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão do Congresso Nacional em legislar sobre a proteção penal à população LGBTI+ (ADO 26).

mas dependendo do momento, do dia em que você acorda meia que... com o “ovo virado”, vamos dizer assim, aí você não deixa nada passar. Embora nos dias de hoje isso tenha mudado muito com a vanguarda...

(Mulher trans)

Então o ambiente escolar foi, assim, não dava pra aprender quase nada porque é muito sofrimento, é onde as pessoas ficam mexendo com você toda hora, entendeu? E eu gostava de usar um short apertadinho, calça, então é muito difícil um ambiente escolar quando você ainda não tá transicionada; principalmente há muito tempo atrás, há 20, 30 anos atrás, que a gente era sempre apontada, né?! Às vezes passava era um grupo de meninos xingando, falando alguma coisa e... Mas, tudo bem!

(Travesti)

Eram pessoas que aplaudiam, que validavam – pelo menos era o que me parecia – que validavam, que legitimavam a identidade dele, a existência dele, a fala dele, mas quando eu falei: “Olha, eu vi o G. e eu entendi que todos os meus questionamentos – é isso! Eu sou uma pessoa trans!” e aí, eu fui taxado de doido.

(Homem trans)

E essa forma de tratamento mais agressiva vai se manifestando de outros modos, em situações de opressão que se materializam na rotina de pessoas trans. Às vezes, xingamentos e agressões verbais podem até não estar presentes, mas ainda assim persistem as violências psicológicas, representadas pela diferença de tratamento em comparação a pessoas cisgêneras. Isso se nota tanto nos afazeres diários, quanto em um sentimento social que cria uma exigência de performance sobre pessoas trans.

Psicológica a gente passa dia a dia, né? É... tipo assim, hoje em dia eu não... Eu não passo muito não, mas a psicológica ela tá no... Se a cabeça da gente tá resolvida, a gente... A gente tira de letra, né? A gente... Não é fácil, não é fácil, né? Tipo assim, as pessoas olharem torto pra você só porque você é assim, só porque você é uma trans; as pessoas olhar torto pra você ou achava que você era... Achava que você era mulher ao primeiro... Ao primeiro impacto, assim, quando você entra numa loja ou algum lugar, né? Aí você começa a conversar, né? Aí a pessoa já vê a pessoa... Já vê... Já vê o tratamento diferente, né? Então sim, com certeza!

(Mulher trans)

Aí eu falei: “não, já deu, né gente? Já deu de eu ficar performando pra atender os outros, eu preciso atender a mim mesma.” Porque eu comecei a gostar de mim – e isso é muito importante! – isso é o X da questão! Porque a transfobia, ela aniquila a nossa autoestima. A gente passa o tempo inteiro recebendo “não” (...) E, sabe? Isso é uma vergonha, então o “não” é forte, ele vai tomando conta da gente! E, se você bobear, você acredita nisso, e isso te aniquila, né? Isso te aniquila, então eu tive que passar por um processo de gostar de mim, e foi muito forte uma cena: eu passava todo o dia por uma rua – eu era

voluntária no centro de referência da minha cidade – e eu passava por uma rua que era uma rua de boutiques e eu não olhava; eu não olhava para as boutiques porque era tudo vidro e eu não olhava pra não me ver; eu só gostava de me ver quando eu estava toda montada e na minha casa não tinha espelho. – Tinha... – sabe aqueles pó compactos? Aquele espelho redondo, quebrava e colocava ele no banheiro, na parede eu colava. Era o espelho que eu tinha!

(Travesti)

Eu, na minha infância, eu escutei muito... Mesmo tendo na minha casa esse acolhimento, sem as pessoas entenderem o que era, eu tive também alguns confrontos comunitários, né? O primeiro confronto foi que viado morria ou de AIDS, ou assassinado ou assassinada, né? E isso ficou martelando na minha cabeça um bom tempo (...) não é a transição que me acarretou doença; não foi a minha mudança corporal que me trouxe doença, mas a transfobia cotidiana, né? Ela adoece qualquer uma de nós, né? E aí a gente acaba desenvolvendo algumas coisas com isso, então ansiedade é uma das questões que a gente vai desenvolvendo, né? E eu acredito que, por conta do Ativismo também, porque eu incorporo outra questão, não foi só a minha identidade de gênero, minha afirmação, as violências disso, mas também o ativismo de alguma forma também vez eu desenvolver algum tipo de adoecimento mental, né? Estou dizendo assim, dentro do campo dessas ansiedades, da própria... De me ver em algum momento com a síndrome do pânico.

(Mulher trans)

Como se vê, os efeitos psicológicos da violência são a dimensão mais difícil de ser apreendida pelas pessoas cisgêneras, porém, representam uma das formas de violência que mais deixam marcas em pessoas transexuais. Não se trata de um único episódio, mas de um tipo de violência que impacta na forma como as pessoas transexuais lidam com o mundo e tomam decisões em suas vidas. Traz efeitos na autoestima, desencadeia adoecimento psíquico e transtornos de saúde mental, como ansiedade e síndrome do pânico, mas, acima de tudo, impacta sobremaneira nas perspectivas de futuro de pessoas trans.

Eu só não queria mais que eles roubassem os meus sonhos. Que a cisgeneridade não roubasse mais nenhum dos meus sonhos, porque é isso o que elas fazem com a gente, né? Tirar os nossos sonhos.

(Mulher trans)

Como visto, são muitos os tipos de violência a que pessoas transexuais são submetidas no convívio social, indo desde a morte até a violência psicológica, muitas vezes construída nas sutilezas do cotidiano. Essa exposição à violência reflete em quase todos os aspectos da vida de uma pessoa transexual, inclusive em sua própria perspectiva de futuro, especialmente quando se trata de pessoas que interseccionam a transfobia com outras opressões, como o racismo ou a gordofobia.

Então, o corpo transgordo acaba sofrendo duplamente o não-lugar. O não-lugar físico, o não-lugar ideal de identidade, e o não-lugar físico mais uma vez por conta de expressão de gênero etc. Então, eu percebo muito que muitas das violências que me perpassam são violências completamente integradas. Eu não sinto uma violência vindo sozinha, assim. Então, desde criança também, a maior parte do *bullying* que eu sofria já era por ser uma pessoa gorda e no Ensino Médio era por ser uma pessoa gorda que tinha cara de sapatão – como as pessoas gostam de chamar. Então, não performava uma feminilidade exagerada. E, mais uma vez, hoje em dia o que eu passo nos lugares é uma gordofobia. “Nossa, mas você não quer emagrecer?” Tipo, eu vou no endócrino querendo hormonização. “Ai, mas será que você não quer emagrecer? Toma aqui uma Fluoxetina para você emagrecer.” Tipo!? Eu tomava três remédios psicoativos por dia, sabe? Três psicofármacos e a pessoa me dá o antidepressivo sem nem se perguntar se eu tomo antidepressivo, sabe? Então, a irresponsabilidade com os nossos corpos falando de gordofobia é bizarra e misturando com transfobia então, é negligente. – eu diria. (...) A gente pode ver diversos transmasculinos, diversas pessoas trans... Não-binárias designadas mulheres ao nascer postando foto sem camisa. Por quê? Porque o peito é pequeno. E aí, já não tem muita diferença, né? As pessoas já não acham tão agressivo. Mas Júpiter passou por um processo de gordofobia e transfobia imenso, ultimamente, no Instagram por ter suas fotos e vídeos derrubados por estar sem camisa no vídeo. Simplesmente por ser uma pessoa trans e uma pessoa gorda. Enquanto a gente vê diversos homens trans exibindo os seus peitos pequenos na praia e com fotos, vídeo e nenhuma dessas fotos são derrubadas, né? Então, eu acho que é a expressão clássica, assim, de gordofobia transfóbica na sociedade. Como os nossos corpos incomodam, né?
(Pessoa não binária)

Não estou onde eu queria estar, porém eu entendo sobre as dificuldades do mundo e, como uma pessoa preta e trans, aonde eu sou colocada e o como é difícil, então eu atendo essa parte, eu fico muito injuriada e puta – porque não tem como não ficar! – de saber que você é colocada nesse... eu sei da minha capacidade, eu sei da minha honestidade, eu sei do meu caráter, eu sei da minha pessoa. – E é por eu ser vista como preta e trans que eu não tenho oportunidades, então eu vou na luta, né? Infelizmente o mundo é assim, há raiz – tá enraizado o racismo, a transfobia, sempre vai ser assim e as pessoas pretas, trans e que não se encaixam na... no padrão cis-branco que lutem – e lutem muito, né? – para gente conseguir o mínimo.
(Mulher trans)

Na próxima seção, são abordados os contextos de violência como forma de aprofundar a compreensão sobre a transfobia e suas dinâmicas.

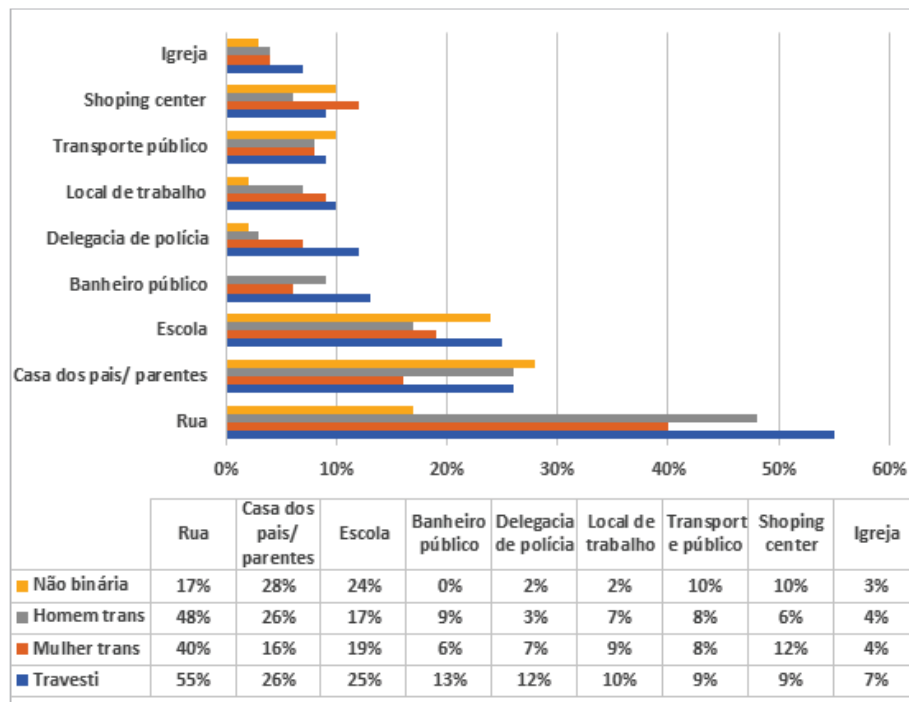
CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA

Retomando o questionário da primeira fase do Mapeamento, além de identificar a incidência das violências física e verbal entre as pessoas entrevistadas, o local onde esses episódios ocorreram também foi questionado. Tanto para violência física quanto para a verbal, os três locais de maior incidência de violências são a rua, a

escola e a casa dos pais. No entanto, a incidência de cada uma dessas violências varia entre as identidades de gênero.

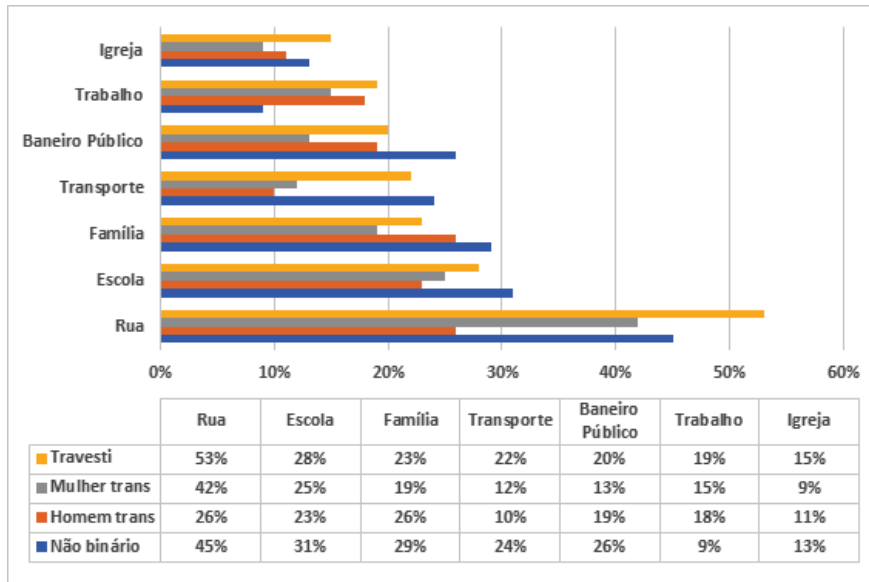
No que se refere à violência física, a rua acaba se configurando como o local mais perigoso para quase todas as identidades, à exceção das pessoas não-binárias (17%), marcando 55% para travestis, 48% para homens trans e 40% para mulheres trans. As travestis são também a identidade que mais sofre violência física na escola (25%), seguidas pelas pessoas não binárias (24%). A casa dos pais representa o local de maior violência para pessoas não binárias (28%), patamar próximo ao de travestis e homens trans (ambos com 26%).

Figura 3 – Taxa de violência (%) física por identidade de gênero



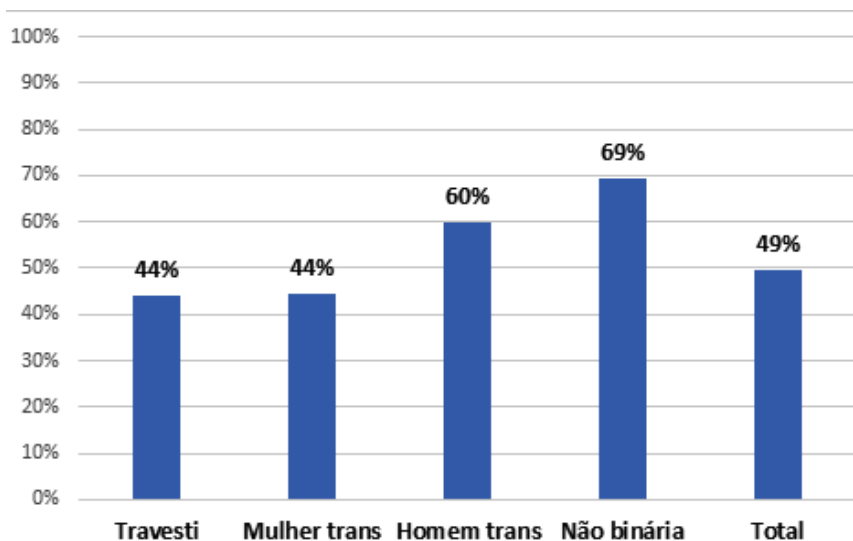
Já no que tange à violência verbal, os patamares seguem a mesma tendência, com a rua sendo o lugar de maior exposição à violência, e com as travestis sendo também as mais expostas. Assim como na violência física, mais da metade das travestis já sofreu alguma violência verbal na rua (53%), índice que chega a 42% entre mulheres trans, a 29% entre homens trans e 45% entre pessoas não binárias. Na escola, os patamares de violência verbal são próximos entre as identidades, com 31% para pessoas não binárias, 28% para travestis, 25% para mulheres trans e 23% para homens trans. Na família, assim como na escola, também são as pessoas não binárias que estão mais expostas à violência (29%), seguidos de homens trans (26%), travestis (23%) e mulheres trans (19%).

Figura 4 – Taxa de violência verbal (%) por identidade de gênero



Além da incidência de violência física e verbal, também foi perguntado se as respondentes haviam evitado ou deixado de frequentar algum local em razão da sua identidade de gênero. Praticamente uma em cada duas pessoas transexuais deixou de frequentar ou evitou determinados locais. Travestis, juntamente com mulheres trans (44%), representam os grupos que menos evitaram ou deixaram de frequentar lugares, se comparados a pessoas não binárias (69%) e homens trans (60%).

Figura 5 – Lugar que evita ou deixou de frequentar por não se sentir bem por conta da sua identidade de gênero



Como se vê, o ir e vir de pessoas transexuais ainda está distante de ser pleno. O fato de haver espaços que, mesmo precisando ou querendo, se deixa de frequentar mostra os efeitos da violência no cotidiano trans, com alguns locais figurando como mais proibitivos. A impossibilidade de circular por todos os espaços é uma violência que as pessoas cisgêneras geralmente não vivem.

Tabela 1 – Locais que você evita ou deixou de frequentar por não se sentir aceita(o)

	Deixou de frequentar	Frequenta às vezes, mas evita	Frequenta normalmente
Igreja	40%	12%	48%
Casa dos pais ou outros parentes	25%	18%	58%
Escola	24%	11%	64%
Banheiros masculino/feminino	17%	29%	54%
Shopping Centers	16%	24%	61%
Restaurantes	11%	18%	71%
Delegacia de polícia	11%	17%	72%
Outros equipamentos públicos	10%	18%	72%
Local de trabalho	9%	11%	80%
Hospitais/Centros de saúde	8%	20%	71%
Rua	7%	21%	72%
Serviços de assistência social	5%	13%	82%
Transportes coletivos	5%	19%	76%
Bancos	4%	16%	80%

Como se nota, as igrejas aparecem como local de maior constrangimento à presença de pessoas transexuais. Embora 48% tenham afirmado continuar frequentando os templos religiosos normalmente, outros 40% disseram ter deixado de frequentar. Isso revela as dificuldades das religiões de matrizes judaico-cristãs em lidar com as diferentes identidades de gênero. Praticamente uma em cada quatro pessoas transexuais deixou de frequentar a casa dos pais e/ou a escola em razão de sua identidade de gênero. Isto é, espaços tradicionais de sociabilidade, tão necessários à formação e estruturação dos indivíduos, se configuram como espaços hostis para grande parte das pessoas transexuais.

É sobre as dinâmicas de violência nesses espaços de sociabilidade que a segunda fase da pesquisa se debruçou. Na maioria das vezes, é na casa dos pais que a violência começa a se manifestar na vida de uma pessoa transexual. Geralmente o início da tomada de consciência do desajuste em relação ao gênero atribuído ao nascimento se dá entre a infância e adolescência, momento em que começa a haver um descompasso entre a performance social esperada em relação a essas pessoas, e

como elas existem no mundo. Nesses casos, embora a figura do pai emerja como a mais violenta, infelizmente, não é a única.

Que eu parei de chorar. Quando criança eu também parei de chorar, porque eu sabia que não resolvia, aí parou, uma criança que não chorava, quer dizer, uma criança que não podia vivenciar a dor e a adolescência também, eu passei uma adolescência em que eu não chorava, eu frequentava mais dor, é muito raro um momento em que eu choro, em que eu me permito que esse tipo de emoção se exercite. A última surra que eu me lembro mesmo, eu estava indo no processo de fazer... pra formatura do ginásio – que hoje é o Ensino Médio – e aí, eu estou saindo de casa, meu pai me encontra, eu estou com uma calça rasgada uma blusa verde e amarelo com uma coisa... eu estou no portão, ele me pega, me leva até a rua me bate e rasga a roupa. E lógico, todas as ofensas possíveis. E aí, foi a última vez, eu fiquei 15 anos sem dirigir a palavra com ele – que vai dos 13 aos 28, e morando na mesma casa. (Mulher trans)

Na rua você passava, ficava triste e você conseguia superar aquilo, mas no ambiente familiar era um pouco mais complicado, onde todos os meus irmãos também me criticavam um pouco e minha mãe também não me aceitava, me mandava sempre pra fora de casa.

(Travesti)

Foi com o passar dos anos mesmo que eles foram vendo que eu era assim, mas nunca tive uma conversa de... Meu pai era muito ignorante, e aí meu pai não... Ele não - como é que se diz? - Ele falava: “filho... filho dele... filho dele ele metia... metia a cinta mesmo!” – levava surra, entendeu!

(Mulher trans)

Nós tivemos o caso de uma menina que estava com a gente, estava vinculada porque já veio do CAPS, aí quando chegou a gente conseguiu encaminhar para o Transcidadania, e aí ela mantinha contato com a família, com a mãe e com o pai, mas eles não aceitavam; e aí o pai começou a ligar pedindo pra ela voltar, no caso - pra “ele” voltar, né? Porque pra família é “ele”. – E aí ela muito... Falou que queria tentar, porque queria ficar com a família, que sentia falta e foi, 3 dias depois ela voltou falando que ela estava sendo obrigada a ir pra igreja, que ela obrigada a vestir roupa masculina; que ela não podia usar a peruca dela que ela tinha que usar o cabelo curto e que ela estava cansada daquela vida, que já não era a primeira vez que eles chamavam ela de volta pra casa, que ela sempre sofria esse tipo de violência.

(Mulher cis)

Com o tempo, algumas estratégias são desenvolvidas pelas pessoas transexuais para sobreviver a esse contexto familiar de intensa violência e de sujeição à performance do gênero atribuído ao nascimento. Alguns episódios acabam marcando.

A questão começou a pegar mesmo na minha adolescência, né? Porque aí começaram a surgir menstruação, mamas, e aí a coisa começou a complicar, e aí começou o problema com a minha família, porque aí já não era mais possível eu fazer as coisas de “menino”, né? E minha família achava que não era certo. Então foi meio que forçado... Eu falo de adolescência, mas isso eu

estou falando de 10 anos, 12 anos de idade, quando primeiramente a primeira coisa horrível – e eu falo horrível mesmo! Foi a primeira comunhão, foi quando eu tive que por um vestido, um véuzinho e eu não queria fazer isso, mas eu tive que fazer; e aí, assim, eu comecei a arrumar artificios, porque minha mãe começou a me moldar... Eu tenho uma irmã que tem 1 ano de diferença, então ela é muito feminina, e assim, não tinha nada a ver eu e ela. Então minha mãe comprava vestidos pra gente e a gente... E ela ficava muito feliz e eu ficava muito triste, então eu sempre arrumava um jeito de não usar aquela roupa. Teve uma vez que a gente, tinha uma missa, que chamava missa das crianças, minha família era católica e ela comprou um vestido e eu não queria ir com aquele vestido na missa e eu sabia que tinha um menino na rua, um menino – o apelido dele era Sodinha e que ele era briguento –, então eu fui lá na porta dele, acho que era meia hora antes da missa, eu já estava pronta com aquele vestido horrível, e aí eu chamei ele e eu xinguei ele de um monte de nome, ele veio pra cima de mim, assim, e ele rolou na terra comigo, brigou, rasgou todo meu vestido, aí eu fui pra casa e falei: “ah, mãe o Sodinha rasgou meu vestido tão lindo.”

(Homen trans)

Na verdade, chegou uma hora que a estratégia de sobrevivência era se manter invisível, né? Então, assim, eu não falava mais em casa, eu tentava não me manifestar na presença do meu pai, isso até uns 10/11 anos, né? Porque assim, eu estou no vespertino, né? Eu estou no matutino, vespertino e desde a entrada, eu entrei muito cedo também no Prézinho, que hoje é o que eles chamam de EMEB, mas já a família 100% assediada, falando assim: “Olha, esse comportamento não é adequado, vive e se comporta como menina, a gente acha que tem transtornos mentais.” E aí, junto com isso, vieram os processos de cura, que aí tipo, em terreiro de Umbanda, de Candomblé, de igrejas Evangélicas, onde pudesse tomar passe, sabe? Todo o processo de exorcismo, uma série de coisas para tentar tirar. Eu me lembro que com 8 anos, isso foi confirmado por uma tia, ela me leva em uma clínica para psicologia na Vila Mariana, eu morando em São Bernardo, era um trajeto absurdo de se fazer de lá pra cá de transporte coletivo, com as dificuldades do período do transporte coletivo. A gente vinha.

(Mulher trans)

Importante dizer que a rejeição da família, embora muito recorrente, não é regra. Há relatos de pessoas trans cujas famílias aceitaram e até deram suporte para assumirem sua identidade de gênero, restringindo-se a violência, nesses casos, aos espaços públicos.

Sim, a minha infância foi... Foi de boa a minha infância, né? Eu sempre fui aceita dentro de casa, me assumi muito cedo. Nunca tive problemas na escola, existia o bullying, mas era rebatido, né? Brincava, tinha muitos amigos, então foi uma infância tranquila. Não tive esses traumas tão pesados que nem muitas pessoas trans têm.

(Mulher trans)

A saída da casa dos pais, muitas vezes, acaba sendo um alívio para pessoas transexuais. No entanto, isso não quer dizer que a violência no ambiente doméstico cesse. As

agressões dentro de casa não se restringem a uma relação vertical, estando presentes também em relacionamentos amorosos, cometidas por namorados ou companheiros.

Aí nessa fase foi bem difícil no começo e depois eu passei por muitas coisas, sofri violência com uma pessoa que eu morei e daí então fiquei na prostituição até 2018. Mas a primeira vez eu... Que a gente acaba não conhecendo a pessoa, né? Então essa pessoa não foi legal. E o segundo que tentou me matar – Em 2008/2009! – que eu segurei a faca, cortou todos os meus dedos das mãos – nervo, vaso, tendão! Eu segurei e a faca entrou aqui. Aí eu tava perto da Santa Casa e as meninas me levaram, já pontearam. E também, mesmo nessa época, há muitos anos, eles me trataram bem, não tinha essa coisa ainda de nome social em 2008, mas eu não ligava! Eu queria tá ali pra ‘mim fazer’ minha cirurgia. Aí então eu fui numa quinta, pontearam, ficou no fim de semana, na quarta-feira eu... Na terça-feira eu me internei, na quarta eu fiz a cirurgia e os médicos costuraram esses dedos, né? E foi maravilhoso. Hoje... Achei que minha mão eu nunca ia usar mais e fiquei 3 meses com gesso, tinha que fazer programa com gesso, com a mão assim – que eu tirava a tipoia que ficava feia, que eu achava – e aí eu ia com a mão assim, com gesso depois da cirurgia. Mas fui super bem tratada!

(Travesti)

No final, quando eu separei dele porque... Eu amo aquele homem até hoje! Eu tenho sofrido tanto aqui, mas ele era muito possessivo. Chegou no final, ele... Ele não deixava eu sair de casa, eu não podia sair sem ele, era com ele. Tinha um senhorzinho que cuidava da chácara e ele dispensou o senhorzinho, ele falou: “eu faço o serviço no sábado e domingo.” Meu Deus, olha onde ia a mente do homem? No final ele começou a me trancar, ele chegava e olha a princípio, no portão, ele parava o carro, descia e ficava olhando no chão e eu falava: “o que esse homem tá olhando no chão?”. Aí eu fui descobrir, rastro de alguém que entrou lá dentro. Menina, eu comecei a ficar com medo do homem que eu amava – que eu amo! – Medo, eu te juro, mas ele nunca levantou um dedo pra mim! Nunca, nunca, mas essa era uma agressão horrível. Aí ele começou a me trancar pra ir trabalhar, ele falava que era pro meu... que era pra minha segurança, eu falava: “o quê?” – Pra eu não ir na casa das minhas irmãs, porque os amigos dos meus... – Olha o que passava na cabeça desse homem! (...) Então, e aí eu comecei a ficar com medo, medo, medo e aí o psicólogo e o psiquiatra falou que ele tinha essa dupla personalidade e que é perigoso, porque ele podia em uma crise dessa dele, nesse transtorno dele, ele fazer alguma coisa comigo e... e... e ele não perceber. (...) Mesmo eu sendo aquela pessoa lá do mato, do interior, chucra, isso é uma coisa que eu não consegui aceitar, eu não consegui, sabe? Mesmo com todo amor que eu tenho por ele – porque eu tenho! – Eu falei: “não, isso não!” – Não sei, é uma coisa dentro de mim. Eu falei: “isso eu não vou aceitar! Sair, me trancar? - Meu Deus!”. Eu não digeri isso e aí eu me separei dele, com muita dor, mas eu falei... Porque ele não deixava eu estudar mais, ele não deixou. Ele falava: “não, pra que você vai estudar? Você vai fazer curso pra quê? Tá te faltando alguma coisa?”. Ele me dava quase tudo que eu queria, mas o celular ele não dava, o curso de computação ele não me dava; porque ele não queria que eu... Ele me queria dependente dele. – Eu acho que na cabeça dele, ele pensava: “se ela não tiver como se virar, ela não vai me largar.” Olha a mente do homem.

(Mulher trans)

Daí, a gente terminou e eu comecei a morar sozinha e a partir desse momento eu acho que eu me permiti viver um pouco mais, eu me descobri um pouco mais também, porque o meu relacionamento com ela sempre foi muito conturbado no quesito dela ser uma mulher lésbica e transfóbica e esse foi um dos motivos pelos quais eu terminei com ela. Porque pra mim, se você se identifica enquanto lésbica e diz que não ficaria com uma mulher trans, você não é uma mulher lésbica, né? Mas pra mim, é simples.

(Pessoa não binária)

Eu sempre dizia que estava namorando com um cara legal e, no meio disso, tudo era mentira, porque eu tinha 20 anos – 21 anos, eu sofri também uma tortura psicológica muito complicada pra eu ter saído da casa da pessoa que eu morei, e aí meu parceiro, da época, também me deixava trancada dentro de casa, ele não deixava eu sair, eu ficava trancada mesmo, então eu sei o que é isso.

(Mulher trans)

A violência sexual e até os homicídios muitas vezes estão vinculados à transfobia manifestada na rejeição que homens cisgêneros sentem de seu próprio desejo sexual. Por essa razão, são recorrentes as histórias de travestis mortas depois de um programa, como já exposto na primeira parte deste capítulo.

Entretanto, a rejeição transfóbica vinculada ao desejo sexual não está presente somente em homens que buscam uma garota de programa travesti, ao mesmo tempo em que se identificam heteronormativamente nos espaços públicos e, em muitos casos, também como pais de família. Como visto nos relatos acima, a violência contra travestis e mulheres transexuais pode ocorrer também nas relações afetivas, cometidas por companheiros ou namorados, o que diminui ainda mais os espaços de segurança para essas pessoas.

Junto com a casa dos pais, a escola acaba figurando também como um dos primeiros locais onde a transfobia se manifesta. O alto índice de evasão escolar demonstra o quão insuportável podem se tornar as agressões sofridas na escola. É uma decisão que nem sempre é simples, mas que muitas vezes se coloca como única alternativa na vida de pessoas transexuais.

E aí eu acabo saindo da escola porque eu não aguentava mais essas torturas, os meninos me-xendo comigo, já me trancaram diversas vezes no banheiro, me obrigaram a fazer coisinhas... Eu tinha medo de ir pra casa sozinha porque sempre que eu saía ou alguém me dava alguma carreira, ou me forçavam a sexo ou alguma coisa do tipo – no sentido de me bater, no sentido de me humilhar e me chamar com esses nomes. - Aí parei. (...) Me dava medo ficar ali sentada, porque eu sabia que quando tocasse o sino alguém iria mexer comigo. Ou ia puxar meu cabelo, ou ia fazer eu cair, ou me xingar, ou querer no final me pegar na saída, me seguir, me bater, me jogar pedra... Se um dia eu voltasse pro Piauí, pra Teresina, eu não voltaria a criança, o adolescente que saiu de lá daquele jeito, né? Falei pra ela que em nenhum momento eu me sentia feliz, que eu me sentia; ao contrário do que foi me imposto, eu sempre me senti muito, assim torturada psicologicamente. Eu já fui agredida, assim, de correr mesmo, sair da escola

correndo para os meninos não me baterem, não ficarem me chutando, me chamando de “viadinho”, querendo puxar meu cabelo... E até nisso a minha avó também teve uma parcela de culpa, porque quando meu cabelo começava a crescer, eu dormindo, ela ia lá e cortava o cabelo da gata, pra não deixar o cabelo crescer.

(Mulher trans)

Foi uma amiga minha que estava no começo da transição também, ela foi agredida por uns alunos da escola, foi praticamente parar no hospital, só que, comigo, eu não sei o que que havia! Não sei se era o meu modo de agir comportado ou o meu modo de ter sempre pegado amizade com as pessoas ali, que nunca ninguém tentou me agredir. Eu não sei qual que foi o motivo, mas quando vi a agressão com ela, eu falei: gente, se com ela aconteceu, comigo pode acontecer também. Por mais que as pessoas me tratem bem, por mais que eu tenha algumas amizades, mas e longe das minhas amizades? Se uma hora me pegam sozinho, as pessoas que fizeram isso com ela? – Aí foi a minha decisão de sair da escola e comecei também, por causa da dificuldade financeira, essas coisas, comecei a frequentar a rua. (...) Estava na 7ª série. (...) Voltei nos estudos com 31 e meio. Há 2 anos atrás.

(Mulher trans)

E aí foi indo, aí chega na escola, época de 12, 13 anos, adolescência... Numa época onde você acha que só você é desse jeito, né? Porque todos os seus amigos gostam de uma coisa e você gosta de outra; todos os teus amigos são direcionados, suas amigas gostam dos meninos e você gosta das suas amigas; e aí, enfim, aí houve o episódio de uma carta pra uma amiga, que mostrou pra diretoria da escola e a mãe foi lá, aí chamou minha mãe e foi proibida a amizade; aí a escola inteira fez *bullying* comigo, tipo, me apontando, saía da escola e todo mundo apontava e falava e gritava “olha lá, aaaaa-aaaaa” – enfim! - É... não... não... não me arrependo porque acho que essas coisas me tornaram mais forte, entendeu? Hoje eu sou o ser humano que eu sou justamente por isso, mas na época que você não tem apoio dentro de casa e fora de casa também não tem amigos, deixa você um pouco que com vontade de sumir no mundo – não vou mentir.

(Homem trans)

Complementando os três contextos de maior violência contra pessoas transexuais além da casa e da escola está a rua. Enquanto em casa e na escola as agressões são cometidas por familiares, pessoas próximas ou pelo menos conhecidas, na rua é onde mais ocorrem agressões por pessoas desconhecidas.

Eu lembro que o bofe jogou cerveja na minha cara, menina, eu voei em cima dele, sabe? E eu fui lá, eu voei em cima dele, ele queria rasgar minha roupa, sabe? E eu peguei – naquela época o povo vendia garrafa de cerveja, tipo Caracuzinha, né? – Mano eu quebrei eu meti na cara dele, foi o maior babado! E as bixas em cima, foi o maior ‘fuá’... Assim, hoje eu não faço mais isso! Que tudo é fase, né? Mas assim, foi uma história muito engraçada.

(Mulher trans)

Ah, isso foi na rua, foi... Ah, quando a gente tá na rua, né? Cara xingando, entendeu? Já vão as vezes... Já vão, às vezes, na maldade, né? Entendeu? Aí isso aconteceu já tem um tempo já, já faz muito tempo, entendeu? E tava eu e uma amiga minha, eles passaram de carro e jogar uma pedra na... na... no meu silicone, na minha perna. Eu fiquei com a perna inflamada, inflamou na hora! Eu já tinha problema, né? Que a perna inflamava...

(Mulher trans)

Diante do contexto de violência na rua, algumas estratégias vão sendo adotadas para proteção, o que varia entre as identidades e os contextos. Por exemplo, em um contexto de prostituição, estar em grupo é uma estratégia básica adotada por travestis e mulheres trans. Já para homens trans, algumas estratégias se referem à passabilidade, isto é, à capacidade de serem vistos como homens cisgêneros.

Eu sou obeso e sempre fui obeso, principalmente porque eu tinha muita mama e é o que me identificava como sendo biologicamente mulher, então o que eu fazia? Eu engordava pra ficar uma coisa só e a maioria dos homens trans fizeram isso. Então, assim, na minha época, se você passasse em frente a um açougue e tivesse escrito “arrancamos teta” eu entrava na fila! Todo mundo entrava na fila! E aí vieram com um tal de IMC25 – Não pra aí! IMC25, não vou alcançar! Não vou conseguir, né? E aí veio esse papo de que é perigoso e que “não-sei-o-quê”, aquelas coisas que eu acho que é de uma crueldade com a gente que... Porque tem um monte de homem trans que eu conheço que não conseguem fazer a cirurgia pelo SUS por conta disso, principalmente homens trans que são mais velhos; a gente viveu a vida inteira fazendo isso com o nosso corpo pra tentar amenizar essa “cara crachá”, né? Olhar para o peito e falar “ela” ou “ele”.

(Homem trans)

Diferente dos homens trans, há um elemento essencial para compreender a violência na rua, especialmente contra travestis e mulheres trans: a prostituição. Os dados da primeira fase do Mapeamento reforçam a ideia de que a realização de trabalho sexual aumenta a exposição de travestis e mulheres trans à violência. Quando cruzamos a ocorrência de violência com a atividade da prostituição, verifica-se que o trabalho sexual aumenta em quase de 50% as chances de uma travesti ou mulher transexual ser vítima de violência física. Assim, enquanto 26% das travestis e mulheres trans que nunca realizaram programa tenham relatado pelo menos uma ocorrência de violência física, essa taxa sobe para 74% quando se observa as garotas que trabalham ou já trabalharam com prostituição.

Na avenida você tem vários tipos de agressões: o mesmo homem que me deseja, ele me mata porque ele não entende o que passa na cabeça dele; as libertinagens, as coisas que confundem a própria cabeça e eles nos matam e nos agridem; então, ou seja: várias apanham às vezes, ou faziam a “elza”, faziam várias outras coisas e tinham vários hematomas que demorava muito tempo pra cicatrizar.

(Travesti)

Nós tivemos uma das meninas que um cliente acabou furando o pescoço dela, né? E aí depois disso elas... A gente dialogou bastante com elas e sensibilizamos mesmo nesse sentido de ter o cuidado. (...) Elas falam que é um ambiente muito propício, tanto que quando elas descem pra esse ponto específico do Jaçanã, elas descem sempre em grupos, né? E aí elas falam que elas ficam sempre perto uma da outra porque aí, se acontecer alguma coisa, grita. Tanto que essa menina que sofreu esse corte no pescoço, ela estava com outras meninas, se não fosse isso, porque quando aconteceu as meninas estavam perto, uma delas viu, correram e já levaram ela para o hospital, porque disse que já jorrava sangue, enfim... Conseguiram levar ela para o hospital. Porque ela falou: “se eu estivesse sozinha, ninguém ia ver, porque eu não iria conseguir nem gritar, né?” Então elas falam sim dessa violência, elas sempre falam que elas também andam sempre armadas, porque elas falam que elas sofrem muitas violências. E aí elas falam: “Eu ando armada mesmo, porque eu não vou morrer, né? Se é pra eu morrer eu vou me defender.” Então tem sim, esse ambiente é precarizado da prostituição, infelizmente, né?
(Mulher cis)

Vi outras travestis morrerem; travestis a apanharem do meu lado; já morei em casa de cafetina, sei o que é pagar a rua. Então eu fui conhecer uma coisa que eu falei assim: “Meu deus do céu, onde é que eu estou? O quê que eu estou fazendo?” - Recebi proposta pra ir para a Europa, já fui dopada, entrei no carro de um cliente eu acordei eu estava dentro do aeroporto e todo mundo me revistando lá. E assim, posso dizer que sou uma sobrevivente da noite. Eu acho que eu posso dizer isso, sim! Porque eu já vi, assim, de algumas que trabalhavam perto de mim. Vi muitas coisas! Muita agressividade, morte, roubo, espancamento e eu falei: “eu tenho que sair disso, eu não escolhi isso e eu não vou falar isso pra minha família.” Eu recebi proposta pra fazer filme e, como eu falei e volto a repetir: ir pra Europa. Vários tinham propostas sim, na época tinha essa necessidade, não tinha tanto... com o advento da tecnologia eu ainda pego essa parte da necessidade de ir para a rua pro carro parar pra mim, né? Eu pego isso ainda.
(Mulher trans)

Nesse contexto, a violência não é somente reproduzida por clientes, mas também pode se manifestar na relação que essas pessoas geralmente têm que estabelecer com cafetinas. Como grande parte das travestis e mulheres trans que exercem o trabalho sexual vêm de outros municípios, elas estão mais suscetíveis a se submeter a uma condição de exploração. Quando necessitam viver na casa das cafetinas, ficam ainda mais expostas a situações de violência, em razão dos custos com a moradia.

No meu caso, não! Porque as vezes, eu era certinho com as diárias, mas eu via muitos casos de amigas minhas que eu mesma denunciei a cafetina. Eu denunciei uma lá no Belém uma vez; lá em Goiânia também, teve quando eu viajei pra São Pedro, Belém; lá também eu vi várias... Eu fiquei na casa de algumas lá no bairro Jurunas; lá no Nazaré. Então, eu vi, tipo assim, várias amigas minhas passar por agressão até pelo fato delas não pagar a diária e tudo assim, elas... Porque elas... Tipo assim: a cafetina, ela explora, tipo assim, ela extorque as meninas, né? Não só pagar as diárias, tipo assim, extorquir, fazer pressão e, às vezes, até mesmo, uma estratégia que elas usam, delas mesmo conseguir segurar as meninas lá pra poder pressionar elas pra po-

der conseguir dinheiro. Já vi muitos casos, assim, comigo nunca aconteceu. O que a gente, às vezes, quando está... Assim, você mora com uma cafetina, você paga bem a diária você observa muita coisa errada lá dentro.

(Mulher trans)

Com base nos dados da primeira fase desta pesquisa, cerca de 18% das pessoas respondentes informaram viver em situação precária de moradia, isto é, vivem em ocupações (3%), ou em equipamentos públicos, como centros de acolhida (9%) e repúblicas (2%), ou ainda estão em situação de rua (4%). Durante as entrevistas, emergiram relatos de violência nos centros de acolhida, mesmos com espaços exclusivos para pessoas trans, que, como no caso do Complexo Zachi Narchi, foram construídos justamente para responder à situação de violência.

Então eu continuei na rua ainda, aí no Zachi Nacchi III, fui para I e depois fui para o III – que era bastante transfóbico! – era um lugar bastante transfóbico, né? Hoje em dia, se entra ali – hoje, 2021! No mês de janeiro – nós estamos em janeiro, né? – se você entra ali você não sabe se você sai viva. Você não sabe se você sai viva! Então é um lugar muito preconceituoso!

(Travesti)

E aí, a gente começa nesse espaço a também querer trocar com outros públicos e a gente vai parar num albergue na Zachi Narchi, aqui na Zona Norte de São Paulo, perto da região do Carandiru que tinha um coletivo muito engajado de mulheres trans que chamavam “Valérias”. As Valérias eram um coletivo de mulheres que se organizaram no movimento por moradia, o albergue do Zachi Narchi era um albergue só para homens, ele não tinha uma ala específica para mulheres trans, só que as mulheres conseguiam pernoitar lá. O que acontece é que por conta do espaço híbrido, muitas delas eram vítimas de abuso sexual, de violência de todos os tipos até que um dia a Valéria foi assassinada na Zachi Narchi. E aí, elas se organizam, elas começam a quebrar todo o rolê – com muita razão. E com esse movimento organizado elas conseguem uma ala dentro do albergue específica para elas e além dessa ala, elas se organizam para fazer movimentos onde essas mulheres podem se encontrar, se fortalecer, e trocar.

(Homem cis)

Mas eu penei naquela casa. Eu saía as seis da manhã e chegava cinco e meia da tarde e eu tinha que ficar dentro do quarto. Eu tive que pedir pra descer, pra ficar no quarto das deficientes – porque, eu juro por Deus, eu não quero ter pernas pra andar! – eu fui ameaçada que iam furar o dedo e pôr na minha boca quando eu tivesse dormindo! E eu entrei num desespero, aí a dona Dezita falou... Porque eu passava com ela uma vez por semana, e eu contava tudo que acontecia comigo! Que iam cortar meu cabelo, que ia “não sei o que”, que ia “não sei o que”, as minhas coisas que eu ganhava dela e das pessoas lá na câmara.

(Mulher trans)

Muitas vezes, essas dinâmicas de violência nos centros de acolhida são reproduzidas por outras travestis e mulheres transexuais.

E aí eu voltei lá, eles falaram: “você não pode ficar aqui. Nós vamos te transferir pra um lugar, uma casa que é só de travesti. São 30 pessoas com você na casa.” Eu falei: “meu Deus, agora eu vou conhecer elas!” - Porque eu nunca tinha convivido, né, assim, é só de travesti, é uma casa, é uma casa com quartos, é a única casa que tem em São Paulo. Aí eu falei: “ah, que bom!” - E aí eu fui de pontos ainda, com os pontos. (...) E eu fui recebida com 40 pontos. “O que essa velha tá fazendo aqui? Lugar de velha é no asilo!”. Eu falei: “meu Deus...” - A princípio eu achei que ‘tava’ brincando, né? - Não todas, pelo amor de Deus! Umas 3, 4. - Menina, minha vida lá foi um inferno! Deus que me perdoe! (...) Se o segurança e as meninas não acodem, elas iam raspar minha cabeça, elas vieram 6 com tesoura, com tudo. Menina, se você vê o pavor que eu fiquei ali! Eu ganhei muita coisa! Eu ganhei secador, eu ganhei chapinha, ganhei rádio toca fita, ganhei 6 vestidos de renda lindos - dos empresários! - e um celular que eu nunca tive na minha vida! Que, pra ‘mim comprar’, eu não vou poder! (Risos) Um dia quem sabe! Na primeira semana elas levaram tudo. Enfim, aí foi quando eu pedi pra ele e ele arrumou essa vaga no mesmo dia e me levou pra lá. Só que chegando lá; lá é um lugar muito bom, porque é um compartimento... Mas eu fico... porque no Zaki 1 é muito homofóbico; e as pessoas não podiam, as travestis não podiam olhar, não era mexer, você não podia olhar que eles agrediam mesmo! E ninguém, ninguém socorria. Eu vi uma travesti lá linda, mas eles quebraram tanto ela no pau, com porrete, que ‘cê olhava ela e ‘cê não via ela! - Meu Deus que horror ... E 6 seguranças! Eu te pergunto agora: e esses 6 seguranças são pagos pra que? 6! Eles entraram na cabine e fechou a porta! Isso me dá uma indignação que... Misericórdia, menina! Se você é tirada da rua pra fugir da agressão, sabe? Da violência, você sofre ela lá dentro e ninguém faz nada!

(Mulher trans)

Eu acho que é isso! É uma reprodução da violência mesmo que elas acabam reproduzindo com as meninas e é uma forma também de... Eu acho que é uma forma de se proteger e de falar, assim: “você está chegando aqui, mas você não vai mandar aqui, né? - Você vai chegar e você vai...” - “Ou você vai entrar no nosso ritmo aqui pra gente se entender ou você não vai ficar.” - É uma forma de defesa também, né? É uma forma de defesa delas. Então é pra mostrar, marcar território mesmo. Essa questão da competitividade, porque uma é mais bonita, porque uma tem peito, outra não tem peito... Eu acho que elas enxergam isso como uma forma de dizer assim: “Eu sou mulher. Eu sou mulher, eu tenho peito. Eu sou mulher. Eu tenho cabelo, eu uso maquiagem, então eu sou mulher.” - E de reafirmar mesmo a identidade de gênero delas, eu acho.

(Mulher cis)

Outro contexto de violência que emergiu das entrevistas foi a violência institucional. Entre as décadas de 1970 e 1980, pessoas transexuais, especialmente travestis e mulheres trans que trabalhavam com a prostituição, foram intensamente perseguidas pela polícia, em operações para prender ou exterminar. A mais conhecida foi a Operação Tarântula, no fim da década de 1980, que inclusive aparece de forma recorrente nos relatos das entrevistas. Vale lembrar também que a violência policial aparece como uma das principais pautas políticas no início do processo de organização política de pessoas transexuais, tamanha sua incidência na vida dessas pessoas.

A primeira vez que vim para São Paulo foi em 88, ou seja, eu tinha 17 anos, né? Mas eu não fiquei aqui tanto tempo, eu fiquei aqui em São Paulo durante – o que? – uns 3 meses e logo logo eu voltei para Manaus porque a violência contra a nossa população era demais, né? A polícia, né? A polícias toda, a Rota, a Polícia Civil, o Exército e a Guarda Civil Metropolitana eram demais com a gente e a gente não tinha nem o direito de reivindicar nada, né? A única coisa que a gente tinha era só se prostituir e ser morta por deles, né? Então eu comecei a atuar em 97, foi quando eu voltei novamente para São Paulo que eu comecei a me dedicar. Então a gente enfrentou, eu ainda peguei, nos 80 e 90, toda a operação Tarântula, que era de exterminar a nossa população, de moças, travestis e transexuais da época. E essa operação Tarântula, foi de 85 até praticamente... até o ano 2000.
(Mulher trans)

Até agora eu tentei assistir Pose, eu não consigo, né? Porque traz toda uma reconstrução dos anos 80/90, a qual eu participei com intensidade. Foi tudo muito, muito, muito, muito, muito. Eu vou falar da parte mais pesada porque é uma parte também muito importante. Era sobre violência, né? (...) Então, você pode ser a travesti muito bem tratada desde que você seja um fenômeno estético, né? Eu gosto, tenho uma ligação com moda desde muito cedo e isso facilitou. É muito pesado porque eu estou vendo o período das operações também de extermínio, como a Tarântula, Rondão, Riquete, Arrastão, sabe? A higienização do centro de São Paulo vinda desde 1968, que vai culminar com esses períodos da manutenção delas, para tirar essa população da rua, você está ali na prostituição, você está no submundo, o advento da cocaína que não era uma droga tão aberta assim, tão exposta, o álcool e me mantendo sempre muito assim... (...) Eu vi de tudo um pouco, né? Desde o barrar você na porta da boate porque ali não se entrava travestis e afeminadas, desde você ver uma pessoa, uma mulher, uma travesti negra ser executada na esquina por um policial que dá um tiro no meio da testa dela, olha pra você e diz assim – junto com as outras semelhantes – “Olha, corre enquanto vocês estão vivas. O que vocês estão esperando?” – né? De ver uma batida na Vila Buarque em que os camburões fecham os dois lados daquela praça central perto da Ação Educativa, e os policiais têm a pachorra de pegar o cassetete, fazer eles chegarem até o chão e subir no meio do genital das travestis que estão ali e a na esquina, a gente assistindo, porque faziam parte do que eles chamavam, um selete grupo “Das Bonitas.” Bonitas, tipo, de dizer hoje, as passáveis.
(Mulher trans)

São relatos chocantes que também se reproduzem no cárcere. Como a prisão – especialmente a arbitrária – foi e ainda é uma prática da atividade policial ostensiva contra pessoas transexuais, é esperado que parte delas já tenham vivido a experiência do cárcere. Esse contexto engendra outra série de violências que marcam as trajetórias de travestis, homens e mulheres trans e pessoas não binárias.

Então, a gente começou a ver, até porque, como eu falei para você, a operação Tarântula, da polícia militar e da polícia civil daqui de São Paulo estava exterminando, né? Praticamente toda a nossa população. Porque a gente só tinha o direito de ser presa, né? Por vadiagem e por malandragem, porque a gente não tinha direito a fazer mais nada, já que a gente não... – Aliás, até hoje a gente não tem esse reconhecimento com gênero feminino e nem com a nossa identidade de gênero, né?
(Mulher trans)

E um certo dia eu fiquei muito louca, saí... nos carros e fui presa, entendeu? Fui presa. Aí, na cadeia, eu peguei, eu já cheguei com pneumonia na cadeia, a minha pneumonia atacou; eu fiquei debilitada dentro da cadeia; mas eu tive uma ajuda enorme de uma pessoa na cadeia, a Grazy, acho que ela era de Belém – não me recordo muito bem de onde que ela é, mais ou menos; mas ela me ajudou muito.

(Travesti)

Na penitenciária feminina você tem o respeito. Hoje em dia que dizem que a gente pode opinar em qual penitenciária você quer ir, feminina ou masculino, eu acho que seria horrível você estar numa penitenciária masculina. Porque você tem que se despir na frente dos seus companheiros. Como é você sendo um homem trans e você se despir na frente de homem? Querendo ou não, a minha mente é masculina, mas o meu órgão genital, não! É diferente!

(Homem trans)

E enfim... outra treta de crise que a gente viveu nesse entremeio, a Janaina que é uma companheira nossa do projeto, que estava lá na casa, cheia de sonhos, foi presa no meio do processo e foi presa de um jeito, assim... Ela já tinha sido presa pelo crime que ela tinha cometido, enquanto ela estava presa, ela foi... Teve um outro B.O. dela, que circulou com ela ainda presa e ela foi condenada à revelia, porque como ela estava na prisão, muito dificilmente os carcereiros entregaram o mandado lá para ela e ela não compareceu na defesa e ela foi condenada. Então, ela saiu da prisão sem saber que ela já estava condenada para ser presa de novo. Como teve a coisa da pandemia, as ordens de prisão e os mandatos estavam todos suspensos, em setembro, dia 23 de setembro desse ano, ela sofreu uma abordagem policial transfóbica e racista. “Eu sou polícia, eu vou te abordar porque você é trans e preta.” Só que nessa... – que era uma coisa que a Janaina já estava acostumada. Então, ela tirava isso com um pé nas costas. Só que tinha um mandado de prisão para ela. Então, ela nem foi detida, ela foi parar direto na prisão, né? É isso! Agora eu estou assinando uma amásia porque a Janaina só tem direito à visita da família. E aí, a família dela é de Hortolândia, estão desesperados, é uma família muito presente – o que já é muita coisa, né? A mãe está desesperada tentando fazer a carteirinha para poder mandar jumbo e eu estou fazendo uma documentação para dizer que eu sou casado com ela para poder entrar na prisão e vê-la, para poder visitá-la, para poder cuidar dela nesse momento, né? – e que, inclusive, é o meu marido que está assinando o testemunho que eu casei com ela. É isso!

(Homem cis)

A violência, para que ocorra, não precisa ser necessariamente o resultado de uma ação, mas também pode ser reproduzida pela omissão. Abster-se de atuar em situações de violência privada não deixa de ser uma forma de violência de Estado, tal como se pode ver nos relatos seguintes.

Eu acho que a primeira vez que eu chamei o Conselho Tutelar pra minha mãe foi quando eu percebi que as políticas não são feitas para nós. Então, eu chamei o conselho tutelar porque ela havia jogado uma xícara em cima de mim, um objeto de louça, acabou me cortando, enfim, ela quebrou os meus pertences, me bateu várias vezes, desnorteamentos psicológicos também.

E eu fiquei um tempão esperando o Conselho Tutelar chegar, e quando eles chegaram, era uma antiga professora minha do Ensino Fundamental – a cidade super pequena, na época 35 mil habitantes – e quando o Conselho Tutelar chegou, a minha mãe fez um drama de: “Ai, a minha filha é sapatão, você não sabe como é lidar com isso” e não sei o quê. “Ela não vai na igreja, ela não acredita em Deus.” E ao invés da conselheira tutelar me acolher porque era uma pessoa com menos de 18 anos, um adolescente, ela simplesmente virou pra mim e disse: “Ai, eu vou te dar o cartãozinho da minha igreja, depois você vai lá conversar com Jesus.” E eu assim: “Amada!?! A minha mãe está me batendo dentro de casa e você está me mandando procurar Jesus?” e, a partir desse momento, que eu percebi que eu não poderia contar com o Estado para me proteger se eu precisasse.

(Pessoa não binária)

Uma vez eu apanhei de 20 pessoas, fizeram uma roda, assim, foi na saída de um baile – a gente chamava de baile ainda lá em Araraquara - e um cara falou assim: “Você quer ser homem, então você vai ter que aprender a apanhar que nem homem.” E eu apanhei de 20 caras, assim, mas eu fiquei... arrastavam de um lado pro outro, chutavam, tal... E a polícia chegou e quanto eu entrei no carro da polícia que eu achei que eles iriam me levar pra delegacia, eles disseram que a culpa era minha; “quem mandou eu andar do jeito que eu andava” – porque eu sempre andei muito masculina e me levaram pra casa.

(Homem trans)

Outro contexto de violência que emergiu nos relatos foi o não reconhecimento da identidade de gênero nas diversas instituições, o qual geralmente está atrelado ao respeito ao uso do nome social. Desde 2009, esse é um direito reconhecido em âmbito municipal. No entanto, essa ainda é uma realidade enfrentada por pessoas transexuais, mesmo com a retificação já realizada nos documentos pessoais.

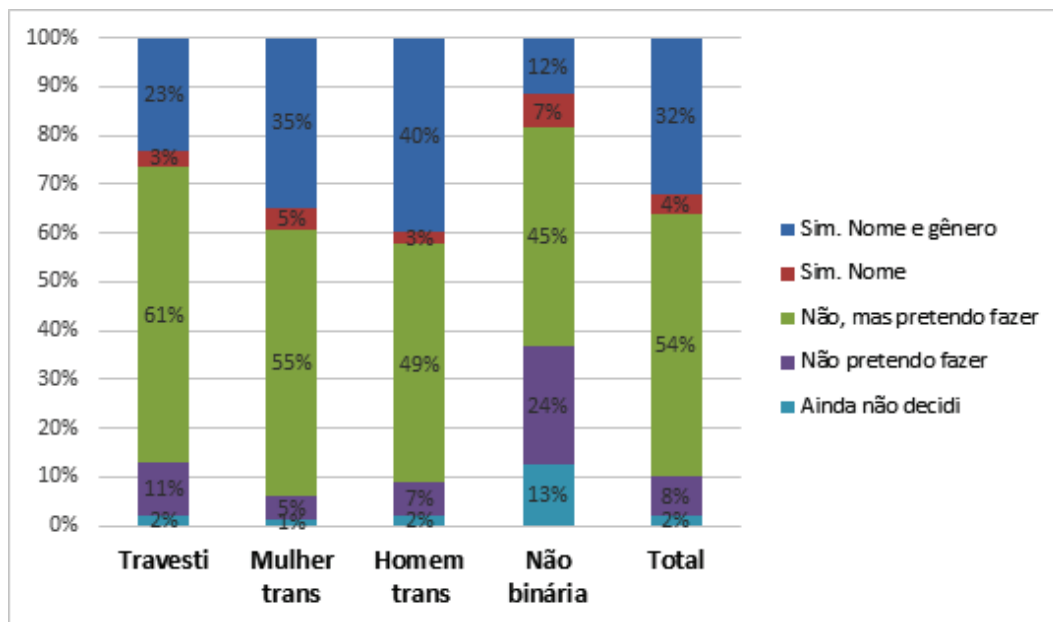
O meu trunfo sempre foi a identidade! Foi sempre mostrar a identidade para as pessoas entenderem que o meu nome estava retificado (...) Só que com relação aos papéis e os documentos escolares estavam no nome masculino eu pedi muito cuidado como forem transitar aquilo justamente pra que isso não evacuasse, pra que isso não viesse à tona dentro da sala, né? Pedi, inclusive conversei, eu tive que fazer esse papel de conversar com os professores, por ser uma... tinha sido uma determinação ainda recente e eu tive que andar sempre com identidade e com cópia de processo na bolsa pra assistir a aula. Nos primeiros meses da faculdade foram assim, foram um pouquinho torturantes. (...) E o engraçado, nós temos sempre que estar provando quem somos, né? Porque quando isso acontece isso tinha que ser feito também a carteirinha da escola, né? Pra passar na Borboleta, sabe? E aí, quando fizeram a minha estava com o nome errado, eu falei: “Nãooooo...” – Eu já rodei a baiana! Fiquei louca! Subi lá e: “Eu tenho que falar com o diretor!” “Você está infringindo uma lei! Está aqui, o que mais que vocês querem? Vocês querem me expor, é isso? Então eu vou denunciar a escola!” E aí mandaram mudar minha carteirinha da escola, da faculdade.

(Mulher trans)

Como se vê, a retificação do nome e do gênero nos documentos pessoais é um marco da vida das pessoas transexuais. Entretanto, há barreiras socioeconômicas e institucionais à mudança e utilização do nome social nos documentos, registros oficiais, cadastros públicos e privados. Apesar da decisão do STF de agosto de 2018 autorizar a mudança de nome e gênero no registro civil das pessoas transexuais, seja por decisão judicial ou diretamente no cartório, os resultados do Mapeamento revelam que a medida está longe de se efetivar na prática. Apenas 32% das pessoas transexuais entrevistadas tinha alterado o nome e o gênero no momento da pesquisa, outra parcela (4%) tinha modificado apenas o nome, contabilizando um total de 36% de retificação dos documentos.

Dentre os homens trans o percentual de retificação era um pouco maior alcançando 40% de modificação de nome e gênero. A intenção de não alterar teve peso significativo apenas dentre as pessoas não binárias (24%). Já as travestis são o grupo que mais relatou não ter feito, mas que ainda deseja realizar a retificação (61%). Entre as mulheres trans, esse patamar alcança 55%, seguidas de homens trans (49%) e pessoas não binárias (45%).

Figura 6 – Você fez retificação / mudança de seu nome em seus documentos?

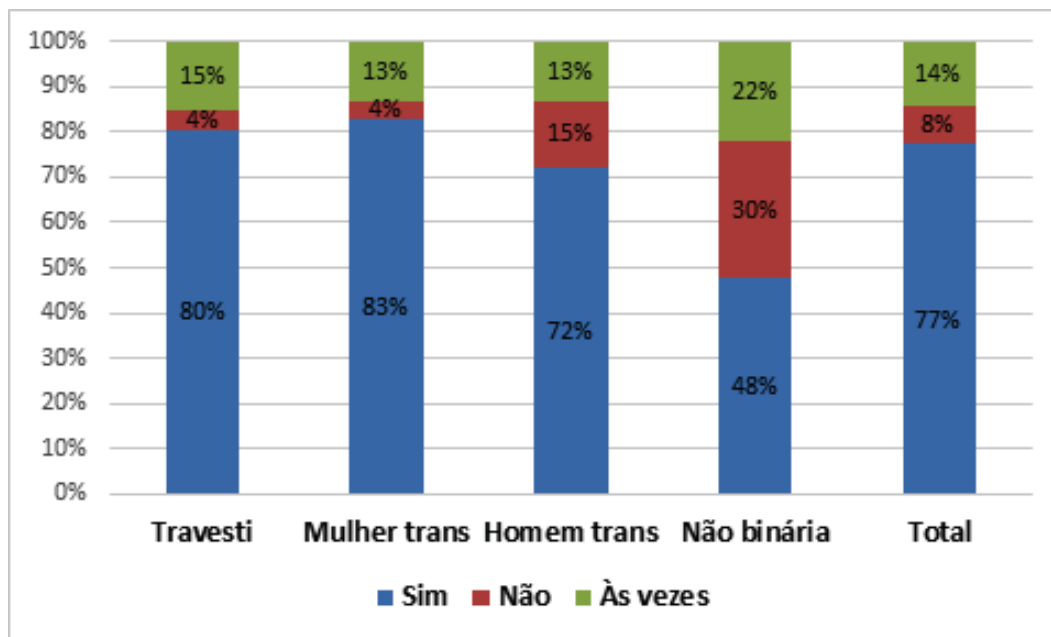


Além das barreiras institucionais para alteração de todos os documentos, há também custos econômicos, taxas e outros procedimentos burocráticos que desmotivam parte das pessoas transexuais em alcançar o reconhecimento formal do nome social. Independentemente disso, contudo, resistências cotidianas emergem. Segundo os dados sobre o preenchimento de cadastros e outras fichas de inscrição, observa-se

que, à exceção das pessoas não binárias, o nome social é utilizado pela grande maioria das pessoas transexuais. Assim, a taxa de utilização do nome social nos cadastros alcança 83% dentre as mulheres trans, 80% dentre as travestis e 72% dentre os homens trans (curiosamente a taxa é levemente inferior no grupo em que o reconhecimento formal se mostrou mais difundido).

Essa insistência e resistência cotidiana verificada em todos os segmentos identitários da população trans, apesar dos desafios, tem se mostrado importante para promover um maior cuidado social com a linguagem e sensibilizar os agentes públicos quanto à necessidade de aumentar a frequência de mutirões e outras ações de grande magnitude que facilitam e reduzem os custos econômicos da retificação do nome e gênero nos documentos.

Figura 7 – Quando você preenche algum cadastro, por exemplo, em hospitais, para consultas médicas, para trabalho ou qualquer outro cadastro, você utiliza o seu nome social?



Como foi mostrado neste capítulo, a violência é uma dinâmica muito presente na vida de pessoas transexuais, reproduzindo-se de diferentes formas e em locais e situações diversas. São práticas que impactam sobremaneira nas trajetórias dessas pessoas, e que vão, desde a morte, até a violência psicológica, passando por violência sexual, física e agressões verbais. Essas manifestações de violência ocorrem em diversos contextos, especialmente dentro de casa, na escola e na rua. Em cada contexto, e de acordo com cada identidade de gênero, há uma situação de violência própria que expõe a vida de travestis, mulheres e homens trans e pessoas não binárias.

Ainda que políticas públicas para pessoas transexuais tenham sido promovidas, a transfobia e a exposição à violência ainda se coloca como um dos principais gargalos para a efetivação da cidadania de pessoas trans. Essa dinâmica traz efeitos não só na forma como essas pessoas são vistas na sociedade cisnormativa, mas também nas várias dinâmicas de interação social. A violência é o mecanismo que garante a manutenção do lugar social de pessoas transexuais, imposto por uma sociedade construída a partir do olhar cisgênero. Enfrentar a violência transfóbica, em suas origens e efeitos, é um passo civilizatório necessário para a construção efetiva de cidadania para pessoas transexuais.

SOBRE OS AUTORES

CARLA REGINA MOTA ALONSO DIÉGUEZ

Docente na Sociologia e Política – Escola de Humanidades. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos em Cultura Contemporânea – Cedec, onde exerce o cargo de diretora vice-presidente (2021-2023). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Atua em pesquisas sobre políticas públicas e sociais relacionadas a trabalho, emprego, qualificação profissional e assistência social.

CECÍLIA CARMEN CUNHA PONTES RODRIGUES

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela University of Cambridge, UK. Experiência docente em instituições de ensino superior nas áreas de Administração, Educação e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: política em ciência e tecnologia, sistemas de ensino, estudos do trabalho e população em situação de rua. É pesquisadora associada do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Cedec.

GIORDANO MAGRI

Advogado, mestre e doutorando em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, pesquisador do Núcleo de Estudos da Burocracia (FGV) e chefe de gabinete do Vereador Eduardo Suplicy.

JONAS TOMAZI BICEV

Mestre e Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Possui quinze anos de experiência em pesquisas sobre o mercado de trabalho, consumo e práticas culturais, com passagens por instituições como Data Popular (2014-2015), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap, 2004-2012; 2019) e Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec, 2016-2021). Entre os estudos desenvolvidos, destacam-se as pesquisas sobre desemprego e trabalho temporário (2010), emprego metalúrgico na indústria automotiva (2019), frequentadores e usuários das atividades esportivas e culturais do Sesc/SP (2016).

MARIA RITA APRILE

Doutora e Mestre em Educação: Currículo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora associada do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Cedec. Tem experiência em docência e gestão no ensino superior (graduação e pós-graduação). Desenvolve estudos e pesquisas sobre educação e trabalho; inclusão social; saúde e qualidade de vida e educação a distância, tendo publicações e orientado trabalhos sobre os temas.

MAGÔ TONHON

Maquiadora e educadora de beleza. Pensadora e ativista, é mestra em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Trabalha como consultora em diversidade desde 2016, atuando em treinamento de equipe em diversas empresas. Já participou, de 2016 aos dias atuais, de mais de 100 eventos, dentre debates, palestras e rodas de conversa. Com Rapha da Cruz e Maria Ágata Ignácio forma o trio LGBeauté, uma iniciativa de beleza. Integra o quadro de professoras nos cursos de Maquiagem Profissional Iniciante da Escola Madre onde também ministra o curso “Beleza É Diversidade”.

ROSANA ESTRELA ADAMOS

Cientista Social graduada pela Universidade de São Paulo em 1998 e pós-graduada pela FESPSP em Pesquisa de Opinião em 2006. Por meio de consultorias, leva as Ciências Sociais a diversos projetos como Censos Demográficos de População em Situação de Rua e de Diagnósticos e Estratégias de Intervenção para Requalificações Urbanas, colocando a ótica social no centro da transformação humana.

